



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 167 QUARTA-FEIRA, 12 DE OUTUBRO DE 2016

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochoael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Hélio Lopes de Azevedo

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 152ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2016	5
1.1 – ABERTURA	5
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	5
1.2.1.1 – Constatação de inexatidão material	
Constatação de inexatidão material nos autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 18/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 728/2016), sancionado e transformado na Lei nº 13.345/2016.	5
1.2.2 – Oradores	
SENADOR PAULO PAIM - Homenagem à Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho e registro de documento com críticas desta ao Presidente do TST.....	5
1.2.3 – Requerimentos	
Nº 744/2016, do Senador Gladson Cameli, de autorização para desempenho de missão no período de 22 a 27 do corrente. Deferido	8
Nº 745/2016, do Senador Wilder Morais, de autorização para desempenho de missão no período de 23 a 27 do corrente. Deferido	8
Nº 746/2016, do Senador Ciro Nogueira, de autorização para desempenho de missão no período de 23 a 27 do corrente. Deferido	8
Nº 747/2016, do Senador Hélio José, de autorização para desempenho de missão no período de 14 a 16 do corrente. Deferido	8
1.2.4 – Oradores (continuação)	
SENADORA ANA AMÉLIA - Defesa da aprovação da PEC 241, que limita os gastos públicos à inflação; e outro assunto.....	8
SENADOR VALDIR RAUPP - Expectativa positiva com o Programa Crescer do Governo Federal; e outro assunto.....	11
SENADOR JOSÉ MEDEIROS - Defesa do ajuste fiscal enviado ao Congresso pelo Governo Federal.	13
SENADORA ROSE DE FREITAS - Manifestação favorável à aprovação de medidas propostas pelo Governo Federal para a recuperação do crescimento e reestruturação da economia do País; e outro assunto.....	21
SENADOR LINDBERGH FARIAS - Defesa do ex-Presidente Lula no tocante às acusações sobre investimentos feitos pelo BNDES em obras de empresas brasileiras no exterior; e outros assuntos.	26
1.3 – ENCERRAMENTO	35

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 152ª SESSÃO	36
2.1 – EXPEDIENTE	
2.1.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 852/2016, na origem, em resposta ao Requerimento nº 361/2016, do Senador Ricardo Ferraço	36
2.1.2 – Documento encaminhado à publicação	
Senadora Gleisi Hoffmann	36
2.1.3 – Mensagens da Presidência da República	
Nº 95/2016 (nº 531/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado o nome do Sr. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca	37
Nº 96/2016 (nº 533/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênic.....	67



Nº 97/2016 (nº 534/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA).....	100
Nº 98/2016 (nº 535/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe	160
2.1.4 – Ofício da Câmara dos Deputados	
Nº 101/2016, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 133/2015, com emendas oferecidas pelo Senado Federal	196
2.1.5 – Requerimentos	
Nº 742/2016, da Senadora Rose de Freitas, de retirada dos Projetos de Lei do Senado nºs 354; e 357a 360/2016.	
Deferido	197
Nº 743/2016, da Senadora Ana Amélia, de autorização para desempenho de missão no período de 28 de novembro a 1º de dezembro próximo	199
Nº 744/2016, do Senador Gladson Cameli, de autorização para desempenho de missão no período de 22 a 27 do corrente.	202
Nº 745/2016, do Senador Wilder Moraes, de autorização para desempenho de missão no período de 23 a 27 do corrente.	204
Nº 746/2016, do Senador Ciro Nogueira, de autorização para desempenho de missão no período de 23 a 27 do corrente.	208
Nº 747/2016, do Senador Hélio José, de autorização para desempenho de missão no período de 14 a 16 do corrente.....	209

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	210
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	213
5 – LIDERANÇAS	214
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	217
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	237
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	242
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	295



152ª Sessão, Não Deliberativa, em 11 de Outubro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. José Medeiros, da Srª. Ana Amélia, do Sr. Valdir Raupp e da Srª. Gleisi Hoffmann.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 16 horas e 54 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do sumário**)

A Presidência comunica ao Plenário que constatou a ocorrência de inexatidão material no texto do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2016, originário da Medida Provisória nº 728, de 2016, já enviado à sanção e transformado na Lei nº 13.345, de 2016.

A inexatidão consistiu na alteração promovida pelo art. 2º do projeto, que deu nova redação à alínea I do inciso II do art. 27 da Lei nº 10.683, de 2013. A referida alínea I foi revogada pela Lei nº 13.341, e, conforme a técnica legislativa estabelecida pela Lei Complementar nº 95/98, dispositivo revogado não pode ser reaproveitado.

Como a correção do texto não importa alteração no sentido da matéria, a Presidência, nos termos do inciso III do art. 325 do Regimento Interno, fará a devida comunicação à Presidência da República para a retificação do texto e republicação da Lei nº 13.345, de 2016, renumerando a alínea I como alínea m.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadora Ana Amélia, venho à tribuna no dia de hoje... (*Fora do microfone.*) para homenagear a Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho.

Numa época de tanta controvérsia; numa época em que se debate se o trabalho escravo deve ser regulamentado ou deve ser proibido – eu, como Relator, entendo que tem de ser proibido –; numa época em que tramitam aqui na Casa, Câmara e Senado, projetos que dizem que a lei não deve valer e o que deve valer é o negociado sobre o legislado; numa época em que se discute a terceirização, inclusive na atividade fim – e eu mostrei, durante quase duas semanas, a realidade dos terceirizados aqui da Casa, principalmente quando a empresa a que eles pertenciam fecha as portas, desaparece e não paga aos servidores –, eu faço essa homenagem aos juizes do trabalho, como fiz também à Anamatra recentemente.

E lembro que, no dia 28 de setembro, a Associação Latino-Americana dos Juizes do Trabalho comemorou o seu décimo aniversário, motivo de alegria e orgulho dos magistrados trabalhistas de toda a América Latina, que veem consolidada sua entidade internacional.

Nesses anos, essa associação se notabilizou pela firme defesa dos direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, dos direitos sociais, da jurisdição trabalhista, da independência judicial, mas sempre numa linha de que prevaleça a justiça, e por isso eles são juizes. A César o que é de César. Que paguem aos trabalhadores o que eles têm de direito.

A entidade assegura a luta pelos direitos à liberdade, à negociação, desde que não venha ferir a lei; a melhoria das condições sociais de vida da nossa gente, trabalhadores, aposentados, pensionistas, homens, mulheres, estudantes, enfim, todos. Além disso, promove articulação em defesa do conjunto da população para melhorar a qualidade de vida. A entidade promove encontros de estudos...

(Interrupção do som.)



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e debates de temas (*Fora do microfone.*) relacionados ao Direito do Trabalho, monitora as políticas públicas e acompanha sempre as iniciativas legislativas referentes a essa área.

Lembro aqui que o primeiro presidente da entidade foi o Juiz do Trabalho Grijalbo Coutinho, que é brasileiro e foi o presidente da entidade em toda a América Latina.

A Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho tem sido parceira na Comissão de Direitos Humanos, que presido já pela terceira vez, especialmente na discussão – e eu aqui falava na abertura – de temas como terceirização, do negociado acima do legislado, do trabalho escravo, das reformas da Previdência e trabalhista, e tantas outras. Portanto, ao parabenizá-la, quero informar que apresentei aqui no Senado um pedido para realizarmos uma sessão especial em homenagem à tão importante entidade.

Sr. Presidente, Senador José Medeiros, neste momento em que a Justiça do Trabalho brasileira é atacada pelas forças conservadoras que pregam o seu desmonte, eu me vejo na obrigação, em solidariedade à Justiça do Trabalho, no Brasil e no mundo, de aproveitar este momento para registrar documento que eu recebi do Presidente da Associação Latino Americana de Juízes do Trabalho, o Juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho.

O artigo, em forma de documento, que está transitando por toda a América, leva o título de *Inimigo número um*.

Diz ele:

(...) a administração dos Tribunais não configura, necessariamente, o governo dos melhores. Considerados os critérios de escolha, fixados na vetusta LOMAN, produzida ainda na ditadura civil-militar, ocupam os cargos de direção os mais antigos integrantes da Corte. [Segundo ele, não é por capacidade, mas por anos de Casa.]

Não há nenhum tipo de questionamento acerca da vocação, da capacidade administrativa, da legitimação, da representatividade desses magistrados, que saem do processo eleitoral como dirigentes “já de ponto em branco, completos e acabados, como Minerva [como dizem] da cabeça de Júpiter”. Basta que sejam os mais antigos e serão os dirigentes [máximos]. O resultado, muitas vezes, é catastrófico. Ocasionalmente, os eleitores, os pares dos escolhidos, podem antever o desastre, mas não há espaço para escolha e nada pode ser feito a não ser aguardar [sofrer] dois anos para que os próximos dirigentes tentem consertar o dismantelo provocado pela inaptidão dos eleitos.

O que há é o governo de poucos, que muitas vezes governam mal, e mesmo quando governam bem não têm necessariamente o apoio dos administrados [ou seja, o] (conjunto da magistratura) e, ainda que o tenham, não foram por eles escolhidos (déficit de legitimação). Opera-se o domínio de um grupo restrito e fechado infenso às opiniões e expectativas dos que dele não participam. O modelo perfeito e acabado de uma oligarquia.

Não se pode negar razão a Dalmo Dallari [que diz]: “não é democrática uma instituição cujos dirigentes, pelo modo como são escolhidos e por seu relacionamento com os níveis inferiores da hierarquia administrativa, comportam-se como aristocratas privilegiados. Isso tem aplicação ao Poder Judiciário, cujas cúpulas dirigentes são escolhidas apenas pelos membros dos órgãos de nível superior. Não é dada qualquer oportunidade para que os integrantes dos níveis inferiores, muito mais numerosos e igualmente integrantes do Judiciário, possam manifestar-se sobre a escolha dos dirigentes ou sobre outros assuntos que interessam a todos.” [a todo o povo].

Ele diz, no documento:

O Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho foi eleito presidente do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade. Houvesse eleição direta, pelo conjunto da magistratura, não seria escolhido para cargo (...), [diz ele] com certeza. Todos os eleitores, os demais Ministros o conheciam (...) bem e sabiam, sem margem de dúvida, o que ele viria a fazer na presidência da mais alta Corte trabalhista do Brasil. Antes mesmo de ser magistrado, o Ministro Ives [segundo o ministro que me manda o documento] foi responsável direto pela instituição das Comissões de Conciliação Prévia, instâncias administrativas de solução consensual de conflitos, mas, contraditoriamente, de passagem obrigatória, antes do ajuizamento de ação trabalhista. Estas Comissões se revelaram antros de sonegação [infelizmente] de direitos dos trabalhadores. Muitos anos depois, o Supremo Tribunal Federal [enfim] decidiu que não havia obrigatoriedade de cumprimento dessa etapa (...), decisão que o Ministro Ives pede, agora, seja revista.

O presidente do TST prega, há muito, a observância do pragmatismo jurídico, fundado na hierarquia e na disciplina judiciárias. A tese defendida é a de que os juízes têm que decidir como decide o Tri-



bunal Superior, ainda que tenham opinião contrária. Às favas a independência judicial [e a própria Justiça verdadeira]!

Ainda que desautorizado a falar em nome da Corte pela maioria dos membros do TST, desde sempre, o Ministro Ives defende a tese da prevalência do negociado sobre o legislado [eu mesmo recebi documento assinado por 19 ministros, não aceitando o negociado sobre o legislado], segundo a qual as leis trabalhistas e os direitos nelas previstos somente terão aplicação na ausência de norma coletiva (acordo ou convenção). Caso haja negociação, ainda que fixando direitos em patamar inferior ao [que manda a] da lei, esta (...) [não vale nada]. [Aí diz aqui o Presidente] A tese é esdrúxula. Por que razão trabalhadores abririam negociação para obter resultado menos vantajoso do que a lei já [lhes] consagra? É claro que, em tais casos, não há negociação, propriamente [dita], senão coação econômica.

O Presidente do TST defende, com denodo, a ampliação da terceirização no Brasil. Quer que seja admitida a terceirização em qualquer atividade (...), sem limites. A terceirização, ninguém ignora, é sinônimo de precarização do trabalho, responsável por salários reduzidos, jornadas alongadas, acidentes de trabalho e mortes. [redução do salário].

Nela estão mergulhados [e o Congresso aqui é testemunha, porque assim acontece aqui dentro] 13 milhões de trabalhadores e, com a ampliação pretendida [...], segundo projeções já apresentadas, [...] [teremos mais de] 54 milhões [de trabalhadores, que, em vez de terem os direitos da CLT, passarão a não ter direito algum, porque nem a Previdência as empresas terceirizadas pagam].

Diz mais. Diz que o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho:

quer implantar a mediação de direitos trabalhistas. No dia 30 de setembro, baixou a Resolução [...] 174, que impõe aos Tribunais Regionais a implementação de Núcleos Permanentes [...] [dessa chamada] mediação. Não levou em conta a posição da magistratura, segundo a qual os meios autocompositivos de solução de conflitos devem seguir rígidos padrões de admissibilidade. Por absoluta incompatibilidade [...], não se admite a mediação nas relações individuais de trabalho. Sem falar que a Resolução do CSJT desafia a Resolução 125 do CNJ, com a redação que lhe foi dada pela Emenda 2/16. Como se vê, [...] [essa posição] está muito longe de ser [...] [uma posição] democrata. A [...] [ela] não interessa a opinião da magistratura. Nem mesmo a dos seus pares no TST. No mês passado, impôs ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho a extinção do direito de assento e voz antes reconhecido ao presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho nas reuniões do Conselho.

Segundo ele:

No dia 4 de outubro, pediu ao Presidente da Câmara a retirada de todos os projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que dispõem sobre a criação de Varas do Trabalho, cargos e funções nos Tribunais Regionais do Trabalho e [também] no CSJT. Trata-se de 32 projetos de lei, prevendo a criação de cerca de 100 Varas do Trabalho, 200 vagas para juízes e 8.000 vagas para servidores. Não perguntou a opinião de ninguém. Decidiu monocraticamente. Não levou em conta a necessidade de aparelhar adequadamente a Justiça do Trabalho. Não considerou o interesse de milhões [...] [e milhões de trabalhadores que esperam os resultados da ação]. A Anamatra impetrou mandado de segurança coletivo e a liminar requerida foi deferida pela Ministra Delaíde Arantes, que considerou a atitude do Ministro [...] [Presidente do TST] usurpação de competência do Órgão Especial do TST, "lesivo não apenas à Instituição, mormente aos Tribunais Regionais do Trabalho em todo o Brasil, mas aos milhões [...] [e milhões de trabalhadores e trabalhadoras]".

O Ministro Ives Gandra [...] [foi considerado, segundo aqui o documento] o inimigo [...] da Justiça do Trabalho, dos juízes do trabalho e dos trabalhadores brasileiros.

Aqui eu termino, Sr^a Presidente.

Diz ainda o Ex^{mo} Sr. Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho:

O pior é que ele [...] [ainda] há de ser reconhecido [...] [e] obstinado. Mas não leva em consideração que a resistência, antes de uma transgressão, é um direito de qualquer cidadão e, em razão dos fatos acima mencionados, um dever dos magistrados trabalhistas [do Brasil e da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho].

O documento é assinado por representantes e por líderes da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho.



Espero, Sr. Presidente, Sr^a Presidenta, que estava até há minutos atrás, que esse embate que percebo não venha trazer prejuízo para os milhões e milhões de trabalhadores. São milhões e milhões que se socorrem da Justiça do Trabalho para receber seu décimo-terceiro, as férias, as horas extras, as indenizações e, muitas vezes, até assegurar a licença-maternidade, a licença-paternidade, como em casos que acompanhei, não só aqui dentro do Congresso, mas também lá fora, em que as pessoas são demitidas com meses de gravidez e mandam procurar o direito na Justiça. São pessoas que não recebem as horas extras, pessoas que não recebem insalubridade, pessoas que, no momento da demissão, verificam no banco que o Fundo de Garantia não foi depositado, pessoas que percebem que a sua previdência foi descontada e não foi depositada. Não adianta. Não existe sindicato, não existe conciliação, porque a parte empregadora, nesse caso, os que agem assim dizem: "Vão procurar os direitos dos senhores na Justiça".

Por isso, se analisarmos, vamos ver que bilhões de reais estão travados, porque não há decisão ainda na Justiça, não por culpa dos juízes, mas por falta de estrutura.

Por isso, eu li o documento aqui e naturalmente faço um apelo ao Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, que é o Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, eleito por unanimidade, que revise...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a sua posição e permita que possamos assegurar aqui a criação de cem varas do trabalho nos 32 projetos que estavam aqui tramitando, 200 vagas para juízes e 8 mil vagas para servidores, porque esses trabalhadores, juízes ou não, vão julgar: culpado, culpado; inocente, inocente; seja empregado, seja empregador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço muito a V. Ex^a.

Prometi que iria falar 20 ou 10 minutos, mas, Senadora Ana Amélia, pode falar 20. Eu atendi ao seu pedido.

(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia.)

(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Paim. V. Ex^a, como sempre, defendendo os interesses do povo brasileiro.

A Presidência defere, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal, os Requerimentos nºs 744, 745, 746 e 747, de 2016, dos Senadores Gladson Cameli, Waldemir Moka, Ciro Nogueira e Hélio José, que solicitam, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar de missão oficial.

A Secretaria de Ata individualizará as tramitações das proposições. **(Requerimentos nºs 744 a 747/2016 - Vide item 2.1.5 do sumário)**

Concedemos a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Ana Amélia, do Estado do Rio Grande do Sul. Tem V. Ex^a a palavra pelo tempo de 20 minutos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Valdir Raupp, quase conterrâneo meu – catarinense de nascimento e rondoniense por opção, como milhares de gaúchos –, hoje tivemos, na Câmara dos Deputados, a comemoração do meio século de Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG).

Ali foi evocada a tradição, a história, os costumes, a cultura forte, a nossa gastronomia, mas sobretudo a força que tem o gaúcho para a chamada diáspora de bombachas, o Brasil de bombachas: onde você vai, em qualquer canto, existe um CTG instalado, espalhando a capacidade que têm os gaúchos do seu empreendedorismo, da sua tenacidade, da sua coragem, mas sobretudo da convivência fraterna que se estabelece em qualquer rincão do nosso imenso Brasil, que hoje já se espalham e se espraiam por outros em rincões. A China, a Rússia têm churrascaria – dos Estados Unidos nem se fala –, mas também junto está um CTG.

Então, essa é a forma e eu queria, com isso, homenagear o nosso Movimento Tradicionalista Gaúcho pelos 50 anos, porque é uma forma de preservar a história e a cultura tão forte que existe no Rio Grande, especialmente quanto às mulheres gaúchas, imortalizadas em uma obra extraordinária, *A Casa das Sete Mulheres*, de uma brilhante escritora gaúcha, traduzida, claro, nas cenas que encantaram o País pelas telas da



TV Globo num seriado, A Casa das Sete Mulheres.

Senador Valdir Raupp, nós temos aqui, dia sim, outro também, tratado de uma questão relacionada ao debate maior que se estabelece no nosso País e, em particular, no Congresso Nacional sobre a citada, contestada, mas indispensável Proposta de Emenda Constitucional nº 241. Há um duro combate da oposição sobre essa iniciativa.

E hoje eu faço uma associação. Hoje é o Dia Nacional de Prevenção à Obesidade, Dia Nacional de Prevenção à Obesidade. Os brasileiros, como os americanos, outras sociedades desenvolvidas, engordaram demais nos últimos anos. São muitos os fatores que levam à obesidade, que tem sequelas graves, entre as quais as principais são as doenças cardiovasculares.

Então, a obesidade, em alguns casos mórbida, está exigindo, porque aumentou muito as cirurgias bariátricas, ou famosa redução do estômago, ou outras nessa direção, incluindo gente muito jovem e com riscos sérios nesse processo.

Essa obesidade, como eu disse, mórbida, em alguns casos, tem sempre sequelas. Sequelas de mobilidade da pessoa, de dificuldade e de impacto sobre outras doenças, inclusive o câncer.

A Organização Mundial da Saúde, até 2025, diz que o número de crianças com sobrepeso e obesidade pode chegar a 75 milhões. Em 2025, 2,3 bilhões de adultos estarão com sobrepeso; e mais de 700 milhões de adultos no mundo, obesos. Aqui, no Brasil, mais de 50% da população está hoje acima do peso – mais da metade dos brasileiros está acima do peso.

O IBGE identificou uma tendência de crescimento da obesidade no levantamento oficial feito em 2008 e 2009. Isso porque o nosso censo está atrasado e deveria ter sido feito em 2011, mas não foi feito.

Então, por que eu trago o problema? Não só porque hoje, 11 de outubro, é o Dia Nacional de Prevenção da Obesidade, mas pelas consequências que esse fenômeno traz para a saúde pública de cada indivíduo, cada mulher ou cada homem brasileiros, e são consequências nefastas. Por isso, eu trago esse caso da obesidade nas pessoas para comparar à obesidade do Estado brasileiro. E é muito própria essa comparação da obesidade entre as pessoas, com sequelas trágicas, à obesidade do Estado brasileiro.

Li um artigo de um advogado do meu Estado muito interessante. Por isso, eu, que tenho falado aqui tanto comparando também as situações, achei muito ilustrativo até o próprio título desse artigo do Dr. Sebastião Ventura P. da Paixão Júnior, a quem agradeço e cumprimento pelo senso de oportunidade e pela criatividade nesse comparativo.

Não vou ler todo artigo do Dr. Sebastião Ventura; vou ler apenas a primeira parte. Começa pelo título muito expressivamente sugestivo: “Obesidade estatal, contribuinte anorético”. Vejam só: “Obesidade estatal, contribuinte anorético”.

Anorexia é a doença daquele emagrecimento também doentio de muitas pessoas por várias causas. No caso, a anorexia do cidadão brasileiro, como contribuinte, é pela excessiva carga de impostos que paga hoje – do Imposto de Renda aos demais impostos. E está muito sugestivo esse título de que a obesidade estatal tem um cidadão contribuinte anorético.

Escreveu o Dr. Sebastião Ventura:

O Brasil está doente. A situação é grave; o caso exige cuidados e medidas urgentes. Após anos de descuidos permanentes, bebendo de tudo e comendo demais, o peso do Estado se tornou insuportável. Os joelhos latejam, os tornozelos envergam, os braços caem, o andar paralisa, a cabeça perde a razão.

Continua ele:

Diante da decadência orgânica de um corpo combalido, a desesperança e a descrença tomam conta de um povo cansado de ser enganado. Quando se pensa que há um suspiro de melhora, o ouvido apenas apanha mais um gemido de dor.

Continua Sebastião Ventura da Paixão Júnior:

O problema é que os analgésicos terminaram e não adianta ir à farmácia, pois o dinheiro também acabou. O beco é sem saída; ao invés de pedir a generosidade alheia, chegou o momento de enfrentar os fatos. Acabou o sonho populista; a realidade pulsa no espetáculo da vida.

Eu queria dizer, Dr. Sebastião Ventura da Paixão Júnior, que foi um texto magistral para qualquer pessoa, de uma criança de sete anos de idade a um especialista em economia, sem subestimar o preparo e o conhecimento de nenhum deles, nem da criança nem do doutor em economia, porque aqui está apenas uma



ilustração metafórica do que nós estamos vivendo hoje, comparando o Estado à obesidade – eu diria até a uma obesidade mórbida que nós chegamos no Estado brasileiro.

E aí não é uma questão de discutir se o Estado tem que ser pequeno, médio ou grande. O Estado brasileiro precisa ser eficiente, Senador Valdir Raupp. Eficiente! E V. Ex^a, que já foi Governador, como o Senador Cristovam, sabe que a coisa mais importante de um Estado, de um Município ou do Governo Federal é atender a população adequadamente. Eu não diria perfeitamente, porque isso é impossível, em nenhum lugar do mundo se consegue. Não estamos no Paraíso, só no Paraíso se conseguiria isso. Mas, no mundo real, é compatibilizar o que o senhor recebe com as necessidades dos vários setores: da saúde, da educação, da segurança pública, da rodovia, da iluminação, da água, do saneamento, tudo isso, até do entretenimento, da cultura, todas essas demandas que são sempre latentes na sociedade. E quanto mais informada ela fica, mais exigente ela se torna, porque mais democrática ela é no processo que nós estamos vivendo.

Então, é preciso, nesse caso, que o governante, seja ele o prefeito, o governador ou o Presidente da República, tenha muita responsabilidade, estabelecendo prioridades e planejando, para evitar fazer uma conta de mais sem condições, porque o cidadão vai ter que pagar amanhã. E é desta irresponsabilidade que se trata: esse inchaço do Estado brasileiro.

Além desse texto muito bem ilustrativo do Dr. Sebastião Ventura Paixão Júnior, que é gaúcho como eu, li também hoje, na *Folha de S.Paulo*, um artigo assinado, agora por mestres: Dr. Irineu de Carvalho Filho, doutor em economia pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology), de Boston, nos Estados Unidos, que é hoje uma das mais respeitadas instituições do mundo; também Dr. Mauro Rodrigues, professor de economia da USP; e Dr. Carlos Eduardo Gonçalves, professor e doutor em economia também pela USP, a nossa festejada universidade que está entre as dez melhores do mundo ou no *ranking* das cem melhores do mundo.

O que eles escreveram no dia 10, ontem? Como o preâmbulo ficou superado porque a Câmara votou ontem, vou à segunda frase desse artigo, que, em homenagem aos autores, Senador Valdir Raupp, também vou ler na íntegra, porque as pessoas talvez não tenham acessado a *Folha de S.Paulo* de ontem. O título também é muito sugestivo: “PEC 241 ou morte!”

[...] Que fique claro o que está em jogo [escreveram esses professores]: sem essa Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241), perderemos nossa independência. [Olhe que frase: “sem essa proposta, perderemos nossa independência”, escreveram eles]. Voltaremos à condição de servos do dragão inflacionário, ressurgido das cinzas para lançar-nos ao caos econômico.

E prosseguem:

O que nossos estamentos insistiram em ignorar por muito tempo é que, em economia, infelizmente, não há mágicas. Há restrições orçamentárias que precisam ser respeitadas.

Quando uma família gasta mais do que tem, por exemplo, endivida-se para cobrir a diferença. Aí, no mês seguinte, se não gastar menos, a dívida cresce, como a proverbial bola de neve de potencial esmagador. Invariavelmente, a coisa termina em desastre [escreveram os professores].

O CPF fica sujo, a Justiça bate à porta [e eu acrescento: os credores, especialmente]. Se a dívida é com amigos, “tchau, tchau, amizade”. E se é com a família? O endividado cai no ostracismo, vira ovelha negra.

No trabalho, as coisas pioram [escreveram sabiamente os professores]. Uma pessoa atolada em dívidas se torna menos produtiva. O desemprego pode chegar, piorando uma situação já ruim. E nada de crédito adicional, o que significa que o ajuste vem de qualquer maneira, só que muito mais dolorosamente.

Os governos têm uma opção extra: emitir moeda para abater parte da dívida. Mas há um custo sinistro: a sociedade se torna serva da inflação. Velha conhecida nossa, a inflação tupiniquim foi domada só quando tampamos a panela do déficit público, há cerca de 20 anos. No caso, com aumento incessante da carga tributária e uso de receitas extraordinária (não recorrentes) [escrevem os professores].

E continuam:

Foi como uma família em que o casal arruma dois empregos e, ao mesmo tempo, recebe da tia falecida uma herança que chega na hora certa: a conta passou a fechar sem cortes de gastos [a conta passou a fechar sem corte de gastos!]. Mas esse alívio é temporário. Se os gastos continuam crescendo, o que fazer? Três empregos é algo inviável e a tia rica morre só morre uma vez.

A carga tributária no Brasil parou de crescer já faz algum tempo. Começou a cair, recentemente, por causa da recessão. Mas, do outro lado da balança (ou do balanço), os gastos cresceram como



sempre, como se não existisse amanhã. Num primeiro momento, o descompasso foi absorvido com elevação de dívida. Porém, como no exemplo da família endividada, a dívida, sem estancarmos os gastos, só pode terminar em bola de neve [concluem nesse texto didático desses professores da USP e um do MIT].

Escrevendo agora, em outubro de 2011, estamos certos: não há mais coelhos para tirar da cartola. Dificilmente a sociedade aceitará mais impostos enfiados pela goela. E os financiadores já vão ficando desconfiados com o tamanho da conta.

Que o leitor não se iluda [e também o telespectador que está nos acompanhando agora – essa parte do texto é minha]: o ajuste [escreveram os professores] vai acontecer de qualquer modo. Resta-nos escolher como. A PEC 241 sugere uma saída suave. Limita o crescimento dos gastos totais pela inflação do ano anterior e garante, assim, uma redução gradual do enorme endividamento.

Fará isso respeitando limites mínimos constitucionais de gastos com saúde e educação [e vou repetir porque aí está a narrativa daqueles que combatem a PEC 241 ao inverso: fará isso, a PEC 241, respeitando limites mínimos constitucionais de gastos com saúde e educação] e devolvendo ao Congresso a tarefa de escolher em que lugar alocar recursos arrecadados da sociedade, o que [certamente] fortalece o processo democrático e ajuda a limitar as barganhas entre Executivo e Legislativo.

Os professores continuam dizendo o seguinte:

Há duas opções à PEC 241: o calote explícito da dívida, que nos levaria ao caos econômico, ou o uso do recurso inflacionário, que nos levaria exatamente ao mesmo lugar.

O país chegou à encruzilhada. Ou fazemos o ajuste fiscal ou descemos ao desagradável reino de Hades – sem poeta para nos guiar.

Quero agradecer aos professores Carlos Eduardo Gonçalves, que é professor e doutor em Economia, da USP; ao Dr. Mauro Rodrigues, professor também de Economia da USP; e ao Dr. Irineu de Carvalho Filho, doutor em Economia pelo MIT, dos Estados Unidos, em Boston, que é uma instituição respeitadíssima.

Eles conseguiram traduzir com uma linguagem que junta o conhecimento acadêmico que têm em profundidade a uma linguagem coloquial que faz qualquer cidadão, de qualquer idade, entender do que se estava tratando ou o que se estava querendo quando foi proposta a Proposta de Emenda Constitucional nº 241. É simplesmente isso.

Porque, no nosso caso, Senador, não se trata de ter um Estado inchado como está,...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... obeso como está, nisso que foi caracterizado pelo advogado gaúcho Sebastião Ventura Paixão Júnior: a obesidade é estatal, e o contribuinte está anoréxico.

Quero, por fim, Senador, dizer que hoje é véspera de 12 de outubro. Amanhã é feriado, quarta-feira. O dia é dedicado – por isso é feriado – a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil. Para os católicos e para as pessoas que são fiéis a Nossa Senhora Aparecida, então, é uma hora de celebração, reflexão e também daquilo que precisamos muito: generosidade, compreensão e tolerância.

E também amanhã – e aí falo como Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal –, 12 de outubro, é dedicado ao Dia do Agrônomo. E para o nosso Estado, assim como Rondônia, do Senador Valdir Raupp, e Mato Grosso, do Senador Medeiros, os agrônomos são profissionais indispensáveis. Para mim, que sou do Rio Grande do Sul, eles também são muito importantes.

Por fim, amanhã também é o dia das nossas crianças, 12 de outubro. Então, por essas três datas tão importantes, cada uma na sua respectiva área, nós desejamos um bom feriado a todos.

Muito obrigada, Senador Raupp.

Obrigada, Senador Medeiros.

(Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Parabéns, Senadora Ana Amélia, pelo brilhante pronunciamento.

Agora concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Medeiros, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores



da TV Senado, minhas senhoras, meus senhores, no meu pronunciamento de hoje, eu gostaria de recomendar a leitura atenta de um artigo publicado recentemente pela revista *Exame* e intitulado “Seremos um país decente?”. O tema do artigo é o passado, o presente e o futuro da infraestrutura brasileira – especialmente o futuro, que eu também prefiro destacar aqui, diante das novas possibilidades que se abrem à economia nacional com o advento do Governo Michel Temer.

O passado da infraestrutura brasileira pode ser resumido em uma palavra: negligência. Não obstante a consciência que todos sempre tivemos da importância da infraestrutura, nós negligenciamos criminosamente nosso dever de construir uma infraestrutura digna de um grande País como o nosso. Negligenciamos a manutenção do que já havíamos construído – nossos portos, aeroportos, estradas, ferrovias, sistemas de saneamento básico. E negligenciamos a necessidade de construir mais, de expandir o que já tínhamos, de incluir mais brasileiros nos benefícios de uma infraestrutura de qualidade.

O passado recente e o estado atual da nossa infraestrutura são o resultado dessa negligência. Tratamos do tema de forma quase irracional. As obras nunca são entregues no prazo. A maioria delas estoura o orçamento. A qualidade dos materiais é inferior, o que exige constantes e caras manutenções. A burocracia estatal encarece as obras e atrasa a sua entrega. A corrupção afasta os melhores concorrentes. A insegurança a respeito do cumprimento dos contratos deixa apreensivos os investidores nacionais e estrangeiros, que preferem investir em outros setores e em outros países.

Injetar mais racionalidade nessa área é fundamental para que o Brasil saia da crise em que nos encontramos. Há cerca de um mês, o Presidente da República, Michel Temer, lançou o programa Crescer – e aqui acho que vale repercutir uma breve comparação, traçada no artigo da *Exame*, entre o Crescer e os programas que vinham sendo implementados anteriormente.

O Programa de Aceleração de Crescimento, lançado em 2007, tinha 16.542 projetos. A primeira etapa do PAC, porém, só conseguiu entregar 40% do que prometeu. Até 2010, concluiu 1.538 projetos a um custo de R\$227 bilhões. A segunda etapa, de 2011 a 2014, contava com 12.465 projetos, e entregou 3.337, ao custo de R\$434 bilhões. As duas etapas do Programa de Investimento em Logística, que durou de 2012 a 2016, tinham 187 projetos e entregaram 46, sendo que apenas a primeira fase custou R\$55 bilhões.

Em comparação, o Programa Crescer contempla apenas 34 projetos, com valor estimado de R\$37,5 bilhões. As razões para essa relativa modéstia são simples, senhoras e senhores: todos vimos no que resultaram os planos megalomaniacos do passado. É bem melhor executar poucos, mas fundamentais projetos, com qualidade do que tentar abraçar o mundo com as mãos ou com as pernas.

Além disso, o tipo de relação que se estabeleceu no passado entre grandes empreiteiras de obras públicas não é mais possível, não é mais aceitável. A retomada cuidadosa e modesta de obras selecionadas de infraestrutura, com apoio da iniciativa privada e do capital estrangeiro, é a única saída viável no momento para o País.

Quando posto em prática, o Programa Crescer deve gerar investimentos e empregos que nos permitirão diminuir o abismo que nos separa de países mais avançados em infraestrutura. O ritmo brasileiro atual nessa área é inaceitavelmente lento.

Investindo apenas 2% do PIB em infraestrutura como fazemos hoje, não damos conta nem da depreciação do que já existe. Estamos andando para trás. Seria preciso investir, no mínimo, 3,2% do PIB, para começarmos a crescer, segundo cálculos do Banco Mundial. Para modernizarmos nossa infraestrutura, em 20 anos, seria preciso um investimento de 5,5% do PIB ao ano, o que, em números de 2016, significa R\$340 bilhões, investidos em transporte, energia, saneamento básico e telecomunicações.

Estamos longe disso. Em teoria, temos uma promessa de investir R\$813 bilhões nos próximos cinco anos – olhem bem: R\$813 bilhões nos próximos cinco anos! –, mas, na realidade, só temos R\$252 bilhões empenhados em obras que estão efetivamente em andamento. Essa relação era inversa apenas quatro anos atrás, para o período 2012/2017, quando tínhamos R\$636 bilhões, efetivamente investidos, e R\$404 bilhões planejados. Mais uma vez, estamos andando para trás; estamos retrocedendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O Programa Crescer, portanto, pretende inverter essa lógica das promessas nababescas, dos projetos megalomaniacos, e fincar o pé na realidade, na dura realidade em que vivemos. Será um trabalho de mais de um governo. É louvável a iniciativa do Governo Temer de iniciar essa trajetória.

O projeto Crescer é a volta à realidade, é a priorização do que é mais importante no momento, levando em conta as dificuldades financeiras que o País enfrenta. E essa mudança do modelo de investimentos é necessária e bem-vinda. É hora de cortarmos na raiz a cultura da negligência que se nutriu da forma como se investia em infraestrutura no Brasil, e o Programa Crescer me parece uma iniciativa racional, ponderada, que tem tudo para colocar o País no rumo certo. Seremos, sim, um país decente – respondendo ao título do artigo



–, não tenho a menor dúvida, desde que adotemos medidas realistas e pragmáticas como o Programa Crescer.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vou trabalhar duramente, como sempre trabalhei aqui no Senado Federal, há quase 15 anos, nas comissões, como membro titular da Comissão de Infraestrutura, como Relator agora das emendas de bancada da Comissão de Infraestrutura para o orçamento do ano que vem, como membro da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação e também da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Direitos Humanos.

Como sempre tenho trabalhado, vou trabalhar, cada vez mais, juntamente à Deputada Federal Marinha Raupp e demais pares da nossa Bancada de Rondônia, para que nesse programa do Governo do Presidente Temer, no Programa Crescer, obras importantes do meu Estado, do Estado de Rondônia, obras de logística, como a Ferrovia Bioceânica, ferrovia que liga Mato Grosso a Rondônia, depois ao Acre, ao Oceano Pacífico, mas sobretudo o trecho de Sapezal a Porto Velho, que é o que mais defendo, possam ser incluídas, mesmo que em forma de concessão da iniciativa privada, para construir essa obra tão importante para Rondônia. Da mesma forma, que a BR-364, obra importante, espinha dorsal do desenvolvimento do Estado de Rondônia, possa ser incluída nesse programa também, repito, mesmo que em forma de concessão da sua duplicação de Sapezal, ou de Comodoro, no Estado do Mato Grosso, passando por todas as cidades de Rondônia até Porto Velho ou até a divisa do Estado do Acre; obras como a Ponte Binacional Brasil-Bolívia – já falei nessa semana sobre essa obra –, que possam entrar nesses projetos; obras como a restauração da BR-319, como a Zona de Processamento de Exportação de Porto Velho, como a Usina de Tabajara lá em Machadinho do Oeste, uma usina de 400 megas que já está com projeto pronto, faltando pequenos ajustes na área ambiental, sobretudo na área indígena, para que possa ser leiloada, licitada, para que seja colocada em construção. Que todas e tantas outras obras como a conclusão da BR-425, a conclusão da BR-429, o reinício das obras da BR-435, de Vilhena, Colorado, Cerejeira, Pimenteira possam ser retomadas, como também a construção da BR-174, de Vilhena até Juína! Todas essas ações farão parte do nosso trabalho tanto nas Comissões do Senado Federal como aqui no plenário do Senado e do Congresso Nacional, para que elas possam se tornar realidade.

Queria encerrar também, Sr. Presidente, a minha fala, da mesma forma como se pronunciou aqui a Senadora brilhante, Senadora Ana Amélia: no dia de amanhã, um feriado nacional, Dia de Nossa Senhora Aparecida, dia dos católicos, assim como temos também feriado, na maioria dos Estados, no Dia dos Evangélicos, amanhã é o Dia de Nossa Senhora Aparecida, que, coincidentemente também, como já foi dito aqui pela Senadora Ana Amélia, é o Dia do Agrônomo, da Agronomia, e também das nossas crianças.

E, por falar das nossas crianças, eu queria parabenizar o gaúcho de fibra, Deputado, Ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, que foi Secretário também do Estado do Rio Grande do Sul, um grande Secretário da Saúde, e que agora comanda essa área do setor social do Governo do Presidente Michel Temer, e que lançou, juntamente com o Presidente e com a Primeira-Dama do nosso País, a Marcela, o Programa Primeira Infância.

Esse é um programa extraordinário. A primeira infância acho que é o momento da criança em que nós temos que dar... Eu hoje tenho uma neta de dois anos – assim como tive também dois filhos –, a nossa netinha Helena, lá na cidade de Ouro Preto, Rondônia, assim como tive também dois filhos e pude acompanhar o crescimento deles. Acho que o momento mais importante do ser humano é a primeira infância, e o Osmar Terra é um especialista. Já fez curso em Harvard, nos Estados Unidos, é um médico especialista nessa área e sugeriu ao Presidente Michel Temer que lançasse esse grande programa, que é o programa de atenção à primeira infância.

Então, parabéns a todos os católicos pelo feriado de amanhã, Nossa Senhora Aparecida, às nossas crianças e aos nossos agrônomos.

Muito obrigado.

(O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Concedemos, com muita alegria, a palavra ao nobre Senador José Medeiros, do Estado de Mato Grosso. V. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento. Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Valdir Raupp, primeiramente gostaria de lhe cumprimentar pelo brilhante pronunciamento que fez agora há pouco e dizer que também vou na mesma linha de V. Ex^a.

Queria cumprimentar a todos que nos assistem e dizer, Senador Valdir Raupp, que tinha preparado outra fala hoje, mas, lendo *O Estado de S.Paulo*, nesta terça-feira, 11 de outubro de 2016, lendo o editorial, resolvi mudar de foco, e vou ler e compartilhar com todos os brasileiros que acompanham a TV Senado o



editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, jornal esse que foi muito criticado durante todo o período que o Partido dos Trabalhadores passou, chamado como participante do PIG, imprensa marrom, e por aí vai.

Mas, na verdade, sempre atacaram o jornal, nunca o conteúdo das notícias. Sempre atacaram o dono dos argumentos, mas não o que os argumentos diziam.

Então, vou ler aqui este editorial, que achei muito interessante:

A firmeza demonstrada pelo presidente Michel Temer e por seus principais auxiliares na defesa da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que estabelece um teto para os gastos públicos, bem como a cobrança pública, por Temer, de fidelidade dos parlamentares situacionistas na votação da matéria, criaram as condições políticas para tornar possível o urgente ajuste das contas públicas e a consequente retomada do crescimento econômico. Com o início da votação na Câmara dos Deputados da PEC 241 – que vem recebendo amplo apoio da sociedade e até de parlamentares da oposição –, delineiam-se o perfil do governo Temer e a esperança nacional de se ver uma luz no fim do túnel. Com intensa atuação na defesa da PEC, o presidente mostrou que não está disposto a permitir que surpresas possam comprometer sua estratégia de combate ao devastador legado [deixado por 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores] do lulopetismo.

A ganância descontrolada promovida pelo populismo irresponsável do governo petista, a pretexto de impor ao País uma “nova matriz econômica” de viés “progressista”, não foi a única, mas é certamente a principal causa da derrocada econômica cujo único benefício proporcionado ao País foi promover o fim do ciclo de poder de Lula e [da sua turma] sua tigrada. A correção dos graves erros cometidos ao longo dos 13 anos do domínio lulopetista exige remédios amargos.

A aprovação da PEC 241, tanto por sua importância intrínseca, como pelo sentido simbólico, abrirá caminho para outras propostas de reforma que na sequência serão submetidas ao Congresso Nacional. Foi com essa preocupação que o presidente intensificou seus contatos com os congressistas, dos quais depende a aprovação das medidas – a PEC precisa ser aprovada em votação de dois turnos, por maioria qualificada, na Câmara e depois no Senado –, bem como promoveu o lançamento de ampla campanha de esclarecimento das propostas e de sua necessidade, fortalecida por iniciativa semelhante das principais entidades empresariais do País.

São iniciativas vitais para conquistar o apoio da população às mudanças e reduzir a resistência a elas. Tanto a oposição partidária quanto interesses corporativos de toda natureza estão mobilizados para barrar no Congresso as medidas anticrise. O PT e as organizações partidárias à sua esquerda o fazem por razões ideológicas ou para tentar mostrar que têm algum papel a desempenhar. Nada os dissuade de propagar a falsa ideia de que qualquer medida proposta pelo atual governo está a serviço de uma conspiração permanente das “elites” contra os interesses “do povo”.

Por outro lado, só interesses corporativos podem explicar a iniciativa da Procuradoria-Geral da República (PGR) de solicitar ao Congresso o arquivamento ou a alteração da PEC 241, sob o argumento de que se trata de matéria inconstitucional porque “ofende” a independência e autonomia dos Poderes e, de quebra, pode ameaçar o combate à corrupção via redução de recursos para as investigações. Tanto o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, quanto o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, reagiram energeticamente à iniciativa da PGR.

Em nota oficial, o Planalto garantiu que não há “qualquer tratamento discriminatório que possa configurar violação ao princípio da separação dos Poderes”. A resposta mais contundente partiu da liderança do governo na Câmara, assinada por 22 Deputados, afirmando que nenhum órgão da administração pública “deve fazer pressão no intuito de manter suas benesses”. O ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, disse não saber qualificar “o absurdo dessa divagação do Ministério Público”.

E aqui faço um adendo. Ontem, o Procurador do Estado de São Paulo Dr. André Figaro fez uma postagem no Twitter interessantíssima. Foi mais ou menos assim o tuíte dele: como se pode conceber que alguém possa ser contra você gastar menos do que ganha?

E assim todos que raciocinam dentro da lógica têm pensado. A própria dona de casa, quando vai ao mercado, só gasta o que tem. Ninguém gasta acima, a menos que queira se endividar.

A PEC do Teto foi aprovada, na semana passada, pela comissão especial criada na Câmara para avaliá-la. Ontem, o plenário aprovou, por 255 a 9, a eliminação do intervalo de duas sessões entre a aprovação da PEC na comissão especial e sua votação no plenário. Até o deputado Silvio Costa [...], feroz defensor da ex-presidente Dilma Rousseff e atual vice-líder da oposição, apoiou a proposta.



“Vou votar a favor de 204 milhões de brasileiros, dos homens e mulheres que vão dormir todo o dia com medo de perder o emprego, que não têm estabilidade, dos que estão desempregados”, justificou. Um governista não faria melhor.

Na verdade, Silvio Costa tem experiência. E, por incrível que pareça, eu me surpreendi, sim. Ele, que muitas vezes é chamado de Shrek, de bufão, teve ontem uma atitude grandiosa de votar a favor dos brasileiros.

Hoje, nós fizemos aqui um debate ainda pequeno – mas esperamos fazer esse debate – ali na CAE. E eu ouvi cada coisa... Do ponto de vista político, da retórica política, faz todo sentido, mas eu ouvi professores falarem cada coisa... Ouvimos, porque temos ouvido e é melhor do que sermos surdo. Se fosse no debate político – eu vou citar o nome dele aqui, porque ele pode pedir o art. 14 –, se fosse o Senador Lindbergh dizendo, faria sentido, porque é o debate político, mas um professor, um técnico de uma universidade vir e se propor a fazer um debate daquele? E foram inquiridos pelo Senador Cristovam Buarque – eu digo que, às vezes, faz umas provocações inquietantes o Senador Cristovam – que disse: “E o que vocês botariam no lugar?” Não apresentaram, não tinham o que colocar no lugar. Esses catedráticos que tanto falam pouco ajudaram o governo do Partido dos Trabalhadores, pouco contribuíram, ficaram naquela doutrinação dentro das universidades.

E eu me irrito com esse pessoal. Senador, sabe o porquê?

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agorinha, Senador Lindbergh, porque eu sou como V. Exª: se eu perder o meio da conversa aqui, eu perco o raciocínio.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sim. Fique tranquilo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sabe o que me irrita, Senador Valdir Raupp? Eu tinha em torno de 19 anos na universidade federal, e essa turma me colocou para ir para a rua junto com outros estudantes para protestarmos contra a globalização. E mais: um desses professores fez um discurso tremendo, porque estavam chegando computadores para colocar nas escolas. Ele falou: “Esse é o mal do século. Isso é espalhar a globalização”. Olhem que coisa terrível. Isso era um professor mestre na universidade. Esse é o tipo de gente que fica espalhando essas coisas.

Eu gosto do debate político, mas vamos fazer o debate na técnica. Um professor, quando vem ao Senado, ele tem que dizer a verdade. Nós estamos quebrados. Os Municípios estão quebrados. Nós não temos mais de onde gastar, gastou-se tudo. Toda a gordura que tinha para queimar o governo Lula gastou, a Presidente Dilma gastou. E o próprio Ministro Antonio Palocci, certa feita, propôs esse debate aqui, e, se há uma pessoa a quem tem que se fazer um elogio – não estou entrando na questão da Lava Jato nem nada, mas é um político que sempre respeitei muito –, é Antonio Palocci, que fazia um debate muito à altura, um debate com um nível a ser copiado, um debate sereno. Ele propôs, certa feita, que nós precisávamos olhar o gasto público.

E todos são unânimes em criticar que nós pagamos juros demais. E pagam-se juros demais por quê? Porque nós temos que pegar cada vez mais dinheiro, mas, quando se fala em ter um teto de gasto, um limite de gastos, dizem não. Nós não temos o moto-contínuo do dinheiro. O Governo precisa ter suas prioridades e não tem como fazer frente a todas elas.

Se for nesse raciocínio, nós vamos colocar a melhor artilharia que tiver no mundo, vamos investir em armamentos bélicos, vamos investir em tecnologia, mas nós não temos. E esse argumento de que está tirando dinheiro da educação é um argumento ideológico, não está tirando dinheiro da educação. Está aí para todo mundo ver.

E eu digo que, do ponto de vista político, eu entendo, mas, do ponto de vista técnico, esses argumentos que trouxeram hoje aí são pequenos. Espero que possamos ter outra audiência, Senador Lindbergh, para que possamos fazer o contraponto.

Concedo, com muita honra, a palavra ao Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Primeiro, Senador Medeiros, é um prazer. Aqui, fazemos o debate respeitoso, nós temos posições divergentes, mas V. Exª sempre se coloca para o debate. E eu quero entrar aqui no debate técnico. Nós estamos, sim, Senador Medeiros, acabando com a vinculação constitucional com a educação. A União, hoje, é obrigada a investir 18% do seu Orçamento em educação. A PEC – está lá escrito – acaba com isso. Eu fiz uns cálculos, Senador Medeiros: se essa PEC existisse de 2006 para 2015, há dez anos, o gasto da educação, que foi de 103 bilhões, teria sido de 31 bilhões; o da saúde, que foi de 102 bilhões, teria sido de 65 bilhões. E os senhores falam que estão congelando; na verdade, não estão congelando, estão reduzindo. Sabe quantos idosos nós temos no Brasil hoje? São 16 milhões. Daqui a 20 anos, que é o prazo da PEC, sabe quantos idosos nós vamos ter? Serão 36 milhões, 20



milhões a mais. E esse projeto aí diz que nós não podemos, mesmo se a economia crescer muito, gastar mais em saúde. Nós vamos ter redução *per capita* do gasto. Eu tenho um diagnóstico aqui diferente: eu acho que o problema central do Brasil hoje é retomar o crescimento econômico, não é a questão fiscal. A questão fiscal só melhora quando a economia está crescendo. O Lula pegou a dívida do País em 60% do PIB, ela caiu para 34%. Por quê? Porque houve crescimento. Digamos que os senhores estejam certos e que o maior problema do País, o problema central do Brasil seja a questão fiscal. Eu faço uma pergunta, senhores: se o problema é fiscal, por que, então, todos não contribuem para resolver esse problema fiscal? Por que, no andar de cima, os ricos não contribuem? Eu não vi uma medida que pegue os mais ricos, não tem uma; é só em cima do povo pobre, do povo trabalhador. É vinculação de salário mínimo com benefícios previdenciários na reforma, é redução de recursos para a saúde pública, para a educação. Não tem. Até os senhores que defendem essa tese deveriam defender uma coisa mais equilibrada. Não tem. É um ajuste em cima do povo trabalhador. É essa a minha crítica central. E, por isso, eu faço o aparte, cumprimentando V. Ex^a. Tem que participar desse debate. Sinceramente, eu encerro dizendo que acho que o Senado tem que ser diferente da Câmara. Acho que aqui teremos um prazo até dezembro de votação dessa PEC. É fundamental fazermos vários debates e audiências públicas. Eu hoje procurei o Presidente Renan para estabelecermos um cronograma, Governo, oposição e a Presidência da Casa, para acertamos o período de votação, quando vai ser votado, para podermos aproveitar esse período para aprofundarmos muito o debate. Aqui, Senador Cristovam, nós estamos tendo posições de economistas com outro viés, completamente diferente, não são economistas keynesianos, desenvolvimentistas. Eu tenho ouvido muita opinião de economistas liberais questionando a PEC 241. Há um economista aqui que trabalha com o Senador José Aníbal, que trabalhava com o Senador José Serra, economista Felipe Salto, que fez um texto com a Monica de Bolle extremamente interessante, em que ele diz que, num primeiro momento, a PEC é frouxa demais e à frente é contracionista demais, vai ter que haver um superávit de 6% a 7% do PIB. Eu ouvi o José Luis Oreiro, cujas posições o Senador Cristovam conhece muito, dizendo o seguinte: "Estão errando na dosagem". Propõe ele o quê? Que seja com a inflação, mas coloque também o aumento da população, porque, segundo ele, numa entrevista de hoje, a população tem crescido 0,8% ao ano e é um contrassenso completo congelarmos isso por 20 anos. Então, há outros economistas de posição diferente da que eu defendo com posições muito críticas sobre a PEC 241. Por isso, eu espero que o Senado seja o Senado da República e que façamos um debate o mais aprofundado possível nesse período que vamos ter até a votação da PEC. Muito obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu que agradeço, Senador Lindbergh.

Passo a palavra, com muita honra, ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Como disse o Senador Lindbergh, aqui é um lugar para debatermos com mais cuidado, inclusive com mais números. Eu quero começar sobre um acordo com o Senador Lindbergh: a proposta deveria vir com medidas que tocassem nos ricos, fazendo o que Lula não fez, fazendo o que a Dilma não fez, fazendo o que a gente não tem feito aqui há muitas décadas, trazendo de volta a proposta do Fernando Henrique Cardoso do imposto sobre as grandes fortunas, por exemplo. Nisso eu estou de acordo, tem que trazer essas coisas. Mas eu vou insistir outra vez: o maior imposto deste País, ao longo da história, sobre os pobres chama-se inflação. O pior é que é um imposto mentiroso: dão-se 20% de aumento ao trabalhador e tiram-se 20%. Ele fica rindo até ir à feira, mas aí ele não lembra que aquilo é um imposto. Acabar com a inflação é o gesto mais popular que se pode fazer. Isso aí a gente tem que colocar na cabeça. Tinha um movimento de economistas, que começou lá nos anos 30 com Keynes, numa época em que não havia inflação. As pessoas esquecem que gastar pode até ajudar no crescimento, mas gastar quando ainda há uma margem para o Estado gastar sem fazer pressão. Nós esgotamos isso há décadas, tanto que teve que haver o Plano Real, uma saída que ninguém imaginava e que se esgotou. A dívida está no limite. Por quê? Alguns dizem que outros países têm mais, mas são países que têm credibilidade e, então, podem ter dívida alta sem juros altos. É como uma pessoa, Senador Lindbergh, que tem muito crédito e prestígio; se ela precisar de dinheiro, ela vai a um banco que cobra pouco, mas quem não tem tem que ir ao agiota. O Brasil hoje vive em um sistema de agiotas. E eu não entendo como se defende esse sistema bancário dizendo que é preciso baixar os juros. Eles são agiotas, vai ter que pagar esse juro alto, porque nós precisamos e não temos crédito. Somos um País que já fez duas moratórias em pouco tempo, isso fica registrado; que gasta mais, inclusive aqui nesta Casa, que a gente esquece. Não é só aumentar impostos dos ricos, não; também é reduzir os gastos nossos aqui de Senadores. Dá para reduzir, gente. Nós podemos ser mais austeros também e não apenas nos gastos públicos. Agora, a gente precisa debater com um certo cuidado. Por exemplo, a vinculação hoje daria menos dinheiro do que, graças a Lula e Dilma, a gente gasta em educação. A gente gasta, se eu não me engano, 28% já ou 22% em vez de 18%...



O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – 23%.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – São 23% em vez de 18%, ou seja, a vinculação hoje levaria a reduzir gastos na educação. Óbvio, é 23%, graças ao Lula e à Dilma, graças ao Fernando Haddad, que conseguiu bastante aumento de gastos. A gente gasta muito mais do que a vinculação. Cairia se a gente cumprisse a vinculação. E o que o Governo está propondo é interessante. Parte do mínimo, que é o de hoje, e reajusta pela inflação. Além disso – não adianta dizer, porque ninguém quer ver –, vai poder aumentar isso, desde que reduza em outro lugar. E isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ah...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Há lugares que a gente dá subsídios ao setor de educação...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vamos saber quem é a favor da educação.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Há setores, há subsídios. Hoje, a Prof^a Laura, se eu não me engano, falou e criticou a Dilma com o excesso de subsídios, de desonerações. E aí é que eu acho que a gente tem que fazer a crítica à PEC 241. Ela sozinha pode ser um desastre. Hoje até de manhã, eu disse: a gente pode estar transformando uma crise financeira em uma crise constitucional daqui a cinco, seis, dez anos. Se a gente define o teto, mas não barra pressões para aumento de gastos... E não é a população, porque isso está crescendo pouco; são penduricalhos, inclusive constitucionais, que obrigam a aumentar gastos. A PEC 241 tem que vir acompanhada de outras reformas constitucionais que barrem o crescimento dos gastos. E não é a vinculação, porque a vinculação hoje está abaixo. Então, a vinculação não é... Além disso, a arrecadação está caindo, a vinculação joga para baixo.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sim, mas nesses dois anos. Talvez alguns mais, vai demorar a ter uma recuperação disso. Essas pressões...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Se V. Ex^a me permite.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sim, mas só um momento. Essas pressões é que, a meu ver, devem estar barradas. Não adianta apenas barrar o teto do gasto; é preciso suspender as pressões para aumentar gastos que eu considero supérfluos. Aí, a gente faz o debate aqui se é ou não supérfluo. Mas o que eu quero falar, Senador, é outra coisa. É que o Governo, a meu ver hoje, cometeu um erro: não comparecer àquela audiência com seus técnicos. Só vieram dois técnicos respeitáveis, e não veio ninguém do Governo para explicar. Eu acho...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não o PT, os governos todos anteriormente neste País têm cometido um erro: ganha aqui dentro e perde lá fora. O Governo pode estar se preparando para vencer aqui com um rolo compressor, mas perdendo a opinião pública. Hoje, perdeu-se. Eu fui lá e só quis fazer uma pergunta, porque achei o debate carente de técnica, muito carente. E aí só fiz uma pergunta – que o Senador Medeiros falou: “o que vocês fariam?” E não houve resposta. Não houve. A professora disse: “Aumentaria a arrecadação.” Como é que aumenta a arrecadação? “Eu retomaria o crescimento.” Como se retoma crescimento? Isso não é decisão. Então, não há respostas, e a gente tem que procurar uma resposta. Vai ver que há uma outra melhor, não pode dizer que o que veio aí está pronto. Mas o Governo, a meu ver, está perdendo o debate. Essa ideia, por exemplo, de que vai reduzir gasto na educação está passando, está pegando. É interessante que o povo inteiro quer reduzir gastos do Governo. Isso é uma unidade nacional, mas, ao mesmo tempo, nessa hora, já estão ficando contra, porque se está passando a ideia de que vai reduzir gastos com educação. Vai reduzir gasto de quem não tiver força política aqui dentro. Isso é que vai fazer ressurgir esquerda e direita aqui dentro. Esquerda, para mim, é quem vier brigar por mais dinheiro para a educação, dizendo de onde tira. E, aí, de direita eu vou chamar aqueles que não quiserem tirar de onde eu sugiro para botar na educação. Nas últimas décadas, a gente não precisou disso. A gente dá dinheiro para todo mundo: desonera para vender mais carro, faz estradas... Então, é preciso, na verdade, duas coisas. Uma é esta: barrar aqui; barrar essa pressão. E precisamos mudar muitas coisas. E a segunda é passar para o setor privado



uma porção de gastos que roubam dinheiro do setor social brasileiro. Vou dar um exemplo: se não tivessem passado para o setor privado esses telefones, a gente deveria ter gasto uns, sei lá, R\$400, R\$500 bilhões, que poderiam ter ido para outro lugar. Eu nem falo que privado funciona melhor ou não; não vamos discutir isso. Mas por que não deixa isso para o setor privado, como se deixou, em vez de ficar estatal? Há outras coisas neste País que a gente precisa, às vezes, jogar para o setor privado para não roubar dinheiro do setor público social. Tudo que não for necessário ser exclusivo do Estado, a gente pode jogar, para sobrar dinheiro. Se não fizermos isso, vamos ter uma situação muito crítica no futuro. E, se tivermos o teto sem barrar os gastos, vamos ter uma crise constitucional, como a Argentina viveu quando colocou na Constituição um dólar igual a um peso. É igualzinha a imagem. Mas as pressões dos gastos em peso foram crescendo, a inflação crescendo, a inflação crescendo, aí chegou a um ponto em que não dava mais para manter aquela paridade. Caíram três Presidentes, se não me engano, ou caíram dois e um terceiro assumiu; teve-se que mudar a Constituição, o que não é fácil. Qualquer grupinho barra a mudança da Constituição. E, aí, como é que a gente fica no dia em que os gastos forçosamente superarem o teto? Forçosamente, porque têm uma dinâmica própria. A professora disse: "Não é só com a vontade de que o teto seja esse que o teto acontece, não." Há forças aí dentro que estouram o teto. E aí? Vai ser inconstitucional estourar o teto. O Presidente que fizer isso cai, porque será pior do que pedalada quando isso acontecer.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É salto em altura.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Agora, eu quero dizer que eu já não estava lá, na Comissão – se soubesse teria ido uns segundos depois –, mas o Senador Medeiros, pelo que eu soube,...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... não foi aceito no debate. Foi criticado, foi agredido, eu diria até, de certa maneira, verbalmente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Somente o Senador Lindbergh que me aceitou lá.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Foi. *(Risos.)*
Não foi tanto assim... Não sei.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não foi tanto, não; me deram o dedo, vaiaram, foi por aí. *(Risos.)*

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Medeiros...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas eu quero dizer, Senador Raupp, que se a gente não tiver um debate muito maduro e um mínimo possível ideologizado, passe ou não, vai ser muito ruim, porque vai passar, talvez não da melhor maneira, ou nem passe, e aí é uma tragédia também. Nós estamos diante de tragédias! Precisamos escolher a menos grave para nós.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Já concedo, Senador Lindbergh.

Senador Cristovam, eu concordo plenamente com V. Ex^a. E não é só parte da militância do PT que estava ali, não. Aqui, no Senado, a gente precisa começar a cultivar um negócio: aqui é a Casa do Povo, mas os Senadores não podem ser agredidos por suas palavras, por atos, como eu vi, há poucos dias, um vídeo do Senador Lindbergh sendo agredido. Não concordo com esse tipo de coisa. Eu penso que o debate político tem que ser feito. E, hoje, até critiquei eles, dizendo o seguinte: vocês estão pedindo o debate, mas não aceitam contraponto. E, aqui, tenho que falar: as pessoas que defendem o nosso lado político, às vezes odeiam o Senador Lindbergh, dizem que o Senador Lindbergh os irrita. Mas, na verdade, o Parlamento é isso: o Parlamento é feito de contrapontos. Isso a gente tem que aceitar, sem partir para essas coisas. Mas isso é coisa menor.

Eu penso, Senador Cristovam, que, realmente, V. Ex^a dá um alerta muito interessante.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – V. Ex^a é um dos Senadores aqui que fazem o debate, Senador Valdir Raupp, talvez com a mais pura honestidade de propósito. Por isso, V. Ex^a é tão respeitado e admirado por todos. V. Ex^a alertou o governo Lula, alertou o governo Dilma, e passa a alertar o Governo do Presidente Michel Temer agora, também. Eu concordo com V. Ex^a, porque existe ministro neste Governo, Presidente Valdir Raupp, que nega a política, tem preconceito contra os políticos. Isso é ruim. Ou eles mudam o viés e se consertam, ou então não vão se sustentar, porque somos nós que vimos aqui fazer o contraponto, para dar sustentação ao que o Governo precisa implantar. E quando ministros começam



ter viés de negar a política... Essa história de vir para a política e dizer: “Eu não sou político”, isso é conversa fiada de candidato novo que está se colocando; e, se se elege a primeira vez, vira político e acaba com esse discurso. Essa história de que é o técnico que resolve... O bom técnico consegue ver o todo e consegue fazer a leitura política.

Então, fica esse alerta do Senador Cristovam, muito importante, para que a gente possa fazer a defesa aqui, mas tendo respaldo também, porque eu não aceito a pecha de leproso, não. A política é uma das mais nobres artes do ser humano, porque, através dela... Eu diria que a política é o algodão entre os cristais, Senador Valdir Raupp.

E já concedo a palavra ao Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, eu acho que nós vamos ter tempo, Senador Cristovam, para esse debate. Na verdade, eu quero mostrar vários números. O Senador Cristovam falou: hoje, de fato, a partir do governo do Presidente Lula, nós estamos gastando mais do que os 18% do orçamento da União. Só que, pelos números que têm sido apresentados aqui por vários economistas, Senador Raupp, de 23%, a gente pode cair para menos de 15% de investimento em educação. Se o senhor diz: “Você pode tirar de outra área!” Mas quais são as áreas importantes? Vamos lá: nós gastamos R\$500 bilhões para pagamento de juros. Nisso aqui, ninguém quis colocar limite para a despesa financeira: “Essa aqui, não! Não toque nisso!” Então, já se tira isso. Vamos lá: os maiores orçamentos, quais são? Previdência, algo em torno de R\$500 bilhões, 8% do PIB; saúde, algo em torno de R\$100 bilhões; e educação, algo em torno de R\$100 bilhões. Os outros orçamentos são muito pequenos. Aí hoje apresentaram uma projeção dizendo o seguinte: com a reforma da previdência, contudo, há uma tendência de subir de R\$8 bilhões para R\$9 bilhões a reforma da previdência. Onde vai ficar o aperto? Vai ficar centralmente na saúde, na educação, pode pegar a cultura e pode pegar a segurança. Então não tem jeito de dizer que não é corte. É um corte muito violento.

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Senador Cristovam fala de inflação. Estamos com projeção, no próximo ano, já com algo de menos de 5% de inflação. E o problema da dívida – encerro, Senador Medeiros – é dizer o seguinte: qual o maior problema do País hoje? Na lógica que está aí, é só a questão fiscal. O maior problema hoje é a recessão! Temos que ter uma política de recuperação do crescimento econômico. Só vamos resolver a questão fiscal quando a economia crescer. Volto a repetir o número do Lula: ele pegou a dívida de 60% de Fernando Henrique Cardoso e caiu para 34%, porque a economia cresceu. O que a gente está fazendo é uma loucura, porque você faz um aperto fiscal muito grande nesse momento e o que acontece? Você aprofunda a depressão da economia, você diminui a arrecadação. É um círculo vicioso e não saímos disso. Eu infelizmente, sinceramente, acho uma loucura o que a gente está aprovando. Espero que haja debate no Senado, que seja diferente da Câmara dos Deputados. Agora quem vai pagar por isso aqui – volto a dizer – são as pessoas mais pobres que precisam de educação pública, de saúde pública. Muito obrigado ao Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agradeço ao Senador Lindbergh. Só fazendo o contraponto que foram 14 anos e esses pobres foram só usados como biombo porque...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não. Eles melhoraram muito de vida, melhoraram de vida muito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... as campeãs...

Sim.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Trinta milhões de pessoas saíram da pobreza absoluta. Não venha dizer isso. Trinta milhões de empregos criados, os mais pobres mudaram de vida no nosso governo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Lindbergh, vou te falar quem saiu da pobreza absoluta: JBS, Odebrecht. Essas foram as campeãs. Essa turma que ganhou dinheiro. O resto foram as migalhas que caíram da mesa do dono. Neste momento, precisamos do quê? Fazer a economia crescer. Tudo bem, concordo com V. Ex^a.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quem entende de JBS é esse Governo. É o Temer.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Mas veja bem.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Meirelles trabalhava lá.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Veja bem. Tombini veio



aqui à CAE e perguntamos qual era o critério para ter escolhido JBS, essa turma toda?

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Ele falou: “nós escolhemos as campeãs”. As campeãs do quê? Não vou entrar nesse debate porque a gente já o fez lá na Comissão do Impeachment.

Mas, veja bem, precisamos fazer o quê? Gerar emprego, fazer a economia crescer, essa coisa toda. Sim, mas não se faz isso porque não temos o quê? Credibilidade nesse momento. Derreteu. O Ministro Meirelles tinha avisado: vai começar a derreter a credibilidade. Derreteu. Agora, não vamos voltar a crescer, de jeito nenhum, se a gente não der sinais para que as pessoas que detêm, os jogadores queiram jogar bola.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Se a gente não aplinar o campo, não tampar os buracos, os jogadores não jogam. E aí que é a grande discussão. Se não resolver a questão fiscal, não cresce; se não cresce, não resolve a questão fiscal? Virou a cobra comendo o rabo. Na verdade, nós precisamos, sim, sinalizar e isso passa pelo limite de gastos.

Concedo a palavra, com a permissão do Presidente, à Senadora Rose, e já encerrei minha parte.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Gostaria também de um aparte, V. Exª, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Queria fazer um apelo, porque já passa de 40 minutos que o Senador Medeiros está na tribuna e tem mais gente querendo falar. Mas, já que está concedido o aparte, vou dar mais dois minutos para o aparte da Senadora.

A Srª Rose de Freitas (PMDB - ES) – Não quero abusar do tempo de V. Exª. Apenas quero dizer que essas reflexões são justas e oportunas. Os números estão aí. Ninguém inventou o País de crise. V. Exª faz apenas demonstrar publicamente. As pequenas atitudes, que são pequenas ou grandes atitudes, de se debater esse assunto publicamente e mostrar de quem é a culpa... Basta olhar o Brasil como está, este Brasil que eu não vivi, e olha que fui Constituinte. Portanto, parabeno V. Exª pelas considerações feitas acerca do realismo do País.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Gleisi.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador José Medeiros, que, aliás – eu queria fazer um reconhecimento aqui –, esteve na audiência da CAE. V. Exª sempre está nos debates, apesar de termos profundas divergências. Mas acho que isso é muito importante. Até porque essa medida, a PEC nº 241 não pode passar no Senado como passou na Câmara dos Deputados.

(Soa a campanha.)

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós temos responsabilidades com o País, com a Federação, de discutir. As pessoas têm que entender o que nós estamos discutindo. Não pode ser um argumento simplista. Eu não vou aqui nem levantar a questão de culpa. É que não pode haver o argumento de que a despesa está descontrolada e por isso nós temos que cortar. A nossa crise fiscal é uma crise de receita e não de despesas. Aliás, nós cortamos despesas desde 2011. Eu posso assegurar porque estava no governo da Presidenta Dilma. Em 2011, nós cortamos R\$50 bilhões; em 2012, nós cortamos R\$50 bilhões; em 2013, R\$30 bilhões. Nós só começamos a ter déficit depois do governo do Presidente Lula, em 2014, por uma crise internacional. E aí, quando o remédio tem que ser ao contrário, ou seja, o Estado brasileiro tem que entrar com os recursos, tem que investir, nós estamos fazendo uma medida cíclica. Na época do Presidente Lula, quando nós tínhamos receita, nós fizemos primário, as finanças estavam em ordem. A desorganização de finanças por conta de uma ...

(Interrupção do som.)

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... crise de receita não é por causa da crise fiscal ou por causa da despesa descontrolada. Não é isso. Nós tivemos uma crise econômica internacional. Nossos principais parceiros comerciais deixaram de comprar. Tivemos crise cambial. Se nós não levamos isso em consideração, nós vamos estar dando remédio errado para o paciente. Ao invés de ele melhorar, nós vamos matá-lo. É isso que nós estamos tentando alertar. As pessoas não estão abertas a essa discussão. E pode ser tarde demais quando a gente conseguir abrir os olhos da população. Veja, vocês fazem um argumento bem simples, como se fosse a casa da gente. Eu ontem falei da tribuna que não dá para a gente comparar, porque o papel do Estado é diferente do papel de uma família. Mas vamos lá, fazer um esforço de comparar com uma família. Sabe o que nós estamos fazendo? O pai, hoje, está desempregado ou



está num subemprego, ganhando pouco, e nós dizemos assim para ele: “Você só pode gastar hoje o que você está gastando com esse salário menor que tem. Daqui a 20 anos você não pode mudar isso. Vai corrigir pela inflação”.

(Soa a campainha.)

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aí melhora a vida dele. Ele tem um salário melhor. Vai haver mais um filho na família, e ele não pode gastar mais. É isso que nós estamos dizendo para o Estado brasileiro. Não há lógica. Por isso nós temos que discutir. Eu quero só ter de V. Exª o compromisso de que nós vamos fazer o debate nesta Casa, porque quem tem a ganhar com isso é o Brasil e o povo brasileiro.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vamos fazer bem rápido, para não demorar muito.

Muito obrigado, Senador.

Eu digo que nós precisamos realmente gastar só o que arrecadamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª

Concedemos a palavra ao nobre Senador Lindbergh Farias e, em seguida, à Senadora Rose de Freitas.

Eles estão discutindo se fazem uma permuta. Eu gostaria de consultá-los.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu estou cedendo minha vez para a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – O Senador Lindbergh, como sempre, um cavalheiro, faz uma permuta.

Com a palavra a Senadora Rose de Freitas.

V. Exª dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento. Em seguida, o Senador Lindbergh Farias.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Vou tentar ser breve, Presidente.

Agradeço a gentileza, Senador. Hoje tenho um torcicolo que está me matando. Estou tentando sobreviver.

Queria apenas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, falar da retomada da confiança, do esforço que se está fazendo hoje no Brasil, para que nós possamos, através das medidas que estão sendo adotadas e da PEC 241, fazer essa escolha de gastos públicos. É uma retomada para que possamos voltar ao crescimento econômico da geração de empregos, pois estamos frequentando patamares antes nunca vistos e que são absolutamente...

Presidente, queria perguntar de onde são os alunos. V. Exª quer registrar?

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Já estão passando o nome da escola.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Para registrar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Já anunciamos.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Então, também é tempo de recobrar.

Quero saudar a todos os estudantes que aqui estão, que vieram aqui. Amanhã serão vocês a ocupar essas tribunas.

É também a boa gestão desses programas sociais que foram e são importantes para o Brasil, e a visão de longo prazo que passamos a ter para a recuperação da economia do Brasil.

Todos os brasileiros esperam muito desse novo Governo, que iniciou seus trabalhos, como foi mostrado ontem, com grande empenho, com demonstrações reais de competência. Exemplo disso é a proposta da PEC, que a Senadora Gleisi disse aqui que será votada diferentemente aqui no plenário. É bom que se debata mesmo, é bom que se aprofunde nas razões que originaram essa PEC, para ver por que temos que limitar os gastos públicos. Essa é uma prova incontestável de que o Governo Federal está tomando a medida certa, está com pré-requisito para...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Senadora Rose, por gentileza.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – São alunos do ensino fundamental de diversas escolas públicas de Planaltina, Distrito Federal.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sejam bem-vindos a esta Casa. Também comecei a fazer política com essa idade, trazer o orientador, o coordenador, o professor.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Sejam bem-vindos ao Senado Federal.



A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Estava exatamente refletindo que há essa prova incontestável de que o Governo Federal está preocupado em caminhar no rumo certo, tomar a direção, adotar as medidas, os pré-requisitos para que seja retomado o crescimento econômico do Brasil.

Isso é um sinal mais evidente de que, de agora em diante, o que veremos, Sr. Presidente, será austeridade nas contas públicas, sem a qual não há como retomar a confiança do mercado.

A aprovação do projeto é fundamental para que evitemos dois grandes fantasmas que estão aí frequentando a nossa vida e que ameaçam o povo brasileiro: hoje, são o aumento da inflação – que está nos números que já citamos – e o recrudescimento da recessão.

O próprio Presidente Michel Temer destacou que, sem a aprovação dessa PEC, a dívida bruta, Sr. Presidente, poderá chegar a 100% do Produto Interno Bruto em 2024, ou até antes, dependendo da evolução de alguns dados da economia.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, temos um papel crucial, um papel histórico: devemos apoiar as medidas provisórias, devemos debatê-las, aprofundar, mas entender que o Governo Federal, é claro, está cuidando de aprimorar necessariamente os projetos e as medidas que vão combater esse momento de crise e essa recessão.

A população brasileira sinaliza para todos nós, Senadores e Deputados, que também estão empenhados em ver o País sair da crise, empenhados não só torcendo, criticando, apontando saída, mas procurando conosco o resgate do crescimento econômico. O que está em jogo aqui não é uma mera disputa política, mas a recuperação da capacidade de compra do povo brasileiro, das famílias e, de forma mais presente, a diminuição do desemprego que assola o Brasil de hoje.

Outras medidas serão necessárias. O Governo Federal está atendo a isso e não vai jogar uma medida aqui e ali sem estar num contexto, formalizando, de forma uníssona, as medidas que devem apontar e destacar prioridades para enfrentar – isso é inevitável – a reforma e os ajustes de que o País precisa. E também vamos falar da reforma da Previdência. A situação atual é insustentável. Costumo dizer que não se trata do momento de agora, de dois governos ou três passados; é a soma de várias gestões da Previdência que fez chegar a esse caos que nós estamos vivendo.

A situação, além de insustentável, registra rombos crescentes ano a ano. Para se ter uma ideia do que eu estou falando aqui: os gastos saltaram de 0,3% do PIB em 1997 para projetados 2,7% em 2017. Neste ano, Sr. Presidente, o déficit é de R\$149 bilhões, conforme matérias veiculadas nas páginas econômicas de vários jornais. Neste ano, por exemplo, a população brasileira tem a estatística do seu envelhecimento; conseqüentemente, é óbvio que as despesas vão aumentar. E aumentando as despesas e a arrecadação diminuindo, já está na hora de o Governo pensar no que fazer, comprometendo-se, de fato, com o orçamento público sem pensar apenas no curto prazo e em meras vantagens eleitoreiras.

Eu não tenho tempo de citar aqui, dada a gentileza do Senador Lindbergh, todas as medidas já colocadas em prática ou planejadas pelo Governo Federal, mas lembro somente algumas mais ilustrativas como a diminuição do número de ministérios, tradicionais cabides de emprego em gestões anteriores. Ainda não chegamos ao patamar ideal. Há inúmeras estatais, inúmeras reformas que se pode fazer nessa máquina pública. Tudo isso tem de ser associado a iniciativas relevantes como o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que foi lançado – e sobre o qual eu falei aqui da tribuna – em 13 de setembro.

A criação de um ambiente atrativo para os investidores dissociado de uma política de intervenção, como vinha sendo feito anteriormente, é condição impreterível para a geração de empregos. No PPI, serão lançados inicialmente 34 projetos de concessão e privatização. E, como já ouvi tantas vezes se falar sobre projetos dessa natureza, quero registrar que todos os projetos agora estão centrados em transporte e energia, incluindo rodovias, aeroportos, terminais portuários, trechos ferroviários, campos de petróleo, distribuidoras de energia. Há um projeto que foi colocado e que tem, sim, um alcance e tem um alvo. É importante saber o que queremos fazer com esse instrumento que foi criado, e o projeto está sendo colocado para ser verdadeiramente aplicado. É uma oportunidade única para o tão desejado avanço da agenda da infraestrutura, sobre a qual nós falamos inúmeras vezes, inclusive na Agenda Brasil, e sem a qual, nós sabemos, Sr. Presidente, não há crescimento sustentável.

Portanto, é um Governo que se mostra totalmente comprometido com a população, principalmente no momento atual em que o Brasil deve, sem dúvida, voltar os olhos exclusivamente, sem ferir os programas sociais, para o ambiente econômico, porque ele é a última instância que vai garantir o bem-estar das famílias, que vai permitir pais e mães proverem o sustento dos seus filhos com dignidade e perspectivas reais de melhoria de qualidade de vida.

É preciso, no entanto, saber priorizar áreas importantes quanto à devida atenção dos programas que vão assegurar o nosso futuro. A educação – eu tenho batido nessa tecla ano após ano – é um dos setores mais



sensíveis e não pode ser deixada de lado. Por esse motivo, a todo momento um Parlamentar levanta e diz: “Olha, essa PEC vai bloquear os recursos para a educação, para a saúde.” Não vai. Nós temos um planejamento para essa área, e por isso eu preciso cumprimentar o Governo pela edição da medida provisória que reestrutura o ensino médio. A efetivação da escola em tempo integral – é preciso planejar quantas escolas serão, quando será isso, para que a população inteira não fique esperando uma escola que, por vezes, não vai chegar a sua comunidade, ao seu Município.

A ampla oferta da formação técnico-profissional, a flexibilização do currículo escolar de acordo com o interesse dos alunos são iniciativas modernas. Há muito equívoco na interpretação dessa medida provisória. E nós teremos tempo para debater sobre ela aqui. E dizer que ninguém está excluindo matéria para excluir professores, profissionais de áreas tais e tais. Não, mas se dá flexibilidade para que o aluno possa fazer a sua escolha e, conseqüentemente, para que ele possa fazer a escolha definitiva da sua profissão sem, no meio do caminho, desistir, o que já foi testado, em razão do êxodo escolar, que é muito grande, por causa do impacto que têm certas matérias sobre aqueles alunos.

Essa medida da reforma do ensino médio já foi testada em outros países com muito sucesso. É bem-vinda, tem de atualizar. Nós temos de abrir nossa cabeça para atualizar o defasado ensino brasileiro, que não tem reforma há mais de 50 anos e que enfrenta taxas crescentes de evasão.

Dessa forma, eu queria aqui, ao concluir, dizer que também é o cuidado, Presidente – e agora, falando para uma mulher, mãe, eu tenho certeza de que falo com alguém que está ouvindo com muita acuidade –, com a primeira infância, que é medida que denota o compromisso com o futuro da Nação, e que não é tão bem tratada assim. Nós chegamos à razão pela qual eu comemorei as informações sobre o novo Programa Criança Feliz e também a questão do ensino médio, porque nós sabemos que é preciso abrir a cabeça para mudar o conceito da educação no Brasil. É preciso, independentemente de qual Governo seja hoje, amanhã ou depois, avançar. Pelo menos dois milhões de meninos e meninas recebem visitas periódicas de profissionais, como professores e enfermeiros, que vão ajudar, neste Programa Criança Feliz, as famílias nessa complexa tarefa que é criar uma criança com saúde e educação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Permite-me um aparte, Senadora Rose?

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Concluindo...

Pois não. Eu estou temendo pelo nosso...

Pois não, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É que eu acho que este é um tema muito importante: a questão da primeira infância e da educação. E eu tenho algumas preocupações. Eu estava ouvindo V. Exª falar sobre a necessidade de nós investirmos na educação infantil. Nós temos de cumprir, primeiro, a Lei de Diretrizes e Bases, que manda termos a pré-escola universal agora, até o final de 2016. Não sei se conseguimos fazer isso, porque os Municípios têm dificuldade, e a União tem de ajudá-los a fazer isso. A creche também. Se você deixar só por conta dos Municípios, nós não vamos ter uma assistência à educação infantil de forma universalizada ou, pelo menos, a oferta universalizada. Nós fizemos um esforço muito grande, quando a Presidenta Dilma estava, de fazer o Brasil Carinhoso, que era a oferta de creches – 6,5 mil creches –, mais uma bolsa para ajudar as famílias de baixa renda, para incentivá-las a levar à creche. Isso tudo melhora o desempenho da educação. Nós sabemos da importância do cuidado na primeira infância. O que me preocupa – e por isso eu estava falando com o Senador José Medeiros sobre a PEC 241 – é que ela nos retira essa perspectiva de ter recursos e de ter estrutura para a educação, porque nós aumentamos em 287% os recursos da educação nos últimos 13 anos, é verdade, mas eles foram muito concentrados na educação superior, que é a função do Poder Público federal, mas também os colocamos para a educação básica e para a educação infantil. Mesmo não sendo função constitucional do Governo Federal, nós colocamos e melhoramos consideravelmente as nossas universidades. Eu acho que nós temos, como União, que ajudar Estados e Municípios. Ao fazer uma PEC dessa, nós estamos retirando dinheiro, porque não só congelamos, como isso vai diminuir o recurso. Eu fico pensando como vamos atingir esses objetivos. Vai ser muito difícil. Por isso que nós fazemos um apelo para que a discussão desta PEC aqui, no Senado, Senadora Rose, não pode ser como foi na Câmara. Não pode ser. As pessoas têm de ter noção do que está sendo discutido, porque isso tem implicação nos programas que nós defendemos, programas que precisam de recursos, que precisam de dinheiro. Então, eu queria deixar isso registrado. Sei que V. Exª, apesar de estarmos em campos separados, presidiu a Comissão Mista de Orçamento e tem sensibilidade social. V. Exª sabe como é difícil fechar um orçamento de um país com tantas demandas e tantos problemas, e como precisamos de recursos. Não está aqui em discussão a foma de gastos. Eu acho que nós temos de melhorar; acho que existe muito gasto que tem de ser cortado, tem de ser redimensionado. Agora, não pode ser algo dessa forma, em que você retira



recursos que já estavam assegurados para uma área essencial do Governo, como é o caso da educação e da saúde. E eu não tenho dúvidas de que isso vai acontecer.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Presidente, nós estávamos falando aqui da educação infantil, e V. Exª foi para a 241, não me deixando alternativa senão respondê-la, porque eu sou uma das pessoas que comemorou o lançamento daquelas 6 mil creches, em que apenas 1,2 mil foram licitadas. Das 1,2 mil, mais de 600 não foram concluídas...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não. Os dados que eu tenho são diferentes, Senadora.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Pois é...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu posso lhe mostrar.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Eu não posso nem constranger V. Exª na Presidência, porque nós vamos ter de tirar dados e confrontá-los. Mas eu tenho esses dados e os acompanho.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu também tenho.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sempre fui da Frente da Educação. É do Brasil que nós estamos falando, Presidente. Não é um Brasil que tem dinheiro para completar essas obras todas, essas 6 mil creches que foram lançadas, nem pagar os recursos da universidade. V. Exª não sabe como está difícil ter recursos – eu ia usar uma palavra diferente, mas vou usar esta mesmo – para cumprir a meta orçamentária das universidades.

É uma luta todo dia. Eu acompanho.

É muito difícil falarmos sobre essas coisas nós duas aqui, a senhora presidindo e eu como oradora. Eu gostaria que nós pudéssemos fazer esse debate no plenário. V. Exª sabe que eu sou uma pessoa bem retraída no confronto com meus Parlamentares, só no campo das ideias que eu me permito fazer, porque tenho por V. Exª o maior respeito e carinho.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E quero só também dizer que é recíproco.

Só me dei ao direito de falar, porque o plenário está vazio.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Mas eu fico preocupada com o Senador que me cedeu o tempo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O Senador Lindbergh logo terá a palavra.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Mas quero dizer que, quando V. Exª, da Presidência, fala da 241, eu poderia aqui dissertar longamente sobre o que eu estou colhendo no meu Estado e no Brasil sobre essa crise. Todos têm que saber que este País está em recessão, está em crise econômica, mas os programas sociais não vão parar, não vai ser tirado dinheiro da educação esse ano e no outro – pelo contrário: eu tenho o orçamento pronto e estou acompanhando.

Foi uma condição *sine qua non*, se V. Exª não sabe, para que eu fosse Líder do Governo no Congresso Nacional, que não se mexesse em saúde e educação. A partir de 2018, sim. Aí, de acordo com a inflação, se faz a correção dos nossos orçamentos nessas áreas, porque não pode ser diferente. Senão, mais na frente, vamos estar no buraco outra uma vez.

Só a senhora me permitir terminar que a gente volta a esse assunto oportunamente, porque eu gostaria muito de dar os dados que eu tenho e V. Exª oferecer os seus.

Então, eu queria dizer que é complexa essa tarefa de não sair das metas educacionais. Nós temos alguns sacrifícios a fazer nesse País, e eles não atingirão a educação. Nós temos tanta gente atenta, mas eu citaria, entre os mais atentos na questão, o Senador Cristovam.

Como eu disse anteriormente, eu quero aqui apontar algumas medidas que demonstram a disposição do Governo em garantir crescimento econômico e desenvolvimento social.

A prova, eu diria, as provas de que estamos no caminho certo aparecem a cada dia. Estão aí. É o caso, por exemplo, do relatório lançado, na semana passada, pelo Fundo Monetário Internacional dizendo que vê fortes sinais de recuperação de níveis de confiança na economia brasileira e afirma que a recessão se aproxima do fim. Isso, sim, nós temos que trabalhar, todos, independentemente de paredes partidárias – derrubá-las, se for possível –, para que a gente possa fazer todas as conciliações possíveis para tirar o País da recessão.

Todas as recomendações do Fundo vão diretamente ao encontro das políticas que estão sendo implementadas e anunciadas pelo Governo Temer.

Portanto, eu acredito, agradecendo, mais uma vez, ao Governador, ao Senador – estou chamando de governador toda hora – Lindbergh.

Cabe agora...



O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Cruzes, com essa situação fiscal dos Estados. (*Risos.*)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ... aos Parlamentares reunir nosso empenho total ao do Executivo, independentemente de que partido estejamos, em favor da tão desejada retomada de crescimento e prosperidade do Brasil.

Eu perguntaria se ele concede que eu conceda, porque ele me emprestou o tempo dele.

Pois não, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora, primeiro, meus cumprimentos à sua fala. Está sendo preciso isso. Eu acho que o Governo precisa debater melhor, esclarecer melhor. Não está clara para a opinião pública a necessidade de uma proposta radical como essa. É preciso ficar claro. Eu diria – e estava falando aqui hoje – que o Governo não pode cometer o erro dos governos anteriores, ganhar aqui dentro e perder lá fora, na opinião pública. Até porque a opinião pública quer reduzir gastos do Governo, a opinião pública vê o Governo como um desperdiçador, mas, quando começa a tirar daqui, tira dali, começa a recusar. Então, fico satisfeito com a sua fala, porque eu reconheço que, se não fizermos algo muito drástico na matéria de controlar gastos, o Brasil explode. Mas, há pouco, eu falava que o teto não vai ser suficiente. Se nós não formos capazes de tomar medidas quanto às pressões que fazem os gastos subirem automaticamente – e aí eu incluo até as forças das corporações – e também certas medidas, até constitucionais, certas leis, vai chegar ao ponto em que estoura tudo. Então, a gente precisa avançar mais ainda identificando onde é que estão os problemas que poderão inviabilizar o teto. Agora, ao mesmo tempo, e eu fico preocupado – a gente já conversava lá fora, é apenas para dizer –, a senhora deu todo o apoio aqui quando eu, na relatoria da MP 729, fiz algumas mudanças. A 729, a proposta que financia creches. O Governo colocou uma medida que foi muito criticada, que eu banqueei, mantive. No caso dos prefeitos que não cumpram as metas, Senador Lindbergh, em vez de receberem 50%, recebem somente 25%. Muita gente criticou aqui, tive debates, mas é importante isso para forçá-los a avançar. Agora, a PEC, quando veio, dizia que se gastavam até 50%. Nós conversamos muito e, no fim, eu disse: “Não, tem que ser no mínimo 50%, porque, senão, pode ser zero, mesmo que não seja a intenção do Governo”. E eu, lamentavelmente, dizia à senhora – e digo aqui de público. Mas eu vi que a senhora teve a compreensão, por isso que eu estou falando, e vetou. E eu não sei como a gente faz, porque o veto foi baseado numa coisa que, a meu ver, não é o cálculo correto. Eles disseram que essa medida, em vez de 0 a 50, no mínimo 50, poderá ter um gasto de R\$9,6 bilhões por ano. Pelas minhas contas, seria R\$1,2 bilhão.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – É, Senador. Esse é o número que realmente eu tinha e com o qual conversei com V. Exª aquele dia, que me foi oferecido pelo Ministério do Planejamento.

Acho que o cálculo *per capita*...

(*Soa a campanha.*)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ... tem algum equívoco.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Existe um equívoco. Então, nesse equívoco, eu não sei como a gente pode fazer, porque esse... Eu tenho autoridade aqui para falar de gastos, porque eu defendo menos gastos, eu sou austero, mas há certas limitações que quem vai pagar são as crianças, porque os prefeitos não vão ter esse dinheiro. Então, são as crianças, são 580 mil crianças que recebem. Eu gostaria de ver como a gente resolve isso dentro do teto. Eu aceito o teto, mas há coisa em que a gente tem que gastar mais e depois gastar menos em outra.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – O que eu proponho a V. Exª é que a gente possa retomar esse assunto, logo em seguida, diretamente dentro do Planejamento, onde tivemos todo esse debate sobre até 50% ou no mínimo 50%, e o número que me foi oferecido era que oneraria o Estado em mais R\$1 bilhão.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Veja bem, R\$1 bilhão...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – E eu acho que, nesse aspecto, V. Exª tem toda razão, portanto...

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E R\$1 bilhão se for de 0 a 50%. Como o Governo não pensa em zero, vamos supor que pense de 25, então seriam só R\$600 milhões, que é perfeitamente possível tirar de outro lugar. Para manter, sim, o teto, temos que ter restrições no conjunto, nós temos que definir prioridades, e criança tem que ser uma prioridade.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Estou à disposição de V. Exª.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Senadora. Queria, mais uma vez, parabenizar e dizer que é preciso haver mais debate. A Senadora Gleisi organizou hoje essa



audiência. Lamento muito que o Governo não estivesse lá com os seus técnicos. O Governo tinha que estar ali para a gente esclarecer e para ganhar também a disputa na opinião pública. O Jessé fez uma boa fala; aquela jovem, Laura, se não me engano, foi muito expressiva. Não concordo com o que eles colocaram, porque acho que ideologizaram mais do que analisaram, mas era preciso haver representantes do Governo para explicar à opinião pública. Foi uma pena. Perdemos a chance. Vamos ter mais uma. Nessa, eu acho que só quem indicou alguém que é a favor do teto fui eu, um assessor da Casa, o Valdeir Rodrigues...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por incrível que pareça, eu indiquei uma pessoa também para não ficar dois a um, Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Três a um seriam. São quatro.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – O Senador Reguffe pediu, só para concluir, para não atrapalhar mais.

Estou constringida aqui, porque não gosto muito de fazer uso do tempo exageradamente.

Pois não.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Obrigado, Senadora. Apenas quero colocar aqui algumas coisas. Em primeiro lugar, eu considero que um governo não pode gastar mais do que arrecada. Isso, para mim, é princípio. Quando um governo gasta mais do que arrecada, quem paga o preço disso, num ponto futuro, é o contribuinte, com o aumento de impostos. É esse contribuinte que represento no meu mandato. É ele que o meu mandato aqui nesta Casa representa. Então, considero que um governo não pode gastar mais do que arrecada. Isso para mim é princípio. Em segundo lugar, falei ontem e volto aqui a falar na tarde de hoje: considero absolutamente inaceitável, impróprio, inadequado e um verdadeiro desrespeito com o contribuinte brasileiro, num momento em que se está discutindo controle de gastos – e isso não tem nada a ver com V. Exª –, o Presidente da República convocar um jantar para 500 pessoas, gastando dinheiro público num jantar para 500 pessoas, justamente para discutir controle de gastos e convidando todos os Parlamentares, pedindo para convidar as esposas. Isso, para mim, é contraditório e absolutamente inaceitável.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vinhos caríssimos.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Então, considero que é importante haver um controle de gastos, acho que um governo não pode gastar mais do que arrecada. Isso, para mim, é princípio, isso é para defender o contribuinte, o dinheiro do contribuinte, porque, quando isso ocorre, quando o governo gasta mais do que arrecada, quem paga isso no ponto futuro – volto a dizer – é o contribuinte, com o aumento de impostos. É esse contribuinte que defendo no meu mandato. Agora, é injustificável, é inaceitável que o Governo torre o dinheiro do contribuinte num jantar para 500 pessoas, chamando: “Convide a família, venha conhecer o Palácio da Alvorada”. Isso é uma brincadeira com o dinheiro do contribuinte. Aqui não há nada a ver com V. Exª, mas não posso deixar de reafirmar essa crítica – que fiz ontem, neste plenário –, hoje, aqui, nesta tarde de hoje.

(Soa a campanha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Fica o registro importante de V. Exª, que é austeridade em todos os momentos, em todas as horas, com todas as práticas. Eu jamais vou tirar a razão de V. Exª.

Entendo que o jantar que o Presidente fez foi na tentativa de se aproximar, em curto espaço de tempo, dos Parlamentares. Não havia talvez, no seu entendimento, uma outra forma de fazê-lo.

Entendo que ele tem preocupação, sim, com austeridade com gasto público, mas a observação de V. Exª, com certeza, será levada em conta. Tenho certeza do que estou falando aqui agora.

Muito obrigada, Senador, pela tolerância e pela oportunidade.

(Durante o discurso da Srª Rose de Freitas, o Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Gleisi Hoffmann.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, desde o começo do debate sobre o *impeachment* da Presidenta Dilma – que nós classificamos como um golpe, porque não houve crime de responsabilidade por parte da Presidenta Dilma –, nós falávamos que um dos grandes objetivos do golpe era retirar direito dos trabalhadores. E aqui está cada vez mais claro.

Para mim, na reforma da Previdência, o que eles querem fundamentalmente é desvincular os benefícios previdenciários do salário mínimo. É uma reforma trabalhista que tem o objetivo claro de redução salarial. A proposta de terceirização é isso. Há a proposta de acabar com a CLT, porque eles estão querendo colocar o negociado na frente do legislado. Isso é rasgar uma conquista que veio da época de Getúlio Vargas. E agora



essa PEC 241, com essa votação, sem discussão, que houve pela Câmara dos Deputados. É um ajuste em cima dos mais pobres.

Eu acho que a grande questão do País é recuperar o crescimento econômico. Esse devia ser o centro. A estratégia central do Governo devia ser para recuperar o crescimento econômico, mas, tudo bem, eles colocam a questão fiscal como a questão mais importante.

Eu fiz aqui, em alguns apartes, uma provocação. Mesmo para quem defende que tem que haver um grande esforço fiscal, esse aqui está completamente descalibrado, cai só em cima do trabalhador, dos mais pobres. Não há uma medida sequer para o andar de cima, para os mais ricos, para os bancos, para os grandes empresários, algo como tributação progressiva, como voltar a cobrar tributos sobre lucros e dividendos. Eles colocam limite sobre os gastos primários – saúde, educação –, mas ninguém fala de limite sobre despesa financeira, pagamento de juros, que tem custado algo em torno de 8% do PIB.

Pois bem. Esse golpe, para mim, foi para isso, para retirar direito de trabalhadores. E não acabou esse golpe apenas no afastamento da Presidenta Dilma. É um golpe continuado. Nós temos visto a crescente criminalização dos movimentos sociais. Agora há uma liderança do MST, que é o Valdir, que está preso em Goiás. Foi preso em cima da Lei de Organizações Criminosas.

Eu mesmo participei de vários atos públicos pelo “Fora, Temer!” em São Paulo e fiquei impressionado com a força da repressão a manifestações extremamente pacíficas. V. Exª sabe que eu fui líder estudantil ali na década de 1990, eu nunca tinha visto o que vi em São Paulo. A imprensa cobre as manifestações de São Paulo com capacete, com máscara antigás. A imprensa cobre desse jeito. É uma violência impressionante por parte da polícia. Mas há mais do que isso.

A perseguição ao Presidente Lula faz parte desse golpe continuado, pelo que o Presidente Lula significa, pelo que o Presidente Lula fez neste País, uma inclusão gigantesca: milhões e milhões de brasileiros que estavam na miséria absoluta e que conseguiram ascender; o aumento de investimentos em educação. A gente vê, nesse debate da PEC 241, como cresceu o investimento em educação nesse período todo.

Pois bem, eu estou convencido de que esse golpe continuado não era só para afastar a Presidente Dilma, mas para reprimir movimentos sociais e transformar a eleição de 2018 em um teatro, em um jogo de faz de conta, em que só eles vão ter oportunidade de disputar. Estão querendo atingir o Presidente Lula, inabilitar o Presidente Lula, na verdade, não só pelo que ele significou no passado, mas pela ameaça desse projeto, em 2018, com a presença do Presidente Lula.

Eles não deram esse golpe – para restaurar o neoliberalismo e para entregar o pré-sal – para novamente entregar o País lá à frente, em 2018. É esta a denúncia que eu quero fazer aqui: uma perseguição violenta contra o Presidente Lula. Eles querem atingir o Presidente Lula, porque o Lula é o maior representante vivo desse povo trabalhador brasileiro. Inabilitando, desgastando, criminalizando o Presidente Lula, eles se sentem confortáveis para fazer avançar todo um pacote de maldades contra o povo trabalhador brasileiro.

Por isso eu venho aqui, subo a esta tribuna, para falar que, mais uma vez, atacam Lula, o maior líder popular da história do Brasil, com base em convicções políticas e partidárias, não com base em provas e nem sequer em evidências. Ao contrário de Newton, que abominava o uso arbitrário das hipóteses, os procuradores que se dedicam a perseguir Lula tentam transformar especulações e ilações partidárias em verdade incontestável e prova cabal. Esse antimétodo de investigação baseia-se não apenas na vontade política de destruir Lula e seu legado histórico, mas também numa profunda ignorância sobre temas básicos da economia internacional.

É o caso das especulações irresponsáveis sobre Lula e as exportações de serviço feitas pelo BNDES. Acusam o ex-Presidente de favorecer governos bolivarianos e socialistas, de gerar empregos no exterior e de receber propinas de empreiteiras que participaram dos contratos de exportação de serviços para esses países, sob a forma de palestras transparentes e legais. Ora, somente pessoas que têm um desconhecimento profundo desse setor econômico podem imaginar um cenário desses.

O setor de serviços representa hoje cerca de 80% do PIB dos países mais desenvolvidos e ao redor de 25% do comércio mundial, movimentando US\$6 trilhões por ano. Somente o mercado mundial de serviços de engenharia movimenta cerca de US\$400 bilhões anuais, e as exportações correspondem a 30% desse mercado. É um segmento gigantesco, que cresce mais do que o mercado de bens. Infelizmente, apesar dos esforços recentes, o Brasil investe pouco nessas exportações.

Assim, enquanto que, no período de 2008 a 2012, o apoio financeiro do Brasil às suas empresas exportadoras de serviço foi, em média, US\$2,2 bilhões por ano, o apoio oficial da China às suas empresas exportadoras alcançou, nesse mesmo período, a média anual de US\$45,2 bilhões; o dos Estados Unidos, US\$18,6 bilhões; o da Alemanha, US\$15,6 bilhões; e o da Índia, US\$9,9 bilhões.

Na realidade, apenas cerca de 2% da carteira do BNDES vão para obras brasileiras no exterior. No ano passado, o BNDES desembolsou apenas 4,5% de sua carteira com exportação de serviços e de bens. Além



disso, nenhum centavo desses empréstimos foi para países ou governos estrangeiros. Os empréstimos são concedidos por lei às empresas brasileiras que fazem as obras, e o dinheiro só pode ser gasto com bens e serviços brasileiros. Como a construção civil possui uma longa cadeia, tais empréstimos têm um impacto muito positivo na economia nacional. Estima-se que, apenas em 2010, as exportações de serviços de engenharia tenham gerado cerca de 150 mil empregos diretos e indiretos no País.

Ademais, os gastos com importação de bens brasileiros em função de algumas dessas exportações financiadas pelo BNDES ascenderam a US\$1,6 bilhão, no período de 1998 a 2011. Entre tais bens, estão aços, cimentos, vidros, material elétrico, material plástico, metais, tintas e vários outros. Em dez anos, o saldo dessas exportações gerou US\$20 bilhões de superávit comercial para o Brasil.

Portanto, quando o BNDES faz um empréstimo para uma empreiteira brasileira construir uma obra no exterior, ele está financiando também, de modo indireto, um número grande de outras empresas que participam da cadeia da construção civil nacional, beneficiando sobretudo o Brasil e sua economia.

Não bastasse, essas exportações têm enorme importância estratégica, pois, além de aumentarem o protagonismo brasileiro nos países que recebem obras, elas abrem as economias desses países para outros bens e serviços brasileiros. É por isso que a China, que não é ignorante nesses assuntos, investe pesadamente nas exportações desses serviços em todo o mundo.

É também de ignorância abissal dizer que os empréstimos são camaradas e facilitados para países como Cuba e Angola. No caso dos empréstimos às empresas brasileiras para a construção do Porto de Mariel, o BNDES usou a Libor e mais o *spread* 3,81%, juros superiores aos praticados pela OCDE, que usa, no mesmo caso, a CIRR mais um *spread* de 3,01%.

É preciso que se compreenda que, nesse mercado de exportações, o BNDES e todos os outros bancos de financiamento do mundo praticam juros muito baixos e de longo prazo. Essa é uma exigência ditada pelo mercado mundial. Quem pratica juros mais altos está fora do jogo. Em cada concorrência, em cada obra, há uma disputa acirrada para ver quem vai oferecer as condições mais vantajosas. Por isso, é ridículo querer comparar as exportações para um país com as exportações para outro país.

Ao contrário do que afirmam, não foram os países de regimes amigos de Lula que receberam as maiores exportações de serviços brasileiros. O principal destino dessas exportações foram os Estados Unidos. Foi lá! Os Estados Unidos receberam US\$14,3 bilhões financiados em exportações ou 42% do total exportado entre 1998 e 2016. Em contraste, Cuba, Angola, Argentina e Venezuela receberam, somados, US\$8,3 bilhões em obras brasileiras. Aliás, quem iniciou exportações de serviços para países bolivarianos foi Fernando Henrique, que aprovou, acertadamente, vale dizer, os primeiros empréstimos para o metrô de Caracas, já com a Venezuela presidida pelo perigosíssimo Hugo Chávez. Foi lá – Fernando Henrique Cardoso.

É preciso que se entenda também que, como o mercado mundial de obras é muito concorrido, todos os países fazem poderosos *lobbies* para obter contratos. Presidentes, primeiros-ministros, monarcas e até ex-presidentes com prestígio se empenham para que as empresas dos seus países consigam obras no exterior. Assim como se empenham também para que comprem os produtos dos seus países. Obama faz isso; Angela Merkel faz isso; Hollande faz isso; Xi Jinping faz isso; todo mundo faz isso. Ninguém os criminaliza por isso. Aparentemente, só Lula não o pode fazer.

Quanto à participação de Lula, só mesmo o mais completo mentecapto ou o mais irracional dos anticomunistas pode imaginar que o ex-presidente poderia ter feito algo ilegal ou mesmo antiético em reuniões que contaram com a participação de diplomatas e que foram devidamente registradas em documentos oficiais do Itamaraty. Aliás, mesmo que quisesse, Lula jamais poderia ter influenciado tais empréstimos, os quais têm de passar por uma longa série de instâncias técnicas para serem aprovados e liberados. Os critérios técnicos do BNDES são rigorosíssimos.

Com efeito, as decisões do BNDES são tomadas de forma impessoal e técnica, têm de passar por pelo menos duas equipes de análises e dois colegiados, num processo que envolve o crivo de pelo menos 50 pessoas altamente qualificadas e que demoram, em média, 450 dias para serem definitivamente aprovadas e liberadas. Por causa desse rigor técnico, o nível de inadimplência dessas operações é insignificante, 0,01% de inadimplência nessas operações do BNDES.

Imaginar que Lula ou outro presidente qualquer possa liberar um empréstimo no BNDES para beneficiar amigos com um canetaço é de um ridículo atroz.

Saliente-se que o BNDES é considerado, por vários órgãos internacionais, como um dos bancos de investimento mais transparentes do mundo. Por isso que os procuradores, ignorantes dessa realidade básica, transformam assuntos normais em indícios ou provas de crime.

Assim, na denúncia inepta contra Lula, menciona-se como indício de crime – olha só – que o ex-presidente teria participado de uma reunião do BNDES na qual teria afirmado que o banco deveria – entre



aspas – “abrir seus cofres para realizar obras na África e na América do Sul”. Está aqui na denúncia: abrir seus cofres para realizar obras na África e na América do Sul.

É a piada do ano. Qualquer estudante secundarista sabe que a aproximação com a África e a integração regional se constituem em pilares básicos da política externa do Brasil. Nesse caso, os procuradores estão tentando criminalizar valores estratégicos da política externa brasileira, que é uma política de Estado. Diga-se de passagem, a integração regional, a integração latino-americana está inscrita como princípio básico de nossa política externa na Constituição Federal. Lula é criminoso por que segue a Constituição? Porque defende o Brasil e suas empresas?

Além disso, o Brasil concentrou recentemente seus esforços na América Latina e na África não por ideologia ou preferência política de Lula ou qualquer outro, mas porque é nessas regiões que o Brasil é mais competitivo. As empreiteiras brasileiras estão acostumadas a lidar com as dificuldades desses países em desenvolvimento. E tal tendência perpassa governos.

Quanto às palestras de Lula, criminalizá-las, caracterizando-as como propinas disfarçadas, significa também desconhecer aspectos básicos e universais da vida de ex-presidentes. Todos os ex-presidente, ou melhor, todos os ex-presidentes ou ex-primeiros-ministros que têm algum prestígio vivem dando palestras pelo mundo a convite de empresas, de institutos de universidades. Bush faz isso; Clinton faz isso; Fernando Henrique faz isso; Felipe González faz isso. Quanto maior o prestígio, maior o número de convites e maior o preço da palestra.

Lula, gostem dele os procuradores ou não – evidentemente o odeiam –, foi o único Presidente do Brasil que se transformou em líder mundial, por seu empenho na cooperação internacional e na luta contra a fome e as desigualdades do Planeta inteiro. Lula é simplesmente adorado na África, na América do Sul, na Europa e em muitos outros cantos do mundo. Lula transformou-se no rosto do Brasil no mundo. Como bem afirmou o cantor Bono Vox, Lula não é apenas um patrimônio do Brasil, Lula é um patrimônio do mundo. É por isso que ele é cortejado e convidado para fazer palestras constantemente.

Ao contrário do que insinuam os procuradores, a maioria dessas viagens não foi financiada pela Odebrecht. Na realidade, Lula, assim como Fernando Henrique, já fez palestras para empresas nacionais e estrangeiras dos mais diversos setores – tecnologia, financeiro, autopeças, consumo, comunicações – e de diversos países, como Estados Unidos, México, Suécia, Coreia do Sul, Argentina, Espanha, Itália, entre outros.

Como é de praxe, as entidades promotoras se responsabilizam pelos custos de deslocamento e hospedagem. Ou queria que Lula, ao contrário de Fernando Henrique e outros, pagasse essas viagens com seus próprios recursos? Lula, como bem esclarece seu instituto, faz palestras, e não presta serviço de consultoria ou de qualquer outro tipo.

Também não é verdade, como insinuam os procuradores, que as palestras foram feitas nos países amigos de Lula. Na realidade, o país mais visitado por Lula foram os Estados Unidos, esse conhecido reduto do bolivarianismo internacional – os Estados Unidos. Lula esteve lá seis vezes, recebeu prêmios pelos seus esforços, pelo combate à fome no mundo, por sua luta para impulsionar o Brasil numa nova era econômica e social.

Em segundo lugar, nas viagens, figuram o México e a Espanha, com cinco viagens cada um. Na Espanha, Lula recebeu os prêmios da cidade de Cádiz, o Prêmio Internacional Catalunha, e o título Doutor Honoris Causa da Universidade de Salamanca.

Os procuradores argumentam que Lula não conseguiu comprovar que fez duas palestras em Angola. Ora, todas as palestras foram divulgadas, registradas e declaradas, embora não haja exigência legal para que isso ocorra.

Tudo não passa, como se vê, de ilações e convicções partidárias, que são apresentadas como verdades factuais. Lula nunca foi operador de si mesmo. Lula sempre foi um operador do Brasil, pelo Brasil, para o Brasil.

Os procuradores partidários talvez prefiram aqueles que vão ao exterior falar mal do Brasil. Talvez o que eles considerem de mais moralmente condenável em Lula seja o seu amor pelo Brasil e sua dedicação a causas internacionais, como o combate à fome, à pobreza e às desigualdades.

Talvez o seu ódio a Lula reflita, no fundo, o ódio e o desprezo que os setores mais atrasados das nossas elites dedicam ao Brasil, ao seu povo. Talvez o que mais incomode a eles seja o fato de que Lula não é um vira-lata e um vendilhão do patrimônio público, como outros são, mas Lula está muito acima do ódio, dos preconceitos, das perseguições mesquinhas.

Essa campanha de ódio, essa caçada jurídica implacável e abominável não o atingirá. O estado de exceção que se criou no Brasil pelo golpe continuado não derrotará a democracia brasileira. E quem luta pela vida do seu povo, com esperança e solidariedade, como Lula sempre lutou, nunca será derrotado, nunca será



destruído. Quem luta pela vida do outro, quem luta, de fato, pelo povo, tem um lugar reservado no coração do Brasil.

Para destruírem Lula, terão, então, de destruir o coração do Brasil. E esse, meus caros, é eterno.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª me permite, Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Concedo um aparte à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

Primeiro queria parabenizar V. Exª pelo pronunciamento, acho que muito esclarecedor e necessário diante dos ataques que temos visto em relação Presidente Lula. Acho que não temos paralelo no País de um ataque tão efetivo contra uma liderança política que tenha a importância que ele tem para o Brasil.

Eu não poderia deixar de citar hoje, aqui, um artigo muito interessante que saiu no jornal *Folha de São Paulo*, do Prof. Rogério Cezar de Cerqueira Leite, que é professor da Unicamp e é também do Conselho Editorial da *Folha*. Ele faz um artigo dirigido ao Juiz Sergio Moro; “Desvendando Moro” é o nome do artigo.

Mas quero pegar só um pedaço desse artigo, que acho que responde muito à sua pergunta de: por que Fernando Henrique podia, por que Angela Merkel pode, por que Bill Clinton pode, e o Lula não? Para ele, há um tratamento diferente. E o que o Prof. Rogério Cezar fala é o seguinte:

A diferença está no sentimento aristocrático, isto é, a sensação, inconsciente por vezes, de que se é superior ao resto da humanidade e de que lhe é destinado um lugar de dominância sobre os demais, o que poderíamos chamar de “síndrome do escolhido”.

Essa convicção tem como consequência inexorável o postulado de que o plebeu [o pobre] que chega a *status* sociais elevados é um usurpador. Lula é um usurpador e, portanto, precisa ser caçado. O PT no poder está usurpando o legítimo poder da aristocracia, ou melhor, do PSDB.

A corrupção é quase que apenas um pretexto.

Eu acho que vale muito a pena registrar esse artigo inclusive nos *Anais* da Casa – pedi para fazê-lo –, porque ele é muito esclarecedor.

Como que pode o Presidente Lula ser julgado de forma tão contundente, ser penalizado praticamente como está sendo quando todos os outros ex-Presidentes e Presidentes da República fazem o que o Presidente fez? Aliás, seria um erro se ele não tivesse feito, se não tivesse ido atrás de outros países, não tivesse colocado as nossas empresas prestadoras de serviço no cenário internacional. Quer dizer, nós vivemos um período extremamente propício para nossa economia interna, inclusive em razão do crescimento dessas empresas. Então, queria parabenizar V. Exª e deixar essa contribuição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço muito essa contribuição, eu acho que estamos vivendo, volto a dizer, um ataque a nossa democracia, está acontecendo igual à Presidenta Dilma. A Presidenta Dilma foi condenada, foram atrás de provas, e não havia provas, não houve crime.

Com o Presidente Lula é uma caçada, uma caçada infame contra o Presidente que mais fez pelo povo desse País, e sem provas. É como se tivessem condenado o Lula e estão atrás das provas. E não há provas!

Fizeram aquela condução coercitiva que, todos sabem, ilegal. Só se pode conduzir alguém coercitivamente quando você é intimado por duas vezes, e se nega a ir. Não foi o caso do Presidente Lula. É uma campanha para destruir a imagem do Presidente Lula. Depois, tentaram impedir ele de virar Ministro da Casa Civil e impediram de forma ilegal, porque ele não era ficha suja e estava livre para ser nomeado.

Divulgaram aquelas gravações dele com a Presidente da República, também ilegal. Não poderiam ter divulgado. Aí, vão lá os Procuradores de Curitiba, que nunca fizeram uma entrevista coletiva, falando das delações para o PSDB, para o PMDB. Eu não vi até agora. É completamente seletivo.

E aí fazem aquele espetáculo que foi condenado até pelo Ministro Teori depois, mas depois do espetáculo televisionado, naquele espetáculo em que houve aquilo: “Não há provas, mas há convicções!” E não há uma prova contra o Presidente Lula. Mas eles estão tentando fazer essa campanha para desgastar.

E não tenha dúvida em dizer, o que está por trás disso aqui é um programa de restauração do neoliberalismo. Eles querem entregar nossas riquezas, entregar o pré-sal, querem mudar essa política externa que a gente desenvolveu. Agora, não pode haver política externa, relação com a África, que a gente construiu com os BRICS, Mercosul.

Eles querem transformar o Brasil novamente e ter uma política completamente dependente dos interesses norte-americanos. E retirar direito dos trabalhadores. E é por isso o ataque ao Lula, porque não querem de jeito nenhum, é o fantasma que eles têm para 2018.



Se eles tiram Lula, só ficam eles. É um ataque, o segundo ataque à democracia, porque é um jogo de faz de conta. Eles querem tirar o Lula do jogo, porque eles sabem.

O objetivo é tentar desmoralizar o Lula, porque, sem o Lula, o povo mais pobre, o povo trabalhador brasileiro fica sem uma defesa. Aí eles vão com tudo para colocar 65 anos de idade para a aposentadoria de homem e de mulheres, eles vão com tudo para tirar direito dos trabalhadores. É isso que está por trás.

Atacam o Lula, porque sabem que o Lula simboliza esse povo trabalhador. Enquanto o Lula tiver força, estiver forte e for candidato em 2018, eles não podem passar com a velocidade que eles querem esse programa de restauração do neoliberalismo deles.

Eu só encerro, parabenizando V. Exª pela audiência pública no dia de hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos. É interessante, porque hoje estavam convidados quatro representantes: dois com posições contrárias à PEC e dois com posições favoráveis. Um que tinha uma posição favorável à PEC, mas tinha discordância de alguns pontos. Infelizmente, o Governo, esse Governo aí, não enviou os seus representantes. Estava certo o nome do Secretário Mansueto Almeida para vir, e, de última hora, desmarcaram.

Eu acho uma pena, porque, infelizmente, o debate não houve na Câmara dos Deputados. E eu quero aqui dizer o seguinte: o debate no Senado tem que ser em cima de fatos, em cima de números, porque eles estão falsificando a realidade dos debates. Primeiro, não dá para aceitar eles dizerem que não vai haver diminuição de recursos de saúde e educação, isso é um escândalo! Aqui a gente vai desmascarar isso, porque não há jeito – não há jeito! É um ataque violentíssimo à saúde, à educação, mas também à cultura, também a recursos para a segurança pública, também a recursos para a defesa nacional.

Só em relação à saúde, eu citei hoje na audiência pública um dado. Primeiro digo o seguinte: nós gastamos muito pouco ainda em saúde no País. Você sabe que o gasto... Num estudo feito pelo Ipea, a gente gasta *per capita* algo em torno de US\$591 por pessoa. Na Alemanha, US\$3.696; na Argentina, US\$1.167; no Reino Unido, US\$2.766; na França, US\$3.360; no Chile, US\$795. Nós gastamos US\$591 apenas.

Nós sabemos como é frágil a saúde pública. É na ponta, para as pessoas que mais precisam. Lá no meu Estado do Rio de Janeiro, nós estamos vivendo uma grande crise, porque existem as filas para as cirurgias, e você nunca consegue fazer a cirurgia. As filas demoram anos hoje. É um grande problema do Rio de Janeiro.

Pois bem. Eles estão dizendo o seguinte: daqui para frente vai estar limitada à inflação, não à Receita Corrente Líquida. Eles falam em congelamento. Mas não é congelamento. É redução de recurso, um recurso que já é pouco, porque, eu citei aqui um dado hoje, a população brasileira vai crescer.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, não consideram o aumento da população.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eles não consideram o aumento da população. A população vai crescer nesses 20 anos. E sabe qual é o setor que vai ter maior crescimento? De idoso.

A previsão é a de que a população brasileira cresça com 21 milhões de pessoas em 20 anos, só que idosos vão sair de 16 para 36 milhões. E aí? O gasto da saúde está congelado, quando a gente precisava de mais investimentos? O mais grave é que, se a economia crescer e as receitas estiverem subindo muito, isso não pode voltar em retorno para a população.

É um ajuste cruel. É muita maldade o que eles estão fazendo aqui. Mais grave: associam isso à reforma da Previdência, em que eles querem, praticamente, desvincular todos os benefícios do salário mínimo. Maldade, Senadora Gleisi. Benefícios de prestação continuada, e a senhora conhece muito bem, é para as pessoas com deficiência, para quem tem acima de 65 anos e que tem uma renda familiar em torno de um quarto do salário mínimo. Eles estão querendo cortar isso pela metade.

Então, eu, sinceramente, espero que esse debate aqui a gente faça em profundidade, para desmascarar o que está por trás de tudo isso. E eu cito aqui, e ninguém me responde. Não há como me responder.

Vamos olhar pela lógica deles, pela lógica dos que acham que o maior problema no País é o problema fiscal. “Ah! O Brasil gastou muito!” Pois bem, eu pergunto: tudo bem, vocês acham que é isso? Eu dou número aqui, dizendo que não é isso. A grande questão para a gente agora é o crescimento econômico, porque o problema não foi que o Governo gastou demais; foi que a economia desacelerou muito e a receita caiu muito.

Mas vamos na lógica deles, que acham que grande questão é o País resolver o seu problema fiscal. Por que não fizeram equilibrado, meu amigo? Quer dizer que empresário não pode contribuir, Senador Medeiros; banqueiro não contribui. Pobrezinhos dos banqueiros! Pobrezinhos dos donos do Itaú e do Bradesco! Eles não podem contribuir; é só o povo pobre.

Nem isso os senhores fizeram. Estão com esse discurso fajuto, porque estão inventando uma tese fajuta. Eles dizem o seguinte: “Ah! O desequilíbrio fiscal levou ao desemprego.” Pelo amor de Deus, que ignorância do ponto de vista econômico!



O problema é que a desaceleração econômica frustrou violentamente as receitas. Eu estou com os números de 2015 aqui, apresentados pela Prof^a Laura Carvalho no dia de hoje: em 2015, nós tivemos uma redução de gastos de 2,8% do PIB. Isso aqui eu não teria feito; uma redução violentíssima.

O Prof. Belluzzo disse aqui que era excesso de responsabilidade fiscal. Qual foi o problema? Receita bruta caiu 6%.

E eles estão definindo agora um plano para a economia brasileira em cinco meses de Governo Temer, porque eu não vi uma medida para recuperar o crescimento econômico. O que os senhores estão fazendo? Estão aumentando juros.

Não adianta dizer que ficar em 14,25... "Ah!, os juros estão parados." Não estão parados, porque a gente calcula com a inflação projetada para os dois meses à frente. Na verdade, os juros já subiram 2%, os juros reais. Então, estão subindo os juros e estão planejando um programa de austeridade de longo prazo que vai pegar apenas as despesas primárias.

Porque o déficit, Senador Medeiros, e a dívida, Senador Medeiros, a maior parte da dívida... No ano de 2014, nós tivemos um déficit de 6,7% do PIB. Só 0,6 foi de despesa primária; 6,1 foram de juros. No ano passado, foram dez ponto alguma coisa de déficit, e oito ponto tantos foram juros.

Agora, os senhores não. Colocar limite para despesa financeira, para juros: "Ah!, não, o mercado não vai gastar; os bancos não vão gostar." Agora pode ir para a saúde, pode ir para a educação, pode ir para os trabalhadores que vivem do salário mínimo da Previdência. É isso que está em jogo aqui.

Vamos fazer esse debate no Senado. Vamos perguntar cada vez mais: por que eles não fazem nada, nenhuma medida para os mais ricos e para o andar de cima?

Concedo o aparte ao Senador Medeiros.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Gostaria também, depois, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Depois à Senadora Gleisi.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Lindbergh, agradeço pelo aparte. E eu não tenho dúvida de que temos que fazer esse debate, porque nós estamos tratando da vida do País, nós estamos tratando de questões seriíssimas. Os Estados quebraram, Senador Lindbergh. V. Ex^a foi prefeito e se deparou com as dificuldades por que o Prefeito passa. Aliás, o Secretário de Saúde, Senador Lindbergh, já é considerado hoje. E eu até o chamo no meu Estado... Agora nesse período de nomeação, os prefeitos se elegeram, e, quando fala que vai escolher um Secretário de Saúde, eu o chamo de preso em potencial, porque é tanta demanda, e ele não consegue fazer frente, e acaba respondendo, e eventualmente vai até preso mesmo. Por quê? Por falta de dinheiro. Falta dinheiro, essa que é a grande verdade. E a Senadora Gleisi Hoffmann e V. Ex^a são peritos em criar uma realidade virtual. E eu digo por quê. A Senadora Gleisi sempre disse aqui: "O problema foi a crise internacional". Não foi. O próprio Presidente Lula disse que isso foi uma marolinha; nós estávamos saneados no nosso sistema financeiro, e aquilo foi uma crise do sistema financeiro. O Brasil estava com o seu sistema financeiro saneado. Nós tivemos problema fiscal, sim. A nossa ganância foi imensa. Eu não digo que os gastos não foram meritórios. Por exemplo, distribuiu-se, no PAC 2, patrol para tudo quanto é Município, mas havia Prefeituras que não davam conta nem de fazer a revisão. Gastou-se com o Moderfrota; gastou-se com tudo. Nós fizemos uma ganância, como se fôssemos novos ricos num *shopping*, com cartão de crédito ilimitado. Chegou a hora de pagar a conta. A grande verdade é que não existe o moto-contínuo. Nós temos que dar um limite, sim. E vou usar aqui o exemplo do Ministro Levy, que dizia que nós estamos aqui com o campo todo esburacado e com pedras no campo, os jogadores não vão jogar. Tomem aqui os jogadores como se fossem os empresários. Para fazemos a economia crescer, Senador Lindbergh, as pessoas têm de investir, mas não há como o jogador jogar, porque está esburacado, tem pedra, e eles não têm segurança de ir ali. Se o Governo não fizer nada, simplesmente der segurança – não precisa nem colocar as traves –, tapar os buracos do campo e tirar as pedras, os jogadores vão jogar, vão gerar emprego. E nós vamos começar. Agora, como fazer isso se não está resolvida a questão fiscal? Então, nós temos que fazer este debate. Eu até reconheço que V. Ex^a está certo em apontar falhas. Nós precisamos melhorar, mas nós temos que fazer. Nós temos que fazer, porque não se sustenta. Você pode pegar o *ranking* das nações do mundo – e V. Ex^a é um estudioso do assunto –, e ver que todas as nações que estão na ponta hoje, os chamados *players* mundiais, fizeram esse tipo de coisa e disseram: "Olha, nós não vamos extrapolar os gastos. Nós vamos ter de ter um limite aqui". Aí eu digo que, do ponto de vista político, eu aceito a retórica – e o Governo é quem está pecando em não esclarecer – de dizer: "Vai acabar com a educação". Não vai! Nós temos a possibilidade, inclusive, de melhorar, e com dinheiro real. É como o Senador Cristovam diz: nós vivemos até agora, em parte da nossa economia, uma mentira, porque boa disso é a inflação que dá aquele volume, mas



é como se fosse algodão doce. Então, quero parabenizar V. Ex^a pelo debate duro que faz. Agora, eu alerto o Governo: está aqui o Senador Lindbergh, que é o Presidente da Maioria, dando chicotada; e eu estou fazendo o contraponto aqui, mas eu espero que o Governo possa vir aqui fazer frente a este debate. Senão, é como o Senador Cristovam disse...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Deixaram o senhor sozinho aqui, Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não é isso. É que nós temos que passar para a população a realidade. Eu concordo com V. Ex^a. Acabaram de sair do Governo e têm que arrebanhar descontentes, pois isso faz parte do projeto político. Agora, quero alertar o Governo aqui: daqui a pouco, vou apanhar de chicotada do Senador Lindbergh, sozinho aqui. Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço, Senador Medeiros. Eu só queria aqui entrar neste debate com V. Ex^a sobre a questão fiscal, rapidamente, antes de passar para a Senadora Gleisi.

Primeiro, eu volto a insistir numa coisa: essa tese do excesso de gasto é falsa. Nós tivemos aqui o debate sobre o *impeachment*. Em 2015, sabe o que houve? Houve um ajuste fiscal violentíssimo, do qual eu inclusive eu discordei. Então, foi excesso de gasto? Não! Foi frustração de receitas. Por quê? Porque houve uma desaceleração econômica muito grande. E, num quadro como esse, o debate é como melhorar a situação fiscal nessa situação em que nós estamos. Senador Medeiros, não há jeito de nós melhorarmos a situação fiscal da dívida se o País não voltar a crescer.

Qual é o problema? A receita que está sendo escolhida pelo Governo Temer aprofunda a recessão. Nós não vamos sair dessa estagnação. É uma loucura do ponto de vista econômico. Veja bem: quando você faz um plano de austeridade como este, você piora a situação econômica; e você tem como volta menor arrecadação. É um ciclo vicioso. Muita gente não entende. O gasto público, principalmente investimento em gasto social, tem um efeito multiplicador para o crescimento econômico. Há um estudo do Ipea que fala que, em momentos de recessão, 1% investido em saúde, por exemplo, tem um multiplicador de 1,5%, ou seja, 1% a mais investido em saúde significa 1,5% a mais em crescimento. O inverso é verdadeiro. Com um plano de austeridade desse, você vai colocar a economia lá embaixo. Eu, sinceramente, não consegui ver, até agora, nenhuma medida por parte do Governo do Temer de recuperação do crescimento.

O que eles dizem? “Vai haver recuperação do crescimento, porque vai voltar a confiança dos investidores e dos empresários”. Era isso que diziam. E, de fato, aumentou. Há um dado da indústria da semana passada, a Prof^a Laura Carvalho hoje falou na comissão, que dizia o seguinte: de fato, o índice de confiança das empresas e da indústria cresceu bastante. Porém, o que aconteceu agora no último mês? Um tombo da indústria, porque, na hora de o empresário investir... Gente, o empresário que vende carros, por exemplo, não precisa apenas de confiança para investir, pois vai ter que haver gente na ponta querendo comprar carro. Como não há demanda, não há como recuperar.

E volto a dizer, até para passar para a Senadora Gleisi, que, na minha avaliação, essas medidas todas vão dificultar muito o crescimento na área relacionada a consumo das famílias, que representa 63% do PIB, que está lá embaixo, porque há aumento de desemprego, endividamento, queda do rendimento. Essas medidas apresentadas por este Governo, em especial as da reforma da Previdência, vão penalizar os mais pobres. São aqueles aposentados que recebem um salário mínimo, aqueles que recebem Benefício de Prestação Continuada. Esse é o dinheiro que vai diretamente na economia. E esse pessoal vai parar de receber, o que vai piorar a chance de conseguirmos uma recuperação rápida da economia brasileira, infelizmente. Eu não acredito. Torço para que o Brasil saia desse atoleiro, mas, com essas propostas, vamos continuar nessa estagnação. Pode no próximo ano, por efeito estatístico, aumentar 1% ou 0,5% – e olhe lá –, mas vai ficar nessa. Vamos ficar lá no oitavo andar abaixo.

V. Ex^a sabe das minhas críticas ao Levy. Eu acho que eles estão fazendo o que o Levy tentou fazer. O Levy dizia aqui: “É confiança”. E fizemos um ajuste. Não deu certo, piorou a recessão, e eles continuam insistindo por isso.

Encerro a minha fala para passar o aparte à Senadora, dizendo que acho uma loucura o que estamos vivendo. Nós estamos com uma recessão acumulada em quase oito pontos, e, sinceramente, em qualquer país do mundo que estivesse em uma situação como essa, a grande discussão nacional seria uma estratégia de recuperação de crescimento, seria baixar juros. Nós estamos com juros negativos no mundo inteiro. Eu não consigo entender a posição desse Ilan Goldfajn – e vai ter que baixar na próxima, porque está levando até dos mais radicais liberais, que estão criticando o Banco Central, que mudou a política cambial e está usando o câmbio para segurar a inflação.

Já falei muito.



Concedo um aparte à Senadora Gleisi Hoffmann para encerrar o meu pronunciamento.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh.

Temos que reconhecer o esforço do Senador José Medeiros, que já saiu. Temos que reconhecer, porque ele, de fato, é o único que está vindo defender essa PEC aqui com unhas e dente.

O Governo não está vindo discutir, porque não tem argumento para dar sustentação a uma proposta como essa. Por que se votou rapidamente na Câmara? Porque, se demorasse lá para votar, se fizessem o debate, a discussão, as pessoas entenderiam o que está por trás desta proposta. É isso. Eles vendem um discurso simples de que só pode se gastar o que se arrecada, que a despesa do Governo é igual a despesa da casa da gente. Agora, nós temos outras formas de fazer economia ou de melhorar receita, não é cortando em cima da Previdência Social, da saúde e da educação. Por que nós não cortamos em cima de alguns benefícios tributários que são de longo tempo e que nós sabemos que não têm eficiência econômica? Por que nós não mexemos na tributação progressiva? Isso não veio. O andar de cima, como disse V. Exª, não teve nenhuma medida. Então, não é justo. É muito ruim o que está se fazendo, vendendo para a população como se fosse uma coisa importante, certa e justa. Eu acho que nós temos que alertar isso e espero que o Senado faça esse debate.

E essa história de que é igual a casa da gente. Se todas as famílias do Brasil resolvessem economizar, fizessem poupança ou, então, diminuíssem os seus gastos – “estamos em crise, vamos diminuir os gastos e o que sobrar vamos na poupança” –, o que aconteceria com a economia? Nós teríamos um decréscimo do consumo. Quando o consumo cai, há impacto na produção, a minha indústria vai parar de produzir, o meu comércio vai parar vender, e eu também não vou ter gente para demandar serviço. “Ah, mas nós estamos em crise e as famílias têm que fazer isso”. As empresas também têm que cortar investimentos, porque não têm como se sustentar, porque não têm demanda. Quem é que pode entrar gastando? Qual é o ente, em qualquer lugar do mundo, que pode entrar socorrendo uma economia, a não ser o Estado? Aliás, foi isso que os Estados Unidos fizeram para socorrer os bancos. Nós estamos em uma situação em que aqui é melhor nós entrarmos gastando na economia para socorrer a economia dos mais pobres do que fazer o que os Estados Unidos fizeram para socorrer o sistema bancário americano depois da quebra do Lehman Brothers. Lá estava tudo certo, o Estado pôde emitir títulos, pôde ter recursos e pôde entrar; aqui, não pode, aqui nós vamos ficar com uma recessão, nós não vamos recuperar a economia e nós vamos ter um monte de dinheiro apenas no sistema financeiro.

É muito simples a discussão que está se fazendo aqui. A população não está tendo tempo para entender o que se passa, porque é algo meio abstrato. Falamos aqui que vai se cortar na educação. Agora, a Senadora Rose falou da tribuna que não; nestes dois próximos anos, não vai haver corte. Então, o Michel Temer não vai sofrer nenhum desgaste político, porque ele vai garantir recursos, nos próximos dois anos, para saúde e educação; e, a partir de 2018, vai começar o desmonte do Estado brasileiro. É isso. Aí nós vamos ter que desmobilizar as nossas universidades, nós não vamos poder fazer repasse para Estados e Municípios. Quem é que vai bancar os serviços básicos da população? As prefeituras vão fechar unidades básicas de saúde, porque não vai mais ter dinheiro para o SUS, porque nós vamos cortar, vamos congelar e vai diminuir? Os governos dos Estados vão fechar as escolas?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E V. Exª entra em um ponto que é importantíssimo, porque isso vai estourar para Estados e Municípios.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É óbvio, porque você acha que a população, vendo diminuir o serviço público... Aliás, isso é o que ela mais reivindica, vamos nos lembrar das manifestações de 2013, em que a população não foi para a rua pedir para ter austeridade fiscal, nem agora com o *impeachment*; ela foi para a rua para pedir melhores serviços, melhor qualidade de saúde, de educação, de transporte. E isso requer o quê? Maior investimento. Então, você acha que a população vai ficar olhando o prefeito ou governador dizer que não pode manter a escola, porque não tem dinheiro, que não pode manter o posto de saúde, porque não tem dinheiro? Isso vai dar uma convulsão social. Não tem sustentação.

Agora, o Presidente Temer é muito esperto e fez um acordo com a elite brasileira de, no mandato dele, ter dinheiro sobrando, inclusive para pagar emendas de Parlamentares, para liberar recursos para esses Parlamentares, com um déficit de R\$170 bilhões neste ano e R\$140 bilhões no ano que vem. No curto prazo, nada, mas nós estamos jogando para o longo prazo um ajuste que vai deixar o povo brasileiro sem proteção social.

É muito grave isso! Se nós não tivermos condições de fazer o debate nesta Casa, a população vai achar que o Congresso Nacional está aprovando algo que é sério e que não é sério. Quando nós abrimos os olhos,



nós vamos ver o tamanho do desastre que foi para economia do País e para o povo mais pobre do Brasil.

Queria parabenizar V. Ex^a pelo discurso e dizer que concordo em gênero, número e grau.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu que agradeço.

Eu só concluo dizendo que, na verdade, estamos rasgando a Constituição cidadã, que agora completou 28 anos. O Dr. Ulysses colocou os direitos sociais como o segundo capítulo da Constituição, e o que garantiu a universalização do acesso à educação e à saúde, que veio depois com a Emenda Constitucional nº 86, na verdade, era a vinculação de receitas. Então, não adianta aqui Senadores disserem que vão votar nisso e que não estão votando em redução de recursos para saúde e educação. É isso que está acontecendo.

Eu quero ter oportunidade de mostrar alguns estudos. Nós tivemos o governo Lula e o governo Dilma investindo em educação muito acima dos 18% garantidos; estão investindo agora 23%. Há estudos que mostram...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... que isso vai cair para menos de 15%, ou seja, de 23% para 15%, nesse período de vigência dessa PEC. É uma loucura.

Por fim, finalizo dizendo que ela é antidemocrática. País nenhum do mundo tem isso na Constituição. Eu pergunto: de que vale eleger um Presidente da República que vai estar aprisionado, se não pode aumentar recursos em educação e saúde? Ele pode combinar isso com o povo brasileiro, mas não pode, porque está na Constituição. Se ele não tiver maioria constitucional, ele não pode cumprir o programa acertado com o povo. É de uma imbecilidade do ponto de vista fiscal tremenda. Agora, está proibido fazer política fiscal anticíclica se a economia estiver em recessão, o que é livre em qualquer país do mundo!

Nós vamos lutar muito, pessoal, para desmascarar essa PEC frente ao povo brasileiro. Se o povo brasileiro entender o que está por trás dessa PEC, aí vai haver mobilizações sociais. Com mobilizações sociais, eu creio que eles não vão conseguir passar com facilidade isso aqui no Senado Federal. É nisto que nós vamos apostar: no debate franco com os Parlamentares, com os Senadores, mas um debate franco também com a sociedade, com a população. Volto a dizer: se o povo descobrir o que está por trás dessa PEC 241, ela não será aprovada no Senado Federal.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Lindbergh.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 54 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 152ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 852/2016, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.376/2016, proferido nos autos do TC 016.171/2016-0, em resposta ao Requerimento nº 361, de 2016, do Senador Ricardo Ferraço.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Documento encaminhado à publicação

FOLHA DE S.PAULO

TERÇA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2016 ★ ★ ★ **opinião**

Desvendando Moro

ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE

O húngaro George Pólya, um matemático sensato, o que é uma raridade, nos sugere ataques alternativos quando um problema parece ser insolúvel.

Um deles consiste em buscar exemplos semelhantes paralelos de problemas já resolvidos e usar suas soluções como primeira aproximação. Pois bem, a história tem muitos exemplos de justiceiros messiânicos como o juiz Sergio Moro e seus sequazes da Promotoria Pública.

Dentre os exemplos se destaca o dominicano Girolamo Savonarola, representante tardio do puritanismo medieval. É notável o fato de que Savonarola e Leonardo da Vinci tenham nascido no mesmo ano. Morria a Idade Média estrebuchando e nascia fulgurante o Renascimento.

Educado por seu avô, empedernido moralista, o jovem Savonarola agita-se contra a corrupção da aristocracia e da igreja. Para ele ter existido era absolutamente necessário o campo fértil da corrupção que permeou o início do Renascimento.

Imaginem só como Moro seria terrivelmente infeliz se não existisse corrupção para ser combatida. Todavia existe uma diferença essen-

A corrupção é só pretexto. Moro não percebe, em seu esquema fanático, que a sua justiça não é muito mais que intolerância moralista

cial, apesar das muitas conformidades, entre o fanático dominicano e o juiz do Paraná — não há indícios de parcialidade nos registros históricos da exuberante vida de Savonarola, como aliás aponta o jovem Maquiavel, o mais fecundo pensador do Renascimento italiano.

É preciso, portanto, adicionar um outro componente à constituição da personalidade de Moro — o sentimento aristocrático, isto é, a sensação, inconsciente por vezes, de que se é superior ao resto da humanidade e de que lhe é destinado um lugar de dominância sobre os demais, o que poderíamos chamar de “síndrome do escolhido”.

Essa convicção tem como consequência inexorável o postulado de que o plebeu que chega a status sociais elevados é um usurpador. Lula é um usurpador e, portanto, precisa ser caçado. O PT no poder está

usurpando o legítimo poder da aristocracia, ou melhor, do PSDB.

A corrupção é quase que apenas um pretexto. Moro não percebe, em seu esquema fanático, que a sua justiça não é muito mais que intolerância moralista. E que por isso mesmo não tem como sobreviver, pois seus apoiadores do DEM e do PSDB não o tolerarão após a neutralização da ameaça que representa o PT.

Savonarola, após ter abalado o poder dos Médici em Florença, é atraído ardilosamente a Roma pelo papa Alexandre 6º, o Borgia, corrupto e libertino, que se beneficiava com o enfraquecimento da ameaçadora Florença.

Em Roma, Savonarola foi queimado. Cuidado Moro, o destino dos moralistas fanáticos é a fogueira. Só vai vosmecê sobreviver enquanto Lula e o PT estiverem vivos e atuantes.

Ou seja, enquanto você e seus promotores forem úteis para a elite política brasileira, seja ela legitimamente aristocrática ou não.

ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, físico, é professor emérito da Unicamp e membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e do Conselho Editorial da Folha



Mensagens da Presidência da República**SENADO FEDERAL****MENSAGEM Nº 95, DE 2016**

(nº 531/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

AUTORIA: Presidente da República**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional[Página da matéria](#)

Mensagem nº 531

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

Os méritos do Senhor Luís Antonio Balduino Carneiro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de outubro de 2016.



EM nº 00333/2016 MRE

Brasília, 28 de Setembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra



Aviso nº 616 - C. Civil.

Em 7 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO**

CPF.: 344.083.041.15

ID.: 9057 MRE

1961 Filho de Sebastião Balduino de Souza e Carmelita Carneiro Balduino, nasce em 28 de dezembro

Dados Acadêmicos:

1986 Bacharel em diplomacia - IRBr
 1987 Bacharel em economia - UnB
 1990 Pós graduação em sociologia - UnB
 2006 Curso de Altos Estudos - IRBr "O Sistema Global de Preferências Comerciais: Resultados e Perspectivas"

Cargos:

1986 Terceiro-Secretário
 1991 Segundo-Secretário
 1997 Primeiro-Secretário
 2003 Conselheiro
 2007 Ministro de Segunda Classe
 20140 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1986-88 Departamento de Administração, Assistente
 1988-91 Divisão de Política Comercial, Assistente
 1991-94 Consulado-Geral em Genebra
 1994-96 Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI
 1996-98 Ministério da Fazenda
 1998-2001 Embaixada em Washington
 2001-03 Escritório de Representação da Cadeira do Brasil no Banco Mundial
 2003-04 Divisão de Acesso aos Mercados, Chefe
 2004-07 Embaixada em Nova Delhi
 2007-11 Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos
 2011-15 Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços
 2015 Ministério da Fazenda

Condecorações:

2013 Ordem du Mérite Agricole, Chevalier, Governo da França (2013)

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa

Divisão da Europa II

ESLOVÁQUIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Julho de 2016



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Eslovaca
GENTÍLICO	eslovaco ou eslováquio
CAPITAL	Bratislava
ÁREA	49 035 km ²
POPULAÇÃO	5 423 milhões
IDIOMA OFICIAL	Eslovaco
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo romano (68,9%); protestantismo (10,8%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, composto pelo Conselho Nacional (<i>Národná rada</i>)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Andrej Kiska (desde 15 de junho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Robert Fico (desde 4 de abril de 2012)
CHANCELER	Miroslav Lajčák (desde 4 de abril de 2012)
PIB NOMINAL (2015)	US\$ 87,53 bilhões
PIB PPP (2015)	US\$ 158,43 bilhões
PIB “per capita” NOMINAL (2015)	US\$ 16,1 mil
PIB “per capita” PPP (2015)	US\$ 29,3 mil
VARIAÇÃO DO PIB	2.5% (2014); 1.4% (2013); 1.5% (2012); 2.8% (2011)
IDH (2014)	0,844 (35ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	76,3 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,8%
TAXA DE DESEMPREGO	14,2% (PNUD)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Milan Cigáň
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Há registro de 150 brasileiros residentes na Eslováquia

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ESLOVÁQUIA, em US\$ milhões (fonte: MICS)								
Brasil → Eslováquia	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	11.697	35.704	52.634	97.606	91.522	190.399	197.823	139.90
Exportações	4.048	23.192	21.026	22.304	17.985	32.180	27.163	21.27
Importações	7.649	12.511	31.608	75.302	73.537	158.219	170.660	118.63
Saldo	-3.601	10.680	-10.582	-52.998	-55.552	-126.038	-143.49	-97.35

Informação elaborada em 02 de julho de 2016, por Danilo Vilela Bandeira.

Revisada por Igor Abdalla Medina de Souza

APRESENTAÇÃO



A República Eslovaca é um país localizado na Europa Central. Faz fronteira com a Hungria, a República Tcheca, a Polônia e a Ucrânia. O território eslovaco se estende por cerca de 49 mil quilômetros quadrados. A população é de mais de 5 milhões de habitantes. A capital e maior cidade é Bratislava. A língua oficial é o eslovaco.

Os eslavos chegaram no território atual da Eslováquia nos séculos V e VI. No século X, o território foi integrado ao Reino da Hungria, que se tornou parte do Império Habsburgo e do Império Austro-Húngaro

Após a Primeira Guerra Mundial e a dissolução da Áustria-Hungria, os eslovacos e tchecos estabeleceram a Tchecoslováquia. Em 1939 surgiu a primeira República Eslovaca, criada com o apoio da Alemanha nazista. Em 1945, a Tchecoslováquia se restabeleceu sob um regime socialista. A Eslováquia tornou-se independente em 1 de janeiro 1993, após dissolução da Tchecoslováquia.

Em 2004, a Eslováquia ingressou na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na União Europeia. Em 2009, entrou na Zona do Euro.



PERFIS BIOGRÁFICOS

Andrej Kiska **Presidente da República Eslovaca**



Nasceu em Poprad no dia 2 de fevereiro de 1963. Graduiu-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Técnica da Eslováquia. Em 1990, após a Revolução de Veludo (que marcou a dissolução da Tchecoslováquia), mudou-se para os Estados Unidos. Retornou à Eslováquia e fundou as empresas de crediário Triangel e Quatro. Em 2014, foi eleito Presidente da República Eslovaca com 59% dos votos.

Robert Fico **Primeiro-Ministro da República Eslovaca**



Nasceu em Topoľčany no dia 15 de setembro de 1964. Graduiu-se em Direito pela Universidade de Comenius. É líder do partido Direção - Social-Democracia desde 1999. Foi primeiro-ministro de 2006 a 2010. Retornou ao cargo em 2012. Em 2014, disputou as eleições presidenciais, porém foi vencido pelo atual presidente, Andrej Kiska.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Eslováquia em 1993, ano de constituição do país a partir de sua separação da atual República Tcheca. Em 2008 Embaixada foi estabelecida em Bratislava. Até então, a representação junto ao governo eslovaco era feita pela Embaixada do Brasil em Viena.

A Eslováquia considera o Brasil parceiro prioritário no contexto não europeu, caráter para o qual contribui o fato de se ter estabelecido embaixada em Bratislava.

Visitas de alto nível possibilitaram a elevação do patamar do relacionamento bilateral. Após as viagens do então Presidente Rudolf Schuster ao Brasil (2001) e do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Eslováquia (2002), estiveram no Brasil os Ministros eslovacos da Economia (Lubomir Jahnátek, 2008), do Meio Ambiente (Peter Ziga, 2013), Defesa (Martin Glvác, 2013) e Negócios Estrangeiros e Europeus (Miroslav Lajčák, 2015), além dos Secretários de Estado da Defesa (Milos Koterec, 2015) e de Negócios Estrangeiros e Europeus (Igor Slobodnik, 2016). O ex-Presidente Rudolf Schuster retornou ao Brasil em 2014, e está previsto que o Presidente Andrej Kiska assista aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Além disso, entre 2013 e 2016 foram preparadas outras visitas, as quais, por motivos diversos, tiveram que ser adiadas, mas que confirmaram o interesse eslovaco em aprofundar o relacionamento bilateral: do Primeiro-Ministro Robert Fico, do Presidente do Parlamento Pavol Paska, de seu sucessor Peter Pellegrini e do Ministro da Economia Vazil Hudák. Por fim, em 2013 e em 2015 respectivamente, ocorreram em Brasília a I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Eslováquia e reunião de Diretores Políticos de Brasil+Grupo de Visegrad/V4 (República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia).

Do lado brasileiro, em 2013, aniversário de 20 anos de formação do país, três importantes missões visitaram Bratislava sucessivamente: do então Chanceler Antonio de Aguiar Patriota; do Senado Federal, chefiada pelo falecido Senador Luiz Henrique da Silveira, Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Eslováquia; e do então Ministro da Defesa Celso Amorim, para participar de encontros bilaterais e no formato "Visegrad Plus/V4+".

A maturidade do relacionamento refletiu-se nas respostas majoritariamente positivas recebidas do governo eslovaco a numerosas gestões realizadas sobre candidaturas brasileiras (entre as quais dos Diretores-Gerais da Organização Mundial do Comércio - OMC e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO), temas específicos (como reforma do Conselho



de Segurança da ONU e troca de ofertas do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia) e participação em eventos organizados pelo Brasil, entre outros assuntos. A presença de embaixada residente em Bratislava é elemento decisivo neste contexto.

Na esfera econômica, o relacionamento é marcado pelo sucesso dos investimentos em Spisská Nova Ves da empresa brasileira EMBRACO (produtora de motores de refrigeração) e de suas fornecedoras brasileiras (CRW, Microjuntas e Rudolph Usinados). Tais investimentos estão em expansão e contam com apoio do governo local, em razão de haverem reduzido substancialmente o nível de desemprego em região onde este índice era especialmente elevado.

O intercâmbio comercial bilateral tem sido deficitário para o Brasil no período recente, não obstante haver registrado crescimento de 454% entre 2003 e 2013. A retração nas trocas decorreu, em grande parte, da desaceleração das atividades econômicas no plano global.

Segundo **dados do MICS**, o intercâmbio comercial bilateral totalizou US\$ 139,9 milhões em 2015, com déficit comercial de US\$ 97,3 milhões para o Brasil. As exportações brasileiras somaram US\$ 21,273 milhões, concentrando-se em produtos

industrializados (peças para a indústria automobilística, obras de ferro fundido e aparelhos de ótica). As importações totalizaram US\$ 118,629 milhões, constituindo-se sobretudo de produtos destinados aos setores de máquinas e aparelhos mecânicos para as indústrias automotiva e siderúrgica. Está-se buscando equilibrar tal quadro por meio de estímulo à troca de missões empresariais e da participação em feiras na Eslováquia. Desde 2013 a Embaixada do Brasil em Bratislava organiza, com sucesso, estande para representar o Brasil na ITC Slovakiaitour, principal evento para promoção do turismo e gastronomia no país, o que confirma o potencial de promoção de negócios por meio da participação em feiras internacionais.

Em educação e cooperação científica e tecnológica, há potencial de colaboração, apesar da barreira da língua: existem cursos de excelência aptos a serem contemplados por programas de intercâmbio acadêmico nos setores agrícola, florestal e de medicina. Também existem oportunidades oferecidas localmente pelo Fundo de Visegrad e pelo Programa ERASMUS (projetos com terceiros países iniciados na Eslováquia), além do interesse de universidades locais em ampliar programas de intercâmbio com universidades brasileiras. Nesse contexto, a Embaixada do Brasil participa, regularmente e de maneira crescente, de palestras sobre o Brasil nas universidades locais.



Na área cultural, há grande interesse eslovaco por diversos aspectos da cultura brasileira, com destaque a cinema, música, arquitetura, artes plásticas, dança e capoeira. A Embaixada do Brasil apoia a participação de filmes brasileiros nos eventos internacionais que ocorrem em Bratislava, assim como o "Brasil Visual", festival destinado a divulgar a produção cinematográfica nacional na capital eslovaca e em outras cidades do país. A Embaixada também apoia apresentações de músicos brasileiros no Festival de Guitarra J.K.Mertz, um dos principais eventos musicais na Eslováquia. Além disso, desenvolve iniciativas de promoção da arquitetura nacional e de trabalhos de artistas brasileiros. O principal grupo de capoeira do país, da Academia Universum, é tradicional parceiro da Embaixada em diversas iniciativas de promoção do Brasil. No geral, há receptividade à cultura brasileira e potencial a ser desenvolvido neste âmbito, conforme especialmente registrado nas atividades de divulgação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

As indicações são de que o relacionamento bilateral alcançou nível de maturidade, existindo significativo potencial de atividades a desenvolver em todos os setores citados. Da parte eslovaca, contribuem para tal os fatos de ser o Brasil considerado prioritário para o governo local entre os países não europeus, de haver oportunidades de negócios entre os dois países, assim como confirmado interesse da sociedade civil em temas relacionados ao Brasil. Do lado brasileiro, a posição da Eslováquia na União Europeia, os interesses de mercado e as visões internacionais convergentes em temas como direitos humanos e democracia confirmam que há amplo potencial a ser explorado nas relações com o país.

Assuntos Consulares

Há cerca de 150 nacionais brasileiros na Eslováquia, muitos dos quais em caráter temporário (estudantes, turistas e técnicos). Não há consulados honorários do Brasil na Eslováquia.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para a Eslováquia.



POLÍTICA INTERNA

A Eslováquia é república parlamentarista, criada em 1993, quando se separou da atual República Tcheca. O Chefe de Estado é o Presidente, escolhido pelo voto direto, com mandato de cinco anos. Nas eleições presidenciais de 2014 foi eleito o empresário e filantropo Andrej Kiska, candidato sem vínculos partidários, com ideias liberais, a favor dos direitos humanos e de políticas progressistas da União Europeia.

Após as eleições parlamentares de março último, o Primeiro-Ministro Robert Fico, líder do Smer (partido socialdemocrata), foi nomeado, pela terceira vez, Chefe de governo (primeiro mandato: 2006-2010; segundo, em razão da antecipação das eleições: 2012-2016; atual mandato: 2016-2020). Com 28,3% dos votos, o Smer venceu o citado pleito, mas perdeu maioria absoluta no Parlamento, onde sua presença foi reduzida de 89 para 49 assentos, no total de 150.

Em vista disso, o Smer compôs coalizão com outros três partidos que, até então, eram de oposição: SNS (Partido Nacional Eslovaco, conservador, com 8,6% dos votos e 15 assentos), Most-Híd (um dos dois partidos que representa a minoria húngara, com 6,5% dos votos e 11 assentos) e Siet ("Rede", com caráter progressista, 5,6% dos votos e 10 assentos). Com isso, a coalizão passou a dispor de 85 votos parlamentares (76 são necessários para obter maioria simples). A titularidade das Pastas do governo foi negociada proporcionalmente à participação dos partidos na coalizão. A Presidência do Parlamento (Conselho Nacional) está a cargo de Andrej Danko (SNS).

O Smer tem posições conservadoras, com destaque às políticas restritivas quanto ao acolhimento de migrantes ou refugiados, sobretudo muçulmanos. Além disso, o partido condiciona o atendimento de demandas de setores sociais, como professores e profissionais da saúde, à política de manutenção do equilíbrio orçamentário.

Duas surpresas marcaram as eleições em 2016, nas quais a questão migratória e as preocupações com segurança foram particularmente exploradas: primeiramente, a inédita obtenção de assentos parlamentares (14) pelo partido "Nossa Eslováquia", liderado Marian Kotleba, governador da região de Banská Bistrica, de matriz conservadora, com posições polêmicas quanto a minorias (migrantes, Roma, homossexuais); em segundo lugar, os resultados inexpressivos alcançados pelo tradicional partido Movimento Democrático Cristão (KDH), ocasionando sua inesperada saída do Parlamento.

Outra novidade na política doméstica eslovaca foi a criação de nova Pasta no governo de coalizão, ocupada por Peter Pellegrini, ex-Presidente do Parlamento e



considerado estrela ascendente do Smer. Pellegrini foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro para Investimentos (VPMI), com vistas a impulsionar o crescimento econômico do país e amenizar os efeitos da política de contenção orçamentária em vigor desde 2012. Sua posição é fundamental no contexto das prioridades do presente governo: combate ao desemprego, diminuição das disparidades regionais, combate à corrupção e aprimoramento da administração pública.

O Smer manteve sua primazia no atual governo de coalizão, no qual ocupa as principais posições: além do Primeiro-Ministro Fico e do VPMI Pellegrini, são associados ao partido Robert Kalinák (Ministro do Interior), Peter Kazimir (Ministro das Finanças) e Miroslav Lajčák (Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus), igualmente candidato oficial ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas. Por fim, Martin Glvác, igualmente do Smer, é Vice-Presidente do Parlamento.

Poder Legislativo

O Legislativo da República Eslovaca é unicameral, composto por 150 deputados eleitos por meio de voto proporcional para mandatos de quatro anos.

Poder Judiciário

O Judiciário é composto por cortes distritais (1ª instância, em número de 54), cortes regionais (2ª instância, em número de 8) e a Suprema Corte (última instância), além de uma Corte Criminal Especial. Os tribunais são administrados pelo Ministério da Justiça, respeitada a independência soberana entre os poderes.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa eslovaca tem como prioridades a participação do país na União Europeia (UE) e na Organização do Atlântico Norte (OTAN), fundamentos de seu desenvolvimento socioeconômico e de sua segurança no plano global. Em segundo lugar, o país prioriza o Grupo de Visegrad/V4 (República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia), com o qual busca coordenar suas posições, em especial no contexto da UE. Por fim, destaca-se o diálogo com os países do Leste europeu, cujas reformas institucionais e aspirações de adesão à UE e à OTAN são significativamente apoiadas pelo governo eslovaco.



No âmbito da UE, destaca-se a citada coordenação da Eslováquia com os países V4 e seu apoio à expansão do bloco para os Bálcãs Ocidentais (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Macedônia e Sérvia) e para a Parceria Oriental (República Moldova, Geórgia, Bielorrússia e Ucrânia). O governo eslovaco defende a continuidade das negociações entre Sérvia e Kosovo, embora não reconheça a independência da província. Durante sua Presidência rotativa do V4 (1/7/2014-1/7/2015), a Eslováquia, sob o moto "V4 dinâmico", buscou intensificar a integração econômica do agrupamento e apoiar as reformas nos países dos Bálcãs Ocidentais e da Parceria Oriental.

A Eslováquia ocupa a presidência rotativa do Conselho da UE entre 1/7/2016 e 31/12/2016, quando suas prioridades serão as seguintes: migração, políticas de segurança, alargamento do bloco e da área Schengen, situação da Ucrânia, sanções contra a Rússia, segurança energética e "Brexit". Com relação à OTAN, o país participa de operações militares da Aliança, não apenas em seu entorno geográfico imediato, como Bálcãs, mas também em regiões mais remotas, como Afeganistão (*International Security Assistance Force/ISAF*).

A crise da Ucrânia, após a invasão russa da Crimeia em 2014, deu novas dimensões às preocupações do governo eslovaco com a segurança regional. O país busca manter posição equilibrada diante de temas sensíveis como sanções europeias, abastecimento energético (100% do gás consumido na Eslováquia provém da Rússia) e questões de segurança. Em 2014, a Eslováquia viabilizou o fluxo de gás reverso para a Ucrânia, proporcionando segurança energética ao país. Defende os acordos de Minsk e as demais posições da UE e da OTAN, mas busca, tanto quanto possível, adotar tom conciliatório e manter boas relações com a Rússia.

A diplomacia eslovaca tem intensificado sua iniciativa de desenvolver parcerias estratégicas fora do contexto europeu, conforme ilustrado por recentes visitas de autoridades de alto nível a vários países, com destaque a Vietnã, Japão, Índia, China, México, África do Sul, Turquia, Cuba e Irã. Percebe-se a intenção eslovaca de estabelecer parcerias econômicas duradouras com os grandes países em desenvolvimento. O Chanceler Lajčák encerrou seu périplo pelos cinco países BRICS com a visita ao Brasil em março de 2015.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A República Eslovaca tem território de 49 mil quilômetros quadrados, divididos em oito regiões, com população de 5,4 milhões de habitantes. Bratislava,



a capital e principal centro econômico, concentra 427 mil habitantes e com renda *per capita* de EUR 33,3 mil (renda *per capita* nacional: EUR 13,6 mil). Em 2015 o PIB eslovaco foi de EUR 78,07 bilhões, a dívida pública, 52,91% do PIB, e houve deflação (-0,34%). A balança comercial do país manteve a tendência superavitária (2014: EUR 3,4 bilhões; 2015: EUR 1,9 bilhão), mas o saldo em transações correntes apresentou queda (2014: 0,2% do PIB; 2015: -0,5% do PIB).

O país integra a União Europeia (EU) desde 2004 e a Zona do Euro (ZE) desde 2009. Seu desenvolvimento em boa parte depende da captação de recursos juntos aos fundos de investimento da UE, financiadores de diversos projetos de infraestrutura (em 2015, a UE disponibilizou EUR 4,3 bilhões; em 2016 estão previstos outros EUR 2,1 bilhões para projetos na Eslováquia).

Entre 2000 e 2008, a economia cresceu entre 4,7% e 10,7% ao ano, ficando o país conhecido como "Tigre dos Tatras" (montanhas na fronteira da Eslováquia com a Polônia). No citado período, houve expansão econômica de cerca de 60% e aumento médio da renda per capita de 6% ao ano.

Com a crise financeira internacional, houve redução dos índices de crescimento: 2009: -5,3%; 2010: 4,8%; 2011: 2,7%; 2012: 1,6%; 2013: 1,4% e 2014: 2,4%. O país retomou sua expansão com base em fundos europeus, projetos estruturais e exportações de automóveis e de eletrônicos. O governo eslovaco também adotou política de estrito controle orçamentário, havendo logrado reduzir o déficit em 2015 para 2,97% (a título comparativo, em 2009 o déficit público chegou a 9,2%), nível inferior àquele estabelecido como teto pela UE (3%).

Impulsionada pelo cenário internacional mais favorável, pela demanda interna e por sua produção industrial, a economia local registrou crescimento do PIB de 3,6% em 2015, seu melhor índice desde 2010, e que contrastou com aquele registrado na ZE no mesmo período (1,5%). A expectativa de crescimento do PIB em 2016 é de 3,5%, motivada sobretudo pela previsão de investimentos de EUR 1,5 bilhão da Jaguar Land Rover na construção de nova planta automotiva em Nitra.

A Eslováquia tem perseguido política de estímulo aos investimentos externos, o que resultou em estoque de US\$ 63,27 bilhões (FMI) em 2015. Há investimentos de relevo no país de grandes indústrias automotivas, entre as quais Volkswagen, Peugeot-Citroen, Mercedes-Benz, Kia-Motors e Hyundai, responsáveis por cerca de 25% das exportações nacionais. Os setores de tecnologia da informação e comunicação também se destacam, com a presença da Siemens, Samsung, Panasonic, Lenovo, AT&T e Accenture. Seus cinco principais investidores estrangeiros são, sucessivamente, Países Baixos, Áustria, República Tcheca, Itália e Alemanha.



O comércio externo eslovaco foi beneficiado por medidas adotadas pelo governo para criar condições favoráveis ao aumento da competitividade das exportações, com a revisão do código de trabalho e a adoção da alíquota única de imposto corporativo de 22%. A solidez macroeconômica do país, expressa em expectativas de risco declinante e benefícios crescentes, favoreceu o ingresso líquido de capitais, também atraídos pela mão-de-obra barata e qualificada, pela isenção de impostos sobre dividendos e pela localização geográfica favorável.

Apesar da rápida convergência socioeconômica com os demais parceiros europeus, as disparidades regionais da Eslováquia, em termos de emprego e renda, permanecem entre as maiores da UE. Novos postos de trabalho são em geral criados nas regiões mais desenvolvidas, próximas à fronteira com a Áustria e a República Tcheca, o que faz com que a taxa de desemprego média do país (11,5%) contraste com aquela registrada em Bratislava (6,6%). Os investimentos em infraestrutura também se concentram nas regiões de maior renda, o que desestimula a criação de empregos nas zonas menos dinâmicas. Criação de empregos e combate ao desequilíbrio regional são prioridades no programa do governo de coalizão empossado após as eleições parlamentares de março de 2016.

No geral, em razão de seu desempenho econômico, a Eslováquia configura exemplo de sucesso entre as economias emergentes em transformação, com perspectivas de aproximação crescente dos padrões dos países desenvolvidos da UE.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Século V	Tribos eslavas se instalam na área da atual Eslováquia e se unem sob o Reino Esloavo da Grande Morávia
Século X	Tribos húngaras invadem o território da atual Eslováquia e formam a Grande Hungria.
1562	Os húngaros são vencidos pelos turcos otomanos e permitem que os austríacos ocupem a Alta Hungria (atual Eslováquia). Pozony (a atual Bratislava) torna-se a capital da Hungria.
1867	A dupla monarquia Austro-Húngara é formalmente estabelecida, após um compromisso assumido pelo imperador Franz Josef com os nobres húngaros. A Eslováquia é incorporada à parte húngara desse reino.
1918	A dissolução do Império Austro-Húngaro, após a derrota na Primeira Guerra Mundial, dá origem a novos estados inclusive à Tchecoslováquia.
1939	Surge a primeira República Eslovaca, criada com o apoio da Alemanha nazista. O clérigo fascista Josef Tiso governa o país seguindo os ditames das polícias alemãs, o que inclui a deportação dos judeus.



1945	A derrota do eixo, do qual a Eslováquia faz parte, coloca o país nas mãos de potências estrangeiras. A Tchecoslováquia é restabelecida, sem a província da Rutênia, e um governo democrático instável, dominado por comunistas tchecos, assume o poder.
1948	A União Soviética aumenta o seu controle sobre a Tchecoslováquia, sob o pretexto de restaurar a estabilidade política.
1968	Alexandre Dubcek, um eslovaco e líder político na Tchecoslováquia, introduz uma nova filosofia de Governo, batizada de “socialismo com uma face humana”. Desafiada por essas reformas, a União Soviética invade a Tchecoslováquia e instala um novo Governo, chefiado por outro eslovaco, Gustav Husak.
1989	Seguindo movimentos similares em toda a Europa Oriental, protestos de massa e demonstrações colocam fim ao regime comunista e forçam Husak a renunciar. A Revolução de Veludo instaura um regime democrático e o ex-prespo político Vaclav Havel assume a presidência da Tchecoslováquia.
1992	Após obter o segundo lugar nas eleições realizadas no verão, Vladimir Meciar torna-se o Primeiro-Ministro da parte eslovaca do Estado tchecoslovaco, em processo de dissolução. Em seguida, começam as negociações que levarão à separação das duas repúblicas (“Divórcio de Veludo”).
1993	Janeiro – O primeiro dia do ano marca o nascimento da segunda República Eslovaca.
1993	Março – Meciar renuncia ao cargo de Primeiro-Ministro, após perder um voto de confiança no parlamento. Assume o governo Josef Moravcik, que começa um programa audacioso de privatizações e reformas econômicas.
1994	O novo partido político de Meciar vence as eleições e ele volta a assumir o cargo de Primeiro-Ministro, por um período de quatro anos, durante os quais as acusações de corrupção e hostilidade à minoria húngara se multiplicam.
1998	Meciar é derrotado nas eleições e o novo Primeiro-Ministro, Mikulas Dzurinda, assume o Governo à frente de uma coalizão, com a missão de limpar a imagem do país.
1999	Rudolf Schuster, membro da coalizão no poder, vence Meciar nas eleições presidenciais e se torna o segundo Presidente da República eleito de acordo com as normas da nova constituição eslovaca.
2000-	A Eslováquia é convidada a tornar-se membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a iniciar o processo de negociação com vista à entrada na União Europeia.
2004	Entrada na OTAN e na União Europeia.
2006	Robert Fico (do partido Smer, social-democrata) assume seu primeiro mandato como Primeiro-Ministro; ele venceria mais três eleições (2010, 2012 e 2014).
2009	Entrada na Zona do Euro e consequente adoção do Euro como moeda nacional
2016	A Eslováquia assume a Presidência do Conselho da União Europeia



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

01/01/1993	Desmembramento da Tchecoslováquia. A Eslováquia manteve sua Embaixada no Brasil e o Brasil estabeleceu que a Embaixada em Praga (República Tcheca) responderia, cumulativamente, pelas relações bilaterais com a República Eslovaca
1996	Visita a Bratislava do Ministro do Exército do Brasil; a Embaixada do Brasil em Viena passa a ser cumulativa com a Eslováquia
1998	Visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros Zdenka Kramplová (Brasília, Santa Catarina, São Paulo; inauguração de Consulado Honorário em Brusque)
1999	Abertura de fábrica da empresa brasileira EMBRACO em Spisska Nova Ves, Eslováquia
2001	Visita ao Brasil do Presidente Schuster
2002	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Bratislava
2004	Abertura de Consulado honorário do Brasil em Bratislava
2005	Abertura da fábrica da empresa brasileira CWR em Spisska Nova Ves, Eslováquia, em presença do Primeiro-Ministro eslovaco Mikulas Dzurinda
2005	Reunião de Diretores de Departamento das duas chancelarias em Brasília
2006	Reunião de Diretores de Departamento das duas chancelarias em Bratislava
2008	Abertura de Embaixada do Brasil residente em Bratislava
2013	Visita à Eslováquia do então Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota
2015	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus da Eslováquia, Miroslav Lajčák



ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ESLOVACA SOBRE ISENÇÃO PARCIAL DE VISTOS	12/11/2003	06/08/2005	02/08/2005
ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL	07/04/1989	26/01/1990	12/03/1990
CONVENÇÃO DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA	26/08/1986	14/11/1990	26/02/1991
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	02/07/1985	26/01/1990	13/03/1990
ACORDO DE COMÉRCIO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA SOCIALISTA DA TCHECOSLOVÁQUIA	19/07/1977	05/06/1978	11/07/1978

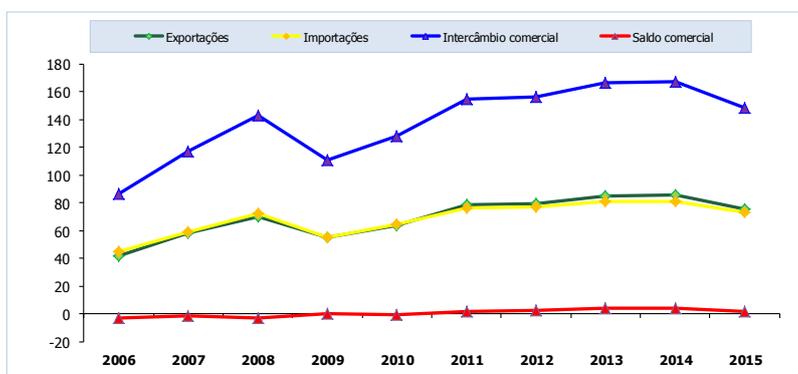


DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior da Eslováquia US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	41,69	0,0%	44,76	30,8%	86,44	13,9%	-3,07
2007	58,04	39,2%	59,21	32,3%	117,24	35,6%	-1,17
2008	70,19	20,9%	72,61	22,6%	142,80	21,8%	-2,42
2009	55,55	-20,9%	55,16	-24,0%	110,71	-22,5%	0,39
2010	64,00	15,2%	64,38	16,7%	128,38	16,0%	-0,38
2011	78,49	22,6%	76,69	19,1%	155,18	20,9%	1,80
2012	79,87	1,8%	76,86	0,2%	156,73	1,0%	3,01
2013	85,18	6,7%	81,30	5,8%	166,48	6,2%	3,89
2014	85,98	0,9%	81,35	0,1%	167,33	0,5%	4,62
2015	75,26	-12,5%	73,15	-10,1%	148,40	-11,3%	2,11
2016(jan-mar)	18,32	-1,5%	17,57	-0,4%	35,88	-1,0%	0,76
Var. % 2006-2015	80,5%	--	63,4%	--	71,7%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

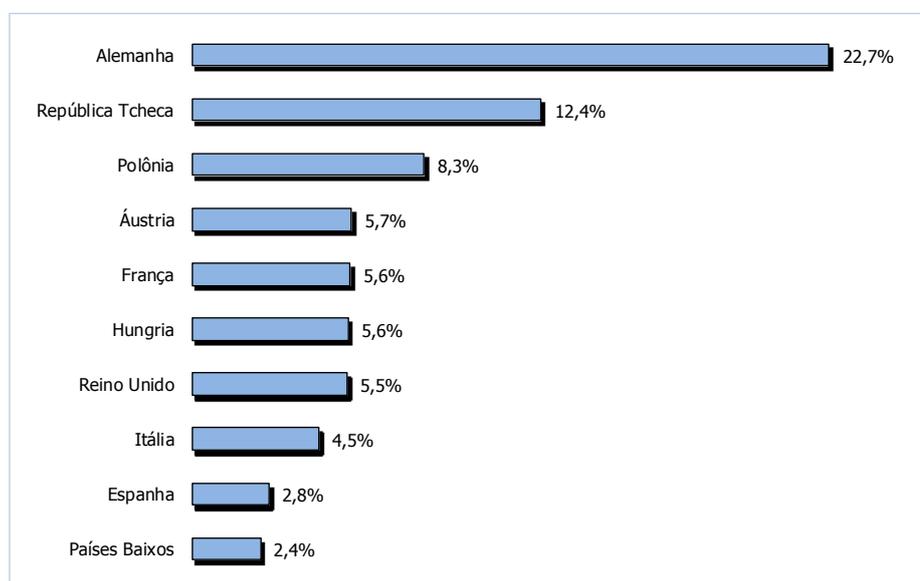


**Direção das exportações da Eslováquia
US\$ bilhões**

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Alemanha	17,07	22,7%
República Tcheca	9,36	12,4%
Polônia	6,23	8,3%
Áustria	4,28	5,7%
França	4,25	5,6%
Hungria	4,20	5,6%
Reino Unido	4,17	5,5%
Itália	3,41	4,5%
Espanha	2,07	2,8%
Países Baixos	1,84	2,4%
...		
Brasil (46ª posição)	0,08	0,1%
Subtotal	56,97	75,7%
Outros países	18,29	24,3%
Total	75,26	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais destinos das exportações

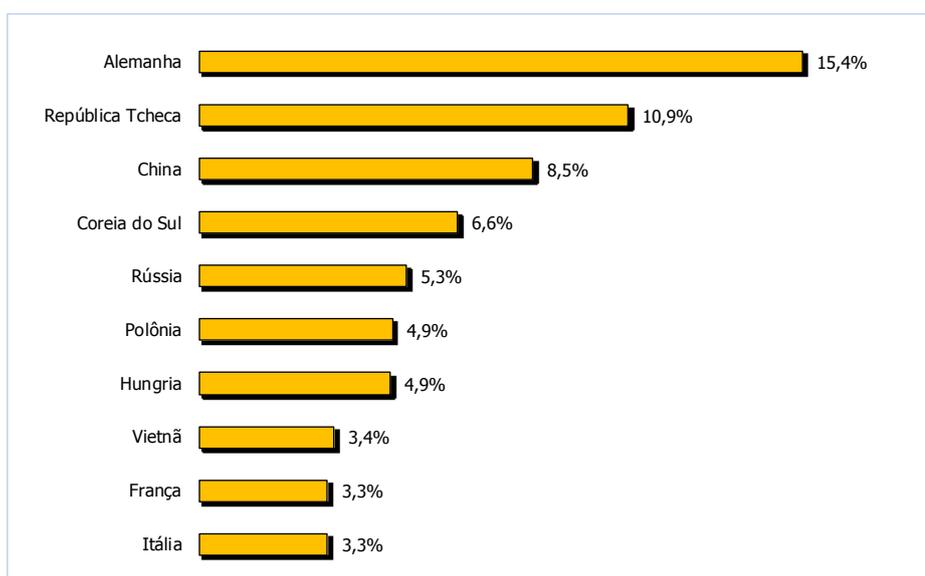


**Origem das importações da Eslováquia
US\$ bilhões**

Países	2 0 1 5	Part. % no total
Alemanha	11,24	15,4%
República Tcheca	8,00	10,9%
China	6,22	8,5%
Coreia do Sul	4,82	6,6%
Rússia	3,87	5,3%
Polônia	3,60	4,9%
Hungria	3,56	4,9%
Vietnã	2,52	3,4%
França	2,40	3,3%
Itália	2,40	3,3%
...		
Brasil (48ª posição)	0,10	0,1%
Subtotal	48,73	66,6%
Outros países	24,41	33,4%
Total	73,15	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais origens das importações

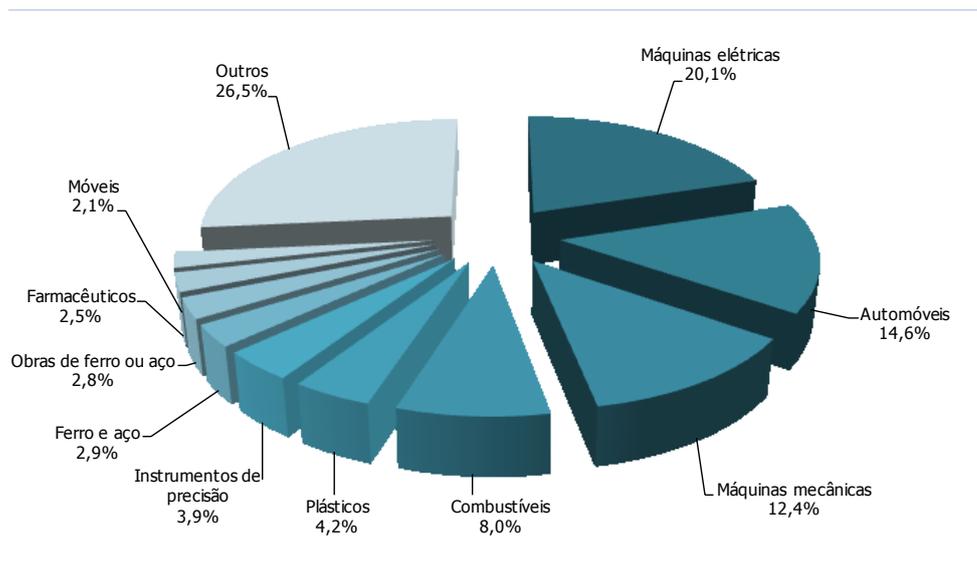


Composição das importações da Eslováquia US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas elétricas	14,69	20,1%
Automóveis	10,65	14,6%
Máquinas mecânicas	9,04	12,4%
Combustíveis	5,87	8,0%
Plásticos	3,11	4,2%
Instrumentos de precisão	2,87	3,9%
Ferro e aço	2,13	2,9%
Obras de ferro ou aço	2,03	2,8%
Farmacêuticos	1,84	2,5%
Móveis	1,51	2,1%
Subtotal	53,73	73,5%
Outros	19,41	26,5%
Total	73,15	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

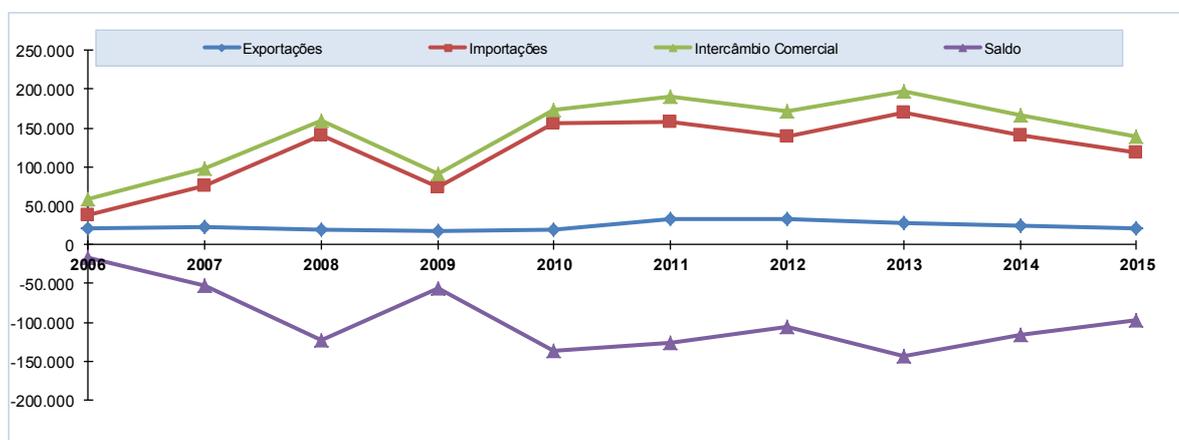
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Eslováquia
US\$ mil

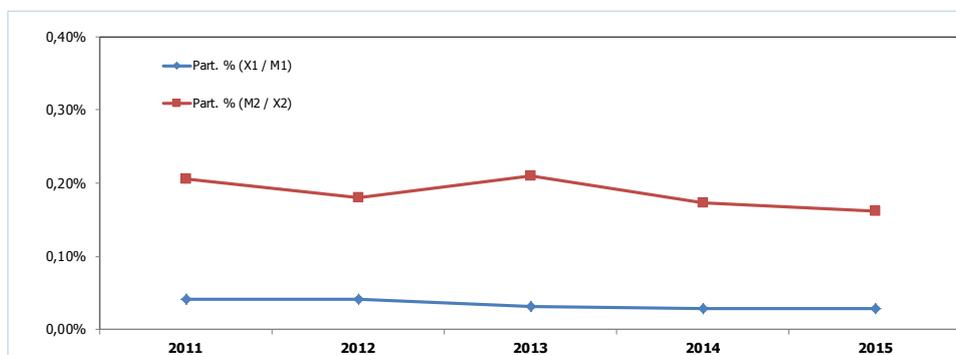
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	20.798	-1,1%	0,02%	38.006	20,2%	0,04%	58.804	11,7%	0,03%	-17.208
2007	22.304	7,2%	0,01%	75.302	98,1%	0,06%	97.607	66,0%	0,03%	-52.998
2008	18.597	-16,6%	0,01%	141.007	87,3%	0,08%	159.604	63,5%	0,05%	-122.410
2009	17.985	-3,3%	0,01%	73.537	-47,8%	0,06%	91.522	-42,7%	0,03%	-55.552
2010	18.356	2,1%	0,01%	155.600	111,6%	0,09%	173.955	90,1%	0,05%	-137.244
2011	32.191	75,4%	0,01%	158.219	1,7%	0,07%	190.410	9,5%	0,04%	-126.028
2012	32.555	1,1%	0,01%	138.526	-12,4%	0,06%	171.081	-10,2%	0,04%	-105.970
2013	27.164	-16,6%	0,01%	170.660	23,2%	0,07%	197.824	15,6%	0,04%	-143.497
2014	24.664	-9,2%	0,01%	141.177	-17,3%	0,06%	165.841	-16,2%	0,04%	-116.513
2015	21.274	-13,7%	0,01%	118.629	-16,0%	0,07%	139.903	-15,6%	0,04%	-97.355
2016 (jan-mai)	10.862	12,5%	0,01%	38.865	-29,5%	0,07%	49.728	-23,3%	0,04%	-28.003
Var. % 2006-2015	2,3%	--	--	212,1%	--	--	137,9%	--	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



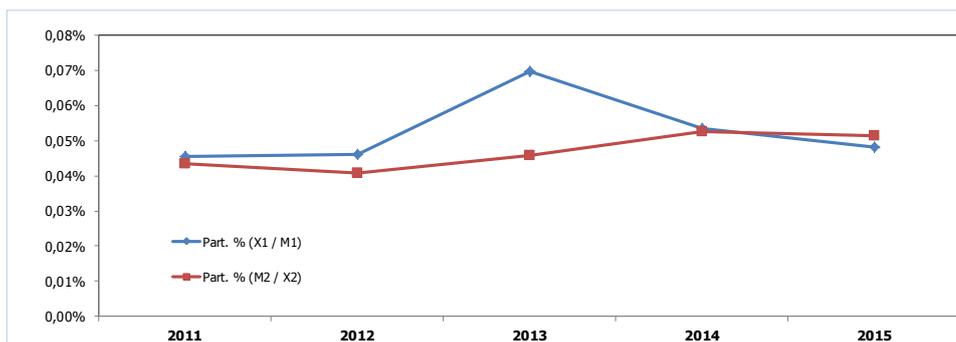
Part. % do Brasil no comércio da Eslováquia
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para a Eslováquia (X1)	32	33	27	25	21	-33,9%
Importações totais da Eslováquia (M1)	78.487	79.867	85.184	85.976	75.257	-4,1%
Part. % (X1 / M1)	0,04%	0,04%	0,03%	0,03%	0,03%	-31,1%
Importações do Brasil originárias da Eslováquia (M2)	158	139	171	141	119	-25,0%
Exportações totais da Eslováquia (X2)	76.690	76.859	81.295	81.354	73.147	-4,6%
Part. % (M2 / X2)	0,21%	0,18%	0,21%	0,17%	0,16%	-21,4%



Part. % da Eslováquia no comércio do Brasil
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações da Eslováquia para o Brasil (X1)	103	103	167	122	82	-20,2%
Importações totais do Brasil (M1)	226.247	223.183	239.748	229.154	171.449	-24,2%
Part. % (X1 / M1)	0,05%	0,05%	0,07%	0,05%	0,05%	5,3%
Importações da Eslováquia originárias do Brasil (M2)	111	99	111	119	98	-11,3%
Exportações totais do Brasil (X2)	256.040	242.578	242.034	225.101	191.134	-25,3%
Part. % (M2 / X2)	0,04%	0,04%	0,05%	0,05%	0,05%	18,8%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap. As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Cazaquistão e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

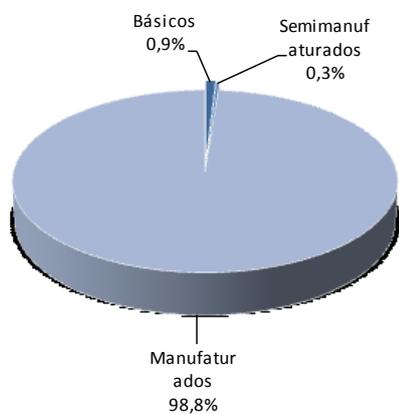


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

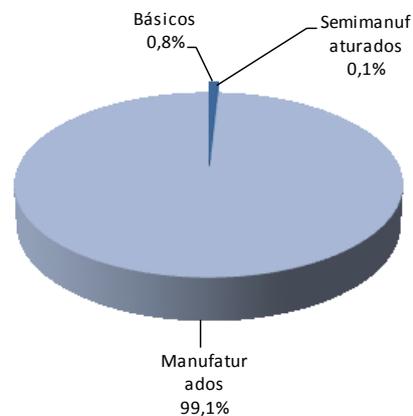
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

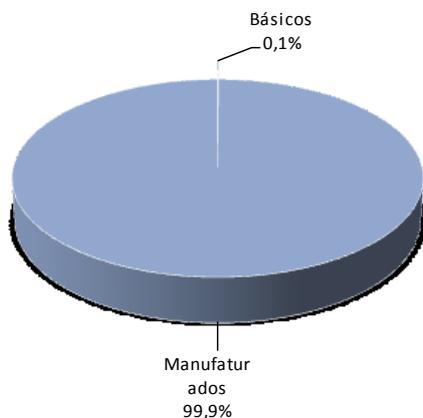


2015

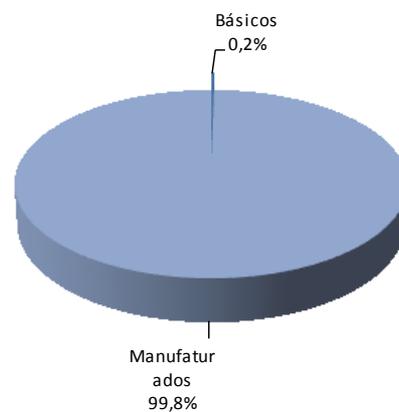


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

(1) Excluídas transações especiais.

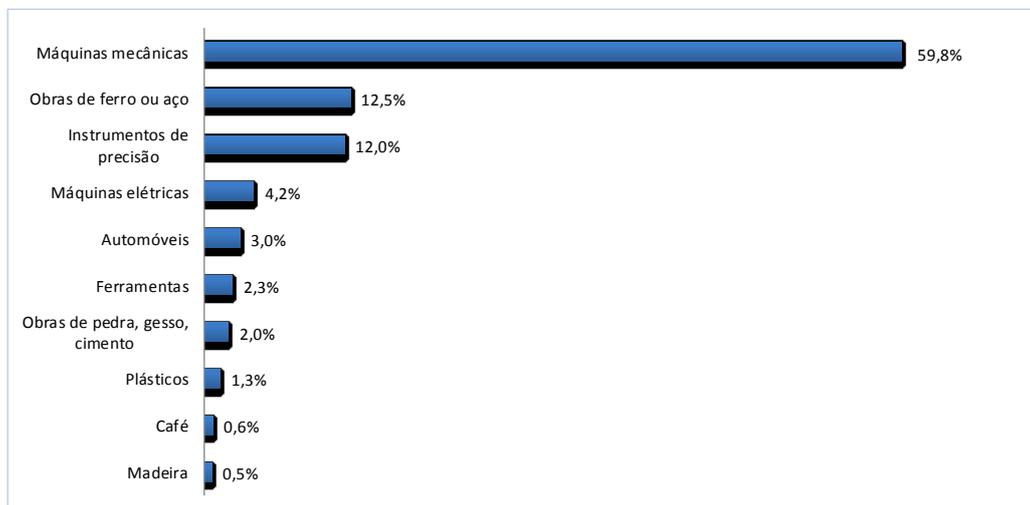


**Composição das exportações brasileiras para a Eslováquia
US\$ mil**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	19.799	72,9%	15.291	62,0%	12.729	59,8%
Obras de ferro ou aço	142	0,5%	2.469	10,0%	2.654	12,5%
Instrumentos de precisão	967	3,6%	2.307	9,4%	2.551	12,0%
Máquinas elétricas	574	2,1%	642	2,6%	890	4,2%
Automóveis	2.141	7,9%	803	3,3%	628	3,0%
Ferramentas	1.116	4,1%	916	3,7%	499	2,3%
Obras de pedra, gesso, cimento	510	1,9%	863	3,5%	425	2,0%
Plásticos	561	2,1%	385	1,6%	273	1,3%
Café	46	0,2%	142	0,6%	134	0,6%
Madeira	26	0,1%	9	0,0%	115	0,5%
Subtotal	25.882	95,3%	23.827	96,6%	20.898	98,2%
Outros produtos	1.282	4,7%	837	3,4%	376	1,8%
Total	27.164	100,0%	24.664	100,0%	21.274	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

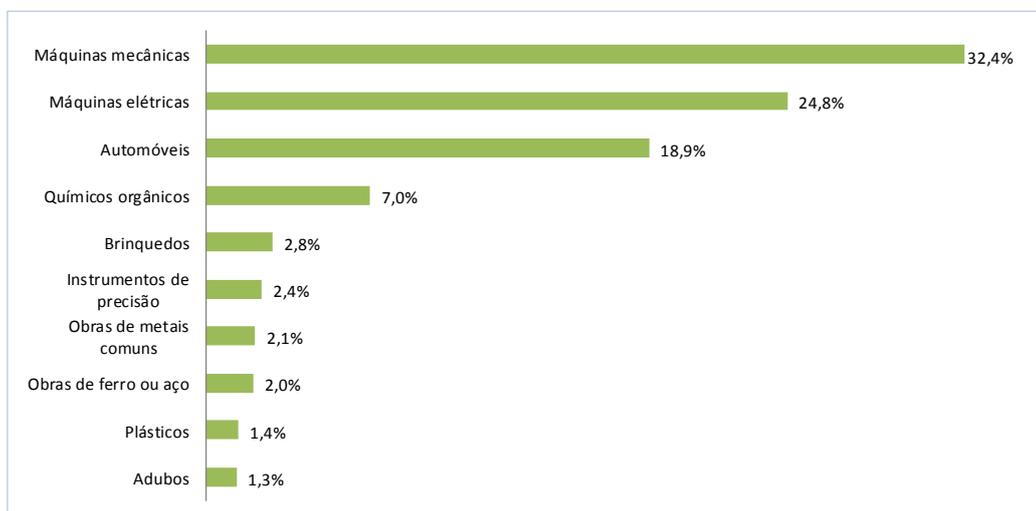


Composição das importações brasileiras originárias da Eslováquia
US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	50.524	29,6%	42.149	29,9%	38.387	32,4%
Máquinas elétricas	28.520	16,7%	30.423	21,5%	29.408	24,8%
Automóveis	42.689	25,0%	29.849	21,1%	22.412	18,9%
Químicos orgânicos	16.857	9,9%	11.542	8,2%	8.303	7,0%
Brinquedos	203	0,1%	2.505	1,8%	3.379	2,8%
Instrumentos de precisão	2.751	1,6%	3.537	2,5%	2.833	2,4%
Obras de metais comuns	3.405	2,0%	3.145	2,2%	2.510	2,1%
Obras de ferro ou aço	4.742	2,8%	3.097	2,2%	2.400	2,0%
Plásticos	2.531	1,5%	2.742	1,9%	1.648	1,4%
Aubos	2.664	1,6%	2.141	1,5%	1.544	1,3%
Subtotal	154.886	90,8%	131.130	92,9%	112.824	95,1%
Outros produtos	15.774	9,2%	10.047	7,1%	5.805	4,9%
Total	170.660	100,0%	141.177	100,0%	118.629	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan- mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan- mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Máquinas mecânicas	5.773	59,8%	4.958	45,6%	Máquinas mecânicas 45,6%
Aviões	0	0,0%	2.640	24,3%	Aviões 24,3%
Obras de ferro ou aço	1.050	10,9%	819	7,5%	Obras de ferro ou aço 7,5%
Máquinas elétricas	455	4,7%	731	6,7%	Máquinas elétricas 6,7%
Café	134	1,4%	401	3,7%	Café 3,7%
Obras de pedra, gesso, cimento	132	1,4%	308	2,8%	Obras de pedra, gesso, cimento 2,8%
Ferramentas	101	1,0%	219	2,0%	Ferramentas 2,0%
Automóveis	153	1,6%	203	1,9%	Automóveis 1,9%
Instrumentos de precisão	1.521	15,8%	122	1,1%	Instrumentos de precisão 1,1%
Frutas	0	0,0%	121	1,1%	Frutas 1,1%
Subtotal	9.319	96,5%	10.522	96,9%	
Outros produtos	335	3,5%	340	3,1%	
Total	9.654	100,0%	10.862	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan- mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan- mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Automóveis	9.109	16,5%	12.777	32,9%	Automóveis 32,9%
Máquinas mecânicas	15.857	28,8%	10.213	26,3%	Máquinas mecânicas 26,3%
Máquinas elétricas	14.827	26,9%	8.907	22,9%	Máquinas elétricas 22,9%
Brinquedos	1.716	3,1%	1.039	2,7%	Brinquedos 2,7%
Obras de ferro ou aço	849	1,5%	917	2,4%	Obras de ferro ou aço 2,4%
Obras diversas metais comuns	1.356	2,5%	839	2,2%	Obras diversas metais comuns 2,2%
Químicos orgânicos	6.104	11,1%	706	1,8%	Químicos orgânicos 1,8%
Borracha	630	1,1%	704	1,8%	Borracha 1,8%
Instrumentos de precisão	998	1,8%	544	1,4%	Instrumentos de precisão 1,4%
Plásticos e suas obras	940	1,7%	462	1,2%	Plásticos e suas obras 1,2%
Subtotal	52.386	95,0%	37.108	95,5%	
Outros produtos	2.767	5,0%	1.757	4,5%	
Total	55.153	100,0%	38.865	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 96, DE 2016

(nº 533/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Republica Helênica.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 533

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênic.

Os méritos do Senhor Cesário Melantonio Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de outubro de 2016.



EM nº 00340/2016 MRE

Brasília, 5 de Outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CESÁRIO MELANTONIO NETO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica (Grécia).

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CESÁRIO MELANTONIO NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra



Aviso nº 618 - C. Civil.

Em 10 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênic.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CESÁRIO MELANTONIO NETO**

CPF.: 162.898.621-20

ID.: 4662 MRE

1949 Filho de Oswaldo Melantonio e Margot Elfried Melantonio, nasce em 31 de outubro, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1970 CPCD, IRBr
 1972 Direito pela Universidade do Distrito Federal
 1976 Pós-graduação em Economia Internacional pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris/FR
 1978 CAD - IRBr
 1988 CAE - IRBr, O Partido Socialista Italiano. Origens, evolução e perspectivas.

Cargos:

1972 Terceiro-Secretário
 1976 Segundo-Secretário, por merecimento
 1980 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1986 Conselheiro, por merecimento
 1992 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2000 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1972-73 Cerimonial, Chefe de Seção
 1973-75 Presidência da República, Adjunto do Cerimonial
 1975-78 Embaixada em Paris, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1978-79 Embaixada no México, Segundo-Secretário
 1979-80 Divisão da Europa-I, Assistente
 1980-82 Divisão do Pessoal, Assistente
 1982-84 Embaixada em Madri, Primeiro-Secretário
 1984-85 Divisão de Visitas, assistente
 1985-87 Assessoria de Relações com o Congresso, Secretário-Especial, substituto
 1987-90 Embaixada em Roma, Conselheiro
 1990-93 Divisão Consular, Chefe
 1993-97 Consulado-Geral em Frankfurt, Cônsul-Geral
 1997-2001 Assessoria de Relações Federativas, Chefe
 2001-04 Embaixada em Teerã, Embaixador
 2004-08 Embaixada em Ancara, Embaixador
 2008-11 Embaixada no Cairo, Embaixador
 2013-14 Secretaria-Geral, Assessor Especial
 2014 Embaixada em Havana

Condecorações:

1973 Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
 1973 Ordem do Mérito do Paraguai, Cavaleiro
 1973 Ordem de Francisco de Miranda, Venezuela, Grau III
 1974 Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
 1975 Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
 1978 Ordem da Águia Azteca, México, Oficial



1980	Ordem Soberana Militar, Malta, Comendador
1985	Ordem de Isabel, A Católica, Espanha, Oficial
1990	Ordem Nacional do Mérito, Itália, Comendador
1999	Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Primeira Classe
1999	Ordem do Pinheiro, Paraná, Brasil, Grã-Cruz
2000	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2000	Ordem do Mérito, Estado da Baixa Saxônia, Alemanha, Primeira Classe
2009	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa Meridional e da União Europeia

GRÉCIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Agosto de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A GRÉCIA	
NOME OFICIAL:	República Helênica
GENTÍLICO:	Grego
CAPITAL:	Atenas
ÁREA:	131.990 km ² (equivalente à do Estado do Ceará)
POPULAÇÃO:	11.216.708 habitantes (equivalente ao Estado do Rio



	Grande do Sul)
IDIOMA OFICIAL:	Grego
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Gregos ortodoxos: 97,6; católicos: 0,4%; protestantes: 0,1%; muçulmanos: 1,3%; outras: 0,7%
SISTEMA DE GOVERNO:	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral (Parlamento Grego)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Prokopis Pavlopoulos (desde 18/02/2015)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Alexis Tsipras (desde 26/01/2015)
CHANCELER:	Nikos Kotzias (desde janeiro de 2015)
PIB NOMINAL (FMI, 2015):	US\$ 193,0 bilhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (FMI, 2015):	US\$ 281,6 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, 2015):	US\$ 17,6 mil
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2015):	US\$ 25,7 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	-2,3% (2015); 0,8% (2014); -3,9% (2013); -6,5% (2012); -8,9% (2011); -5,4% (2010); -4,4% (2009)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,865 (29º)
EXPECTATIVA DE VIDA (Eurostat, 2016):	81,5 anos (2014)
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2015):	97,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI, 2014):	26,5%
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Kyriakos Amiridis
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	3.500

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: MDIC

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 jan-julho
Intercâmbio	411	399	238	243	295	202	267	205	165	84
Exportações	370	332	203	175	191	160	151	137	117	61
Importações	41	67	35	68	103	42	115	68	48	23
Saldo	329	265	168	107	88	117	36	69	69	38

PERFIS BIOGRÁFICOS

**Prokopis Pavlopoulos
Presidente da República Helênic**





Nasceu em 10 de julho de 1950 em Kalamata, Peloponeso. Graduado em Direito pela Universidade de Atenas, continuou seus estudos na Universidade de Paris II, onde obteve, em 1977, o título de Doutor em Direito Público. Na Universidade de Atenas, ocupou diversos cargos letivos entre 1981 e 1989.

Entre 1989 e 1990, atuou como Ministro da Presidência e Porta-Voz do Governo de Xenophon Zolotas. Entre 1990 e 1995, serviu como Chefe da Assessoria Jurídica do presidente Konstantinos Karamanlis. Em 1996, foi eleito Membro do Parlamento pelo partido de centro-direita Nova Democracia, partido do qual ainda é membro, tendo sido reeleito sucessivamente até 2012.

Entre 2004 e 2009, atuou como ministro do Interior do governo do Nova Democracia. Em 18 de fevereiro de 2015, após indicação do primeiro-ministro Alexis Tsipras, foi eleito, pelo Parlamento grego, Presidente da Grécia.

Casado, tem 3 filhos.



Alexis Tsipras
Primeiro-Ministro



Nasceu em 28 de junho de 1974, em Atenas. Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Politécnica Nacional de Atenas, onde também concluiu pós-graduação em Planejamento Regional e Urbano. Trabalhou como Engenheiro na indústria da construção civil e conduziu série de estudos acerca do planejamento urbano.

Ainda no ensino médio, juntou-se à Juventude Comunista da Grécia. Entre 1999 e 2003, atuou como Secretário da Juventude do Synaspismos (Coalizão da Esquerda, dos Movimentos e da Ecologia). Em 2004, o Synaspismos reuniu-se com outros partidos da esquerda grega para formar a SYRIZA (Coalizão da Esquerda Radical), que se tornaria oficialmente um partido em 2012.

Em outubro de 2006, concorreu à Prefeitura de Atenas, terminando em terceiro lugar, com 10,5% dos votos. Em 2008, foi eleito Presidente do Synaspismos. No ano seguinte, foi eleito para o Parlamento grego e tornou-se líder do grupo parlamentar SYRIZA.

Em 2010, foi eleito vice-presidente do Partido da Esquerda Europeia. Em 2012, realizou visita ao Brasil, na condição de líder da SYRIZA, ocasião na qual manteve encontro com a então presidente Dilma Rousseff. Em 2013, foi o candidato da agremiação para a Presidência da Comissão Europeia.

Nomeado primeiro-ministro após a vitória da SYRIZA nas eleições de 25 de janeiro de 2015.

Casado, tem dois filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Grécia desenvolvem relações caracterizadas por um clima de cordialidade e pela ausência de atritos ou litígios. Em razão da distância, da crise



econômico-financeira internacional e da concentração da Grécia no seu entorno regional, é discreta a posição do Brasil no seu quadro de relações externas.

Após a ascensão de Alexis Tsipras à chefia do governo, em 2015, houve a intensificação momentânea do diálogo político bilateral. Foram realizados dois encontros entre a então presidente Dilma Rousseff e o primeiro-ministro grego, ambos à margem de eventos multilaterais: em junho de 2015, em Bruxelas, no marco da Cúpula UE-CELAC, e em setembro do mesmo ano, em Nova York, no âmbito da abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Antes disso, a então presidente Dilma Rousseff havia realizado visita a Atenas em abril de 2011, ocasião em que se entrevistou com o então primeiro-ministro George Papandreou. Por sua vez, o então chanceler Celso Amorim visitou duas vezes a capital grega durante sua gestão: em 2003, quando de encontro de chanceleres UE-América Latina, e em 2009, no que constituiu a primeira visita bilateral de ministro de Relações Exteriores brasileiro à Grécia. Do lado grego, não há registro de visita bilateral de alto nível ao Brasil em anos recentes.

A convergência entre Brasil e Grécia no plano multilateral depende, em grande medida, das posições da UE, visto que, em geral, Atenas acompanha as posições bloco. Em 2005, a Grécia declarou seu apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU. Têm-se sucedido trocas de apoios a candidaturas a órgãos multilaterais.

Mais recentemente, tem-se notado particular interesse do governo grego em obter o apoio do Brasil no FMI, no qual são discutidas ações e políticas relativas à questão da dívida grega. A posição brasileira tem sido, nesse contexto, de reconhecimento dos esforços de ajuste envidados por Atenas e dos custos sociais envolvidos no III Programa de Ajuste Econômico, ao qual o país está submetido desde 2015. O Brasil tem apoiado a Grécia nas deliberações sobre a revisão do programa de ajuste grego no FMI.

Nas relações econômicas, registra-se assimetria nas transações comerciais e de serviços. O Brasil mantém superávit estrutural em seu comércio com a Grécia – em 2015, foram US\$ 117 milhões de exportações brasileiras (café, fumo, açúcar) contra US\$ 48 milhões de importações de produtos gregos (nafta para petroquímica, mármore, cimento). A principal variação observada no comércio bilateral em 2015 foi a considerável ampliação das exportações de açúcar (mais de 180%), que passou da 11ª para a 3ª posição no ranking de produtos exportados pelo Brasil. O atual Governo grego tem demonstrado claro interesse em ampliar a cooperação e os negócios com o Brasil no setor de açúcar, em particular no que diz respeito à atração de investidores brasileiros que possam assumir usinas desativadas ou subutilizadas na Grécia. Outro item de potencial interesse para o



agronegócio brasileiro na Grécia é a carne de frango, que também figurou entre os itens de maior crescimento na pauta de 2015: passou do 20º para o 9º lugar no total geral e registrou aumento de 133,23%, na comparação com 2014.

A Grécia tem, ainda, interesse na exportação de laticínios e mel para o Brasil, bem como na retomada das vendas de pêssego em calda, atualmente sujeitas a sobretaxa. Após a realização de missão de inspeção à Grécia de técnicos do MAPA, em dezembro de 2015, aguarda-se a finalização do processo de habilitação do país como exportador desses produtos.

Já a balança de serviços é largamente favorável à Grécia, graças à ampla participação grega no setor de navegação internacional. Assim, em anos recentes, os saldos positivos da Grécia na balança bilateral de serviços foram de cerca de US\$ 194 milhões (2012), US\$ 185 milhões (2013) e US\$ 185 milhões (2014). Cabe notar a importante participação de embarcações e de pessoal grego nas atividades da PETROBRAS no Brasil, que vem aumentando nos últimos anos.

No âmbito cultural e educacional, Brasil e Grécia assinaram, em 2003, Acordo de Cooperação Cultural e Educacional. Esse acordo está vigente no Brasil desde 2007. Além disso, a Grécia conta, atualmente, com uma estudante de pós-graduação brasileira no contexto do Programa Ciência sem Fronteiras.

Na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, foi assinado, em 03 de abril de 2009, o Acordo de Cooperação em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, aprovado pelo Congresso Nacional em 2011, e ainda não aprovado pela parte grega.

Assuntos consulares

Estima-se que a comunidade brasileira na jurisdição do Posto chegue a 3.500 brasileiros, entre os quais há um pequeno número de estudantes, bolsistas e empresários; um pequeno número de binacionais; e um número considerável de irregulares.

A principal reivindicação da comunidade é obter acesso aos serviços fornecidos pelo governo grego à população em matéria de saúde e educação. Também se solicita com frequência apoio do governo brasileiro na divulgação da cultura nacional, em especial por meio de associações que a promovem.

O Conselho de Cidadania de Atenas, que funciona regurlamente desde 2011, conta com dez membros que incluem assistentes sociais, advogados, médica, psicólogo, professores universitários, brasileiros em situação irregular e representantes das igrejas católica e evangélica.

Empréstimos e financiamentos oficiais



Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Grécia.



POLÍTICA INTERNA

A Grécia é uma República Parlamentarista. O Presidente da República exerce a função de Chefe de Estado e é eleito pelo Parlamento para um mandato de cinco anos, podendo ser reeleito. Nas últimas eleições presidenciais, realizadas em 18 de fevereiro de 2015, o Presidente Prokopis Pavlopoulos (Nova Democracia) foi eleito com apoio da coalização de governo Syriza-Gregos Independentes.

O presidente da República nomeia o líder do partido mais votado no Parlamento para exercer o cargo de primeiro-ministro, que atua como Chefe de Governo. O Gabinete também é nomeado pelo presidente da República, a partir de recomendação do primeiro-ministro. O atual primeiro-ministro, Alexis Tsipras (Syriza), voltou a ocupar o cargo de primeiro-ministro após as eleições legislativas de 20 de setembro de 2015. Seu primeiro mandato, entre janeiro e agosto de 2015, teve fim com sua renúncia e posterior convocação de novas eleições após a assinatura do terceiro programa de resgate com os credores do país.

O Parlamento grego ("*Vouli ton Ellinon*") é unicameral, composto por 300 membros eleitos por sufrágio universal para exercer mandato de quatro anos.

O Poder Judiciário é composto por uma Corte Suprema e Criminal, com juízes vitalícios nomeados pelo Presidente da República após consulta a conselho judicial, uma Corte Suprema Administrativa e uma Corte de Auditores, além de Cortes de Apelação e de Cortes de Primeira Instância.

Em 25 de janeiro de 2015, Alexis Tsipras, líder da coalizão de esquerda radical SYRIZA, venceu as eleições legislativas e tornou-se primeiro-ministro, rompendo com a alternância no poder entre a Nova Democracia (centro-direita) e o PASOK (centro esquerda), estabelecida desde a redemocratização da Grécia, em 1974. Tsipras optou por formar governo de coalizão com o partido de centro-direita ANEL, com o qual compartilhava posições contrárias às políticas de austeridade.

O governo Tsipras enfrentou, desde o início, o desafio de conduzir as negociações com os credores oficiais (a "troika" Comissão Europeia-Banco Central Europeu-FMI) e implementar as promessas de campanha da SYRIZA de combate à austeridade e de reestruturação da dívida grega. As negociações, conduzidas por Tsipras e pelo então ministro das Finanças Yannis Varoufakis, foram marcadas por intensas dificuldades no diálogo com os credores. Às vésperas da expiração do prazo do II Programa de Ajuste Econômico, que vinha sendo aplicado desde 2012, o governo grego viu-se obrigado a decretar, em 29 de junho de 2015, feriado bancário e controle de capitais, diante do risco de colapso do sistema financeiro do país. Em 5 de julho de 2015, o PM Tsipras obteve vitória parcial ao ver respaldada por referendo sua posição de rechaço às propostas apresentadas pelos credores.



Contudo, diante do isolamento da Grécia nas negociações e do risco real de saída do país da zona do euro, Tsipras viu-se constrangido, em 13 de julho de 2015, a ceder à quase totalidade das exigências dos credores oficiais e aceitar a abertura de negociações do III Programa de Ajuste Econômico.

A posição assumida, a partir de então, pelo governo Tsipras, de compromisso com as reformas exigidas pelo terceiro "bailout", provocou dissidências no âmbito da SYRIZA. Além de Varoufakis, que se demitiu logo após a celebração do acordo de princípios de 13 de julho de 2015, outras figuras de peso que se situavam no polo mais à esquerda do partido, como o ex-ministro da Energia e do Meio Ambiente Panagiotis Lafazanis e a presidente do Parlamento Zoe Constantopoulou, passaram a contestar as decisões de Tsipras e acabaram por formar nova legenda, a Unidade Popular. Em 20 de agosto de 2015, Tsipras apresentou sua renúncia e abriu caminho para eleições antecipadas, com a expectativa de construir maioria parlamentar mais sólida e conter o avanço dos dissidentes.

Embora vitorioso, o PM obteve apenas maioria frágil no Parlamento (155 cadeiras de um total de 300, reduzindo-se depois para 153, diante de novas dissidências). A situação de seu governo pode ser considerada, assim, politicamente insegura, sobretudo frente às perspectivas de crescimento das divergências com os diferentes grupos atingidos pelas reformas contidas no III Programa de Ajuste Econômico, em particular as do sistema previdenciário e de benefícios fiscais para agricultores. A gestão da crise migratória revela-se igualmente desafio de curto prazo para o Governo, mormente em vista da possibilidade de permanência de milhares de migrantes em território grego nos próximos meses.

POLÍTICA EXTERNA

Os esforços da política externa grega têm sido concentrados, sobretudo, na gestão das duas crises simultaneamente enfrentadas pelo país, relacionadas à sua dívida e aos fluxos de migrantes oriundos da Turquia. O país tem buscado angariar apoio, sobretudo no marco europeu, à flexibilização das políticas de austeridade, defendidas principalmente pela Alemanha, e à possibilidade de reestruturação de sua dívida junto aos credores oficiais. Ao mesmo tempo, a diplomacia do governo Tsipras tem procurado transmitir imagem internacional de compromisso com as reformas exigidas no marco do III Programa de Ajuste Econômico e, com isso, recuperar a confiança dos mercados na Grécia.

No caso da crise migratória, o esforço mais recente tem sido o de buscar respostas, no âmbito europeu, para o agravamento da situação humanitária e de



segurança do país, diante dos contínuos fluxos oriundos da Turquia e das restrições impostas ao seu ingresso através da fronteira com a Antiga República Iugoslava da Macedônia. Somente em 2015, o país recebeu mais de 900 mil migrantes. A expectativa, no momento, concentra-se na implementação do acordo entre a UE e a Turquia, que permitiria a recondução de migrantes diretamente da Grécia para o território turco, embora haja ceticismo quanto às chances de sucesso desse arranjo.

Paralelamente, o chanceler Nikos Kotzias vem conduzindo política de construção de confiança com os países vizinhos e do entorno regional, notadamente Albânia, Bulgária, Turquia e FYROM. No caso da Turquia, as relações continuam a alternar momentos de tensão, motivados pelos litígios de fronteiras aéreas e marítimas no Egeu, com iniciativas voltadas a fortalecer a cooperação, sobretudo nos campos econômico e comercial.

Outro eixo importante de atuação da política externa grega é do fortalecimento do papel do país na segurança energética europeia, em particular no que diz respeito ao fornecimento de gás para o continente. Após sinalizar, no primeiro semestre de 2015, interesse em participar do projeto russo "Turkish Stream" – o que poderá ter servido como instrumento de pressão política junto a europeus e norte-americanos, no contexto das negociações com os credores – a Grécia vem-se aproximando mais recentemente das posições da UE e dos EUA, engajando-se nas negociações sobre a construção de interconector com a Bulgária. Mantém-se, no entanto, a preocupação em preservar a qualidade da relação tradicional e multifacetada com Moscou.

Israel consolidou-se, sob o governo Tsipras, como um dos mais importantes parceiros da Grécia, tanto no plano bilateral como no marco de estrutura trilateral de cooperação com Chipre, na qual se destacam as perspectivas de construção de gasoduto voltado à exportação de gás para a Europa. A diplomacia grega também tem atribuído grande importância ao estabelecimento de outros esquemas trilaterais de cooperação, envolvendo Chipre e Egito e Chipre e Jordânia, que reforçam o papel da Grécia como ator relevante no cenário político e estratégico do Mediterrâneo Oriental e não deixam de representar contraposição ao peso regional da Turquia.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama geral da economia grega

Com um PIB de 179 bilhões de euros, a economia grega é considerada desenvolvida pelas instituições multilaterais de crédito. Em âmbito europeu, a economia grega é, contudo, pouco significativa (1,6% da economia da zona do



euro) e relativamente pobre (43% do PIB per capita alemão). Estruturalmente, o país caracteriza-se pela dominância de unidades produtivas relativamente pequenas e de baixa produtividade. O setor agrícola, que responde por 3% do PIB, consiste em unidades familiares e continua dependente dos subsídios comunitários. A indústria grega, por sua vez, representa 20% do PIB, mas tem-se mostrado pouco apta para enfrentar a abertura comercial imposta pela integração ao mercado comum europeu. Finalmente, o setor terciário, que é responsável por 75% da economia grega, também é dominado por unidades produtivas de pequena escala, embora abrigue dois dos setores mais dinâmicos do país, turismo e transportes marítimos.

A balança comercial é deficitária, o que reflete não só as fragilidades da manufatura e agropecuária gregas, como também a dependência da importação de hidrocarbonetos. A balança de serviços, por sua vez, é estruturalmente superavitária, em decorrência das rendas obtidas com transporte marítimo e turismo. Em relação às transferências unilaterais, vale mencionar o papel dos recursos recebidos da União Europeia, que equivalem, em média, a cerca de 3% do PIB. No caso da conta de capital, destaca-se a capacidade relativamente limitada da economia grega de atrair investimentos diretos estrangeiros. Durante a década de 2000, a economia grega financiou seus crescentes déficits em transações correntes por meio de empréstimos bancários. Com o início da crise e a fuga de capitais, os fundos públicos europeus e do FMI substituíram os credores privados.

Em 2010, a Grécia entrava em seu terceiro ano de crescimento negativo e os mercados financeiros especulavam fortemente com papéis gregos. Apenas a assistência financeira estendida pelos países da zona do euro e pelo FMI – que, em troca de créditos oficiais, previa a adoção de medidas de austeridade e reformas liberalizantes – evitou que a Grécia declarasse, naquele momento, moratória de sua dívida. Após dois novos programas de resgate, persistem, todavia, grandes incertezas quanto à recuperação econômica do país e mesmo sobre o futuro da Grécia na zona do euro.

A estratégia de "desvalorização interna" prevista nos programas de ajuste permitiu reduzir o déficit fiscal e eliminar o déficit em conta corrente. A recuperação das contas externas, contudo, deveu-se, principalmente, ao colapso das importações, e o ajuste fiscal não foi capaz de levar a dívida pública a trajetória descendente. Apesar da reestruturação da dívida com os credores privados (2012) e da redução de juros e ampliação dos prazos junto aos credores oficiais europeus, a relação dívida pública/PIB cresceu de 126% do PIB, em 2010, para 179% do PIB, em 2015. Tal resultado explica-se pelo colapso do PIB nominal grego (queda de 25% no período).



O mercado de trabalho foi afetado pela queda da atividade econômica, com o desemprego chegando a 28% em meados de 2013, tendo cedido lentamente desde então (situa-se, atualmente, em torno de 25%, em geral, e de 48% para a população com menos de 25 anos). O ajuste fiscal e as reformas estruturais concentraram-se na elevação de impostos indiretos, corte de serviços públicos e redução de direitos trabalhistas. Entre as várias medidas adotadas, vale mencionar: a redução nominal do salário mínimo em cerca de 20% em 2012; os cortes de gastos na área de saúde pública, e as seguidas reduções nominais nos salários de funcionários públicos e de pensionistas.

Apesar da instabilidade financeira, da imposição dos controles de capitais e das novas medidas de austeridade, a economia grega vem surpreendendo pela relativa resiliência. Dados preliminares indicam que o PIB retraiu-se 0,3% em 2015, quando a expectativa, em agosto de 2015, era de uma recessão muito mais intensa. Ao que tudo indica, os resultados fiscais, impulsionados pela nova rodada de elevação de impostos e pela bancarização da economia a partir da imposição de controle de capitais (foram emitidos cerca de 3 milhões de cartões bancários desde julho passado), também surpreenderão positivamente. De todo modo, persistem dúvidas quanto às possibilidades de recuperação econômica sustentada. Destacam-se, nesse sentido, os riscos de renovada instabilidade no setor bancário local - que, apesar da recente capitalização, permanece muito exposto a ativos de qualidade duvidosa - e de eventual desaceleração das principais economias europeias.

Atualmente, o Governo está envolvido nas negociações para concluir a primeira revisão do III Programa, que demandará de Atenas, entre outras medidas, a implementação de mais uma reforma previdenciária, bem como de novas medidas fiscais para garantir o cumprimento da meta de superávit primário de 0,5% do PIB neste ano e 3.5% do PIB em 2008. A revisão possibilitaria, por sua vez, o início das discussões sobre a renegociação da dívida pública grega junto aos credores oficiais.

O processo de revisão tem sido turbulento. Após a divulgação de sua proposta de reforma previdenciária, o Governo tem enfrentado protestos, liderados principalmente por autônomos, profissionais liberais e agricultores - os mais atingidos pela proposta. Os credores oficiais, principalmente a Alemanha e o FMI, por sua vez, julgam a proposta insuficiente e têm pressionado por novas reduções do valor nominal das aposentadorias. Não há entendimento tampouco sobre o escopo das medidas fiscais que o Governo grego deve implementar nos próximos anos, com o FMI demandando intervenções fiscais severas.

Comércio exterior

Entre 2006 e 2015, o comércio bilateral entre o Brasil e a Grécia mostrou



pouco dinamismo, com decréscimo de 46,1% na corrente comercial. O fluxo comercial passou de US\$ 307 milhões, no primeiro ano da série histórica, para US\$ 165 milhões, no ano passado. No último biênio, a corrente comercial sofreu forte retração. O saldo comercial, no último triênio, foi favorável ao Brasil.

Em 2015, o perfil das exportações brasileiras para a Grécia foi majoritariamente composto por produtos primários (café, tabaco, açúcar e minério de alumínio). O terreno das importações foi basicamente composto de produtos semi-manufaturados: i) naftas para petroquímica (40,0% do total); ii) mármore trabalhado (8,9%); iii) lâminas de barbear (6,2%); iv) cimento hidráulico (5,5%); (v) azeite de oliva (3,8%).

Investimentos

O último registro de Investimento Direto da Grécia no Brasil é de 2009, no valor de US\$ 9,54 milhões. O estoque dos investimentos gregos no país é de US\$ 33 milhões, consoante dados de 2014. Já o Brasil não registrou nenhum investimento no país europeu na última década, de acordo com os dados do Banco Central do Brasil.

Os principais investidores estrangeiros na Grécia em 2014, por estoque de investimentos, foram Luxemburgo (4,8 bilhões de euros), Alemanha (4,6 bilhões de euros), Holanda (4,5 bilhões de euros), França (1,5 bilhão de euros) e Estados Unidos (1,4 bilhão de euros).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1829	Independência da Grécia.
1913	Guerras entre a Grécia e a Turquia levam à anexação da Macedônia e da Trácia pelos gregos.
1917	O país ingressa na I Guerra Mundial ao lado dos Aliados.
1920	Plebiscito restaura a monarquia; George II assume o trono em 1922.
1924-1935	Segue-se um curto período republicano.
1935	George II é recolocado no trono graças a novo plebiscito.
1941	A Grécia é ocupada pelos alemães; o Rei se exila em Londres.
1944	A União Soviética expulsa os nazistas dos Bálcãs.
1946	Novo plebiscito reinstala George II no trono.
1949	George II favorece o estabelecimento de um governo de extrema direita, o que dá início a uma guerra civil contra os soviéticos.
1967	Com apoio dos EUA, militares liderados por Georgios Papadopoulos dão golpe de Estado e instauram ditadura militar, reforçando



	repressão anticomunista.
1973	Militares decidem abolir monarquia, desencadeando onda de protestos no ano seguinte; governo é devolvido aos civis.
1974	Inicia-se a redemocratização, chefiada por Costas Karamanlis. Plebiscito rejeita retorno da monarquia.
1975	Com nova Constituição, a Grécia é uma democracia republicana parlamentar.
1976	O grego se torna língua oficial.
1980	Costas Karamanlis é eleito Presidente do país.
1981	A Grécia adere à Comunidade Econômica Europeia.
2004	Jogos Olímpicos em Atenas.
2004	O conservador Partido Nova Democracia liderado por Costas Karamanlis assumiu as rédeas do governo a partir do Movimento Socialista Pan-Helênico (PASOK), após uma vitória nas eleições no início de março.
2007	Karamanlis vence as eleições. Afirma que prosseguirá com a política de reformas e fará da unidade nacional uma prioridade.
2008	Escândalos políticos resultam na demissão de membros do alto escalão do Governo Karamanlis. Em dezembro, a morte de um estudante por um policial desencadeia manifestações violentas em diversas cidades.
2009	Início da crise econômica grega.
2012	Eleições parlamentares em maio geram impasse na formação de novo governo. Convocadas novas eleições, em junho, o partido Nova Democracia, assume o comando do governo, por meio de seu líder, Antonis Samaras, e em coalização com o partido PASOK.
2012-2014	Agravamento da crise econômica alimenta a instabilidade política, o que se reflete na incapacidade de o Parlamento grego eleger novo presidente e na convocação de eleições antecipadas.
2015	Partido Syriza é vencedor das eleições e forma coalização com o partido nacionalista Gregos Independentes (janeiro).
2015	Referendo rejeita termos do programa de resgate proposto pelos credores (julho).
2015	Grécia e seus credores aprovam programa de resgate no montante de EUR 86 bilhões.
2016	Grande influxo de migrantes pelo território grego leva a Macedônia a fechar sua fronteira com o país.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1883	Santa Catarina é sede da primeira colônia grega constituída no Brasil.
1912	Emb. Oscar de Teffé é o primeiro Embaixador a assumir a Legação do Brasil em Atenas.
1941	Fechada a Legação do Brasil durante a II Guerra Mundial.
1945	Reaberta a Legação do Brasil em Atenas.
1958	Representação do Brasil é elevada à categoria de Embaixada.
Década de 1980	O número de gregos no Brasil diminui, com o início de fluxo imigratório revertido com a ida de descendentes de helênicos para a Grécia.
2003	Visita à Grécia do então ministro Celso Amorim, para encontro de



	chanceleres da UE e América Latina.
2005	Visita à Grécia do então presidente da APEX, Juan Quirós.
2006	Criado o Grupo Parlamentar de Amizade Grécia-Brasil, presidido pelo Parlamentar Evangelos Polizos.
2006	Visita ao Brasil do deputado Evipridis Stylianidis, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia.
2006	Visita ao Brasil de Sua Santidade Ecumênica Bartolomeu I, Patriarca de Constantinopla.
2007	Visita à Grécia do então presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles.
2008	Visita do enviado especial da então Chanceler Dora Bakoyannis, Embaixador Michail Christides (setembro).
2008	Encontro do então ministro Celso Amorim com a então Chanceler Dora Bakoyannis, à margem da 63ª AGNU.
2009	Visita oficial à Grécia do então ministro Celso Amorim.
2011	Visita a Atenas da então presidente Dilma Rousseff e encontro com o então Primeiro-Ministro George Papandreou (abril).
2015	Encontros entre a então presidente Dilma Rousseff e o PM Tsipras, em Bruxelas, no marco da Cúpula UE-CELAC (junho); e em Nova York, no âmbito da abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas (setembro).

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação	03/04/2009	06/11/2011	Em promulgação
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Helênica sobre Extradicação	03/04/2009	Tramitação Congresso Nacional	
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e a Grécia	27/03/2003	15/12/2007	26/03/2008
Acordo de Cooperação no Setor do Turismo	19/12/2002	16/11/2007	24/01/2008
Ajuste para a Execução do Acordo de Previdência Social	16/07/1992	29/01/1993	29/01/1993
Acordo de Previdência Social	12/09/1984	01/09/1988	12/03/1990
Acordo de Comércio	09/06/1975	02/07/1976	13/08/1976
Acordo para a Supressão de Vistos em	03/04/1961	03/04/1961	12/06/1961



Passaportes Diplomáticos e Especiais			
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas, por via Comum	03/05/1951	03/05/1951	16/07/1951

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos da Grécia

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-3,20%	0,65%	-0,23%	-0,58%	2,66%
PIB nominal (US\$ bilhões)	239,59	235,95	195,32	194,59	203,22
PIB nominal "per capita" (US\$)	21.773	21.593	18.064	18.035	18.873
PIB PPP (US\$ bilhões)	277,39	283,80	285,98	287,11	298,83
PIB PPP "per capita" (US\$)	25.209	25.972	26.449	26.610	27.753
População (milhões de habitantes)	11,00	10,93	10,81	10,79	10,77
Desemprego (%)	27,48%	26,50%	25,00%	25,03%	23,36%
Inflação (%) ⁽²⁾	-1,82%	-2,54%	0,42%	0,17%	0,85%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,05%	-2,12%	0,00%	-0,22%	-0,30%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,75	0,75	0,90	0,92	0,93

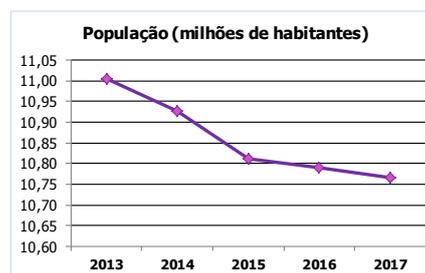
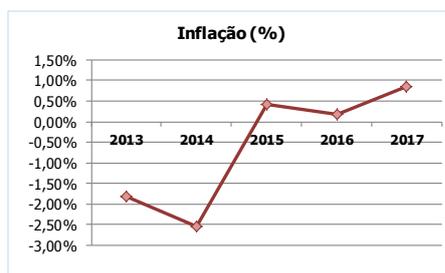
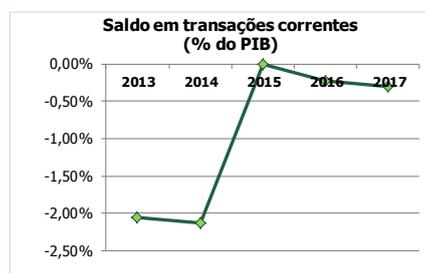
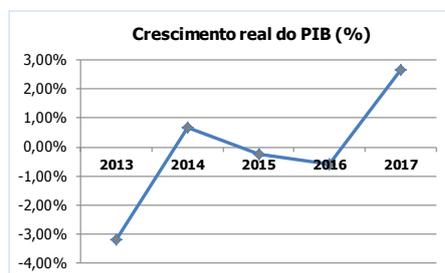
Origem do PIB (2015 Estimativa)

Agricultura	3,9%
Indústria	13,3%
Serviços	82,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report August 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

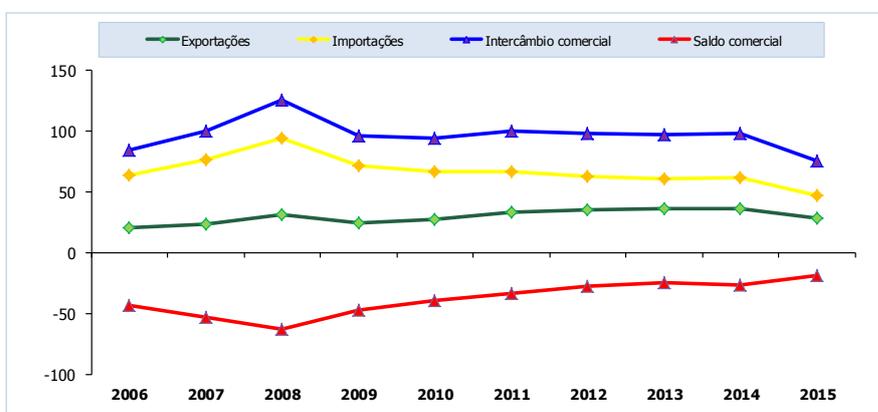
(2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior da Grécia
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2006	20,94	20,1%	63,74	16,1%	84,68	17,1%	-42,80
2007	23,50	12,2%	76,10	19,4%	99,60	17,6%	-52,60
2008	31,13	32,4%	94,35	24,0%	125,47	26,0%	-63,22
2009	24,24	-22,1%	71,54	-24,2%	95,78	-23,7%	-47,30
2010	27,59	13,8%	66,45	-7,1%	94,04	-1,8%	-38,87
2011	33,38	21,0%	66,69	0,4%	100,07	6,4%	-33,32
2012	35,15	5,3%	62,50	-6,3%	97,66	-2,4%	-27,35
2013	36,26	3,2%	61,15	-2,2%	97,41	-0,3%	-24,89
2014	35,76	-1,4%	62,18	1,7%	97,94	0,5%	-26,43
2015	28,20	-21,1%	47,19	-24,1%	75,39	-23,0%	-18,98
2016(jan-mar)	6,33	-10,4%	11,28	-8,8%	17,50	-9,9%	-4,95
Var. % 2006-2015	34,7%	--	-26,0%	--	-11,0%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

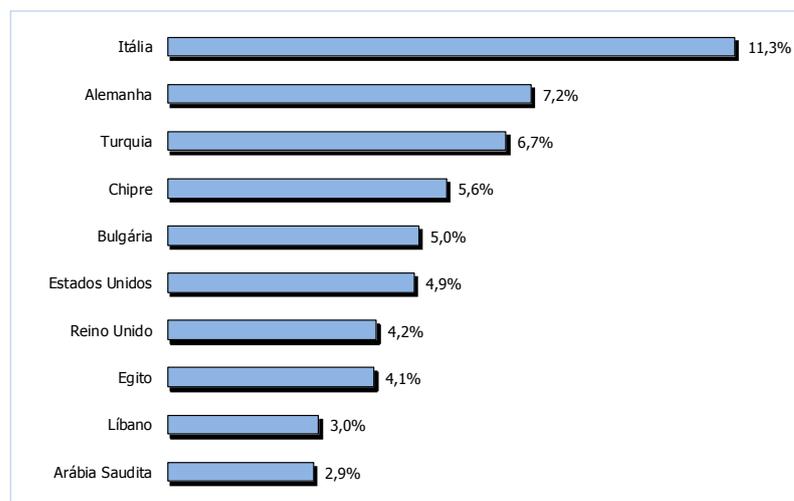


Direção das exportações da Grécia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part. % no total
Itália	3,19	11,3%
Alemanha	2,04	7,2%
Turquia	1,90	6,7%
Chipre	1,57	5,6%
Bulgária	1,41	5,0%
Estados Unidos	1,39	4,9%
Reino Unido	1,17	4,2%
Egito	1,16	4,1%
Líbano	0,85	3,0%
Arábia Saudita	0,82	2,9%
...		
Brasil (67ª posição)	0,04	0,1%
Subtotal	15,53	55,1%
Outros países	12,67	44,9%
Total	28,20	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais destinos das exportações

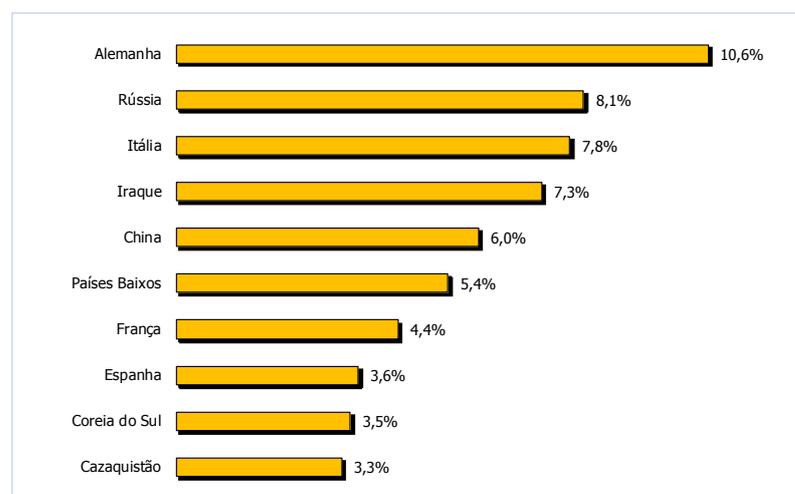


Origem das importações da Grécia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Alemanha	4,98	10,6%
Rússia	3,82	8,1%
Itália	3,69	7,8%
Iraque	3,43	7,3%
China	2,83	6,0%
Países Baixos	2,55	5,4%
França	2,08	4,4%
Espanha	1,71	3,6%
Coreia do Sul	1,63	3,5%
Cazaquistão	1,55	3,3%
...		
Brasil (46ª posição)	0,12	0,2%
Subtotal	28,38	60,1%
Outros países	18,81	39,9%
Total	47,19	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais origens das importações

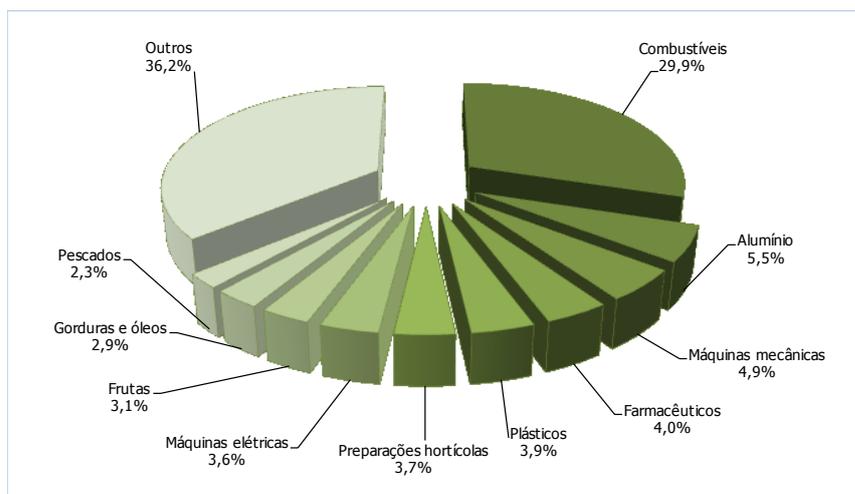


**Composição das exportações da Grécia
US\$ bilhões**

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	8,43	29,9%
Alumínio	1,56	5,5%
Máquinas mecânicas	1,39	4,9%
Farmacêuticos	1,13	4,0%
Plásticos	1,10	3,9%
Preparações hortícolas	1,04	3,7%
Máquinas elétricas	1,03	3,6%
Frutas	0,87	3,1%
Gorduras e óleos	0,83	2,9%
Pescados	0,64	2,3%
Subtotal	18,01	63,8%
Outros	10,20	36,2%
Total	28,20	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

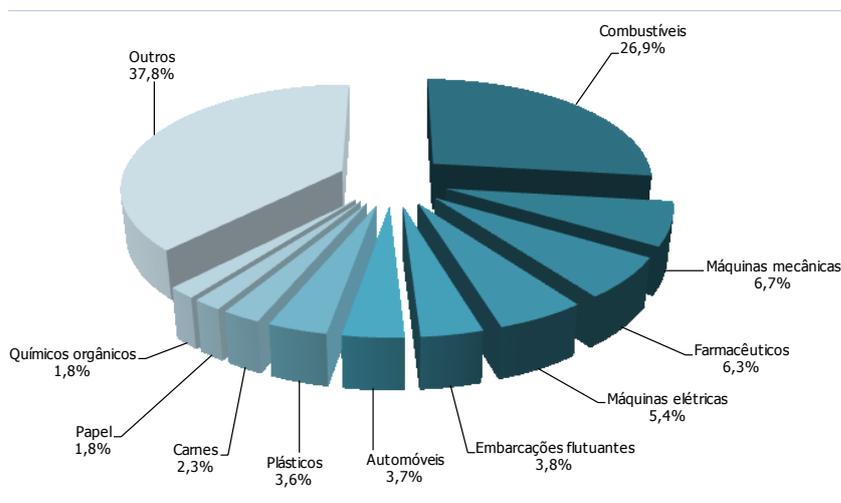


**Composição das importações da Grécia
US\$ bilhões**

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	12,70	26,9%
Máquinas mecânicas	3,14	6,7%
Farmacêuticos	2,98	6,3%
Máquinas elétricas	2,56	5,4%
Embarcações flutuantes	1,78	3,8%
Automóveis	1,74	3,7%
Plásticos	1,70	3,6%
Carnes	1,10	2,3%
Papel	0,84	1,8%
Químicos orgânicos	0,83	1,8%
Subtotal	29,36	62,2%
Outros	17,82	37,8%
Total	47,19	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

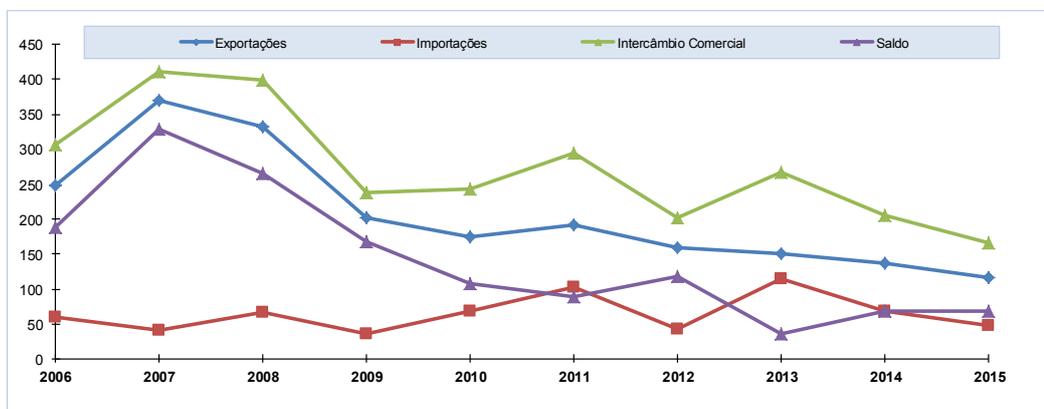
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Grécia
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	247	42,4%	0,18%	59	123,6%	0,06%	307	53,1%	0,13%	188
2007	370	49,6%	0,23%	41	-30,4%	0,03%	411	34,1%	0,15%	329
2008	332	-10,3%	0,17%	67	62,1%	0,04%	399	-3,0%	0,12%	265
2009	203	-38,9%	0,13%	35	-47,7%	0,03%	238	-40,4%	0,08%	168
2010	175	-13,7%	0,09%	68	94,1%	0,04%	243	2,2%	0,06%	107
2011	191	9,3%	0,07%	103	52,1%	0,05%	295	21,2%	0,06%	88
2012	160	-16,6%	0,07%	42	-59,1%	0,02%	202	-31,5%	0,04%	117
2013	151	-5,1%	0,06%	115	172,8%	0,05%	267	32,1%	0,06%	36
2014	137	-9,7%	0,06%	68	-40,7%	0,03%	205	-23,1%	0,05%	69
2015	117	-14,4%	0,06%	48	-29,2%	0,03%	165	-19,3%	0,05%	69
2016 (jan-jul)	61	-1,2%	0,06%	23	-39,2%	0,03%	84	-15,6%	0,05%	38
Var. % 2006-2015	-52,7%	--	--	-18,4%	--	--	-46,1%	--	--	n.c.

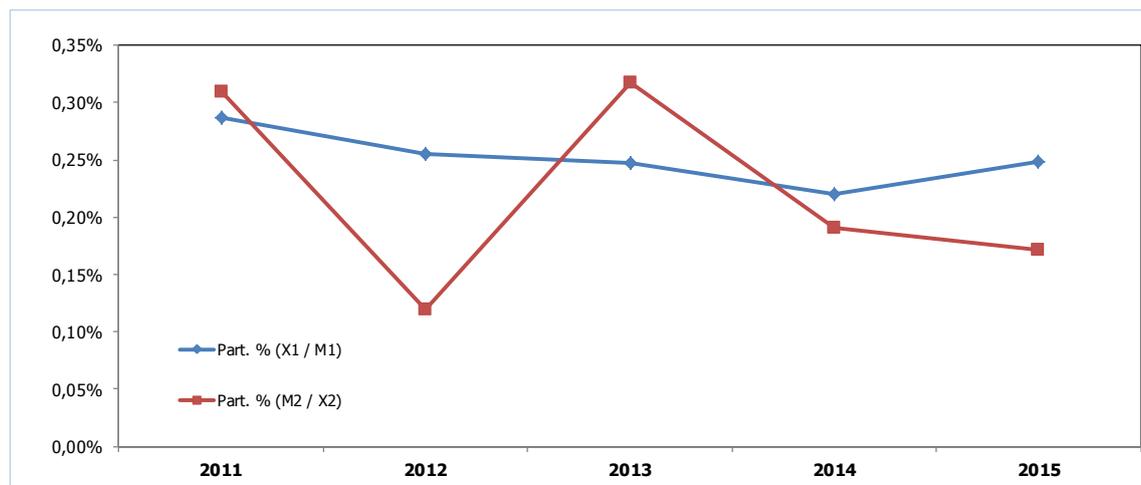
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



Part. % do Brasil no comércio da Grécia
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2014-2015
Exportações do Brasil para a Grécia (X1)	191	160	151	137	117	-14,4%
Importações totais da Grécia (M1)	66.692	62.504	61.148	62.181	47.186	-24,1%
Part. % (X1 / M1)	0,29%	0,26%	0,25%	0,22%	0,25%	12,8%
Importações do Brasil originárias da Grécia (M2)	103	42	115	68	48	-29,2%
Exportações totais da Grécia (X2)	33.377	35.151	36.262	35.755	28.203	-21,1%
Part. % (M2 / X2)	0,31%	0,12%	0,32%	0,19%	0,17%	-10,2%

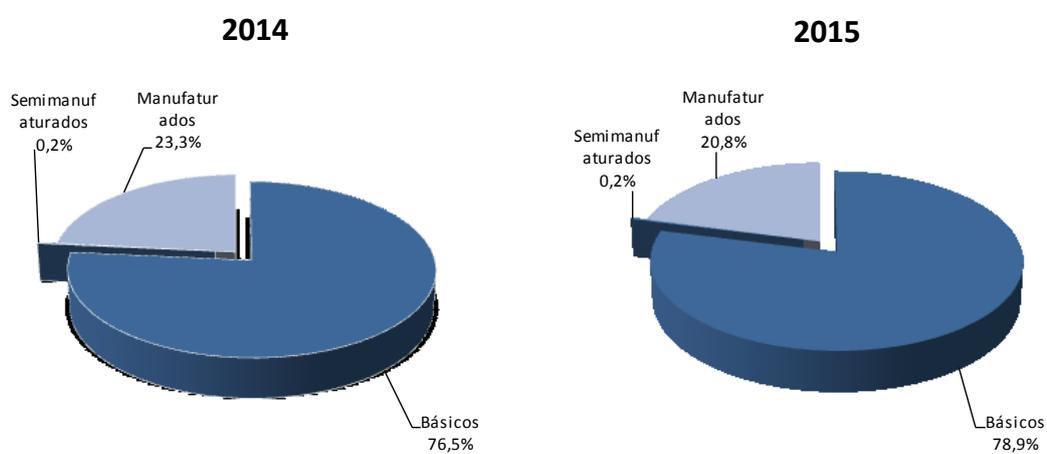
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap. As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Grécia e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



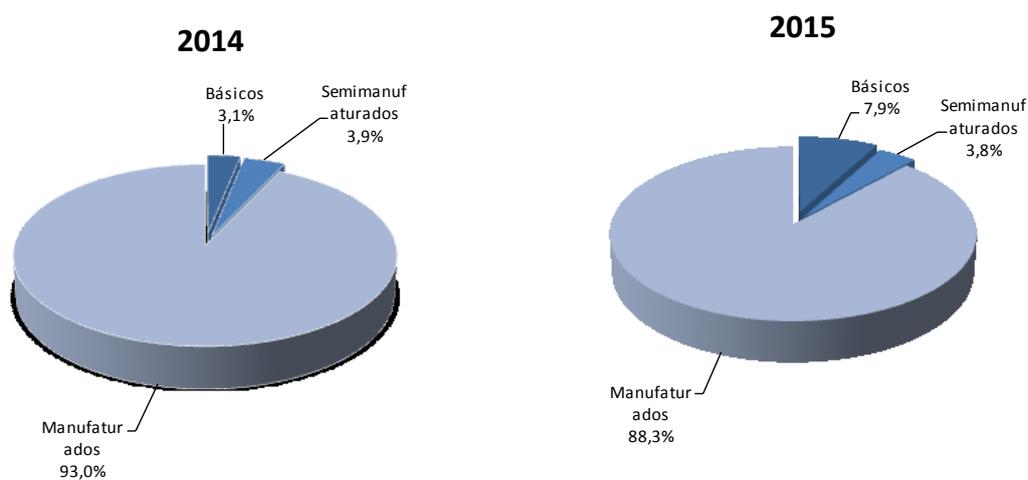
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

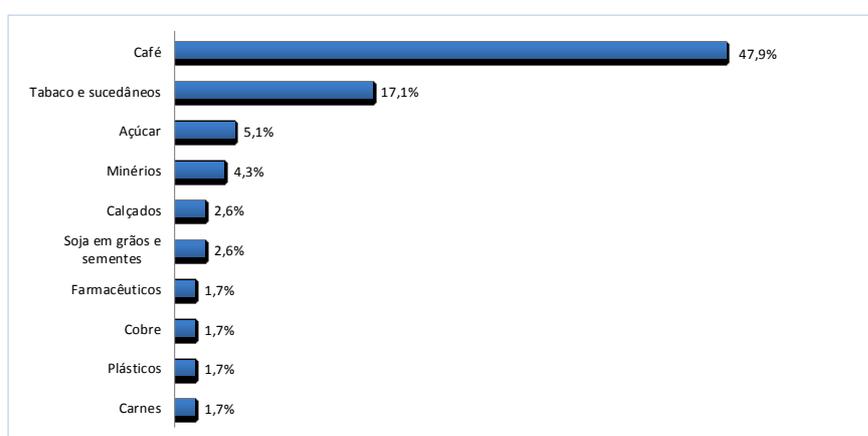


Composição das exportações brasileiras para a Grécia
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Café	60	39,3%	59	43,1%	56	47,9%
Tabaco e sucedâneos	22	14,5%	22	16,1%	20	17,1%
Açúcar	29	19,2%	2	1,5%	6	5,1%
Minérios	10	6,6%	10	7,3%	5	4,3%
Calçados	3	2,0%	5	3,7%	3	2,6%
Soja em grãos e sementes	0	0,0%	5	3,7%	3	2,6%
Farmacêuticos	2	1,3%	2	1,5%	2	1,7%
Cobre	0	0,0%	3	2,2%	2	1,7%
Plásticos	0	0,2%	0	0,2%	2	1,7%
Carnes	3	2,0%	1	0,7%	2	1,7%
Subtotal	129	85,1%	109	79,9%	101	86,3%
Outros produtos	23	14,9%	27	20,1%	16	13,7%
Total	151	100,0%	137	100,0%	117	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

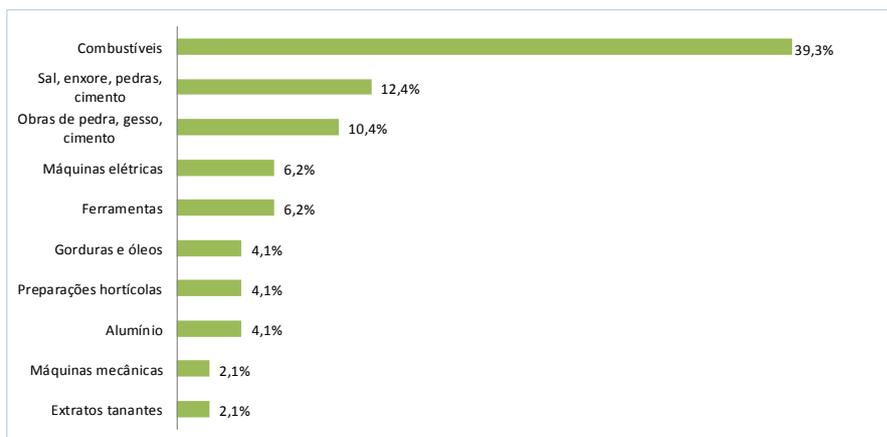


**Composição das importações brasileiras originárias da Grécia
US\$ milhões**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	80	69,5%	0	0,2%	19	39,3%
Sal, enxofre, pedras, cimento	4	3,5%	13	19,1%	6	12,4%
Obras de pedra, gesso, cimento	7	6,1%	7	10,3%	5	10,4%
Máquinas elétricas	4	3,5%	6	8,8%	3	6,2%
Ferramentas	5	4,3%	4	5,9%	3	6,2%
Gorduras e óleos	2	1,7%	3	4,4%	2	4,1%
Preparações hortícolas	1	0,4%	2	3,4%	2	4,1%
Alumínio	3	2,6%	2	2,9%	2	4,1%
Máquinas mecânicas	4	3,5%	3	3,8%	1	2,1%
Extratos tanantes	1	0,6%	1	1,1%	1	2,1%
Subtotal	110	95,7%	41	59,8%	44	91,1%
Outros produtos	5	4,3%	27	40,2%	4	8,9%
Total	115	100,0%	68	100,0%	48	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-jul)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-jul)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Café	28,5	46,0%	28,3	46,3%	Café 46,3%
Minérios	3,0	4,8%	5,9	9,6%	Minérios 9,6%
Farelo de soja	0,8	1,2%	5,9	9,6%	Farelo de soja 9,6%
Tabaco e sucedâneos	9,1	14,7%	3,7	6,0%	Tabaco e sucedâneos 6,0%
Açúcar	1,9	3,0%	3,5	5,7%	Açúcar 5,7%
Calçados	1,6	2,6%	1,7	2,8%	Calçados 2,8%
Preparações de carnes	0,8	1,3%	1,0	1,6%	Preparações de carnes 1,6%
Plásticos	1,3	2,1%	0,9	1,5%	Plásticos 1,5%
Carnes	1,2	1,9%	0,9	1,5%	Carnes 1,5%
Farmacêuticos	0,8	1,3%	0,7	1,2%	Farmacêuticos 1,2%
Subtotal	49,0	79,2%	52,4	85,7%	
Outros produtos	12,9	20,8%	8,7	14,3%	
Total	61,9	100,0%	61,1	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-jul)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-jul)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Combustíveis	19,34	50,9%	10,42	45,1%	Combustíveis 45,12%
Sal, enxofre, pedras, cimen	4,85	12,8%	2,19	9,5%	Sal, enxofre, pedras, cimento 9,49%
Ferramentas	1,70	4,5%	1,67	7,2%	Ferramentas 7,23%
Obras de pedra, gesso, cim	2,83	7,5%	1,51	6,5%	Obras de pedra, gesso, cimento 6,53%
Máquinas elétricas	2,29	6,0%	1,43	6,2%	Máquinas elétricas 6,19%
Gorduras e óleos	1,21	3,2%	1,25	5,4%	Gorduras e óleos 5,40%
Máquinas mecânicas	1,03	2,7%	0,77	3,3%	Máquinas mecânicas 3,31%
Óleos essenciais	0,12	0,3%	0,77	3,3%	Óleos essenciais 3,31%
Farmacêuticos	0,00	0,0%	0,69	3,0%	Farmacêuticos 2,98%
Extratos tanantes	0,50	1,3%	0,40	1,7%	Extratos tanantes 1,72%
Subtotal	33,86	89,2%	21,08	91,3%	
Outros produtos	4,11	10,8%	2,01	8,7%	
Total	37,97	100,0%	23,09	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 97, DE 2016

(nº 534/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA).

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 534

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Os méritos do Senhor João Carlos de Souza-Gomes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de outubro de 2016.



EM nº 00343/2016 MRE

Brasília, 5 de Outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA).

2. Encaminho, anexos, informações sobre os organismos internacionais e *curriculum vitae* de **JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra



Aviso nº 619 - C. Civil.

Em 10 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES**

CPF.: 230.005.547-34

ID.: 5339 MRE

1948 Filho de Jayme de Souza-Gomes e Maria Conceição Aranha de Souza-Gomes, nasce em 16 de novembro, em Madri, Espanha (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1973 CPCD – IRBr
 1974 Direito pela Universidade do Estado da Guanabara
 1990 CAE – IRBr, A Retirada Norte-Americana da UNESCO, no Contexto dos Principais Aspectos da Crise da Organização

Cargos:

1974 Terceiro-Secretário
 1978 Segundo-Secretário, por merecimento
 1980 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1986 Conselheiro, por merecimento
 1991 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 1999 Ministro de Primeira Classe, por merecimento
 2013 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1975-77 Divisão das Nações Unidas, assessor e Chefe, interino
 1977-79 Secretaria de Assuntos Legislativos, Assessor e Chefe
 1979-85 Secretaria-Geral, Coordenadoria de Projetos Especiais, assessor e Chefe
 1980 Embaixada em Paramaribo, Encarregado de Negócios em missão transitória
 1982 Missão Especial à Guatemala para liberação dos réfens da Embaixada
 1983 Embaixada em Praia, Encarregado de Negócios em missão transitória
 1985 Secretaria de Assuntos Legislativos, Assessor e Chefe, interino
 1985 Departamento de Comunicações e Documentação, assessor e Chefe de Gabinete
 1985 Divisão de Arquivo e Documentação, Chefe
 1985-89 Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris, Primeiro-Secretário, Conselheiro e Encarregado da Delegação
 1989-91 Consulado-Geral em São Francisco, Cônsul-Geral
 1991-93 Consulado-Geral em Montevideú, Cônsul-Geral
 1993-97 Escritório Financeiro em Nova York, Chefe
 1997-2000 Embaixada em São José, Embaixador
 2000-03 Assessoria de Relações com o Congresso, Chefe
 2003 Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Chefe
 2003-08 Embaixada em Caracas, Embaixador
 2008-10 Delegação do Brasil junto à UNESCO, Delegado Permanente
 2010-15 Embaixada em Montevideú, Embaixador
 2015 Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Chefe

Condecorações:

1979 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
 1980 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
 1981 Ordem da Águia Asteca, México, Insígnia
 1982 Ordem de Palma, Suriname, Cavaleiro



2001	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2003	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2003	Ordem de Orange, Países Baixos, Cavaleiro
2008	Orden del Libertador Símon Bolívar, Venezuela, Gran Cordón
2009	Ordem da Inconfidência de Minas Gerais, Grão-Colar
2010	Ordem do Mérito Cultural, Brasil, Grã-Cruz
2011	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
2011	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2011	Medalha da Ordem do Mérito Aperipê, Governo do Estado de Sergipe
2011	Medalha "Honor al Mérito Naval Comandante Pedro Campbell", Armada do Uruguai
2011	Ordem do Mérito de Defesa, Brasil, Grande-Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Representação do Brasil junto à FAO

**FUNDO INTERNACIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – FIDA**



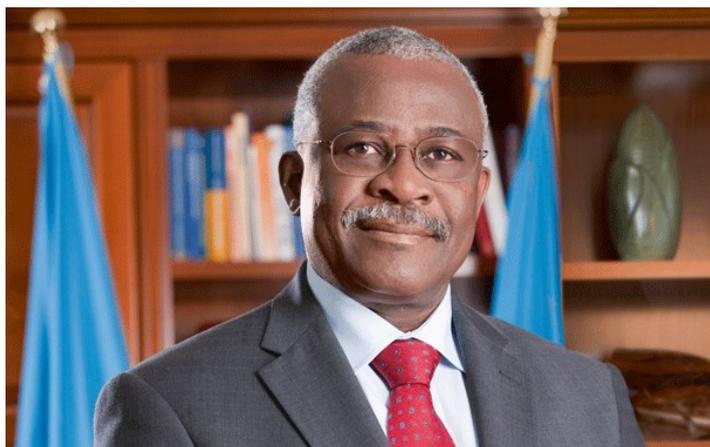
OSTENSIVA
Agosto de 2016



DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (<i>International Fund for Agricultural Development</i>)
Mandato:	Erradicar a fome e a pobreza rural em países em desenvolvimento, por meio de assistência técnica e financeira.
Natureza:	Fundo intergovernamental
Estados partes:	176 (174 membros da ONU, mais Cook Islands e Niue)
Estados associados:	Não há. Todos são membros plenos
Fundação:	30 de novembro de 1977
Ano de adesão do Brasil:	30/11/1977 – o Brasil é membro fundador
Sede:	Roma, Itália
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Conselho de Governadores e Junta Executiva
Principais chefias:	Presidente: Kanayo F. Nwanze (desde fev/2013) Vice-Presidente: Michel Mordasini (desde dez/2013)0
Representante no Brasil:	Hardi Vieira, nacional brasileiro
Representação brasileira:	Representante Permanente do Brasil junto à FAO (FIDA e PMA)

Informação elaborada por Roberta Lima Ferreira e revisada por Antonio Otávio Sá Ricarte em 30 de agosto de 2016.



PERFIS BIOGRÁFICOS**Kanayo F. Nwanze**
Presidente do FIDA

Nacional nigeriano, graduou-se em Ciências pela Universidade de Ibadan (Nigéria), em 1971, e tornou-se Doutor em Entomologia Agrícola pela Universidade do Estado do Kansas (EUA), em 1975. Reúne também títulos honorários das universidades de Warwick (Reino Unido) e McGill (Canadá).

Nwanzen possui mais de 30 anos de experiência na área de redução da pobreza por meio da agricultura, desenvolvimento rural e pesquisa. Foi Diretor-Geral do *Africa Rice Center* e promoveu a iniciativa *New Rice for Africa* (NERICA), sobre variedade de arroz de alto rendimento, resistente a pragas e à seca, especialmente desenvolvida para o continente africano. Possui experiência em instituições de pesquisa associadas ao Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR) na África e na Ásia. Além disso, é autor de grande número de publicações e membro de várias associações científicas.

Assumiu a presidência do FIDA em 1º de abril de 2009 e iniciou em fevereiro de 2013 seu segundo mandato de quatro anos.

Michel Mordasini
Vice-Presidente do FIDA



Economista suíço com Mestrado em Economia Política pela Universidade de Genebra, Michel Mordasini possui mais de 30 anos de atuação internacional nas áreas de cooperação bilateral e multilateral, desenvolvimento e redução da pobreza.

Foi Diretor-Geral Assistente da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC), trabalhando na resposta aos desafios globais enfrentados pelos países em desenvolvimento, com foco especial em mudança do clima, água, segurança alimentar, migração e desenvolvimento. Sob a SDC, Mordasini acumulou experiências de campo em cooperação para o desenvolvimento, servindo em vários países africanos e asiáticos.

Como Diretor Executivo no Banco Mundial, cobriu Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Polónia, Sérvia, Suíça, Tadjiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão. Também exerceu funções na Secretaria de Estado da Suíça para Assuntos Econômicos e ocupou altos cargos da Cruz Vermelha no Afeganistão, Líbano, Iraque, Paquistão, África do Sul e Uganda.

Foi nomeado Vice-Presidente do FIDA, em dezembro de 2013.



INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) compõe, junto com a FAO e o PMA, a tríade de organizações das Nações Unidas baseadas em Roma e dirigidas aos temas de agricultura, alimentação e desenvolvimento rural. Seu mandato é o de ajudar a erradicar a fome e a pobreza rural em países em desenvolvimento, por meio da assistência financeira e técnica a projetos desenvolvidos conjuntamente com países recipiendários e, quase sempre, com a participação de entidades cofinanciadoras. As iniciativas são específicas para cada país e podem envolver a facilitação do acesso, pelas populações rurais pobres, a serviços financeiros, mercados, tecnologia, terra e outros recursos naturais.

Conforme o Art. 2 de seu Acordo Constitutivo, o FIDA deve mobilizar recursos para oferecê-los, em condições favoráveis, em apoio ao desenvolvimento da agricultura de Estados Membros em desenvolvimento. O Fundo financia principalmente projetos e programas especificamente concebidos para introduzir, expandir ou melhorar os sistemas de produção de alimentos e para fortalecer as políticas e instituições afins no âmbito das prioridades e estratégias nacionais, tendo em conta: a necessidade de aumentar a produção de alimentos nos países mais pobres e deficitários de alimentos; o potencial para aumentar a produção de alimentos em outros países em desenvolvimento; e a importância de melhorar o nível nutricional das populações mais pobres dos países em desenvolvimento, bem como suas condições de vida.

Mediante empréstimos e doações, o FIDA trabalha com governos para desenvolver e financiar programas e projetos de superação da pobreza rural. Desde o início de operações, em 1978, o Fundo investiu US\$ 14,8 bilhões em mais de 900 projetos.

Estrutura e Governança:

Criado em 1977¹ como um dos principais resultados da Conferência Mundial de Alimentação de 1974², o FIDA possui estrutura semelhante à de outras instituições financeiras internacionais, como, por exemplo, bancos regionais e internacionais de fomento ao desenvolvimento econômico e social.

¹ Em 30/11/1977, entrou em vigor o Acordo Constitutivo do FIDA, adotado em 13/06/1976.

² A conferência foi organizada em resposta às crises alimentares da década de 1970. Decidiu-se que “um Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola deve ser estabelecido imediatamente para financiar projetos de desenvolvimento agrícola, principalmente para a produção de alimentos nos países em desenvolvimento”.



A associação ao FIDA é aberta a qualquer Estado que seja membro das Nações Unidas ou de qualquer das suas agências especializadas ou da Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA). Em vista da importância histórica dos países exportadores de petróleo na criação do FIDA e na composição de seus capitais, sua governança assume forma singular, dividida em três categorias:

Lista A (países desenvolvidos, principalmente os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE);

Lista B (países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP) e;

Lista C (países em desenvolvimento) – esta última, ramificada nas Sublistas C1 (África), C2 (Ásia) e C3 (América Latina e Caribe).

Os Estados Membros são convidados a contribuir para o Fundo, segundo suas capacidades. No entanto, o peso da participação de um país na gestão do FIDA, inclusive de seu voto, é proporcional ao aporte de suas contribuições. Desse modo, nota-se que a Lista A – grupo que reúne presentemente os principais contribuintes – exerce maior influência no processo decisório. A Lista B tem diminuído sua participação relativa nos aportes. E a Lista C, que concentra a maioria dos países beneficiários, vem aumentando gradualmente seu perfil como contribuinte e reforçado sua atuação política.

Os principais órgãos deliberativos do FIDA são a Junta Executiva e o Conselho dos Governadores, em que os Estados Membros participam com poder de voto proporcional ao histórico de seus aportes.

O Conselho dos Governadores é a instância política mais elevada e a principal autoridade decisória; dele participam os Governadores ou Governadores Alternos de todos os Estados membros do Fundo. Reúne-se uma vez por ano e toma as decisões políticas mais relevantes: eleição do Presidente, nomeação dos membros da Junta, ingresso de novos membros; aprovação das consultas de reposição do Fundo e seu orçamento administrativo, e adoção de políticas gerais, critérios e regulamentos.

Por sua vez, a Junta Executiva é responsável por supervisionar as operações gerais do FIDA e aprovar o seu Programa de Trabalho. Seus 18 membros plenos e 18 alternos³ são convidados a reunirem-se três vezes ao ano com o propósito de examinar e aprovar:

- i) propostas de políticas estratégicas que orientam as atividades do Fundo, inclusive aquelas para países (Programa de Oportunidade País – COSOP, na sigla em inglês);
- ii) produtos financeiros oferecidos a programas e projetos, como doações e empréstimos a taxas de juros baixas; e
- iii) normas administrativas e financeiras.

O FIDA possui ainda dois órgãos subsidiários permanentes: o Comitê de Avaliação e o Comitê de Auditoria. O primeiro ocupa-se de avaliar as políticas e operações do Fundo – e, na condição de órgão independente, reporta-se diretamente à Junta. O segundo analisa as condições de gestão financeira e nomeia auditor externo. Seguindo diretrizes da Junta Executiva, o Fundo também pode estabelecer grupos de trabalho “ad hoc”, com a finalidade de abordar temas específicos.

³ A participação na Junta Executiva, determinada pelo Conselho de Governadores, está atualmente distribuída da seguinte forma: Lista A: oito membros e oito suplentes; Lista B: quatro membros efetivos e quatro suplentes; e Lista C: seis membros e seis suplentes – sendo dois de cada Sublista.



A representação do Governo brasileiro no FIDA está a cargo do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, secundado pelo Itamaraty. O Senhor Ministro do MPOG é o Governador brasileiro junto ao Fundo, tendo a Representante Especial do Brasil junto ao Fundo como Governadora Alternata.

Orçamento:

As regras orçamentárias do FIDA seguem as normas gerais aplicadas às instituições financeiras internacionais (IFIs). Conforme seu Regulamento Financeiro⁴, é chamado de “orçamento administrativo” o orçamento anual para questões de administração do Fundo, referente ao art. 6.10 do Acordo Constitutivo do FIDA – sendo, assim, composto pelo “orçamento regular”, pelo “orçamento de capital” e pelo “orçamento do Escritório de Avaliação Independente” do FIDA. O ano financeiro do FIDA se estende de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Os recursos do Fundo são constituídos por contribuições recebidas e recursos derivados de operações financeiras ou provenientes de outras fontes, em conformidade com o Art. 4.1 do Acordo Constitutivo. Há expectativa de que o Fundo venha a levantar recursos no mercado internacional de debêntures para aplicar no financiamento de projetos.

O Presidente do FIDA deve apresentar estimativa anual de orçamento administrativo para aprovação do Conselho de Governadores - o órgão deliberativo máximo do Fundo. Como parte do processo de definição do orçamento anual, o Presidente elabora, para consideração, as projeções orçamentárias do Plano de Médio Prazo, com base na projeção do fluxo de rendimentos para o Fundo de todas as fontes e planos operacionais, bem como os desembolsos previstos no mesmo período.

As contribuições voluntárias dos países membros ao FIDA são baseadas em escala indicativa de contribuições das Nações Unidas. O direito a voto, por sua vez, é ponderado na proporção das contribuições para os recursos do Fundo cumulativamente feitas por cada Membro, de acordo com o art. 4º do Acordo Constitutivo.

Nos termos do Acordo, o Conselho de Governadores determina a realização de processos de reposição de recursos do Fundo, cuja frequência tem sido trienal.

Na recém-concluída décima reintegralização de fundos - FIDA X foram alocados US\$ 1.149 bilhão (um bilhão cento e quarenta e nove milhões de dólares americanos). Nas nove reintegralizações precedentes os recursos totalizaram US\$

⁴ Disponível em: <http://ifad.org/pub/basic/fin/e/103finre.pdf>



6,78 bilhões, dos quais US\$ 5 bilhões provenientes de países da lista A (países industrializados); US\$ 1,2 bilhão de países da lista B (produtores de petróleo); e US\$ 0,54 bilhão de países da lista C (países africanos, asiáticos e latino-americanos). Os países da lista C3 (América Latina e Caribe) contribuíram com US\$ 0,14 bilhão.

Desde o início das atividades do FIDA até sua nona reposição de recursos, os dez maiores contribuintes ao Fundo aportaram cerca de US\$ 4,4 bilhões, ou cerca de 62% do total de recursos carreados. Com o FIDA X, os montantes correspondentes aos dez maiores contribuintes passarão a ser:

- 1 - Estados Unidos, US\$ 977.608.500;
- 2 - Alemanha; US\$ 535.991.900;
- 3 - Países Baixos, US\$ 510.470.000;
- 4 - Japão, US\$ 504.561.500;
- 5 - Itália, US\$ 476.260.000;
- 6 - Reino Unido, US\$ 469.676.000;
- 7 - Arábia Saudita, US\$ 432.778.000;
- 8 - Suécia, US\$ 411.774.400;
- 9 - França, US\$ 382.962.100 e;
- 10 - Canadá US\$ 356.349.000.

Nota-se que Índia e China apresentaram ofertas importantes na reposição para o FIDA X, de US\$ 36.904.400 e US\$ 59.910.100 – elevando suas contribuições totais a US\$ 164.153.400 e US\$ 158.610.100, respectivamente. A oferta do Brasil ao FIDA X foi de US\$ 16.655.500, de modo que o total passará a ser de US\$ 97.380.500.



PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

A parceria entre o FIDA e o Brasil iniciou-se em 1980 e envolve tanto o governo federal quanto as instâncias estaduais. As atividades são desenvolvidas com o propósito de apoiar o país em seus esforços para melhorar as condições econômicas e sociais de comunidades rurais de mais baixo índice de desenvolvimento humano – IDH. Desde seu estabelecimento, em 1977, o FIDA já financiou onze projetos no Brasil (seis ainda em curso), que totalizam cerca de US\$ 825 milhões, dos quais US\$ 260 milhões foram financiados diretamente pelo Fundo, beneficiando 365,400 famílias.

Os projetos do FIDA no Brasil concentram-se principalmente no Semiárido nordestino, mas devem estender-se também por outras regiões, como a Amazônia e o Agreste, onde também se encontram bolsões de pobreza; estão dirigidos ao apoio e na promoção da agricultura familiar, buscando o aumento da renda, capacitação e acesso a serviços essenciais. Suas ações contemplam a implantação de métodos orgânicos e agroecológicos de produção, de tecnologias de coleta e conservação de água e de planejamento participativo para o avanço da inovação e dos conhecimentos tradicionais.

O envolvimento do Fundo com o Brasil decorre, por um lado, do fato de 30% de todos os pobres rurais da América Latina e Caribe localizarem-se em território nacional. Por outro lado, o país é percebido como país que hoje sustenta sólidas políticas públicas de desenvolvimento agrário e erradicação da pobreza. Desfruta, igualmente, de grande capacidade de alocar recursos para essa área e disponibilidade de quadros e instituições capacitadas, afora conhecimento acumulado de técnicas e tecnologias em agricultura de apreciável qualidade.

Ainda que o FIDA tenha prestado importante ajuda à luta contra a pobreza rural em termos quantitativos, a principal vantagem comparativa de seu envolvimento reside na qualidade dos projetos e programas que podem ser replicados.

As atividades desenvolvidas pelo FIDA no Brasil estão comprometidas com o desafio principal da política de desenvolvimento agrário brasileira de “superar o círculo vicioso da pobreza, perpetuado pela falta de recursos sustentáveis de renda e emprego para os pobres rurais” (COSOP - Brasil). Os focos de atuação do FIDA no Brasil são:

- i) projetos de investimentos em Estados da Federação, viabilizados com base em comum acordo com o Governo federal;
- ii) a região Nordeste, com a possibilidade de explorar futuramente iniciativas em outras regiões (em particular, o Norte);



iii) o manejo de conhecimento e o diálogo de políticas.

Os objetivos estratégicos fixados para fortalecer políticas públicas nacionais de combate à pobreza rural e desenvolvimento agrário são, por sua vez:

- a) aumentar a produção agrícola comercial da agricultura familiar, por meio de acesso ao mercado em condições sustentáveis;
- b) melhorar o acesso dos pobres rurais a empregos não-agrícolas e atividades empresariais em áreas rurais, especialmente de mulheres e jovens;
- c) melhorar, por meio da geração e disseminação de conhecimento, a capacidade dos pobres rurais e de instituições relevantes no Nordeste para viver em espaços semiáridos;
- d) aprofundar os debates sobre redução da pobreza rural e políticas de agricultura familiar em níveis nacional e internacional (com grande abertura para iniciativas de cooperação Sul-Sul).

O FIDA tem, ainda, buscado fortalecer sua presença no Brasil, principalmente por meio da instalação de escritório no país, possibilitando estreitar diálogo com as partes interessadas e melhorar a supervisão dos projetos em curso.

Segundo o próprio FIDA, a vitalidade da cooperação financeira mantida com o Governo brasileiro advém em muitos aspectos da coordenação entre os órgãos envolvidos com políticas de desenvolvimento agrário e as áreas responsáveis por finanças.

Atividades atuais do FIDA no Brasil

Atualmente, seis operações estão em andamento no Brasil, entre as quais a Viva o Semiárido, o PROCASE-Paraíba e o *Rural business for small producers project*. Uma dessas iniciativas, o Gente de Valor, já beneficiou 34 municípios e 282 comunidades pobres. Iniciada com investimentos em cisternas no semiárido da Bahia, avançou no apoio ao cultivo de hortas e hoje contribui para melhorar a segurança alimentar e gerar renda mediante a venda de excedentes. Agentes locais capacitados conectam as comunidades com as estruturas regionais e estaduais de gestão do projeto. E, assim, 35 mil pessoas foram já diretamente beneficiadas pela iniciativa, que, estima-se, teria proporcionado benefícios difusos adicionais a aproximadamente 55 mil habitantes.

Concluída recentemente, a avaliação independente do Programa do FIDA no Brasil recomendou a elaboração de nova estratégia de ação no País. Destaca-se,



nesse contexto, o estreitamento das relações institucionais com a EMBRAPA, em especial no projeto conjunto *Innovation Marketplace*, apoiado pela Fundação Bill & Melinda Gates, o Departamento britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e o Banco Mundial. A iniciativa, que envolve também os Ministérios da Agricultura (MAPA), Ciência e Tecnologia (MCTI) e a Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty (ABC/MRE) pretende conectar especialistas e instituições brasileiras, latino-americanas e africanas na pesquisa para o desenvolvimento agrícola. Outro projeto do FIDA no Brasil que conta com o apoio da EMBRAPA é o programa com a Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE) de incentivo ao desenvolvimento da agricultura sustentável e acesso a mercados, que deverá contar com doação de até US\$ 2 milhões para sua execução, nos próximos três anos.

O FIDA tem a intenção de expandir o co-financiamento de projetos para além do semiárido brasileiro, embora mantendo o foco na região Nordeste. A estratégia também compreende linha de ação baseada em atividades não associadas a empréstimos, como diálogo sobre políticas, compartilhamento de conhecimento e cooperação horizontal. O Presidente do Fundo, Kanayo F. Nwanze, já manifestou o interesse em compartilhar com o MAPA experiência na área de redução da pobreza rural, no apoio aos sistemas produtivos dos agricultores familiares e na transformação rural sustentável, visando estreitar a colaboração com aquele Ministério.

O FIDA tem ainda papel importante a cumprir em países de renda média como o Brasil, tanto em relação a investimentos diretos para o desenvolvimento rural e redução da pobreza, quanto no âmbito da cooperação Sul-Sul, diálogo político, gestão de conhecimento e parcerias estratégicas (públicas e privadas). As posições brasileiras nas negociações da Junta Executiva e do Conselho de Governadores do Fundo visam principalmente assegurar e reforçar esse engajamento, crescentemente objeto de crítica por parte dos países industrializados, que prefeririam redirecionar os recursos do FIDA para os países de menor desenvolvimento relativo, principalmente na África.

Situação das contribuições brasileiras

O saldo das contribuições brasileiras relativas ao FIDA VIII a ser pago em 2014 (US\$ 4.288.328,95) e o montante total devido em 2015 (US\$4.455.000) encontram-se em atraso. No final do ano passado, foi feito depósito parcial de US\$ 166.171,05, abatido do total da contribuição devida no exercício de 2014. Com



relação ao FIDA IX, as contribuições brasileiras a serem pagas vencem ao final de 2016, 2017 e 2018 (US\$ 5.566.668 cada).

O direito a voto é ponderado na proporção das contribuições para os recursos do Fundo cumulativamente feitas por cada Membro, de acordo com o art. 4º do Acordo Constitutivo. Em 2010, o Brasil depositou uma nota promissória relativa ao FIDA VIII, recebendo os direitos de voto correspondentes. Se o pagamento dessa nota promissória não for efetuado no prazo de dois anos, os direitos de voto correspondentes devem ser retirados e o Brasil torna-se inelegível para a Junta Executiva. Portanto, já na próxima sessão do Conselho de Governadores, em fevereiro de 2017, caso a contribuição relativa a 2014 não tenha sido paga, o Brasil não poderá ser reeleito para a Junta Executiva.

O Brasil, por ser um dos países que mais se beneficiaram dos financiamentos do FIDA, sendo, ao mesmo tempo, o terceiro maior contribuinte entre os países em desenvolvimento, encontra-se na difícil situação de estar a descoberto há vários anos em seus compromissos de contribuição com o Fundo. Como em novembro próximo deverá receber visita de campo da Junta Executiva, a persistência dessa situação provavelmente será tema de gestões.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1974 – A Conferência Mundial sobre Alimentação decide criar o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

1977 – Entra em vigor, em 30/11, o Acordo Constitutivo do FIDA. Estabelecido em Roma, o Fundo inicia suas operações a partir de 1978.

1980 – É aprovado o primeiro projeto a ser financiado pelo FIDA no Brasil (*Ceará Second Rural Development Project*).

2010 – O Escritório Compartilhado da ONU em Salvador (Bahia) é inaugurado. Reúne representantes de diferentes organizações, fundos e programas do sistema das Nações Unidas. Além do FIDA, estão ali representados o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

2013 – Assume o atual Presidente do FIDA, o nigeriano Kanayo F. Nwanze

2002 – O Quadro Estratégico do FIDA para 2006 confirma seu compromisso em facilitar a superação da pobreza no meio rural, com foco no fortalecimento de capacidades e na melhoria do acesso equitativo aos recursos naturais e à tecnologia de produção.

ATOS INTERNACIONAIS

O Acordo Constitutivo do FIDA e demais textos jurídicos que regulam suas atividades estão publicados no endereço eletrônico: https://www.ifad.org/who/basic_legal/list#anchor_1

Não há registro de atos internacionais firmados entre a FAO e o Governo Federal; apenas Memorandos de Entendimento com governos estaduais.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Representação do Brasil junto à FAO

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO**



OSTENSIVA
Agosto de 2016



DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (<i>Food and Agriculture Organization</i>)
Mandato:	Eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial.
Natureza:	Agência especializada e intergovernamental
Estados partes:	194 Estados e 1 Organização (União Europeia)
Estados associados:	2 Estados: Ilhas Faroe e Tokelau
Fundação:	16 de outubro de 1945
Ano de adesão do Brasil:	1945 (membro fundador)
Sede:	Roma, Itália (desde 1951, quando foi transferida de Washington, EUA)
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Conferência, Conselho, Conferências Regionais, Comitês Administrativos (Programa, Finanças, Questões Constitucionais e Jurídicas), Comitês Temáticos (Agricultura, Florestas, Pesca e Aquicultura, Segurança Alimentar, Produtos de Base)
Principais chefias:	Diretor-Geral, José Graziano da Silva (jan/2012-atual) Vice-Diretor-Geral de Operações, Daniel J. Gustafson (jan/2013-atual) Vice-Diretora-Geral de Conhecimento, Maria Helena Semedo (jun/2013-atual)
Representante na Região:	Raúl Benítez, Representante da FAO para a América Latina e o Caribe (jun/2012-atual)
Representante no Brasil:	Alan Bojanic, Representante da FAO no Brasil (mar/2013-atual)
Representação brasileira:	Representante Permanente do Brasil junto à FAO

Informação elaborada por Roberta Lima Ferreira e revisada por Antonio Otávio Sá Ricarte, em 31 de agosto de 2016.

PERFIS BIOGRÁFICOS

José Graziano da Silva
Diretor-Geral da FAO





Brasileiro, agrônomo e professor⁵, José Graziano da Silva trabalha com agricultura, desenvolvimento rural e segurança alimentar desde 1972. Entre 2003 e 2004, foi Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, sendo o responsável pela implementação do Programa Fome Zero. Em 26 de junho de 2011, foi eleito Diretor-Geral da FAO, tornando-se o primeiro latino-americano a ocupar tal posição. Candidato único, foi reeleito, com 177 votos favoráveis dos 182 possíveis, na 39ª Conferência da FAO, em junho de 2015. Seu segundo mandato de quatro anos estende-se até 31 de julho de 2019.

Desde que assumiu o cargo de Diretor-Geral da FAO, em janeiro de 2012, Graziano tem-se encarregado da conclusão de reformas estruturantes na Organização, reorientando seu trabalho para o combate à insegurança alimentar e à desnutrição e a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Seus esforços vêm resultando em melhor custo-benefício para a FAO e seus parceiros, o que lhe garantiu ampla aprovação tanto entre os países desenvolvidos quanto entre aqueles em desenvolvimento.

⁵ Possui Grauação e Mestrado em Agronomia, pela Universidade de São Paulo, e Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas, onde foi professor titular de Economia Agrícola. Fez, ainda, Pós-Doutorado na Universidade da Califórnia e no Instituto de Estudos Latino-Americanos da University College London.



Daniel J. Gustafson
Vice-Diretor-Geral de Operações



Cidadão norte-americano, Gustafson é Bacharel em Economia e Relações Internacionais, Mestre em Economia Agrícola e Doutor em Extensão Agrícola. Iniciou carreira no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e serviu no Brasil de 1977 a 1988, apoiando programas de pesquisa e extensão agrícolas nacionais. Em seguida, tornou-se Diretor de Programa do Centro de Gestão de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Maryland, nos EUA.

Na FAO, Gustafson iniciou seus trabalhos em 1994, como Representante da Organização em Moçambique. Em 1998, foi designado a representar a FAO no Quênia e na Somália; e, em 2002, na Índia e no Butão. Tornou-se Diretor do Gabinete do Escritório de Ligação para os EUA e o Canadá, em 2007; e Diretor do Escritório de Apoio à Descentralização, em 2012. Nesse mesmo ano, foi nomeado pelo Conselho da FAO para a função de Vice-Diretor-Geral de Operações. Sob sua coordenação, além das atividades de cooperação internacional da FAO, estão concentrados os serviços corporativos, financeiros e de recursos humanos.



Maria Helena Semedo
Vice-Diretora-Geral de Conhecimento
Coordenadora-Geral para Recursos Naturais



Nacional de Cabo Verde, Maria Helena Semedo foi nomeada Vice-Diretora-Geral de Conhecimento pelo Conselho da FAO, em 2013. Em seu país, exerceu as funções de Ministra da Pesca, Agricultura e Assuntos Rurais (1993-1995); Ministra Coordenadora do Comitê Interestadual para o Controle da Seca do Sahel (1993-1997); Ministra para Assuntos Marinhos (1995-1998); e Ministra do Turismo, Transportes e Oceanos (1998-2001).

Na FAO, Semedo atuou como Representante da Organização no Niger (2003-2008); Representante Subregional da África Ocidental e Vice-Representante Regional para a África (2008-2009), tornando-se a titular do Escritório em Acra e Diretora-Geral Assistente ainda em 2009. Como Vice-Diretora-Geral de Conhecimento e Diretora de Recursos Naturais da FAO, ela concentra sob seu comando todas as áreas temáticas da Organização.



INFORMAÇÕES GERAIS

Agência especializada das Nações Unidas, de caráter intergovernamental, a FAO tem o mandato de ajudar os países a eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial.

Desde sua fundação, em 16 de outubro de 1945, a FAO mantém-se como um dos maiores organismos internacionais das Nações Unidas. Nas suas duas primeiras décadas, era a única fonte internacionalmente reconhecida de conhecimentos técnicos em alimentação, nutrição e agricultura. Atualmente, junto com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), criado em 1963, e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), de 1977, a FAO segue sendo referência internacional em assuntos ligados a agricultura, alimentação, nutrição, desenvolvimento rural, florestas, pesca e aquicultura, entre outros.

A Organização é integrada por 195 Membros e 2 Estados Associados, sendo o Brasil um de seus fundadores. Entre os Membros, constam 194 Estados nacionais e a União Europeia, na categoria de organização. Seu Diretor-Geral, o brasileiro José Graziano da Silva, encontra-se no segundo mandato (2015-2019), para o qual foi reeleito com amplo apoio: 177 dos 182 votos possíveis, em candidatura única. Por sua vez, os Vice-Diretores-Gerais se dividem entre os temas de natureza substantiva, a cargo da cabo-verdiana Maria Helena Semedo (*DDG Knowledge*), e aqueles de ordem administrativa e financeira, sob a responsabilidade do norte-americano Daniel Gustafson (*DDG Operations*).

Estrutura e Governança:

A estrutura da FAO contempla instâncias consultivas e deliberativas, de natureza tanto técnica quanto política. É composta de conferência, conselho, comitês e outros órgãos estatutários.

- **Conferência:** órgão máximo de deliberação, que reúne, a cada dois anos, todos os Membros da FAO. Tem o propósito de rever os trabalhos da Organização e aprovar o Programa de Trabalho e Orçamento para o biênio seguinte. O Diretor-Geral da FAO é eleito pela Conferência para um mandato de quatro anos, passível de uma única renovação.



- **Conselho:** é composto de 49 membros eleitos para um mandato de três anos. Supervisiona as questões orçamentárias e relativas ao programa de trabalho da organização. É assessorado por comitês técnicos e órgãos subsidiários, que reportam ao Conselho as questões orçamentárias e relativas ao programa de trabalho.
- **Comitês:** a estrutura da FAO contempla quatro Comitês técnicos: Agricultura (COAG), Florestas (COFO), Pesca e Aquicultura (COFI) e Produtos de Base (CCP); e três Comitês administrativos, de participação restrita: Programa; Finanças; e Questões Constitucionais e Jurídicas. O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS ou CSA), realizado anualmente, e as Conferências Regionais, de frequência bienal, também são considerados órgãos diretores da FAO.
- **Outros órgãos estatutários:** a FAO conta com outros órgãos estatutários, cujo trabalho é de grande relevância e interesse para o Brasil. Entre eles estão a Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura (CGRFAA) e o Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura (IPTGRFA ou TIRFAA). Também se enquadram nessa categoria aqueles órgãos considerados normativos (“rule-setting bodies”) junto à Organização Mundial do Comércio (OMC): o Codex Alimentarius e a Comissão de Medidas Fitossanitárias (CPM), braço executivo da Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (IPPC).



A FAO sedia, ademais, uma série de iniciativas globais e regionais voltadas para temas específicos e afins ao seu mandato e programa de trabalho. A Aliança Mundial pelos Solos (GSP)⁶ e a Parceria Global sobre Bioenergia (GBEP)⁷, por exemplo, contam com a associação do governo brasileiro. O país também vem participando, por meio de especialistas e parceiros não-governamentais, de atividades da Iniciativa Global sobre Perda e Redução do Desperdício de Alimentos⁸ e da Iniciativa Global de Crescimento Azul e Estados Insulares em Desenvolvimento⁹. Por sua vez, as atividades da Aliança Mundial pela Agricultura Climaticamente Inteligente (GACSA)¹⁰ e do Mecanismo Floresta e Agricultura (FFF) têm sido acompanhadas pela Representação do Brasil junto à FAO, mantendo-se o país na condição de observador.

O secretariado opera em seis unidades principais, responsáveis pelos temas substantivos, além de um departamento administrativo. Listam-se abaixo as principais divisões de cada área, que sinalizam a amplitude e variedade do trabalho realizado pela Organização:

- a) Agricultura e Proteção ao Consumidor – produção e saúde animal; nutrição e proteção ao consumidor; produção e proteção de plantas; infraestrutura rural e agroindústrias; unidade de técnicas nucleares FAO/AIEA;
- b) Desenvolvimento Social e Econômico – desenvolvimento agrícola; estatísticas; comércio e mercados; gênero, equidade e emprego rural;
- c) Pesca e Aquicultura – políticas de pesca e aquicultura; uso e conservação de recursos pesqueiros e de aquicultura;
- d) Florestas – produtos, políticas e economia florestal; avaliação, manejo e conservação florestal;
- e) Cooperação Técnica – políticas e desenvolvimento de programas; operações emergenciais e reabilitação; centro de investimentos;
- f) Serviços Corporativos e Recursos Humanos e Finanças.

A FAO conta, ainda, com uma Coordenação-Geral para Recursos Naturais, que abriga as divisões de Clima, Energia e Posse, e de Terra e Água, além de integrar as ações dos departamentos de Agricultura, Florestas, e Pesca e Aquicultura. A Coordenação-Geral de Recursos Naturais é atualmente chefiada pela Vice-Diretora-Geral, Maria Helena Semedo.

⁶ <http://www.fao.org/globalsoilpartnership/en/>

⁷ <http://www.globalbioenergy.org/>

⁸ <http://www.fao.org/3/a-i4068e.pdf>

⁹ http://www.fao.org/fileadmin/templates/sids/PDF/Blue_Growth_policy_paper.pdf

¹⁰ <http://www.fao.org/climate-smart-agriculture/en/>



NÍVEIS DE REPRESENTAÇÃO:

A ORGANIZAÇÃO POSSUI CINCO ESCRITÓRIOS REGIONAIS, NOVE ESCRITÓRIOS SUB-REGIONAIS, CINCO ESCRITÓRIOS DE LIGAÇÃO E 143 REPRESENTAÇÕES NACIONAIS. A PRINCIPAL FUNÇÃO DESSES ESCRITÓRIOS E REPRESENTAÇÕES É A DE IDENTIFICAR, PLANEJAR E IMPLEMENTAR AS AÇÕES PRIORITÁRIAS DA FAO NOS NÍVEIS REGIONAL, SUB-REGIONAL E LOCAL. OS POSTOS AVANÇADOS DA ORGANIZAÇÃO TAMBÉM APOIAM OS PAÍSES, POR MEIO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO, NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS AO COMBATE À FOME E À DESNUTRIÇÃO, AO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRÍCOLA E AO USO SUSTENTÁVEL E EFICIENTE DOS RECURSOS NATURAIS.

OS CINCO ESCRITÓRIOS REGIONAIS DIVIDEM-SE EM: ÁFRICA SUBSAARIANA (SEDE EM ACRA, GANA), ÁSIA E PACÍFICO (BANGKOK, TAILÂNDIA), AMÉRICA LATINA E CARIBE (SANTIAGO, CHILE); EUROPA E ÁSIA CENTRAL (BUDAPESTE, HUNGRIA); E ORIENTE PRÓXIMO E NORTE AFRICANO (CAIRO, EGITO). O REPRESENTANTE DA FAO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE É O ARGENTINO RAÚL BENÍTEZ.

NO BRASIL, A ORGANIZAÇÃO TEM ESCRITÓRIO EM BRASÍLIA, E SEU REPRESENTANTE NO PAÍS É ALAN BOJANIC, NACIONAL DA BOLÍVIA. A ATUAÇÃO DA FAO EM TERRITÓRIO BRASILEIRO ABRANGE ÁREAS COMO SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, REDUÇÃO DA POBREZA, DESENVOLVIMENTO RURAL, SANIDADE AGROPECUÁRIA, QUALIDADE DOS ALIMENTOS E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS.

COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES:

ENTRE AS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DA FAO, ESTÃO:

- ❖ APOIAR PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO MEDIANTE PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, NUMA VISÃO HOLÍSTICA, QUE INTEGRE AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE – AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA;



- ❖ **INFORMAR** SOBRE NUTRIÇÃO, ALIMENTOS, AGRICULTURA, FLORESTAMENTO E PESCA, UTILIZANDO-SE DE INFORMES (*NEWSLETTERS*), RELATÓRIOS, LIVROS, REVISTAS E DADOS EM FORMATO ELETRÔNICO;
- ❖ **ACONSELHAR** A GOVERNOS, COM BASE NO CONHECIMENTO ESPECIALIZADO E EXPERIÊNCIA DE SEU DIVERSIFICADO QUADRO TÉCNICO, ALÉM DE CONSULTORIAS EM POLÍTICA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA E EM FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS NACIONAIS PARA DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À POBREZA;
- ❖ **SERVIR** COMO UM FÓRUM NEUTRO PARA DISCUTIR E FORMULAR POLÍTICAS NOS PRINCIPAIS ASSUNTOS RELACIONADOS À AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. REALIZAR CONFERÊNCIAS, ENCONTROS TÉCNICOS E CONSULTAS DE ESPECIALISTAS.

A atuação da FAO estende-se a operações de assistência humanitária, nas áreas de prevenção, mitigação, preparação e resposta a emergências. Possui também programas de prevenção e controle de pestes (o *Emergency Prevention System for Transboundary Animal and Plant Pests and Diseases*, implementado em 1994).

Em outra frente, a FAO criou, em parceria com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o programa *Codex Alimentarius*, com o propósito de desenvolver padrões e diretrizes alimentares para proteger os consumidores, garantir o comércio justo e promover a coordenação de todos os trabalhos de padronização alimentar realizados por organizações intergovernamentais e não-governamentais.

Além de utilizar seus próprios recursos, a FAO busca favorecer o desenvolvimento do setor agrícola também com investimentos provenientes de instituições multilaterais como o Banco Mundial, bancos de desenvolvimento regional e fundos internacionais.

A atuação da FAO amplia-se também para operações de assistência humanitária, atuando nas áreas de prevenção, mitigação, preparação e resposta a emergências.

Reforma da Governança e Marco Estratégico Revisado:

Foi concluída, em 2013, a revisão no Marco Estratégico da FAO, que concentrou a ação da Organização em cinco Objetivos Estratégicos¹¹:

OE 1 – Ajudar e eliminar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição;

OE 2 – Aumentar e melhorar a oferta de produtos e serviços agrícolas, florestais e pesqueiros de maneira sustentável;

OE 3 – Reduzir a pobreza rural;

OE 4 – Promover sistemas alimentares e agrícolas mais inclusivos e eficientes; e

OE 5 – Aumentar a resiliência dos meios de vida frente a catástrofes.

Também está em fase de conclusão, processo de reforma na estrutura de governança¹² da Organização, voltado, sobretudo, para:

- a) Apresentação de resultados concretos de gestão, mediante aprovação e implementação ágil de projetos e programas;

¹¹ <http://www.fao.org/docrep/meeting/027/mg015e.pdf>

¹² <http://www.fao.org/3/a-mm578e.pdf>



- b) Reforço das capacidades institucionais, sobretudo em termos de descentralização e maior capacidade de resposta dos escritórios regionais, sub-regionais e nacionais;
- c) Redução substantiva dos custos administrativos e ampliação do uso dos recursos do orçamento regular da Organização em programas de apoio concreto a Estados Membros¹³;
- d) Fortalecimento de parcerias com a sociedade civil, iniciativa privada, a área acadêmica e outros atores não-estatais; e
- e) Incentivo e apoio à Cooperação Sul-Sul.

Áreas Prioritárias e Temas Emergentes

Segundo o Plano de Medio Prazo 2014-2017¹⁴ e o Programa de Trabalho e Orçamento 2016-2017¹⁵, são oito as áreas prioritárias de ação da FAO para os próximos anos, sendo três temáticas e cinco operacionais. Os temas prioritários são:

- i) Nutrição – ações de seguimento à Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN-2);
- ii) Mudança do Clima – apoio a negociações internacionais e adoção de ações de adaptação relacionadas à agricultura; e
- iii) Cooperação Sul-Sul – incluindo atividades de capacitação em medidas de proteção social, aquicultura, gênero e juventude.

Entre os temas emergentes relacionados às áreas prioritárias e aos Objetivos Estratégicos da Organização, sublinham-se: agroecologia, biotecnologia (sobretudo aplicada a pequenos produtores), medidas de prevenção e combate à resistência antimicrobiana, Sistema de Patrimônio Agrícola de Importância Global (GIAHS), entre outros.

A partir de seu amplo mandato, a FAO busca se viabilizar como uma das principais agências de apoio à implementação dos compromissos assumidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esses esforços são especialmente observados nas áreas de segurança alimentar e nutrição, desenvolvimento rural e mudança do clima. Sobre esta última, registro que, em seguimento ao Acordo de Paris (dezembro de 2015), a FAO vem advogando maior atenção à agricultura – incluindo pecuária, pesca e florestas – nas discussões sobre clima, e trabalhando em programas e projetos que tratam o tema de maneira transversal e integrada.

Por sua vez, no campo do direito à alimentação, segurança alimentar e nutrição, a FAO detém grande conhecimento e base legal acumulados. Nos últimos anos, realizou, em conjunto ou com apoio de outras organizações internacionais, várias reuniões de alto nível nessa área. Desses encontros, resultaram declarações, planos de ação e programas de trabalho baseados em compromissos de combate à fome, à insegurança alimentar e à desnutrição. Entre os principais eventos, estão as duas conferências internacionais sobre nutrição (ICN-1 e ICN-2), em 1992 e 2014¹⁶; as duas cúpulas mundiais sobre alimentação, em 1996 e 2002¹⁷; e a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, em 2009¹⁸. As atividades vindouras, por sua vez, serão pautadas pela definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com metas tanto específicas para a nutrição (ODS 2), quanto dirigidas a outras áreas, mas de efeitos indissociáveis sobre a segurança alimentar e a nutrição.

Orçamento da FAO:

O orçamento total da FAO previsto para 2016-17 é de US\$ 2,6 bilhões. Desse montante, 39% proviriam de contribuições estatutárias, pagas pelos Estados Membros, e 61% devem ser mobilizados por meio de contribuições voluntárias dos Membros e de outros parceiros.

O orçamento total da FAO previsto para 2016-17 é de US\$ 2,6 bilhões. Desse montante, 39% (pouco mais de US\$ 1 bilhão) proviriam de contribuições

¹³ Atualmente, cerca de 70% dos recursos do orçamento regular da FAO são gastos com os custos administrativos da Organização, o que leva a quase totalidade dos programas e atividades-fim a serem financiados com recursos provenientes de contribuições voluntárias.

¹⁴ <http://www.fao.org/3/a-mm710e.pdf>

¹⁵ <http://www.fao.org/3/a-mn176e.pdf>

¹⁶ <http://whqlibdoc.who.int/hq/1992/a34303.pdf> e <http://www.fao.org/about/meetings/icn2/en/>

¹⁷ <http://www.fao.org/wfs/> e <http://www.fao.org/docrep/MEETING/005/Y7106E/Y7106E09.htm#TopOfPage>

¹⁸ <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/Meeting/018/k6050e.pdf>



estatutárias, pagas pelos Estados Membros, e 61% devem ser mobilizados por meio de contribuições voluntárias dos Membros e de outros parceiros. As contribuições são pagas anualmente – uma parte em dólares americanos e a outra, em euros – e correspondem à metade do valor devido no biênio.

O Brasil é o 10º maior contribuinte ao orçamento regular da FAO, sendo antecedido por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, China, Itália, Canadá e Espanha. Os dez maiores contribuintes da FAO aportam, anualmente, quase 70% do valor aprovado pela Conferência – do qual o Brasil responde por menos de 3%. Os vinte Membros subsequentes aportam cerca de 22% do orçamento regular, enquanto os 164 Membros restantes – em sua grande maioria países de menor desenvolvimento relativo – contribuem com cerca de 8% do total.



PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

O Brasil, como um dos mais importantes produtores e exportadores mundiais de alimentos – além de ser o primeiro país em biodiversidade, o segundo em extensão florestal, e um dos maiores em reservas de água doce do planeta – não poderia estar ausente dos principais foros internacionais sobre temas agrícolas e, em especial, das diversas instâncias da FAO – inquestionavelmente, a principal organização das Nações Unidas com mandato nessa área. Essa conclusão é reforçada pela constatação da crescente complexidade e transversalidade dos temas, envolvendo, simultaneamente, comércio, energia, mudança do clima, segurança alimentar, biodiversidade, biotecnologia, inovação e pesquisa tecnológica.

Assim, os interesses nacionais, em todas as suas dimensões, tanto as estritamente econômicas e comerciais, quanto as relativas à cooperação e ao meio ambiente, por exemplo, podem vir a ser afetados, positiva ou negativamente, em maior ou menor grau, a depender dos rumos que tomam as discussões nas diversas instâncias da FAO.

O envolvimento de diferentes Ministérios e instituições nacionais nos projetos de cooperação com a FAO demonstra a diversidade dos temas e das áreas de interesse do país com relação às atividades realizadas por essa agência especializada das Nações Unidas.

Não obstante, ainda há espaço para maior engajamento, por exemplo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sobretudo em atividades de difusão de políticas bem-sucedidas, como crédito rural, gestão de risco (zoneamento de risco climático e seguro agrícola), a agricultura de baixo carbono (Plano ABC¹⁹), Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCar), novo Código Florestal, entre outras. Sabe-se, por exemplo, do interesse da FAO em colaborar com o MAPA no programa de recuperação de áreas degradadas, bem como em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) para apoiar produtores agrícolas africanos e latino-americanos. O mesmo pode ser dito com relação ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), com respeito à finalização do Projeto de Monitoramento Florestal da Bacia do Congo, entre outros temas, à EMBRAPA, à Agência Nacional de Águas, e a outras instituições de excelência do Brasil.

¹⁹ Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/plano-abc>).



Considerando os Objetivos Estratégicos e o Plano de Médio Prazo 2014-2017 da FAO, as áreas a serem enfatizadas no período 2016-2017, os projetos de cooperação que contam com a participação brasileira, os atos bilaterais firmados com o País, bem como os assuntos em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização, são os seguintes os temas prioritários para o Brasil no âmbito da FAO²⁰:

i. Combate à Fome e Erradicação da Pobreza Rural

- Medidas de Proteção Social;
- Acesso à Terra e aos Meios de Produção Rural;
- Geração de resiliência das comunidades vulneráveis (agricultores, criadores, pescadores, agentes florestais, comunidades indígenas e tradicionais) ao risco e/ou afetados pelas catástrofes socioambientais (inclusive conflitos) ou tecnológicas; às doenças/pestes animais e vegetais; às crises socioeconômicas e a outras crises complexas.

ii. Segurança Alimentar e Nutrição

- Direito à Alimentação Adequada;
- Alimentação Escolar;
- Melhoria da qualidade e da diversidade dos alimentos.

iii. Sistemas Agroalimentares Eficientes e Inclusivos

- Agricultura Familiar;
- Questões de Gênero;
- Compras Governamentais.

iv. Desenvolvimento Agrícola e Rural Sustentáveis

- Intensificação e Eficiência da Produção Agropecuária, Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais (biodiversidade, recursos genéticos, solos e recursos hídricos);
- Manejo Florestal Sustentável;
- Pesca e Aquicultura Sustentáveis;
- Agricultura e Mudança do Clima;
- Agricultura e Bioenergia;
- Agroecologia e Produção Orgânica;

²⁰ A presente lista não é exaustiva e representa esforço de sistematização da participação brasileira nas atividades da FAO. Reflete o Artigo III da proposta de Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Estratégica, assinado em 2015, e incorpora os principais temas em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização.



- Biotecnologia, Melhoramento Genético e OGMs.

v. Cooperação Sul-Sul e Triangular

- Assistência Técnica;
- Capacitação;
- Formação de Redes de Pesquisa.

vi. Assistência Humanitária Alimentar

- Prevenção, Mitigação e Resposta a Emergências;
- Ações Estruturantes para Construção de Resiliência.

vii. Produção e Comércio de Commodities e Questões Correlatas

- Investimentos e Inovação Tecnológica;
- Promoção de Sistemas de Distribuição e Abastecimento;
- Inclusivos, Sustentáveis, Eficientes e Justos;
- Promoção de medidas Contra Perdas e Desperdício;
- Promoção da Integração de Mercados Regionais e Globais.

viii. Sanidade Vegetal e Animal

- Prevenção e Controle de Pestes;
- Segurança Sanitária (vegetal, animal e alimentar).

ix. Codex Alimentarius e outras medidas regulatórias

Cumprir notar que a lista acima não é exaustiva e representa esforço de sistematização da participação brasileira nas atividades da FAO. Reflete o Artigo III da proposta de Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceira Estratégica, assinado em 2015, e incorpora os principais temas em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização.

Situação das contribuições obrigatórias do Brasil

A contribuição do Brasil no exercício de 2016 é de USD 8.010.582,84 (oito milhões, dez mil, quinhentos e oitenta e dois dólares e oitenta e quatro centavos) e EUR 5.635.715,22 (cinco milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, setecentos e quinze euros e vinte e dois centavos). Seu pagamento encontra-se em atraso desde 1º de janeiro passado e deverá ser quitado até 1º de janeiro de 2017 para não constituir dívida pendente, como ocorre com parte da contribuição de 2015 – da qual restam pagar € 2.072.743,02 (dois milhões, setenta e dois mil e setecentos e quarenta e três euros e dois centavos).



O Estado Membro perde o direito ao voto na FAO caso seu atraso iguale ou exceda o montante das contribuições nos dois anos precedentes (Constituição da FAO, Artigo III.4). Os valores das contribuições anuais devem ser quitados no mesmo ano de exercício, para não serem consideradas em atraso, a partir de 1/01 do ano sucessivo, ou registradas como dívida do país (dois anos sem pagamento), podendo implicar a perda do direito a voto a partir de então.

Projetos implementados pela FAO com o apoio brasileiro

Além das contribuições estatutárias à FAO, o Brasil tem contribuído voluntariamente para a implementação de projetos de cooperação técnica ou emergencial – sobretudo nas modalidades Sul-Sul e Triangular - em benefício próprio e de outros países. Há 25 projetos desse tipo, em andamento no âmbito da FAO, aos quais o governo brasileiro apoia – ou se comprometeu a apoiar – financeiramente. Eles estão divididos nas modalidades de emergência (3 projetos), cooperação técnica (13), fundos unilaterais (6) e fundos multilaterais (3) e têm orçamento aproximado de US\$ 100 milhões, no que tange às contribuições brasileiras. Destes, cerca de US\$ 30 milhões, provenientes de diferentes ministérios e instituições, restam pendentes de pagamento.

Os projetos realizados em terceiros países refletem os esforços do Governo Brasileiro em promover, por meio da cooperação Sul-Sul e Trilateral, o compartilhamento de tecnologias e o intercâmbio das experiências nacionais no desenvolvimento de políticas e programas voltados, sobretudo, ao combate à pobreza e à fome. A carteira de projetos inclui, entre outros:

- OSRO/RAF/202/BRA – PAA África: *Purchase from Africans for Africa*: - Promovendo a Compra Local de Alimentos para a Assistência Alimentar na África (MRE);
- GCP/RAF/483/BRA – Fortalecimento dos Programas de Merenda Escolar em Países Africanos (FNDE);
- GCP /RLA/160/BRA - Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025 (MRE);
- GCP /RLA/190/BRA – Ativação dos Serviços e Consolidação da Rede de Aquicultura das Américas (MPA);
- GCP /RLA/193/BRA – Apoio às Estratégias Nacionais e Subregionais de Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e Superação da Pobreza nos Países da América Latina e Caribe (MDS);
- OSRO/HAI/302/BRA – Apoio ao Fortalecimento do Sistema Nacional de Produção e Provimento de Sementes e Material Vegetal do Haiti (MRE);
- GCP/RAF/498/BRA – Troca de Experiências e Diálogos sobre Políticas Públicas para a Agricultura Familiar na África (MDA); sobre este, registro



que os aportes brasileiros foram reduzidos recentemente dos US\$ 4 milhões prometidos aos US\$ 600 mil previamente depositados, limitando a atividade a um único país (Moçambique).

Projetos em que o Brasil é exclusivamente beneficiário:

Além dos 25 projetos que contam com contribuições brasileiras, a FAO registra outros cinco projetos, com orçamento total de mais de US\$ 17 milhões (a maior parte já depositada), em que o Brasil é apenas beneficiário de cooperação, e não lhe cabe fazer qualquer aporte financeiro ou em espécie. Quatro destes – sobre reversão de processos de desertificação, políticas para a gestão sustentável dos recursos florestais, manejo sustentável da captura incidental da pesca de arrasto, e gestão integrada do ecossistema da Ilha Grande – são financiados com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). O quinto projeto - sobre medição de indicadores de insegurança alimentar no Brasil – é custeado pelo programa regular da FAO. São eles:

- TCP/BRA/3501 – Elaboração de Indicadores de Insegurança Alimentar no Brasil;
- GCP/BRA/078/GFF – Gestão Integrada do Ecossistema da Baía de Ilha Grande;
- GCP/BRA/079/GFF – Fortalecimento da Política Nacional e dos Conhecimentos em Apoio à Gestão Sustentável dos Recursos Florestais do Brasil;
- GCP/BRA/086/GFF – Reversão dos Processos de Desertificação em Áreas Suscetíveis do Brasil: Práticas Agroflorestais Sustentáveis e Conservação da Biodiversidade;
- GCP/RLA/201/GFF – Manejo Sustentável da Captura Incidental da Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe.

Ações conjuntas do Brasil com a FAO desenvolvidas recentemente, ou ainda em curso, no território nacional:



- Apoio ao programa Fome Zero, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA);
- Apoio ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA);
- Apoio ao Programa de Organização Produtiva de Comunidades – PRODUZIR, em parceria com o Ministério da Integração Nacional;
- Apoio ao Programa Nacional de Florestas – PNF, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Apoio ao Programa Nacional de Gestão Ambiental Rural, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Apoio ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura, em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MAPA);
- Apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Ministério da Educação (MEC);
- Apoio ao Programa de Áreas Degradadas na Amazônia (Pradam), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e iniciativas regionais e subregionais vinculadas a Sanidade Animal, Proteção Vegetal, Biocombustíveis, Segurança Alimentar.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1943 – Representantes de 44 países, reunidos em Hot Spring, na Virginia, EUA, assumiram o compromisso de financiar uma organização permanente dedicada à alimentação e à agricultura.

1945 – A primeira agência especializada das Nações Unidas foi fundada em 16 de outubro, em conferência realizada no Quebec, Canadá. O Brasil foi um de seus 42 membros fundadores. O nutricionista britânico John Boyd Orr foi nomeado o primeiro Diretor-Geral da FAO, que teria sua sede provisória localizada em Washington, EUA.

1946 – A FAO publica o primeiro levantamento mundial sobre a alimentação (*First World Food Survey*), permitindo confirmar que o mundo no pós-guerra sofria com a fome e a desnutrição generalizadas. O estudo abrangeu 70 países e, embora pouco preciso para os padrões atuais, constituiu uma ação inovadora para a época.

1948 – O norte-americano Norris Edward Dodd foi eleito Diretor-Geral da FAO.

1951 – A sede da FAO é transferida para Roma, Itália.

1951 – A Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (IPPC) é adotada no âmbito da FAO. O instrumento seria revisado em 1997 e entraria em vigor em 2005.

1952 – A FAO publica o segundo levantamento mundial sobre a alimentação (*Second World Food Survey*), estendendo sua cobertura para 81 países. O estudo demonstra que a situação de fome e desnutrição se agravou nos cinco anos anteriores, com a redução do consumo médio de calorias e as crescentes disparidades entre países ricos e pobres. No mesmo ano, o médico e nutrólogo brasileiro Josué de Castro foi eleito Presidente do Conselho Executivo da FAO, cargo que exerceu até 1956.

1954 – Inicia o mandato do norte-americano Philip Cardon, o terceiro Diretor-Geral da FAO.

1956 – Assume a Direção Geral da FAO o indiano, Binay Ranjan Sen, o primeiro de um país em desenvolvimento.



1960 – É lançada a campanha Libertação da Fome (*Freedom from Hunger*), com o propósito de mobilizar o apoio da sociedade civil.

1963 – A FAO e a Organização Mundial da Saúde (OMS) criam a Comissão *Codex Alimentarius* (expressão latina para “legislação alimentar”), a fim de desenvolver normas, orientações e códigos de conduta harmonizados para a proteção da saúde dos consumidores e a promoção de práticas justas no comércio de alimentos.

1967 – O holandês Addeke Hendrik Boerma torna-se o novo Diretor-Geral da FAO.

1970 – O norte-americano Norman Ernest Borlaug, considerado o “pai da Revolução Verde”, recebe o Prêmio Nobel da Paz em reconhecimento ao seu trabalho. Nas décadas de 1960 e 1970, a Revolução Verde elevou a produtividade agrícola, favorecendo o cultivo de variedades de alto rendimento, principalmente trigo e arroz. A série de inovações no campo ajudou a salvar milhões de pessoas da situação de fome. Nos últimos anos, porém, as limitações do modelo (sobretudo sócio-ambientais) tornaram-se mais evidentes.

1975 – Entra em operação na FAO o Sistema Mundial de Informação e Alerta Antecipado (*Global Information and Early Warning System – GIEWS*). O GIEWS favorece a intervenção rápida em situações de crise alimentar, em caso de dificuldades no suprimento, decorrentes de desastres, conflitos e outras causas. O monitoramento das lavouras e da cadeia produtiva de alimentos é feito nos níveis global, regional, nacional e sub-nacional.

1976 – Edouard Saoum, do Líbano, assume a Direção Geral da FAO e cria o Programa de Cooperação Técnica para assistência emergencial.

1980 – São firmados acordos para designar representantes da FAO para os 56 Estados Membros em desenvolvimento (então) associados à Organização.

1981 – O primeiro Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro) conta com a participação de mais de 150 países.

1985 – A Conferência da FAO aprova o Código Internacional de Conduta para Distribuição e Uso de Pesticidas.



1986 – É lançado o AGROSTAT (agora FAOSTAT), para servir de fonte abrangente e regular de informações e estatísticas agrícolas.

1989 – A Conferência da FAO adota o Princípio do Consentimento Prévio Informado para a circulação internacional de pesticidas banidos ou de uso restrito. Desde então, exige-se a acordância dos países importadores sobre a entrada de tais produtos em seu território.

1992 – Realiza-se a primeira Conferência Internacional sobre Nutrição.

1994 – A FAO inicia o programa especial para a segurança alimentar, designado a apoiar países de renda baixa e com déficit de alimentos a aumentar sua produção e produtividade agrícolas para a alimentação. No mesmo ano, é criado o Sistema de Prevenção Emergencial contra Pragas e Doenças Animais e Vegetais Transfronteiriças; e o senegalês Jacques Diouf torna-se Diretor-Geral da FAO.

1995 – Os Estados membros da FAO adotam Código de Conduta para Pesca Responsável. O Código orienta esforços nacionais e internacionais para garantir a exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos, em harmonia com o meio ambiente.

1996 – Em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a FAO lança iniciativa de conscientização e mobilização internacionais para o tratamento dos estoques de pesticidas obsoletos e perigosos.

1997 – Ocorre a primeira campanha anual da FAO associada a redes de televisão no mundo, para o levantamento de fundos ao combate à fome e à má nutrição. Desde então, a iniciativa *Telefood* já arrecadou US\$ 9 milhões e financiou projetos em cerca de 100 países.

1998 – É adotada a Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado Aplicado a Certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional – PIC. O instrumento, juridicamente vinculante, entraria em vigor em 2004.

1999 – O Comitê de Pesca da FAO adota planos de ação sobre capacidade pesqueira, tubarões e aves marinhas.



2000 – A pedido do Secretário-Geral das Nações Unidas, a FAO desenvolve estratégia para a ação concertada governamental e das agências da ONU para combater a fome crônica no Chifre da África.

2001 – A Conferência da FAO aprova o Tratado sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (TIRFAA), de natureza juridicamente vinculante. O instrumento promove a agricultura sustentável através da distribuição equitativa de material genético e seus benefícios entre os criadores de plantas, agricultores e instituições de pesquisa públicas e privadas. No mesmo ano, FAO, FIDA e PMA determinam estratégia de colaboração entre agências para combater os riscos da epidemia HIV/AIDS para a segurança alimentar, a nutrição e a subsistência no meio rural.

2002 – É adotado na FAO programa abrangente para o desenvolvimento agrícola da África, no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD).

2004 – A FAO publica diretrizes para avaliação de riscos aos vegetais, provocados por organismos vivos geneticamente modificados (OVMS), uma sub-categoria dos OGMs.

2005 – FAO, OMS e a Organização Mundial para Saúde Animal (OIE) lançam estratégia global para o controle do surto de gripe aviária (H5N1). No ano seguinte, a FAO inauguraria novo centro de gestão de crises, para tratar dessa e de outras emergências relacionadas à saúde animal e à alimentação.

2008 – A escalada dos preços dos alimentos deflagra protestos generalizados, forçando os governos a tomar medidas, incluindo a reforma do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS). O Sistema Mundial de Informação e Alerta Antecipado publica relatórios especiais sobre a situação de Uganda, Sudão do Sul, Etiópia, Bening, Níger, Nigéria e Bolívia, bem como atualizações sobre o impacto do ciclone em Mianmar e do terremoto em província na China.

2011 – É criado na FAO o Sistema de Informação do Mercado Agrícola (AMIS), plataforma interinstitucional para melhorar a transparência nos mercados globais de alimentos e promover a coordenação das políticas em tempos de crise. O AMIS decorre de uma iniciativa do G20 – grupo formado pelas 19 maiores economias do



mundo mais a União Europeia – para reduzir o risco de um aumento excessivo dos preços dos alimentos. No mesmo ano, a FAO e OIE anunciam a erradicação da peste bovina e o brasileiro José Graziano da Silva é eleito Diretor-Geral da FAO, para mandato de quatro anos a partir de 2012.

2012 – O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) aprova as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, Pesca e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (VGGT). A sua implementação tem sido, desde então, incentivada pelas principais economias do mundo (G7, G8 e G20) e por fóruns como a AGNU (A/RES/67/228) e a Conferência Rio+20 (documento final, *O Futuro Que Queremos*, parágrafo 115).²¹

2013 – A FAO eleva seu principal objetivo de “reduzir” para “eliminar” a fome no mundo. Essa decisão foi acompanhada de um compromisso político sem precedentes internacional pelos governos nacionais e grupos regionais, incluindo a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da União Africana, cujos líderes se comprometeram em 2014 a erradicar a fome até 2025.

2014 – Cerca de 170 países participam da Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN-2), assumindo o compromisso de estabelecer políticas nacionais mais eficientes para a erradicação de todas as formas de má nutrição e a transformação dos sistemas alimentares de modo a resultar em dietas nutritivas e ao alcance de todos.²²

2015 – O Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, é reeleito, como candidato único, com 177 votos favoráveis dos 182 possíveis, na 39ª Conferência da FAO, em junho de 2015. Seu segundo mandato de quatro anos estende-se até 31 de julho de 2019.

Diretores-Gerais da FAO:

²¹ A mensagem-chave das VGGT é a de que a melhoria da governança da posse, com o reconhecimento e a proteção dos direitos de posse legítima, contribui para a segurança alimentar e nutricional, particularmente entre as populações rurais mais vulneráveis.

²² Na ICN2, os governos adotaram a Declaração de Roma sobre a Nutrição, juntamente com um Quadro de Ação, que indicam recomendações de longo prazo para os responsáveis pela formulação de políticas nacionais de combate à nutrição inadequada e colocam a alimentação saudável e a sustentabilidade ambiental no centro da produção e distribuição de alimentos. A reunião contou com a presença de mais de 2200 participantes, incluindo 150 representantes da sociedade civil e quase uma centena do setor privado.



1. John Boyd Orr (1945-1948) – nacional britânico. Sua proposta de criação de um conselho mundial de alimentos levou ao estabelecimento do Conselho da FAO em 1946. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1949 por seus estudos no campo da nutrição.
2. Norris E. Dodd (1948-1953) – cidadão norte-americano. Antes de sua nomeação, ocupou vários papéis em associações agrícolas e agências no seu país. Sob sua liderança, a FAO mudou de Washington para Roma.
3. Philip V. Cardon (1954-1956) – dos EUA. Mestre em Economia Agrícola pela Universidade da Califórnia. Antes de ingressar na FAO, foi Diretor do Departamento de Agricultura dos EUA.
4. Binay Ranjan Sen (1956-1967) – cidadão indiano. Havia sido Secretário do Ministério da Agricultura e Embaixador. Foi o primeiro Diretor-Geral da FAO oriundo de um país em desenvolvimento. Lançou a campanha Libertação da Fome (Freedom from Hunger), em 1960.
5. Addeke Hendrik Boerma (1967-1975) – da Holanda. Foi o primeiro Diretor Executivo do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em 1962, antes de assumir o cargo de Diretor-Geral da FAO.
6. Edouard Saouma (1976-1993) – nacional libanês. Era o Diretor de Terra e Água da FAO até 1975. Como Diretor-Geral, criou o Programa de Cooperação Técnica para assistência emergencial.
7. Jacques Diouf (1994-2011) – do Senegal. Havia sido membro do Parlamento em seu país, Secretário-Geral do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BECEAO), e Embaixador do Senegal junto às Nações Unidas. Detém a mais longa permanência na direção geral da FAO.
8. José Graziano da Silva (desde 2012) – nacional brasileiro. Possui Graduação e Mestrado em Agronomia, pela Universidade de São Paulo, e Doutorado em Economia Agrícola pela Unicamp. Liderou o programa Fome Zero no Brasil como Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Em 2015, foi reeleito para o cargo de Diretor-Geral da FAO.



ATOS INTERNACIONAIS

Atos Multilaterais em vigor para o Brasil no âmbito da FAO:

- Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (Aprovado: 17/11/1997; Decreto: 5.759; Promulgação no Brasil: 17/04/2006)
- Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (Aprovado: 3/11/2001; Decreto 6476; Promulgação no Brasil: 5/06/2008)

Atos Bilaterais celebrados com a FAO:

- Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA (Assinado: 29/12/1964, Entrada em Vigor: 2/05/1966, Decreto: 59.308 e Data da Promulgação: 22/09/1966);
- Acordo sobre o Estabelecimento de um Escritório de Representação da FAO em Brasília. (Assinado: 19/11/1979, Entrada em Vigor: 19/11/1979, Decreto: 86006 e Data da Promulgação: 14/05/1981);
- Acordo Básico Referente a Ajuda do Programa Mundial de Alimentos. (Assinado: 02/02/1987, Entrada em Vigor: 8/06/1990, Decreto: 54 e Data da Promulgação: 8/03/1991);
- Acordo Relativo ao Uso de Peritos em Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. (Assinado: 21/02/1995, Entrada em Vigor: 14/03/1996, Decreto: 1900 e Data da Promulgação: 9/05/1996);
- Memorando de Entendimento sobre Colaboração em Apoio ao Desenvolvimento Amplo de Segurança Alimentar ao Nível Nacional e dentro do Escopo dos Objetivos e de Desenvolvimento do Milênio (Assinado: 17/10/2005, Entrada em Vigor: 17/10/2005);
- Ajuste Complementar Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA, de 29/12/1964, para implementar o Projeto Fortalecimento do Sistema de Defesa Agropecuária da Região Norte do Brasil. (Assinado: 8/12/2006, Entrada em Vigor: 8/12/2006);
- Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a FAO (Assinado: 26/4/2007, Entrada em Vigor: 26/4/2007);
- Declaração Conjunta (Assinado: 09/07/2007);

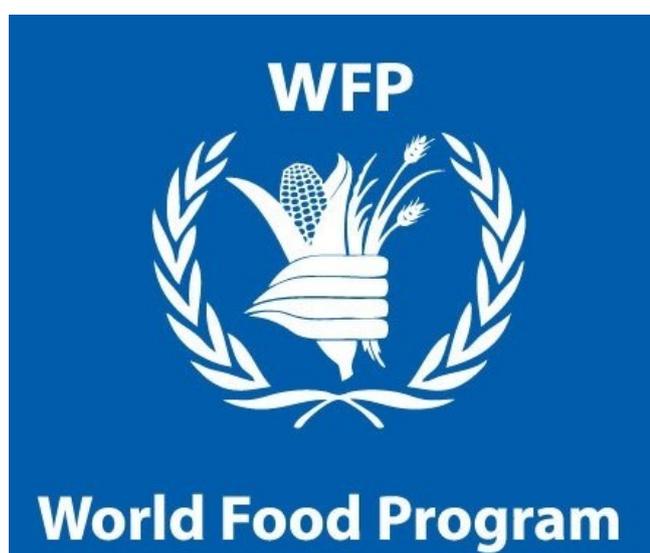


- Memorando de Entendimento para Promoção da Agricultura Familiar, da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural Sustentável na América Latina e Caribe (Assinado: 18/04/2008, Entrada em Vigor: 18/04/2008);
- Acordo Marco para Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional (Assinado: 18/04/2008, Entrada em Vigor: 18/04/2008);
- Programa Executivo Relativo ao Acordo Marco para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional para Promover a Alimentação Escolar no Âmbito da Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome (Assinado: 09/03/2009, Entrada em Vigor: 9/03/2009);
- Programa Executivo Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar Iniciativas de Cooperação Técnica Triangular nos Campos de Segurança Alimentar e Nutricional e de Redução da Pobreza, em Benefício de Países em Desenvolvimento (Assinado: 28/03/2012, Entrada em Vigor: 28/03/2012);
- Protocolo de Intenções entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a FAO para a Implementação de Iniciativas de Cooperação Técnica Trilateral e Sul-Sul (Assinado: 24/07/2012, Entrada em Vigor: 24/07/2012);
- Programa Executivo Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar o Projeto “Apoio ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Assinado: 10/12/2013, Entrada em Vigor: 10/12/2013);
- Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Cooperação Estratégica (Assinado: 6/06/2015, Entrada em Vigor: 6/06/2015).



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Representação do Brasil junto à FAO

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS – PMA



OSTENSIVA
Agosto de 2016



DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	PMA – Programa Mundial de Alimentos (<i>World Food Program</i>)
Mandato:	Aliviar a fome aguda providenciando alívio emergencial a desastres humanitários provocados por causas humanas ou naturais, ajudar a erradicar a subnutrição crônica, assistir a países menos desenvolvidos com problemas de abastecimento e contribuir para a resiliência e desenvolvimento social das comunidades em risco.
Natureza:	Programa das Nações Unidas, de caráter intergovernamental
Estados partes:	193 Estados e 1 Organização (Comunidade Europeia)
Estados associados:	Não há
Fundação:	1961, por Resolução da AGNU e 1963 em operação
Ano de adesão do Brasil:	O Brasil é membro fundador
Sede:	Roma, Itália
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Junta Executiva
Principais chefias:	Diretora-Executiva: Ertharin Cousin (desde jan/2012)
Representante no Brasil:	Daniel Balaban, nacional brasileiro, Diretor do Centro de Excelência contra a Fome do PMA, em Brasília
Representação brasileira:	Representante Permanente do Brasil junto à FAO (e também FIDA e PMA)

Informação elaborada por Roberta Lima Ferreira e revisada por Antonio Otávio Sá Ricarte, em 30 de agosto de 2016.



PERFIL BIOGRÁFICO**Ertharin Cousin**

Diretora Executiva do Programa Mundial de Alimentos



Etharin Cousin nasceu em 1957, em Chicago, Illinois (EUA). Graduada pela Universidade de Illinois e pela Faculdade de Direito da Universidade da Geórgia, tem mais de 25 anos de experiência na direção de entidades sem fins lucrativos, governamentais e empresariais, norte-americanas e internacionais, no âmbito da alimentação e luta contra a fome.

Cousin trabalhou por quatro anos na Administração Bill Clinton, como ligação da Casa Branca com a Secretaria de Estado, e foi nomeada pela Casa Branca membro da Junta para a Alimentação e Desenvolvimento Agrícola Internacional. Ocupou os cargos de Vice-Presidente Executiva e Diretora de Operações da *Feeding America* (então chamada *America's Second Harvest*), a principal organização de luta contra a fome nos Estados Unidos, que atuou na assistência humanitária e alimentar após o furacão Katrina.

No setor alimentício, foi representante de duas grandes redes de supermercados norte-americanas (Jewell Foods e Albertsons Foods). Também dirigiu e presidiu fundação institucional encarregada de gerir atividades filantrópicas do setor.

Em 2009, foi nomeada Embaixadora e Representante Permanente dos Estados Unidos junto aos organismos internacionais sediados em Roma (FAO, FIDA e PMA). Em 5 de abril de 2012, assumiu a Direção Executiva do Programa



Mundial de Alimentos (PMA), cargo tradicionalmente ocupado por norte-americanos.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) é o maior organismo de assistência humanitária das Nações Unidas; atende, por ano, cerca de 90 milhões de pessoas em 80 países, incluindo 58 milhões de crianças. De sua sede em Roma e dos seus escritórios pelo mundo, as ações do PMA ajudam pessoas incapacitadas de produzir ou obter alimento suficiente para si e para suas famílias.

O PMA tem uma equipe de cerca de 10 mil funcionários, dos quais mais de 90% trabalham diretamente nas operações.

A ajuda alimentar promovida pelo PMA também é direcionada à luta contra deficiências em micronutrientes, à redução da mortalidade infantil, a melhorias na saúde de gestantes e ao combate a doenças, como a AIDS. Os programas Alimento por Trabalho ajudam promover a produção agrícola e a estabilidade socioeconômica e ambiental.

Em 1961, a Assembleia Geral da ONU aprovou resolução de iniciativa norte-americana, que determinava a criação – inicialmente em caráter experimental – do Programa Mundial de Alimentos²³, destinado à ajuda alimentar multilateral. O PMA foi estabelecido em 1963 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelo período experimental de três anos. Em 1965, o Programa ganha caráter permanente²⁴.

Estrutura e Governança:

O órgão diretor do PMA é a Junta Executiva, formada por 36 Estados membros, eleitos pelo Conselho da FAO (18 vagas) e pelo Conselho Econômico e Social – ECOSOC – da ONU (18 vagas). A Junta Executiva tem como atribuições definir as políticas, bem como analisar e aprovar os programas de ajuda alimentar a serem desenvolvidos pelo PMA. Todas as atividades do Programa são financiadas por contribuições voluntárias. Desde 1999, o Brasil participa dos trabalhos da Junta Executiva na qualidade de observador.

O programa é dirigido por um Diretor-Executivo, nomeado conjuntamente pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelo Diretor-Geral da FAO, para mandato de cinco anos renováveis. No cargo desde abril de 2012, a norte-americana Ertharin Cousin responde pela administração do PMA, bem como a implementação de seus programas, projetos e outras atividades. É assessorada por um Diretor-Executivo Adjunto (Amir Mahmoud Abdulla) e três Diretores-Executivos Adjuntos para temas específicos (Ramiro Armando De Oliveira Lopes Da Silva, Manoj Juneja e Elisabeth Rasmusson).

²³ Pela Resolução 16/1714 da AGNU, de 19 de dezembro de 1961.

²⁴ Pela Resolução 20/2095 da AGNU, os Estados Membros das Nações Unidas decidem pela continuação do PMA.



O PMA emprega aproximadamente 14.700 funcionários, dos quais 90% trabalham no campo da entrega de alimentos. Em média, alcança mais de 80 milhões de pessoas com assistência alimentar em cerca de 80 países a cada ano.

A direção estratégica da organização é mapeada em seu Plano Estratégico, renovado a cada quatro anos. O Plano Estratégico 2017-2020 encontra-se sob elaboração e deverá incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 na atuação do PMA.

Atividades:

Em 2006 (ano mais recente com dados completos e consolidados), o PMA distribuiu 4 milhões de toneladas de alimentos a 87,8 milhões de pessoas em 78 países; 63,4 milhões dos beneficiados foram assistidos em operações de emergência, incluindo vítimas de conflitos, desastres naturais e dificuldades econômicas em países como Quênia, Líbano e Sudão. As despesas diretas alcançaram US\$ 2,9 bilhões, com a maior parte dos recursos destinada a Operações de Emergência e Casos de Necessidade Imediata (EMOP). A maior operação da PMA em 2006 ocorreu no Sudão, onde o programa alcançou 6,4 milhões de pessoas. Em segundo e em terceiro lugar estão, respectivamente, as operações na Etiópia e no Quênia.

O PMA concentra sua ajuda nas mulheres e crianças, com o objetivo de erradicar a fome infantil. Em 2005, o auxílio alimentar foi fornecido a 58,2 milhões de crianças, 30% menores de cinco anos. Em 2006, o PMA ajudou a 58,8 milhões de crianças famintas. A merenda escolar e/ou os programas de alimentação domiciliar em 71 países ajudam estudantes a focar-se nos estudos e incentivam os pais a enviar as crianças, especialmente as meninas, à escola.

Em 2015, os aportes totais ao PMA foram de cerca de US\$ 5,05 bilhões.

Doadores:

O PMA é financiado, em sua totalidade, por contribuições voluntárias dos Estados Membros, de fundos multilaterais do sistema das Nações Unidas e de outras fontes, do setor privado e de ONGs. Essas contribuições incluem recursos financeiros, alimentos, máquinas, aviões, veículos e outras modalidades - convertidas, nesses casos, a um valor estimado em dólares. O caráter voluntário das contribuições facilita a doação por parte de grandes financiadores, como os Estados Unidos, seu principal doador.

Em 2006, por exemplo, o programa recebeu \$2,9 bilhões em contribuições. Os custos administrativos da organização ficam em cerca de 7% – um dos mais baixos e melhor cotados entre as agências humanitárias.



DESDE 2012, O PMA ARRECADOU APROXIMADAMENTE US\$ 19,56 BILHÕES – TODOS EM VALORES APROXIMADOS E CONTABILIZADAS DOAÇÕES FINANCEIRAS OU EM ESPÉCIE. CONSIDERADAS AS DOAÇÕES FEITAS ATÉ O INÍCIO DESTE ANO (DADOS CONSOLIDADOS EM 24.02.2016), SÃO OS SEGUINTE OS DEZ MAIORES DOADORES AO PMA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

1	Estados Unidos	US\$ 7,5 bilhões
2	Reino Unido	US\$ 1,54 bilhão
3	Canadá	US\$ 1,37 bilhão
4	Comissão Europeia	US\$ 1,36 bilhão
5	Alemanha	US\$ 1,13 bilhão
6	Japão	US\$ 912 milhões
7	UN CERF	US\$ 581 milhões
8	Suécia	US\$ 475 milhões
9	Arábia Saudita	US\$ 453 milhões
10	Austrália	US\$ 411 milhões



O BRASIL OCUPA A 24ª POSIÇÃO²⁵ ENTRE OS PRINCIPAIS DOADORES NO PERÍODO, TENDO CONTRIBUÍDO COM US\$ 100,1 MILHÕES²⁶. COM DOAÇÕES DE MONTANTE APROXIMADO AO DO BRASIL, ESTÃO COREIA DO SUL (US\$ 111, 3 MILHÕES), ITÁLIA (US\$ 101,9 MILHÕES), BÉLGICA (US\$ 100,1 MILHÕES) E IRLANDA (US\$ 98,5 MILHÕES).

NO AGRUPAMENTO BRICS, A RÚSSIA TEM SIDO O PRINCIPAL CONTRIBUINTE, COM APORTES QUE TOTALIZAM, DESDE 2012, CERCA DE US\$ 223,2 MILHÕES – EM GRANDE PARTE USADOS PELO PMA PARA ADQUIRIR VEÍCULOS E MÁQUINAS RUSSOS. ABAIXO DO BRASIL, FICARAM CHINA (US\$ 32,66 MILHÕES), ÁFRICA DO SUL (US\$ 23 MILHÕES) E ÍNDIA (US\$ 7,68 MILHÕES).

ENTRE OS LATINO-AMERICANOS, OS MAIORES CONTRIBUINTE NO PERÍODO, ALÉM DO BRASIL, FORAM HONDURAS (US\$ 79,8 MILHÕES), COLÔMBIA (US\$ 29,8 MILHÕES) E GUATEMALA, (US\$ 12,5 MILHÕES). NOS TRÊS CASOS, OS RECURSOS DOADOS FORAM UTILIZADOS NOS PRÓPRIOS PAÍSES (*PARTNERSHIPS WITH HOST GOVERNMENTS*) – MODALIDADE DE CONTRIBUIÇÃO QUE O PMA TEM INCENTIVADO, COM O PROPÓSITO DE ATRAIR RECURSOS, SOBRETUDO DOS PAÍSES DE RENDA MÉDIA.

Levantamento sobre as doações de 2015 totalizam US\$ 5.050.936.052, provenientes de 96 contribuintes. Os maiores doadores do período foram:

1	EUA	US\$ 2.008.802.966
2	Reino Unido	US\$ 456.855.096
3	Alemanha	US\$ 329.258.331
4	Canadá	US\$ 261.645.796
5	Comissão Europeia	US\$ 250.347.378

²⁵ Em 2012, o Brasil chegou a ocupar a 10ª posição, com US\$ 82.547.956, em razão do grande número de operações de doação de alimentos cujos custos associados foram pagos por outro país ou fundo multilateral (*twinning*). Em 2013, de acordo com os dados do PMA, as contribuições brasileiras totalizaram US\$ 7.091.520,00 (33ª posição) e em 2014 US\$ 4.435.252,00 (43ª posição). No total, nesse período foram doados US\$ 100.167.956, o que corresponde a 0,51% do total arrecadado pelo PMA: US\$ 19.562.750.203.

²⁶ US\$ 100.167.956 como contribuições estimadas de 2012 a 2015, inclusive.



6	Japão	US\$ 196.773.084
7	UN CERF	US\$ 159.928.948
8	Arábia Saudita	US\$ 151.249.675
9	Holanda	US\$ 101.464.033
10	Doadores Privados	US\$ 98.338.198

EM 2015, O BRASIL FIGUROU EM 33º LUGAR ENTRE OS CONTRIBUINTES, COM US\$ 6.093.082,00 REPASSADOS AO PROGRAMA, NOS QUAIS SÃO ESTIMADOS OS VALORES EM DÓLARES DAS DOAÇÕES EM ALIMENTOS (CONTRIBUIÇÕES *IN KIND*).

LEVANTAMENTO PARCIAL SOBRE AS DOAÇÕES DE 2016 FEITAS ATÉ 28/08 TOTALIZAM US\$ 3.641.602.254, PROVENIENTES DE 75 CONTRIBUINTES. O BRASIL NÃO REALIZOU DOAÇÕES NO PERÍODO.

AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO PMA SÃO ATUALIZADAS REGULARMENTE E PUBLICADAS NA PÁGINA: [HTTP://WWW.WFP.ORG/FUNDING/YEAR](http://www.wfp.org/funding/year).



PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

De modo geral, as ações do PMA encontram-se bem alinhadas com as diretrizes e posições brasileiras em matéria de cooperação humanitária, que, de maneira sintética, propõem:

- Apoiar ações estruturantes de cooperação humanitária na área de segurança alimentar e nutricional, como instrumento de reabilitação para o desenvolvimento;
- Desenvolver estratégias de mobilização rápida de recursos em resposta a crises iminentes, em especial àquelas identificadas pelos sistemas de alerta precoce (*early warning systems*);
- Estimular a criação de mecanismos de seguro agrícola para pequenos produtores em zonas semiáridas ou sujeitas a crises socioambientais, fortalecendo sua resiliência em caso de catástrofe declarada;
- Favorecer, sempre que possível, a compra local de alimentos para abastecimento das populações afetadas, reduzindo os custos da operação humanitária e estimulando a economia regional; e
- Promover maior pesquisa sobre a biodiversidade e o conhecimento tradicional local, para fazer frente a situações de desnutrição em crises de longa duração, evitando dependência de “fórmulas nutritivas” importadas.

Nesse contexto, cumpre destacar a contribuição da parceria entre o Brasil e o PMA que resultou no estabelecimento, em 2011, do Centro de Excelência contra a Fome, sediado em Brasília. Exemplo concreto de cooperação Sul-Sul, o Centro foi criado com o objetivo de apoiar países em desenvolvimento – sobretudo africanos e latino-americanos – na formulação e implementação de seus próprios programas nacionais de segurança alimentar, inspirados na bem-sucedida experiência brasileira de unir a alimentação escolar saudável e sustentável à produção agrícola de pequena escala. Sob a direção do brasileiro Daniel Balaban, representante do PMA no Brasil, o Centro promove visitas de estudo e seminários, bem como missões técnicas e de alto nível para intercâmbio de experiências e capacitação, permitindo aos beneficiados transformar, a seu modo, a alimentação escolar em instrumento efetivo de proteção e inclusão social.²⁷

Outra expressão prática de convergência de interesses entre o Brasil e o PMA é o PAA África, iniciativa conjunta que envolve também a FAO e o Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID).

²⁷ O Centro de Excelência responde a solicitações de países em desenvolvimento, em conjunto com os Escritórios locais e regionais do PMA. Desde que foi inaugurado, em novembro de 2011, já recebeu mais de 80 delegações estrangeiras interessadas na experiência brasileira. Seu apoio técnico abrange as etapas de formulação, gerenciamento e expansão de programas nacionais para uma alimentação escolar saudável e sustentável.



Inspirado na bem-sucedida experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Brasil, o PAA África apoia projetos para a compra local de alimentos de pequenos produtores com finalidade de assistência alimentar. Também incentiva soluções de longo prazo para o combate à fome e à desnutrição, com estratégias de geração de renda para agricultores locais e comunidades vulneráveis. Representa, nesse sentido, oportunidade estratégica de cooperação horizontal com países africanos, já realizada, nos cinco anos do Programa, com Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal.

Em associação com a iniciativa *Purchase for Progress* (P4P) do Programa Mundial de Alimentos, destinada a promover o acesso dos pequenos agricultores aos mercados locais, o PAA África estimula a compra de alimentos para a alimentação escolar. Além disso, o PAA África compreende atividades educativas, realizadas em colaboração com o Centro de Excelência contra a Fome. O papel do Centro é o de promover a cooperação e apoiar o aprendizado, com intercâmbio de experiências entre o PAA no Brasil e o PAA África.²⁸

As iniciativas acima referidas se somam às contribuições *in kind* (sobretudo doações de arroz e feijão), realizadas pelo Brasil em assistência humanitária emergencial a países em desenvolvimento, principalmente da África e América Latina.

Desse modo, os interesses e atividades brasileiras em cooperação humanitária convergem com as linhas gerais do PMA, para cuja definição também o país colabora, nas discussões e reuniões do Programa, em Roma.²⁹

Contribuições brasileiras ao PMA:

COM VALOR ACUMULADO DE US\$ 100 MILHÕES NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, OS APORTES BRASILEIROS RESPONDEM POR 0,51% DO TOTAL ARRECADADO PELO PMA.

O PMA TEM REGISTRADOS, COMO CONTRIBUIÇÃO POTENCIAL DO BRASIL, AINDA SEM BENEFICIÁRIO DEFINIDO, OS SEGUINTE APORTES DE ALIMENTOS: ARROZ – 13.451 TONELADAS (US\$ 349,69/TON) E FEIJÃO – 17.729 TONELADAS (US\$ 527,36/TON). OS DESTINATÁRIOS DESSES ALIMENTOS RESERVADOS AO PMA AINDA NÃO FORAM DEFINIDOS, POIS É PRECISO, ANTES, IDENTIFICAR PARCEIROS INTERESSADOS NUMA OPERAÇÃO CONJUNTA (“TWINNING”) COM O BRASIL PARA COBRIR OS CUSTOS

²⁸ Atualmente. PMA e FAO produzem relatório de avaliação e de monitoramento, no qual se apresentarão os resultados do programa – cuja conclusão está prevista para 31 de janeiro de 2017.

²⁹ O Brasil deverá reassumir assento na Junta Executiva do PMA em 2017, após ter cedido vaga à Guatemala (2016), que atualmente exerce a Presidência da Junta.



ASSOCIADOS DA DOAÇÃO, PRINCIPALMENTE SEU TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO.

EXISTEM, PORÉM, EXPECTATIVAS QUANTO AO DESTINO DO ARROZ, EM FUNÇÃO DE AUTORIZAÇÕES DADAS E ANÚNCIOS FEITOS RECENTEMENTE PELO BRASIL JUNTO A PAÍSES INTERESSADOS. O PMA ESTARIA AGUARDANDO A CONFIRMAÇÃO DAS SEGUINTE REMESSAS EM 2016: SÍRIA – 4.500 TONELADAS; SUDÃO DO SUL – 4.500 TONELADAS; REP. DO CONGO – 1.716 TONELADAS; NICARÁGUA – 950 TONELADAS.

NÃO HÁ PAGAMENTO BRASILEIRO EM ATRASO. EM 2015, O BRASIL QUITOU VALORES PENDENTES DE CONTRIBUIÇÕES ANUNCIADAS EM 2012 PARA ATIVIDADES NO SENEGAL E NO PARAGUAI.

COMO AS CONTRIBUIÇÕES ANUNCIADAS PARA DETERMINADO PROJETO SÃO CONTABILIZADAS NO ANO DE SEU ANÚNCIO, CASO UM PAÍS NÃO HONRE UM ANÚNCIO DE DOAÇÃO QUE TENHA FEITO E O PROJETO CORRESPONDENTE SEJA ENCERRADO, O PMA DEDUZ O VALOR DEVIDO DO TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES DO PAÍS NO REFERIDO ANO E REGISTRA O FATO NO RELATÓRIO DO PROJETO. O QUADRO GERAL DOS DOADORES É CORRIGIDO, O QUE EXPLICA OCASIONAIS REAJUSTES NOS MONTANTES DE ANOS PRECEDENTES E NA CLASSIFICAÇÃO ENTRE OS DOADORES.

O QUADRO DAS CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS APRESENTA OS SEGUINTE MONTANTES ANUAIS:

2007	2008	2009	2010	2011
US\$ 1.095.575	US\$ 1.282.966	US\$ 15.786.239	US\$ 12.942.481	US\$ 70.278.249
2012	2013	2014	2015	2016 (28/ago)
US\$ 82.548.102	US\$ 7.091.520	US\$ 4.435,252	US\$ 6.093.082	---



O BRASIL NÃO SE ENCONTRA ENTRE OS 75 CONTRIBUINTES QUE EFETUARAM DOAÇÕES AO PMA ATÉ 28 DE AGOSTO DESTE ANO.

NÃO HÁ MEIOS CONCRETOS PARA MENSURAR OS PREJUÍZOS À IMAGEM DO BRASIL DECORRENTES DE EVENTUAL REDUÇÃO DE PATAMAR DE SUAS CONTRIBUIÇÕES AO PMA. NO ENTANTO, O AUMENTO REPENTINO DAS CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS EM 2012 – QUANDO A CONCRETIZAÇÃO DE DIVERSAS PARCERIAS CONJUNTAS (*TWINNING*) PERMITIU AO PAÍS CONTRIBUIR COM O EQUIVALENTE A US\$ 82,5 MILHÕES – GEROU EXPECTATIVAS DE QUE O BRASIL, COMO POTÊNCIA EMERGENTE E GRANDE PRODUTOR DE ALIMENTOS, PUDESSE AJUDAR A ELEVAR OS APORTES AO PMA, LIDERANDO A DIVERSIFICAÇÃO DE SUA BASE DE DOADORES. EXPECTATIVAS QUE FORAM LOGO FRUSTRADAS COM O RETORNO DAS CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS A PATAMARES INFERIORES, COM US\$ 7,0 MILHÕES E US\$ 4,4 MILHÕES, NOS DOIS ANOS SEGUINTE. APESAR DE O BRASIL CONTINUAR SENDO UM IMPORTANTE DOADOR, TEM SIDO CADA VEZ MAIS DIFÍCIL ENCONTRAR PARCEIROS INTERESSADOS EM FINANCIAR OS (QUASE SEMPRE ALTOS) CUSTOS ASSOCIADOS ÀS DOAÇÕES DE ALIMENTOS BRASILEIROS.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1961 – A Resolução 16/1714 da Assembleia Geral da ONU (AGNU) estabelece a criação experimental do Programa Mundial de Alimentos, para a ajuda alimentar internacional.

1963 – Sediado na FAO, o PMA torna-se operativo pelo período experimental de três anos. Vítimas de terremoto no Irã e de furacão na Tailândia, bem como refugiados da Argélia pós-independência, são os primeiros a receber ajuda do Programa.

1965 – Pela Resolução 20/2095 da AGNU, os Estados Membros das Nações Unidas decidem pela continuação do PMA, em caráter permanente.



1974 – Ocorre em Roma primeira Cúpula Mundial sobre Alimentação das Nações Unidas.

1982-85 – O programa atende a milhares de famintos em 27 países africanos afetados pela seca. A Etiópia é a principal atingida.

1993-95 – O PMA atende a milhares de refugiados e deslocados de prolongado conflito étnico na região dos Grandes Lagos da África Central.

1996 – Na segunda Cúpula Mundial sobre Alimentação, o PMA endossa o compromisso de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas subnutridas.

1999 – Sob nova política, o PMA inicia as operações de alívio e recuperação duradoura, enfatizando o apoio à estabilização, reabilitação e desenvolvimento de longo prazo. No mesmo ano, conflito armado no Kosovo resulta na maior crise de refugiados desde 1945. O programa provê alimentos para centenas de milhares de refugiados na Albânia e na Macedônia.

2000 – O Diretor Executivo do PMA indica enviado especial para o Chifre da África, onde a seca põe em risco a vida de 16 milhões de pessoas. No mesmo ano, são adotados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre os quais está o de reduzir pela metade a proporção de pessoas no mundo afetadas pela fome até 2015.

2001 – O PMA lança operação emergencial para ajudar mais de 200 mil vítimas de dois terremotos em El Salvador. No mesmo ano, o Programa inicia uma nova campanha mundial de alimentação escolar.

2002 – A escalada das hostilidades nos territórios ocupados da Palestina leva a uma deterioração dramática das condições de vida no local.

2003 – O PMA realiza operações de ajuda humanitária no Iraque e Afeganistão. No mesmo ano, a Junta Executiva do Programa aprova a nova política sobre doações de alimentos a partir de organismos geneticamente modificados (OGMs) e outros produtos alimentares derivados de biotecnologia. O Programa continuaria a aceitar doações de tais alimentos, respeitando, em sua distribuição, as regulações nacionais para OGMs.



2004 – Em seguimento a terremoto e tsunamis de grande escala no Oceano Índico, o PMA providencia ajuda em alimentos para as populações afetadas, principalmente, no Sri Lanka, nas Maldivas e na Indonésia.

2005 – O PMA expande sua presença em Darfur, no Sudão, para cobrir mais de 400 locais afetados pela fome e inicia programa de alimentação escolar na região. Também providencia ajuda a países como Níger, Lesoto, Moçambique, Malauí e Zâmbia. Na Ásia, atende a vítimas de terremoto que atingiu a região entre Paquistão, Índia e Afeganistão. Na América Latina, países assistidos incluem Colômbia, Haiti e Guatemala.

2006 – O Programa realiza operações em Angola, Afeganistão, Azerbaijão, Líbano e Coreia do Norte.

2007 – O PMA lança seu programa de Operações Prolongadas de Socorro e Recuperação (PRRO) em diversos países, principalmente da África e América Latina.

2008 – O aumento do preço dos alimentos e dos combustíveis, combinado à crise do sistema financeiro internacional, criou dificuldades para as operações do PMA. Mesmo assim, o Programa distribuiu uma quantidade sem precedentes de alimentos: quase 4 milhões de toneladas métricas a mais de 102 milhões de pessoas em 78 países.

2009 – Levantamento registra que o número de pessoas em situação de fome no mundo cresceu para mais de 1 bilhão.

2010 – Duas grandes emergências mobilizam a ajuda humanitária: um terremoto de proporções devastadoras no Haiti e inundações que deixaram 1/5 do Paquistão submerso.

2011 – Entre catástrofes naturais e agitação política, a assistência alimentar do PMA alcança por volta dos 100 milhões de pessoas – a grande maioria de mulheres e crianças.

2012 – A norte-americana Etharin Cousin assume a Direção Executiva do PMA.



2013 – A deflagração e escalada do conflito na Síria leva à mobilização de ajuda humanitária. O PMA integra a ação entre-agências para assistência emergencial.

2014 – O PMA reduz de 120 para 68 dias o tempo médio de espera para adquirir e transportar alimentos aos países beneficiários.

2015 – Na Síria, cerca de 5 milhões de pessoas recebem ajuda alimentar emergencial do PMA, mas diversas áreas de conflito encontram-se ainda fora do alcance das organizações humanitárias.

2016 – O mundo enfrenta a maior crise de refugiados, migrantes forçados e deslocados internos desde a Segunda Guerra Mundial: são mais de 65 milhões de pessoas no mundo nessa situação.

ATOS INTERNACIONAIS

O principais documentos do PMA estão publicados no endereço eletrônico:

<https://www.wfp.org/evaluation/key-documents>.

Não há registro de atos internacionais firmados entre o PMA e o Governo Federal.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 98, DE 2016

(nº 535/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 535

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Os méritos do Senhor Vilmar Rogeiro Coutinho Junior que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de outubro de 2016.



EM nº 00346/2016 MRE

Brasília, 5 de Outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra



Aviso nº 620 - C. Civil.

Em 10 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR**

CPF.: 238.617.381-04

ID.: 8124 MRE

1959 Filho de Vilmar Rogeiro Coutinho e Olga Bernardo Coutinho, nasce em Santos-SP, em 2 de setembro

Dados Acadêmicos:

1982 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata – CPCD do Instituto Rio Branco
 1989 "Diploma In Economics" da "London School of Economics" - LSE, Londres - Reino Unido
 1990 XX Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - CAD do Instituto Rio Branco - IRBr
 XLIX Curso de Altos Estudos - CAE do do Instituto Rio Branco - IRBr do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, com a dissertação "A Política Automotiva do MERCOSUL: Um Novo Exercício de Equilíbrio de Interesses Estratégicos"

Cargos:

1982 Terceiro-Secretário
 1986 Segundo-Secretário
 1995 Primeiro-Secretário
 2000 Conselheiro
 2005 Ministro de Segunda Classe

Funções:

1983-84 Divisão do Oriente Próximo I
 1984-86 Embaixada em Argel
 1986-1989 Embaixada em Londres
 1989-93 Divisão de Agricultura e Produtos de Base
 1993-96 Embaixada em Londres
 1996-2000 Embaixada em Pretoria
 2000-01 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior
 2001-02 Divisão de Inteligência Comercial, Chefe
 2002 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Coordenador-Geral
 2003-05 Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI
 2005-07 Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul, Chefe
 2007-10 Embaixada em Havana, Ministro Conselheiro
 2010-13 Ministério das Minas e Energia, Assessor Especial
 2013-15 Ministério do Esporte, Assessor
 2015-16 Divisão da Ásia Central, Chefe
 2016 Departamento do Serviço Exterior

Condecorações:

2010 Ordem de Rio Branco - Grande Oficial, do Ministério das Relações Exteriores

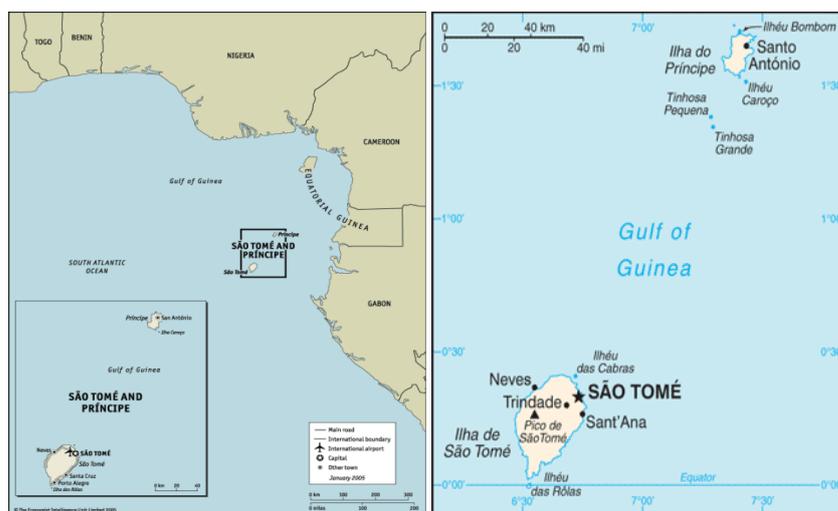
PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
Divisão da África II

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Agosto de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

NOME OFICIAL: República Democrática de São Tomé e Príncipe



GENTÍLICO:	Santomense ou são-tomense
CAPITAL:	São Tomé
ÁREA:	1001 km ²
POPULAÇÃO:	194.344 habitantes (BM, 2015)
IDIOMA OFICIAL:	Português
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo (55,7%), Adventistas (4,1%), Assembleia de Deus (3,4%), Nova Apostólica (2,9%), Maná (2,3%), Universal do Reino de Deus (2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional; Parlamento unicameral, composto por 55, eleitos por círculos eleitorais, para mandatos de 4 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Manuel Pinto da Costa (desde set/2011) Presidente Evaristo Carvalho (a partir de set/2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Patrice Trovoada (desde nov/2014)
CHANCELER:	Manuel Salvador dos Ramos (desde nov/2014)
PIB NOMINAL (2015):	US\$ 337 milhões
PIB PPP (2015):	US\$ 594 milhões
PIB PER CAPITA:	US\$ 1.734
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 3.056
VARIAÇÃO DO PIB (BM):	4,5% (2014), 4,2% (2013), 4,6% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,555 (143ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2014):	66,5 anos
ALFABETIZAÇÃO:	91,75% (UNESCO, est. 2015)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	13% (FMI, est. 2015)
UNIDADE MONETÁRIA:	dobra
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Carlos Agostinho das Neves (em Nova York)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Há algo em torno de 70 brasileiros residentes em São Tomé e Príncipe

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (US\$ mil FOB) - fonte: MDIC									
Brasil → STP	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	2.149,9	1.212,6	5.719	956,9	962,1	522,9	810,6	674,7	882
Exportações	2.149,9	1.204,5	5.719	956,9	960,2	521,8	805,5	671,9	880,2
Importações	0	8,1	0	0	1,9	1,1	5,1	2,8	1,8
Saldo	2.149,9	1.196,4	5.719	956,9	958,2	520,7	800,4	669,1	883,8

Informação elaborada em 24/8/2016, por Cosmo Ferreira Filho. Revisada por Vanessa Dolce de Faria, em 24/8/2016.

PERFIS BIOGRÁFICOS





MANUEL PINTO DA COSTA

Presidente (até 3 de setembro de 2016)

Manuel Pinto da Costa nasceu em 5 de agosto de 1937. É economista e jurista.

Após importante participação na luta pela independência do país, quando integrou o Movimento pela Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), Pinto da Costa foi Presidente, entre 1975 e 1991. Durante seu governo, o primeiro após a independência, foi instituído sistema socialista unipartidário.

Em 1991, deixa o poder e convoca as primeiras eleições multipartidárias do país. Disputa, sem sucesso, as duas eleições seguintes (1996 e 2001).

Em 2011, vinte anos depois de ter deixado o poder, Manuel Pinto da Costa foi eleito Presidente da República. Embora tenha se apresentado como candidato independente, contou com o apoio de seu antigo partido o MLSTP e do PCD - Partido da Convergência Democrática.



EVARISTO CARVALHO

Presidente eleito (posse em 3 de setembro de 2016)

Nascido em 1942, desempenhou diversas funções políticas de relevo em São Tomé e Príncipe.

Entre as funções por ele desempenhadas, destacam-se: Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro do Governo de Transição (1974-1975); Chefe de Gabinete do Presidente da República (1975-1976); membro da Assembleia, como parlamentar de 1975 a 1992; Ministro de Transportes e Comunicações (1978-1980); Procurador-Geral da República (1986-1989); Secretário-Geral da Presidência da República (1991-1992); Ministro da Defesa e Ordem Interna (1992-1994); Primeiro-Ministro em duas ocasiões, em 1994 e 2001; e Presidente da Assembleia Nacional (após ter sido líder da bancada do ADI), entre 2010 e 2012.

Em 2011, saiu derrotado das eleições presidenciais, vencidas pelo atual Presidente Manuel Pinto da Costa. Venceu as eleições presidenciais de 2016. A posse está prevista para 3 de setembro de 2016.



**PATRICE ÉMERY TROVOADA*****Primeiro-Ministro***

Nascido em Libreville (Gabão) em 18 de março de 1962, Patrice Trovoada é economista. Filho do ex-Presidente Miguel Trovoada, foi ministro dos Negócios Estrangeiros de set/2001 a fev/2002.

Após ocupar altas funções durante as presidências de seu pai (1991-2001) e de Fradique de Menezes (2001-2011), exerceu a Primatura do país entre fevereiro e junho de 2008. Em 2010, voltou ao cargo, onde permaneceu até dez/2012, quando o Parlamento votou moção de censura contra o seu governo, levando à sua dissolução.

Em nov/2014, volta a ocupar o cargo de primeiro-ministro, ao emergir das eleições legislativas de out/2014 como líder incontestado da ADI (Ação Democrática Independente), partido agora majoritário no Parlamento.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Presidente Lula esteve duas vezes em São Tomé e Príncipe, em 2003 (visita bilateral) e 2004 (Cimeira da CPLP). O Presidente Fradique de Menezes visitou o Brasil em agosto de 2005. O ex-Chanceler Carlos Tiny visitou o Brasil por duas vezes, em janeiro de 2009 e fevereiro de 2010. O ex-Primeiro-Ministro Rafael Branco, visitou o País em março de 2009.

O então Ministro Mauro Vieira realizou, em março de 2015, visita oficial a São Tomé e Príncipe, no contexto do seu primeiro périplo por países africanos (Gana, São Tomé e Príncipe, Moçambique, África do Sul e Angola). A visita cumpriu o propósito principal de retomar os contatos bilaterais de alto nível. A última visita bilateral entre os dois países havia ocorrido em 2010, quando o então Ministro dos Negócios Estrangeiros santomense, Carlos Tiny, realizou visita de trabalho ao Brasil.

1. Cooperação Técnica

As frequentes manifestações das autoridades locais relativas ao Brasil revelam que os dirigentes santomenses depositam grande esperança em que o país possa proporcionar, por meio da cooperação, os meios para o desenvolvimento e modernização santomense.

De modo geral, os resultados positivos alcançados pela cooperação referem-se a: (i) minutas de leis e levantamento de dados destinados à elaboração de políticas públicas; (ii) instituições fortalecidas pela formação e capacitação do quadro técnico; (iii) suporte na aquisição de equipamentos a serem utilizados em capacitações e melhorias na infraestrutura; (iv) internalização de políticas públicas nas áreas objeto de cooperação; (v) melhoria direta na qualidade de vida da sociedade, no que se refere à profissionalização, geração de renda e segurança alimentar.

Atualmente, a pauta de cooperação em execução é de quatro projetos, merecendo destaque:

- Centro de Formação Profissional: as instalações do Centro foram inauguradas em mai/2014. Construído, pelo SENAI - Pernambuco, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação, constitui, para alguns analistas, o maior empreendimento de um país cooperante com STP nos últimos dez anos. O Centro, através de cursos de curta duração, já formou mais de 800 alunos, entre bombeiros hidráulicos, eletricitas, confeiteiros, panificadores, soldadores, serralheiros e outros.



- Apoio ao Desenvolvimento Urbano em São Tomé e Príncipe - Componente Política Habitacional e Metodologias não-convencionais de Construção: O projeto pretende contribuir com o desenvolvimento urbano do país, mediante transferência de conhecimento para o estabelecimento de uma política nacional de habitação, com o estabelecimento de critérios para estruturação da legislação habitacional ajustada à realidade local.

- Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose em São Tomé e Príncipe: o projeto pretende apoiar a estruturação do Programa de Controle da Tuberculose de São Tomé e Príncipe, de forma sustentável. Entre outras ações, o projeto pretende contribuir para a descentralização do diagnóstico e tratamento da doença, ampliando seu alcance.

O Governo santomense tem afirmado em entrevistas à imprensa e em reuniões bilaterais a importância e o diferencial da cooperação praticada pelo Brasil em relação à cooperação técnica recebida de outros parceiros. O Governo local ressalta como diferencial da cooperação brasileira a forma solidária, ética e participativa de atuação do Brasil, ao colaborar para a apropriação do conhecimento transferido e para o fortalecimento das instituições locais.

2. Cooperação em Defesa

São Tomé e Príncipe ocupa posição estratégica no Golfo da Guiné, área de onde provém boa parte das importações brasileiras de petróleo e que é afetada por ações de pirataria, o que ressalta a grande importância do arquipélago no contexto geopolítico do Atlântico Sul e na defesa dos interesses brasileiros.

Nesse contexto, a Marinha do Brasil estabeleceu, em novembro de 2014, o Núcleo da Missão Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe, com o objetivo de apoiar a formação de militares, por meio de cursos e treinamentos, e auxiliar na organização e na estruturação da Guarda Costeira do país. O Núcleo é a principal iniciativa de cooperação em Defesa em curso hoje. O período previsto de funcionamento do Núcleo é de seis anos e, a depender das necessidades, poderá incorporar maior quantidade de militares, bem como ter sua permanência prorrogada.

São Tomé e Príncipe é o terceiro país africano a contar com Núcleo de Missão Naval da Marinha do Brasil (depois de Namíbia e Cabo Verde). O apoio às Marinhas dos referidos países africanos, sobretudo por meio de treinamento de oficiais e estruturação do poder naval, é parte do empenho brasileiro em capacitá-los para ações de combate a atividades ilegais em suas águas jurisdicionais. A cooperação naval se insere, ainda, no interesse do Brasil em contribuir para a coesão entre os países da ZOPACAS.



A presença da Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe faz crescer a dimensão brasileira no Atlântico Sul. A capacitação oferecida aos fuzileiros santomenses equipara a cooperação brasileira àquelas tradicionalmente oferecidas ao país por EUA e Portugal – este o único a possuir adidância residente.

3. Cooperação Educacional

Registra-se forte participação de São Tomé e Príncipe em cursos de graduação no Brasil, embora seja ainda modesta participação no Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Desde 2001, foram 358 estudantes santomenses que participaram do PEC-G e 13 do PEC-PG. O governo santomense já manifestou interesse em que os estudantes de graduação que terminem o curso, no âmbito do PEC-G, prossigam seus estudos de pós-graduação no Brasil. As regras do programa, contudo, exigem que os estudantes retornem ao seu país de origem e lá permaneçam por 2 anos antes de se candidatarem ao PEC-PG.

Após encontro entre o Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, Patrice Trovoada (que retomou a Primatura em 2014), e o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, em 2009, foi intensificada a cooperação entre os dois países para a formação de professores. Nesse contexto, o Programa Linguagem das Letras e dos Números (PLLN - CAPES/MEC) treina professores de matemática e de língua portuguesa da educação básica dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A partir de 2014, a Embaixada em São Tomé passou a ser posto aplicador do exame de Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros entre outros 5 postos na África.

No âmbito do Programa Internacional de Apoio à Pesquisa e ao Ensino por meio da Mobilidade Docente e Discente Internacional, delegação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desenvolveu, em 2015, ações de incentivo à mobilidade internacional de docentes e discentes da UFMG e da recém-criada Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP). Foram feitos acompanhamentos de planejamentos pedagógicos e avaliações do Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC) da USTP (antiga Escola de Formação de Professores - EFOPE), e atividades da Direção do Ensino Básico. Com o objetivo de promover a formação de leitores no ciclo escolar, foram doados cerca de 500 livros de literatura infantil para a Biblioteca Nacional de São Tomé e Príncipe. A delegação da UFMG ministrou, ainda, curso de capacitação com o tema “Formação de Professores em Literatura Infantil”. Participaram 52 educadores, professores do ensino básico da rede pública, funcionários da Biblioteca Nacional, estudantes e



professores dos cursos de Língua Portuguesa e de Educação Básica da Universidade de São Tomé e Príncipe.

4. *Cooperação Cultural*

Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe (CCBSTP) – o Centro Cultural, inaugurado em 2008, é um dos principais instrumentos da política brasileira cultural no país. Cerca de cem alunos frequentam, a cada semestre, cursos de português para estrangeiros, preparatórios para o CELPE-Bras e para o exame de admissão da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), entre outros. O Centro Cultural organiza ainda, exposições de filmes brasileiros, exposições de artes plásticas, eventos gastronômicos, oficinas e apresentações teatrais. O CCBSTP conta com a Biblioteca Cecília Meireles, que atendeu 2,7 mil usuários em 2015.

Leitorado

Desde 2009, o Ministério das Relações Exteriores mantém leitores brasileiros em atividade no Instituto Politécnico Nacional, em São Tomé. Desde 2014, a função é desempenhada pela professora Eliane de Oliveira, cujas aulas são frequentadas por cerca de 50 alunos.

5. *Cooperação Humanitária*

Em 2013, o Governo brasileiro, com amparo na Lei 12.429/2011 – que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para cooperação humanitária internacional – realizou a doação de 180 toneladas de alimentos (arroz, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em assistência alimentar a São Tomé e Príncipe.

Ainda naquele ano, foi realizada a doação de medicamentos em apoio emergencial ao país, após requisição do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais em virtude de dificuldades nos estoques para controle da tuberculose em São Tomé e Príncipe. Em caráter de cooperação humanitária, foram doados: 36.000 comprimidos de Rifa+Isso+Piraz+Etamb (150+75+400+275mg) e 72.000 comprimidos de Rifampicina+Isoniazida (150+75mg). As doações totalizaram 112kg de medicamentos.

6. *Investimentos*

O Banco Central não possui registro de investimentos brasileiros em São Tomé e Príncipe, tampouco de investimentos de São Tomé e Príncipe no Brasil.



As dimensões reduzidas da economia santomense, bem como as deficiências da sua infraestrutura (sobretudo no tocante à capacidade instalada de geração de energia elétrica), são elementos inibidores dos investimentos brasileiros naquele país.

São Tomé e Príncipe tem a perspectiva de se tornar produtor de petróleo e gás natural, a partir de reservas localizadas em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) ou na Zona de Desenvolvimento Conjunto (compartilhada com a Nigéria, na bacia do Golfo da Guiné). Caso essa possibilidade venha a concretizar-se, as perspectivas econômicas do país melhoram substancialmente.

Ademais, São Tomé e Príncipe tem grande interesse na construção de porto de águas profundas que, além de se oferecer como ponto comercial estratégico para o país e o Golfo da Guiné, será especialmente importante ao turismo de cruzeiros, hoje muito limitado.

A ilha do Príncipe, em função de seu estatuto de autonomia, vem gerindo com alguma eficácia o problema específico da proteção de quelônios (tartarugas), bem como a questão geral das políticas de meio ambiente. A região defende uma clara opção de desenvolvimento sustentável.

7. Assuntos consulares

A capital (cidade de São Tomé) abriga a quase totalidade da comunidade brasileira no país – cerca de 70 pessoas.

A Rede consular do Brasil em São Tomé e Príncipe é composta tão-somente pelo Setor Consular da Embaixada do Brasil.

Não há necessidade de realizar consulados itinerantes em São Tomé, tanto pela distância de locomoção, como também pela absoluta ausência de nacional brasileiro na ilha de Príncipe, que dista 150 km da ilha de São Tomé. Nesta está localizada a capital do país e a maioria da população do arquipélago.

8. Empréstimos e financiamentos oficiais

O Contrato de Reestruturação de Dívida de São Tomé e Príncipe com o Brasil, cujo valor é da ordem de US\$ 4,3 milhões, foi aprovado em 2013 por Resolução do Senado Federal. Submetido à parte santomense, porém, o Contrato de Reestruturação da Dívida nunca chegou a ser assinado, tendo a autorização legislativa expirado em 2014 sem que tenha sido possível dar início à execução do acordado. A justificativa das autoridades santomenses para deixar de assinar o Contrato foi a de que a crise econômica internacional e a redução do volume de donativos teriam fragilizado ainda mais as finanças do país.



Em março de 2014, o Governo santomense solicitou oficialmente ao Brasil uma nova renegociação, com pedido de perdão total da dívida ou, alternativamente, seu reescalonamento para 25 anos, com 5 anos de graça e 20 de amortização.

A opção de perdão total não é possível de acordo com a legislação brasileira, e o reescalonamento em 25 anos foi considerado demasiadamente longo. O Governo brasileiro indicou à parte santomense que segue à disposição para dar continuidade às negociações. O Governo brasileiro tem encontrado dificuldades no estabelecimento de contato regular com as autoridades santomenses sobre o assunto.

POLÍTICA INTERNA

1. Panorama Político

O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) governou o país, em regime de partido único, entre 1975 e 1991, quando se realizaram as primeiras eleições multipartidárias. Os partidos expressivos no cenário político atualmente são MLSTP, o Partido de Convergência Democrática, a Ação Democrática Independente (ADI) e o Movimento Democrático Força de Mudança. Candidatos independentes são autorizados a participar nas eleições legislativas e presidenciais (que ocorrem a cada 5 anos), permitida uma única reeleição. As últimas eleições presidenciais foram vencidas pelo candidato independente Manuel Pinto da Costa, com apoio do MLSTP e do PCD, que fora o presidente do país no período entre 1975 e 1991.

O sistema semipresidencialista não goza de apreço unânime. Cogitou-se, em determinado momento, de plebiscito para alterar o sistema de governo para o presidencialista. No entanto, não se logrou o necessário consenso na matéria.

Em 2012, iniciou-se episódio de crise institucional, quando o Parlamento votou moção de censura contra o PM Patrice Trovoada (atual Primeiro-Ministro), ocasionando a dissolução de seu governo. Diante da intransigência da ADI (partido majoritário no parlamento) em sugerir outro nome para substituir Trovoada, o MLSTP indicou Gabriel Costa (Primeiro-Ministro em 2002) para o cargo de Primeiro-Ministro.

Em outubro de 2014, realizaram-se eleições legislativas no país, e foi exatamente o ex-Primeiro-Ministro Patrice Trovoada quem capitaneou a vitória da ADI nas referidas eleições. O partido conseguiu 60% dos assentos na Assembleia Nacional, e Patrice Trovoada reassumiu o cargo de Primeiro-Ministro.



Em julho e agosto deste ano realizaram-se eleições presidenciais em São Tomé e Príncipe, que tiveram como candidatos: Manuel Pinto da Costa, atual Presidente da República; Evaristo Carvalho, candidato do partido do governo (ADI); Maria das Neves (MLSTP-PSD), vice-Presidente da Assembleia Nacional e ex-Primeira-Ministra; o economista e ex-Ministro Hélder Barros; e o professor Manuel do Rosário.

O primeiro turno das eleições foi discordâncias entre os três principais concorrentes na disputa eleitoral (Manuel Pinto da Costa, Evaristo de Carvalho, e Maria das Neves) marcado por quanto à lisura na apuração dos votos. Nesse contexto, a disputa eleitoral ganhou contornos judiciais, com a apresentação de recursos de impugnação do resultado (que indicava vitória apertada do candidato Evaristo Carvalho, que teria obtido 50,14% dos votos) ao Supremo Tribunal de Justiça daquele país.

Embora o Tribunal tenha impugnado liminarmente os pedidos de impugnação, houve recontagem dos votos (os votos da localidade de Maria Luísa, no distrito de Lembá, e os da diáspora não tinham sido levados em conta nos “resultados provisórios”), que indicou a necessidade de realização de segundo turno, com os candidatos Manuel Pinto da Costa e Evaristo Carvalho.

Manuel Pinto da Costa, contudo, considerou que não existiam “condições objetivas e subjetivas” para participar do segundo turno, até que fossem restabelecidas as condições para a realização de eleições “verdadeiramente livres, justas e transparentes como sucede nos Estados de direito democrático”. Nesse sentido, decidiu por não seguir na disputa eleitoral, o que, na prática, fez que o segundo turno se tornasse um referendo a confirmar a vitória de Evaristo Carvalho.

2. Poder Legislativo

O Poder Legislativo em STP é exercido por um parlamento unicameral (Assembleia Nacional), composto por 55 deputados, eleitos por círculos eleitorais (7 ao todo), por votação direta, no sistema proporcional, para mandatos de 4 anos.

Conforme o texto constitucional santomense, os deputados “representam todo o povo, e não apenas os círculos eleitorais por que são eleitos”.

Entre outras competências, a Assembleia Nacional procede à revisão constitucional, faz leis, concede anistias, aprova o Orçamento Geral do Estado, toma as contas do Estado relativas a cada ano econômico, propõe ao Presidente da República a exoneração do Primeiro-Ministro; e vota moções de confiança e de censura ao Governo.



POLÍTICA EXTERNA

O Governo santomense dedica especial esforço à atração de recursos externos que subsidiem o desenvolvimento do país ou que remedeiem lacunas orçamentárias. O país tem seu orçamento suprido diretamente por parceiros de desenvolvimento (Banco Mundial, Portugal, Taiwan – que STP reconhece como Estado desde 1997).

O perfil de sua inserção internacional vem modificando-se nos últimos anos por dois motivos: (i) sua localização estratégica no coração do Golfo da Guiné, região de crescente importância global em razão das reservas de petróleo; e, sobretudo, (ii) a descoberta de reservas de petróleo no próprio mar territorial do país e em zona de exploração compartilhada com a Nigéria.

Em foros multilaterais, STP advoga propostas que garantam recursos para construção, manutenção ou aprimoramento de infraestruturas e apoio ao desenvolvimento.

Estados Unidos

Os EUA reforçaram sua política no país – sobretudo no que tange à presença militar – no contexto das descobertas petrolíferas e da frequência de atos criminosos naquela região. Nesse sentido, desenvolvem cooperação com São Tomé e Príncipe no campo do patrulhamento naval, a fim de fortalecer a proteção de sua zona marítima contra ataques e ameaças de piratas e traficantes internacionais. Por exemplo, os EUA apoiaram o Ministério da Defesa santomense na instalação de um sistema de radar que permite o monitoramento da navegação costeira entre o país e o continente africano.

Europa

Mais de 80% das exportações santomenses são absorvidas pelo mercado europeu, notadamente o polonês, francês, belga e espanhol. Por outro lado, Portugal é responsável por quase 70% de tudo que é importado por São Tomé e Príncipe. No plano da cooperação, Portugal também se mantém como um dos principais fornecedores de financiamentos e de doações ao país.

Em dezembro de 2015, São Tomé e Príncipe firmou com a União Europeia novo programa de cooperação bilateral, que prevê o aporte de 28 milhões de euros, que deverá ser disponibilizado para financiar o orçamento geral do Estado santomense ao longo dos próximos 5 anos. O programa de cooperação pretende estimular o desenvolvimento sustentável do país, com ênfase no abastecimento de água potável às populações carentes e na dinamização dos setores agrícolas e de



energia. O vultoso aporte financeiro gerou grande expectativa nos meios locais, pois mais de 90% do orçamento do Estado santomense provêm da ajuda externa.

Taiwan e China

São Tomé e Príncipe reconhece, desde 1997, Taiwan como Estado soberano. Desde então, a cooperação taiwanesa tem sido notável no país, sobretudo nas áreas de saúde e infraestrutura.

O Governo chinês cortou relações diplomáticas com São Tomé e Príncipe em razão do reconhecimento de Taiwan como Estado soberano. Nos últimos anos, porém tem havido uma reaproximação entre os dois países. Em outubro de 2013, por exemplo, São Tomé e Príncipe retomou as relações comerciais com a China, que abriu escritório de representação comercial na capital santomense. Em junho de 2014, o atual Presidente santomense esteve em Pequim, em visita de caráter privado.

Pela garantia de investimentos em duas frentes, analistas veem como correta a estratégia de reaproximação com a China, mantidos os laços diplomáticos com Taiwan.

África

No contexto africano, Angola e Nigéria destacam-se como os principais parceiros econômicos do país. Com a Nigéria, São Tomé e Príncipe mantém zona comum de exploração de petróleo, com alguns resultados concretos, monitorados pela Autoridade Conjunta Nigéria/ São Tomé e Príncipe. Angola, porém, continua sendo o destino internacional preferencial para políticos e empresários santomenses em busca de cooperação e parceiros.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo dados do FMI a economia de São Tomé e Príncipe tem vivenciado longo ciclo de crescimento e, assim, em 2015, o país completou vinte e cinco anos consecutivos de expansão. Nessas condições, o país logrou crescimento de 4,7% em 2011 e, em 2012, a expansão observada foi de 4,4% muito em função do bom desempenho do setor de construção civil, mineração e do turismo.

O aumento nos fluxos de investimento estrangeiro direto e na despesa pública propiciou condições para que, no biênio seguinte, a economia continuasse exibindo vitalidade, tendo crescido 4,0% em 2013 e de 4,5% em 2014. Também



contribuiu para o bom desempenho da economia o avanço em projetos de infraestrutura e o bom desempenho do setor de serviços.

Em 2015 a economia de São Tomé e Príncipe terá alcançado expansão de 4,0%, conforme estimativa do FMI. A última avaliação do Fundo sugere que a economia santomense deverá apresentar crescimento de 5% em 2016. Essa expansão deverá encontrar amparo no reforço do investimento público e dos fluxos de investimento estrangeiro direto no segmento turístico, bem como na recuperação da produção de cacau (principal produto exportado pelo país).

Em julho de 2015, o FMI aprovou, em favor de São Tomé e Príncipe, uma nova linha de crédito para apoiar o programa econômico de médio prazo, no valor de aproximadamente US\$ 7 milhões. O Fundo alertou, na ocasião, para a necessidade de consolidar o crescimento em nível mais elevado e socialmente inclusivo. Apontou, assim, para a conveniência de prosseguir em reformas importantes, tais como a melhoria da arrecadação fiscal e reforço do sistema financeiro, tendo por pano de fundo a manutenção da prudência orçamental e a necessidade de reduzir debilidades no balanço de pagamentos.

Inflação

Em parte devido à paridade da dobra santomense com o euro, em vigor de 2010, São Tomé e Príncipe vem mantendo a inflação sob controle. Se, em 2011, a inflação alcançou a marca de 14,3%, desde 2012, seus números vêm caindo sucessivamente: 10,6% (2012), 8,1% (2013), 7% (2014) e 4% (2015).

Comércio Exterior

Entre 2006 e 2015, as exportações santomenses registraram crescimento de 275%, passando de US\$ 3,9 milhões, no primeiro ano da série histórica, para atingir o nível de US\$ 14,6 milhões, em 2015.

Quanto ao destino, foram os seguintes os principais mercados para as exportações de São Tomé e Príncipe, em 2015: Polônia (23,1% de participação no total); França (17,8%); Bélgica (17,8%) e Espanha (12,4%). O Brasil foi apenas 42º mercado de destino para as exportações santomenses.

No que tange à composição da oferta, a pauta exportável mostra preponderância de produtos da cacauicultura. Com efeito, o cacau respondeu por quase 70% do total exportado pelo país em 2015.



O exame da pauta exportada aponta, por conseguinte, para a conveniência de esforços voltados à necessária diversificação e enriquecimento da base econômica do país. A este respeito, alguns analistas sinalizam para eventuais ganhos de competitividade decorrentes de maior investimento em logística e infraestrutura; em promoção do turismo receptivo e do agronegócio; no incremento das atividades pesqueiras e da aquicultura. Estes setores são considerados de fundamental importância para o crescimento sustentável e a criação de empregos.

No que tange às importações, foram os seguintes os principais fornecedores externos de São Tomé e Príncipe: Portugal (68,6% de participação no total geral); China (8,5%); Países Baixos (2,7%); e Hong Kong (2,1%). O Brasil foi o 11º principal fornecedor de São Tomé e Príncipe, detendo participação de 0,9% sobre o total importado por este país.

No que diz respeito à composição da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos da importação santomense, em 2014: bebidas (9,2%); máquinas elétricas (9,1%); máquinas mecânicas (8%).

Os resultados da balança comercial são estruturalmente negativos. Em 2015, o déficit santomense em transações comerciais de bens somou US\$ 78,3 milhões.

Comércio bilateral

Entre 2006 e 2015 o comércio bilateral do Brasil com São Tomé e Príncipe cresceu 11,2%, passando de US\$ 790 mil, para US\$ 880 mil. Em 2015, a corrente de comércio obteve significativo aumento de 31,0% em relação ao ano de 2014. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil e, nos últimos três anos, foram de: US\$ 800 mil (2013); US\$ 670 mil (2014); e US\$ 880 mil (2015).

Foram os seguintes os principais produtos da exportação brasileira para São Tomé e Príncipe, em 2015: i) preparações alimentícias de carne de bovino e de outros animais; ii) açúcar; e iii) preparações de cereais.

Por outro lado, também em 2015, os principais produtos importados pelo Brasil foram: i) obras de pedra; e ii) máquinas mecânicas.

Investimentos

São Tomé e Príncipe oferece oportunidades para investimentos brasileiros, em especial na área de reconstrução e preservação do patrimônio arquitetônico, com eventual exploração por rede hoteleira com expertise em turismo rural. Nesse contexto, o Governo de São Tomé e Príncipe declarou interesse em atrair investimentos brasileiros para a recuperação das “roças”, antigas



unidades produtivas que, em seu conjunto de mais de cem estabelecimentos, representam um dos maiores patrimônios arquitetônicos lusotropicals.

O próprio conjunto urbano também necessita de intervenção e revitalização, no sentido de se preservarem as marcas históricas da civilização luso-africana e seu potencial turístico. Além disso, o campo das linhas aéreas oferece possibilidades interessantes de investimento, não só em ligações diretas entre o Nordeste brasileiro e a Cidade Capital São Tomé (em provável escala a outro destino africano ou mesmo europeu), como entre as ilhas de São Tomé e do Príncipe, cujos voos hoje são monopolizados por empresa que mantém modestos aviões para poucos passageiros.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc XVI - Colonização pelos portugueses

1951 - Província ultramarina de Portugal

1960 - Formação do grupo nacionalista que se transformou no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), de orientação marxista

1974 - Governo português, após Revolução dos Cravos, reconhece o direito à independência e o MLSTP como interlocutor legítimo

12 de julho de 1975 - Independência. Manuel Pinto da Costa (MLSTP) torna-se Presidente, e Miguel Trovoada, Primeiro-Ministro

1979 - Miguel Trovoada é preso, acusado de tentativa de golpe

Década de 1980 - País afasta-se do bloco comunista e declara-se não alinhado

1990 - Nova constituição estabelece multipartidarismo

1991 - Primeiras eleições multipartidárias. O MLSTP-PSD perde a maioria parlamentar. Miguel Trovoada elege-se presidente

1995 - Trovoada é derrubado e preso pelas Forças Armadas. Depois de pressões dos doadores internacionais, é reconduzido à Presidência

1996 - Trovoada reeleito Presidente

1998 - Guilherme Posser da Costa (MLSTP-PSD) é nomeado Primeiro-Ministro

Julho de 2001 - Fradique de Menezes elege-se Presidente

Março de 2002 - O MLSTP vence as eleições parlamentares. Fradique de Menezes indica Gabriel Costa (MLSTP-PSD) Primeiro-Ministro, formando governo de coalizão

Julho de 2003 - Golpe militar. Fradique de Menezes, então na Nigéria, retorna ao país uma semana depois, após acordo com os militares, todos anistiados

Março de 2007 - O BM e o FMI perdoam 90% (US\$ 360 milhões) da dívida do país

Mai de 2008 - Parlamento aprova moção de desconfiança ao Governo. Gabinete de Trovoada é desfeito

Janeiro de 2009 - O Presidente Fradique de Menezes ameaça renunciar ao cargo após acusações de perseguir adversários políticos e causar instabilidade no país

Dezembro de 2012 - Moção de censura contra o PM Patrice Trovoada

Dezembro de 2012 - Gabriel Costa é indicado ao cargo de Primeiro-Ministro

Outubro de 2014 - Ação Democrática Independente (ADI) vence as eleições legislativas. Patrice Trovoada reassume o cargo de Primeiro-Ministro.



Agosto de 2016 – Evaristo Carvalho (ADI) vence as eleições presidenciais (posse em set/2016)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 2000** - Visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Rafael Branco (novembro)
- 2002** - Visita ao Brasil do PR Fradique de Menezes, para Cúpula da CPLP (agosto)
- 2003** - Decreto cria a Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe, até então o único Estado-membro da CPLP no qual o Brasil não mantinha missão diplomática residente (março)
- 2003** - Visita oficial do PR Lula a São Tomé e Príncipe (novembro)
- 2004** - Visita do PR Lula a São Tomé e Príncipe, para Cúpula da CPLP (julho)
- 2005** - Visita de trabalho ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Ovídio Pequeno (agosto)
- 2005** - Visita Oficial ao Brasil do PR Fradique de Menezes (agosto)
- 2006** - Visita ao Brasil do PR da Comissão Nacional Eleitoral de São Tomé e Príncipe, para acompanhar as eleições brasileiras; e da PR do Supremo Tribunal de Justiça daquele país (outubro/novembro)
- 2007** - Visita Oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Carlos Gustavo dos Anjos (março)
- 2007** - Brasil concede linha de crédito no valor de US\$ 5 milhões a São Tomé e Príncipe, para aquisição de alimentos e produtos de primeira necessidade no mercado brasileiro (dezembro)
- 2008** - Visita do Ministro Celso Amorim a São Tomé (maio)
- 2008** - Visita de Missão da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal a São Tomé e Príncipe (maio)
- 2009** - Visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Carlos Tiny (janeiro)
- 2009** – Visita oficial ao Brasil do PM Joaquim Rafael Branco (março)
- 2009** – Visita a São Tomé do Ministro da Defesa, Nelson Jobim (março)
- 2010** – Visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Carlos Tiny (Fevereiro)
- 2012:** Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Manuel Salvador dos Ramos por ocasião da Rio+20 (junho)
- 2015:** Visita do Ministro Mauro Vieira a São Tomé (março)



ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de Celebração	Vigência	Vigor Internacional	Publicação (D.O.U.)
Acordo Cultural	26/06/1984	Em Vigor	27/06/1991	12/11/1991
Acordo Geral de Cooperação	26/06/1984	Em Vigor	20/01/1992	10/03/1992
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica	26/06/1984	Em Vigor	21/12/1987	22/04/1988
Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço (no âmbito da CPLP)	17/07/2000	Em Vigor bilateralmente <i>(situação especial)</i>	17/9/2003 <i>(data da notificação santomense)</i>	10/7/2003 <i>(publicação do Decreto Legislativo 329)</i>
Acordo de Cooperação Esportiva	02/11/2003	Em Vigor	2/11/2003	30/12/2003

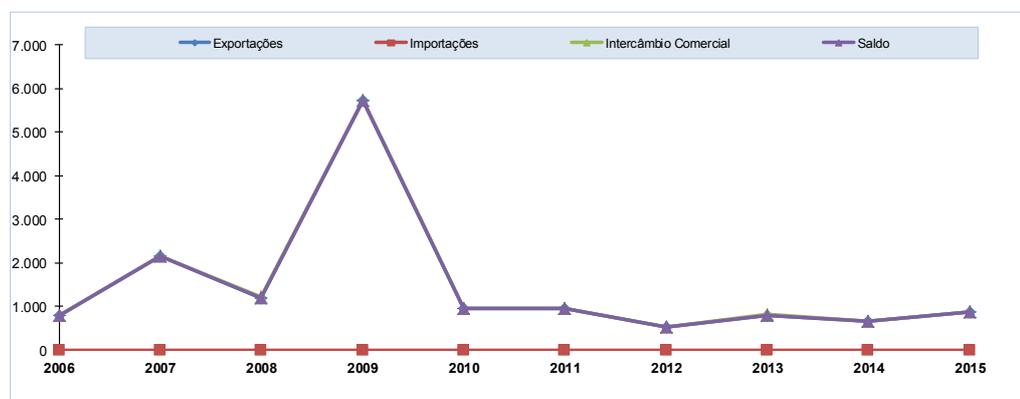


DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - São Tomé e Príncipe US\$ mil

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	791	9,1%	0,00%	3,140	-97,0%	0,00%	795	-4,3%	0,00%	788
2007	2.150	171,6%	0,00%	0,000	n.a.	0,00%	2.150	170,6%	0,00%	2.150
2008	1.205	-44,0%	0,00%	8,067	n.a.	0,00%	1.213	-43,6%	0,00%	1.196
2009	5.720	374,9%	0,00%	0,000	n.a.	0,00%	5.720	371,7%	0,00%	5.720
2010	957	-83,3%	0,00%	0,000	n.a.	0,00%	957	-83,3%	0,00%	957
2011	960	0,3%	0,00%	1,915	n.a.	0,00%	962	0,5%	0,00%	958
2012	522	-45,7%	0,00%	1,101	-42,5%	0,00%	523	-45,7%	0,00%	521
2013	806	54,4%	0,00%	5,068	360,3%	0,00%	811	55,0%	0,00%	800
2014	672	-16,6%	0,00%	2,816	-44,4%	0,00%	675	-16,8%	0,00%	669
2015	882	31,3%	0,00%	1,809	-35,8%	0,00%	884	31,0%	0,00%	880
2016 (jan-jul)	606	16,5%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	606	16,1%	0,00%	606
Var. % 2006-2015	11,4%	--	--	-42,4%	--	--	11,2%	--	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.
(n.a.) Critério não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

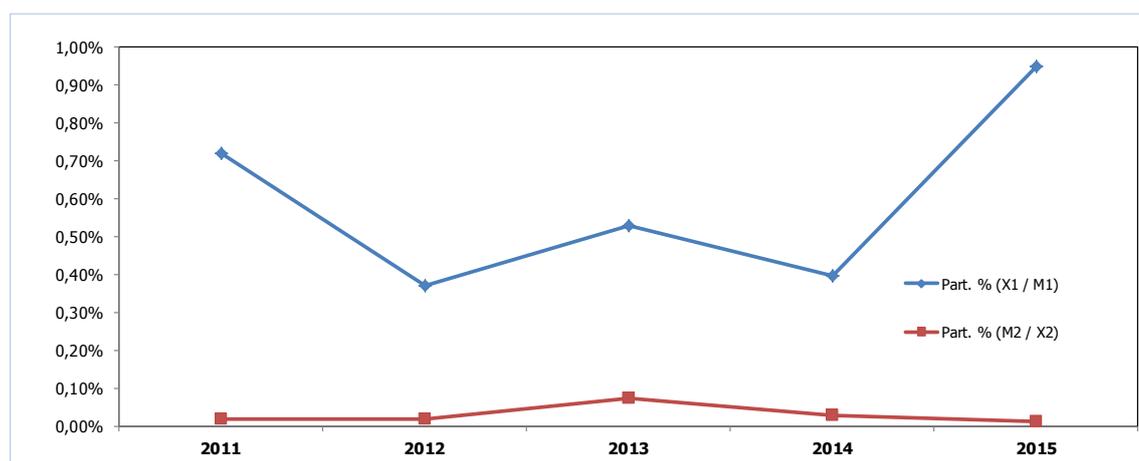


Part. % do Brasil no comércio de São Tomé e Príncipe
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2014/2015
Exportações do Brasil para São Tomé e Príncipe (X1)	0,96	0,52	0,81	0,67	0,88	31,3%
Importações totais de São Tomé e Príncipe (M1)	133,7	141,3	152,1	169,7	92,9	-45,3%
Part. % (X1 / M1)	0,72%	0,37%	0,53%	0,40%	0,95%	139,8%
Imports. do Brasil origin. de São Tomé e Príncipe (M2)	0,0019	0,0011	0,0051	0,0028	0,0018	-35,8%
Exportações totais de São Tomé e Príncipe (X2)	11,0	6,0	6,9	10,5	14,6	38,8%
Part. % (M2 / X2)	0,02%	0,02%	0,07%	0,03%	0,01%	-53,7%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
n.a. Não aplicável.*

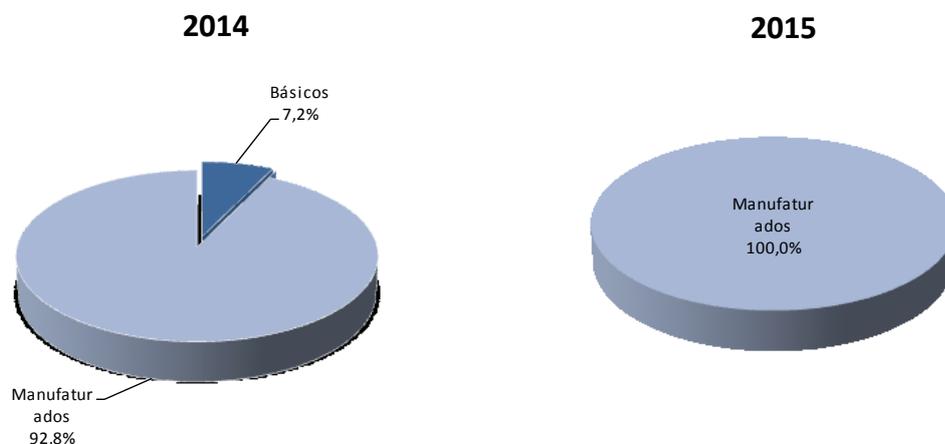
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações de São Tomé e Príncipe e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



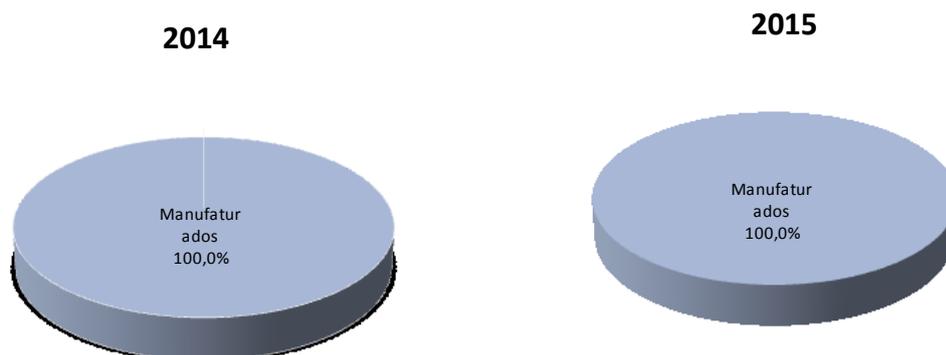
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

(1) Exclusivo transações especiais.

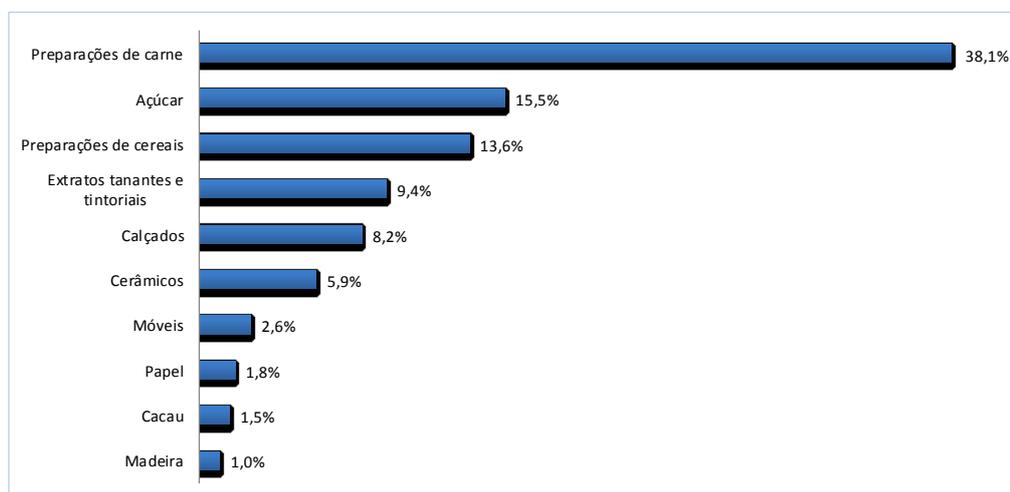


**Composição das exportações brasileiras para São Tomé e Príncipe
US\$ mil**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carne	260,7	32,4%	85,9	12,8%	335,7	38,1%
Açúcar	59,8	7,4%	19,8	2,9%	136,3	15,5%
Preparações de cereais	0,0	0,0%	32,9	4,9%	120,4	13,6%
Extratos tanantes e tintoriais	0,0	0,0%	0,0	0,0%	83,1	9,4%
Calçados	95,6	11,9%	52,8	7,9%	72,2	8,2%
Cerâmicos	46,6	5,8%	0,0	0,0%	51,9	5,9%
Móveis	18,8	2,3%	58,5	8,7%	22,6	2,6%
Papel	0,0	0,0%	0,0	0,0%	15,5	1,8%
Cacau	0,0	0,0%	0,0	0,0%	13,1	1,5%
Madeira	12,6	1,6%	0,0	0,0%	8,8	1,0%
Subtotal	494,1	61,3%	249,9	37,2%	859,5	97,4%
Outros produtos	311,4	38,7%	422,1	62,8%	22,5	2,6%
Total	805,5	100,0%	672,0	100,0%	882,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015



**Composição das importações brasileiras originárias de São Tomé e Príncipe
US\$**

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Obras de pedra	0	0,0%	0	0,0%	1.739	96,1%
Máquinas mecânicas	0	0,0%	2.816	100,0%	70	3,9%
Máquinas elétricas	4.474	88,3%	0	0,0%	0	0,0%
Obras de ferro ou aço	594	11,7%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	5.068	100,0%	2.816	100,0%	1.809	100,0%
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	5.068	100,0%	2.816	100,0%	1.809	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-jul)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-jul)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Preparações de carne	217	41,7%	166	27,4%	Preparações de carne 27,4%
Preparações de cereais	107	20,6%	107	17,6%	Preparações de cereais 17,6%
Carnes	0	0,0%	95	15,7%	Carnes 15,7%
Açúcar	90	17,3%	67	11,1%	Açúcar 11,1%
Móveis	0	0,0%	52	8,6%	Móveis 8,6%
Sabões	0	0,0%	22	3,6%	Sabões 3,6%
Calçados	34	6,6%	20,4	3,4%	Calçados 3,4%
Preparações hortícolas	0	0,0%	20,3	3,4%	Preparações hortícolas 3,4%
Cerâmicos	52	10,0%	14	2,3%	Cerâmicos 2,3%
Cacau	0	0,0%	10	1,7%	Cacau 1,7%
Subtotal	500	96,2%	574	94,7%	
Outros produtos	20	3,8%	32	5,3%	
Total	520	100,0%	606	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-jul)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-jul)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015
Importações					
Obras de ferro ou aço	1,7	96,1%	0	100,0%	Obras de ferro ou aço 96,1%
Máquinas mecânicas	0,1	3,9%	0	100,0%	Máquinas mecânicas 3,9%
Subtotal	1,8	100,0%	0	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0	0,0%	
Total	1,8	100,0%	0	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

Principais indicadores socioeconômicos de São Tomé e Príncipe

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	4,0	4,5	4,0	5,0	5,5
PIB nominal (US\$ milhões)	303	338	318	349	371
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.570	1.708	1.569	1.681	1.746
PIB PPP (US\$ milhões)	590	626	658	697	746
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.055	3.165	3.244	3.358	3.509
População (mil habitantes)	193	198	203	208	213
Desemprego (%)	13,68	13,47	13,03	12,60	12,16
Inflação (%) ⁽²⁾	7,13	6,43	3,96	4,00	3,00
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-23,42%	-27,49%	-11,25%	-9,38%	-9,84%
Câmbio (Db / US\$) ⁽²⁾	18.450	18.466	22.091	22.624	22.844

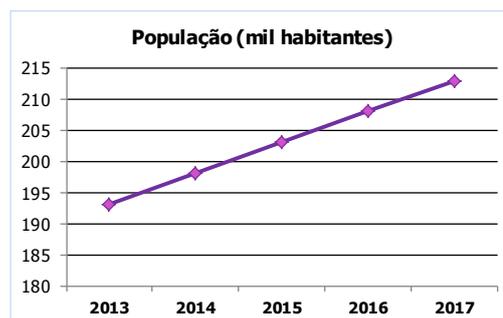
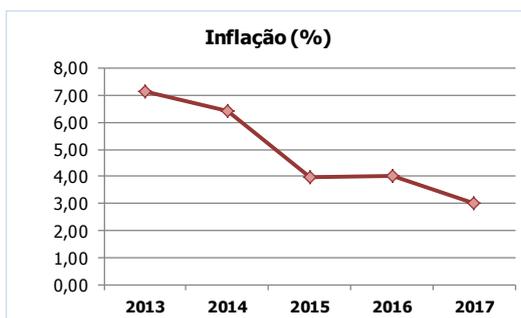
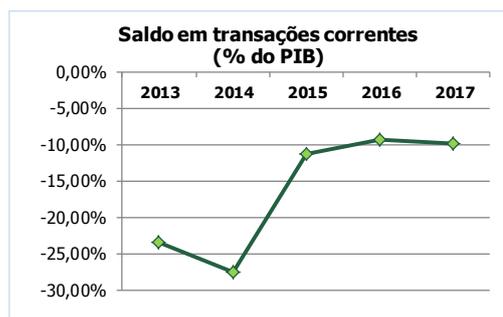
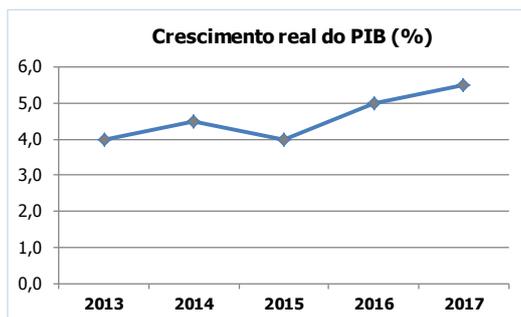
Origem do PIB (2012 Estimativa)

Agricultura	18,4%
Indústria	16,0%
Serviços	65,6%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 3rd Quarter 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

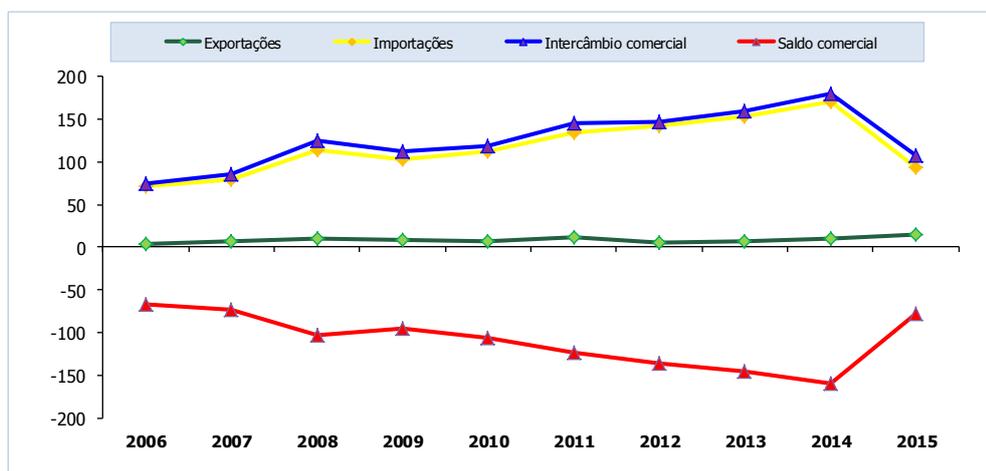
(2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior de São Tomé e Príncipe
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2006	3,9	13,4%	71,1	42,7%	75,0	40,8%	-67,3
2007	6,7	73,7%	79,4	11,6%	86,1	14,8%	-72,7
2008	10,6	58,0%	114,0	43,6%	124,7	44,7%	-103,4
2009	8,1	-23,7%	103,3	-9,4%	111,4	-10,6%	-95,2
2010	6,4	-21,4%	112,2	8,6%	118,5	6,4%	-105,8
2011	11,0	73,0%	133,7	19,2%	144,8	22,1%	-122,7
2012	6,0	-45,2%	141,3	5,6%	147,3	1,8%	-135,2
2013	6,9	14,7%	152,1	7,7%	159,0	8,0%	-145,2
2014	10,5	51,3%	169,7	11,6%	180,2	13,3%	-159,2
2015	14,6	38,8%	92,9	-45,3%	107,5	-40,4%	-78,3
Var. % 2006-2015	276,1%	--	30,6%	--	43,3%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016. São Tomé e Príncipe não informou seus dados à UNCTAD, em 2015. Portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais. (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



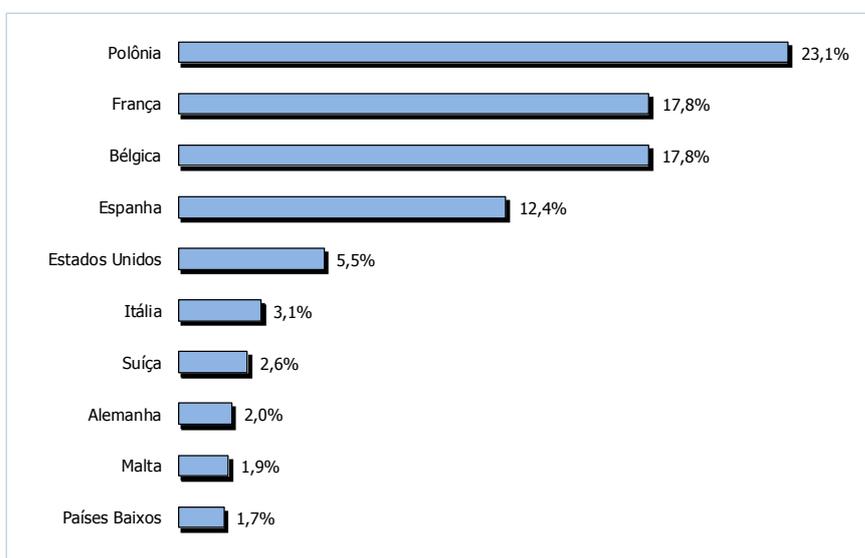
Direção das exportações de São Tomé e Príncipe
US\$ mil

Países	2 0 1 5	Part. % no total
Polônia	3.360	23,1%
França	2.595	17,8%
Bélgica	2.592	17,8%
Espanha	1.806	12,4%
Estados Unidos	804	5,5%
Itália	457	3,1%
Suíça	384	2,6%
Alemanha	296	2,0%
Malta	279	1,9%
Países Baixos	252	1,7%
...		
Brasil (42ª posição)	2	0,0%
Subtotal	12.827	88,0%
Outros países	1.745	12,0%
Total	14.572	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

São Tomé e Príncipe não informou seus dados à UNCTAD, em 2015. Portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações

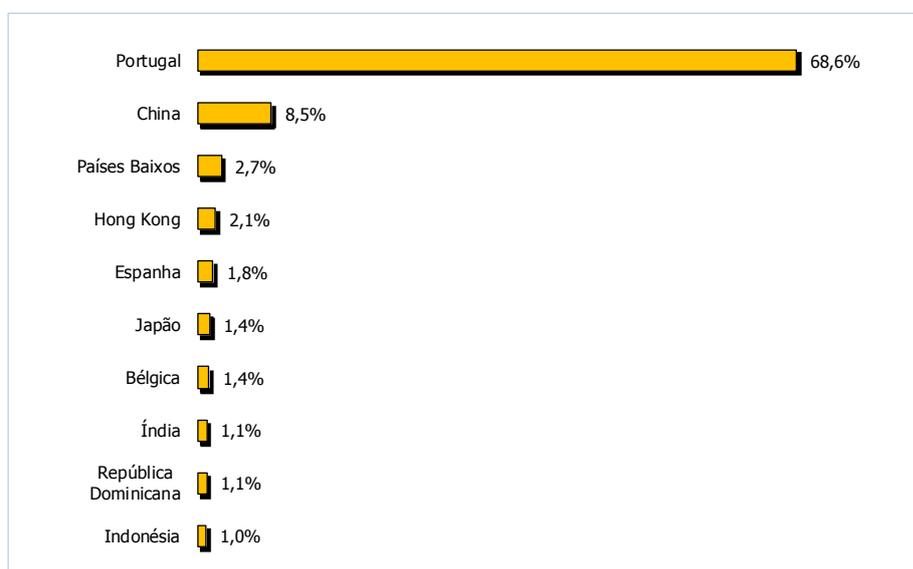


Origem das importações de São Tomé e Príncipe
US\$ mil

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Portugal	63.744	68,6%
China	7.871	8,5%
Países Baixos	2.553	2,7%
Hong Kong	1.938	2,1%
Espanha	1.688	1,8%
Japão	1.321	1,4%
Bélgica	1.270	1,4%
Índia	1.008	1,1%
República Dominicana	996	1,1%
Indonésia	942	1,0%
Brasil	882	0,9%
Subtotal	84.213	90,7%
Outros países	8.682	9,3%
Total	92.895	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.
São Tomé e Príncipe não informou seus dados à UNCTAD, em 2015. Portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

10 principais origens das importações

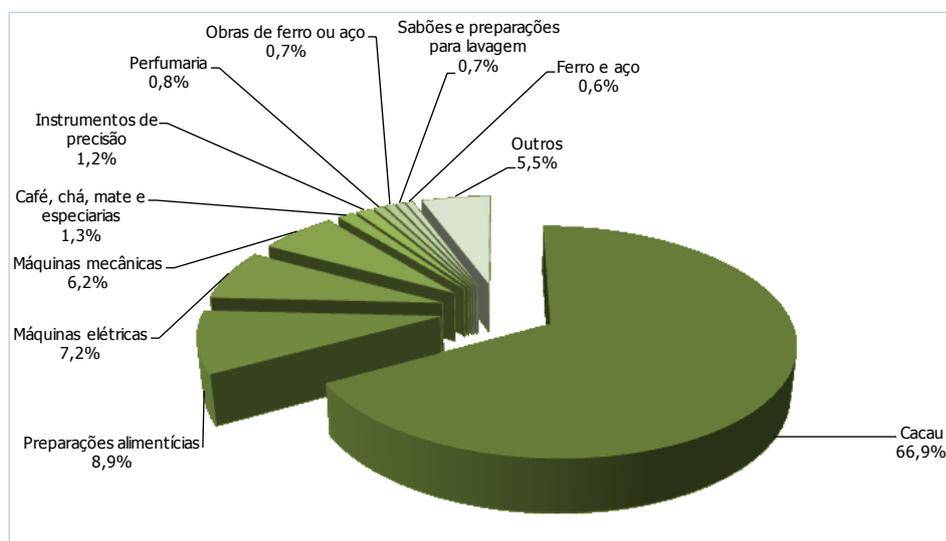


Composição das exportações de São Tomé e Príncipe
US\$ mil

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part. % no total
Cacau	9.755	66,9%
Preparações alimentícias	1.290	8,9%
Máquinas elétricas	1.056	7,2%
Máquinas mecânicas	898	6,2%
Café, chá, mate e especiarias	191	1,3%
Instrumentos de precisão	180	1,2%
Perfumaria	111	0,8%
Obras de ferro ou aço	107	0,7%
Sabões e preparações para lavagem	100	0,7%
Ferro e aço	82	0,6%
Subtotal	13.770	94,5%
Outros	802	5,5%
Total	14.572	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.
São Tomé e Príncipe não informou seus dados à UNCTAD, em 2015. Portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

10 principais grupos de produtos exportados

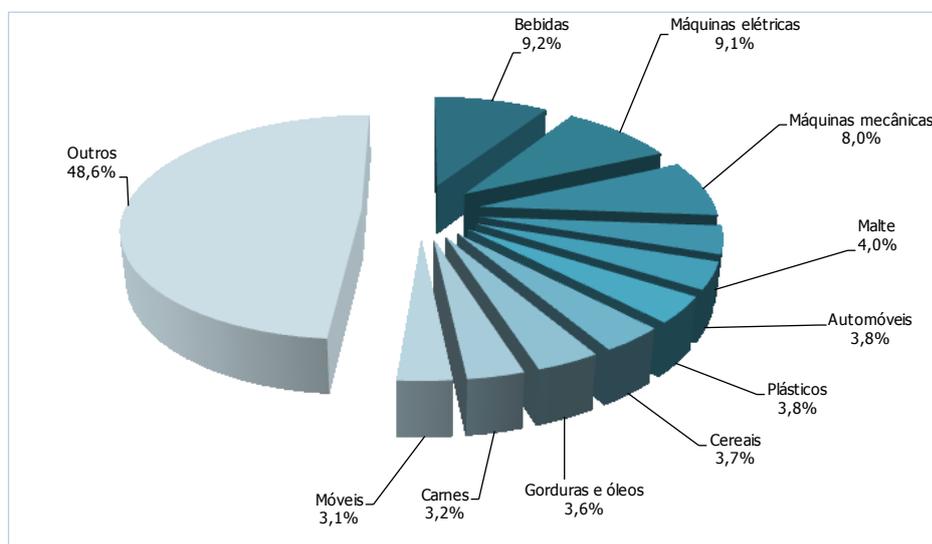


Composição das importações de São Tomé e Príncipe US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Bebidas	8.501	9,2%
Máquinas elétricas	8.438	9,1%
Máquinas mecânicas	7.420	8,0%
Malte	3.691	4,0%
Automóveis	3.560	3,8%
Plásticos	3.485	3,8%
Cereais	3.395	3,7%
Gorduras e óleos	3.370	3,6%
Carnes	3.007	3,2%
Móveis	2.839	3,1%
Subtotal	47.706	51,4%
Outros	45.189	48,6%
Total	92.895	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.
São Tomé e Príncipe não informou seus dados à UNCTAD, em 2015. Portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

10 principais grupos de produtos importados



Ofício da Câmara dos Deputados**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Of. nº 101/2016/PS-GSE

Brasília, 11 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram aprovadas as Emendas oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei nº 5.230, de 2013, da Câmara dos Deputados (PLC nº 133, de 2015), que "Altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 11.10.16.

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

recebido em 11/10/2016
hora: 14:47

Senador Bressan Saldanha - Mat. 315749
SGM/SLSF

24.579 (JUN/13)



Requerimentos**SENADO FEDERAL****REQUERIMENTO
Nº 742, DE 2016**

Requer, nos termos regimentais, a retirada dos PLSs nº 354, 357, 358, 359 e 360, de 2016.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas

DESPACHO: Defira-se



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROSE DE FREITAS

REQUERIMENTO Nº DE 2016

Senhor Presidente;

Nos termos do art. 256, inciso I, do regimento interno do Senado Federal, requieiro a retirada dos seguintes Projetos de Lei do Senado, cujas referidas proposições são de minha autoria:

- 1- PLS nº 354/2016, que dispõe sobre o regimento de exercícios domiciliares para o estudante de qualquer nível que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção;
- 2- PLS nº 357/2016, que dispõe sobre o fundo de garantia do tempo de serviço e dá outras providências, para alterar o valor da alíquota de correção da conta vinculada.
- 3- PLS nº 358/2016, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional, para prever trabalhos acadêmicos de conclusão de curso (TCCs) como instrumentos de avaliação final de cursos de graduação, e anteprojetos de lei como modalidade de apresentação desses TCCs.
- 4- PLS nº 359/2016, em que permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão.
- 5- PLS nº 360/2016, em que estabelece o reajuste anual do valor per capita do PNAE, definindo o IPCA como índice utilizado para o cálculo do percentual do reajuste.

Sala de sessões,


Senadora **ROSE DE FREITAS**

Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela – Sala 01. CEP: 70165-900 Brasília -DF
Tel. (61) 3303-1156 - E-mail: rose.freitas@senadora.leg.br – Site: www.senadorosedefreitas.com



SF/16299.73811-84





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 743, DE 2016

Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do RISF, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, a participação de S.Exa. no Fórum Parlamentar por ocasião da Segunda Reunião de Alto Nível da Parceria Global para a Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (PGCDE), organizado pelo Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que acontecerá de 28 novembro a 1º de dezembro de 2016, em Nairóbi (Quênia).

AUTORIA: Senadora Ana Amélia

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)





GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Ofício 057/16

Brasília, 06 de outubro de 2016

Ao
Exmo. Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

*UIP
Nairóbi 28/11 a
12/12/16*

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência que será realizado em Nairóbi, Quênia, o Fórum Parlamentar por ocasião da Segunda Reunião de Alto Nível da Parceria Global para a Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (PGCDE), de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2016.

Muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de autorizar, na forma da alínea "a" inciso II do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a participação dos Senadores relacionados em anexo que integrarão a delegação brasileira da União Interparlamentar no referido evento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.


Senador Ciro Nogueira
Presidente

*6 DE OUT 2016
Recebi em ofício/2016
às 13:02
Márcio Gomes*

SF/16679.32471-20



REQUERIMENTO Nº ⁷⁴⁴, de 2016

Defero, nos
termos do
art. 41 do
Regimento
Interiores.

Em 11/10/16


Excelentíssimo Senhor **Presidente**,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 40 inciso II, alínea “a” do Regimento Interno, autorização para desempenhar missão no exterior por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, da 135ª Assembleia da União Interparlamentar, no período de 23 a 27 de outubro do corrente ano, bem como da Sessão Ordinária do Grupo dos Parlamentares Latino-Americanos e do Caribe no dia 22 de outubro, em Genebra, Suíça.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto do Artigo 39, inciso I, c/c o Artigo 13 do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 21 a 30 de outubro do corrente ano, para o desempenho desta missão.


Senador Gladson Cameli
PP-AC



00100.138662/2016-07 (VIA 001) - 00100.157464/2016-34 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

MEMO. Nº 054 /2016-PRESID.

Brasília, 05 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **CIRO NOGUEIRA**
Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar

Senhor Presidente,

Nos termos da solicitação constante no Ofício nº 052/16, datado de 30 de agosto de 2016, autorizo a participação de Vossa Excelência, bem como dos Senadores **ANTONIO ANASTASIA**, **GLADSON CAMELI**, **FLEXA RIBEIRO** e **SÉRGIO PETECÃO**, na 135ª Assembleia da União Interparlamentar, a ser realizada entre os dias 23 e 27 de outubro de 2016, na cidade de Genebra, Suíça, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,


Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 63BEE126054607
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 745, DE 2016

Requer, nos termos regimentais, licença dos trabalhos da Casa para representar o Senado Federal junto à delegação Brasileira da União Interparlamentar para a 135ª Assembleia da União Interparlamentar, na cidade de Genebra, Suíça, no período de 23 a 27 de outubro de 2016, para atender à mencionada missão. Comunica ainda ausência do País no período de 20 a 30 outubro de 2016.

AUTORIA: Senador Wilder Moraes



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador WILDER MORAIS

REQUERIMENTO Nº 745, de 2016

*Deferido, nos
termos do
art. 41, do
Regimento
Interno.
Com 11/10/16*

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal junto à delegação Brasileira da União Interparlamentar para participar da 135ª Assembleia da União Interparlamentar, na cidade de Genebra, Suíça, requeiro nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, **licença**, para me ausentar dos trabalhos desta Casa no período de 23 a 27 de outubro de 2016, para atender à mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, Inciso I, do Regimento Interno que estarei ausente do País no período de 20 a 30 outubro de 2016.

Sala das Sessões,

Senador WILDER MORAIS



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A215F3770145115.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>.



00100.138662/2016-07 (VIA 001)



GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Ofício 052/16

Brasília, 30 de agosto de 2016

01 SET 2016

Ao
Exmo. Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência que será realizado em Genebra, Suíça, a 135ª Assembleia da União Interparlamentar, no período de 23 a 27 de outubro do corrente ano, bem como a Sessão Ordinária do GRULAC – Grupo dos Parlamentares Latino-Americanos e do Caribe - no dia 22 de outubro.

Muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de autorizar, na forma da alínea “a” inciso II do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a participação dos Senadores relacionados em anexo que integrarão a delegação brasileira da União Interparlamentar no referido evento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Senador Ciro Nogueira
Presidente

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR
Senado Federal – Anexo I, 19º Andar, Salas 09 e 10
+55 61 3303-3859/3834 – E-mail: gbuip@senado.gov.br



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5F528AA400148FA6.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>



00100.138662/201

**GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR****135ª ASSEMBLEIA DA UIP e
SESSÃO ORDINÁRIA DO GRULAC****GENEBRA, SUÍÇA, 22 a 27 de OUTUBRO de 2016****DELEGAÇÃO****SENADORES: 1. Ciro Nogueira – Chfefe da Delegação**

2. Antonio Anastasia

3. Gladson Cameli

4. Flexa Ribeiro

5. Sérgio Petecção

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR
Senado Federal – Anexo I, 19º Andar, Salas 09 e 10
+55 61 3303-3859/3834 – E-mail: gbiup@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5F528AA400148FA6.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CIRO NOGUEIRA

REQUERIMENTO Nº

746

, DE 2016

*Defiro, nos
termos do art.
41 do Regimento
Interno.*

Em 11/10/16
[Assinatura]

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, requero que seja considerada como missão política de interesse parlamentar, minha ausência dos trabalhos da Casa, no período de 23 a 27 de outubro do corrente ano, quando estarei, juntamente com outros parlamentares, integrando a delegação brasileira que participará da 135ª Assembleia da União Interparlamentar.

A propósito do disposto no Art. 39, inciso I do Regimento Interno, informo a Vossa Excelência que estarei ausente do País no período de 21 a 30 de outubro de 2016.

Sala das Sessões, em

[Assinatura]
Senador CIRO NOGUEIRA

Recebido em 11/10/16
Hora _____
Pauline
Pauline S. D. Koenigkan - Matr. 240841
SGTI - Senado Federal



Deferido, nos
termos do art.
41 do Regimento
Interno.

REQUERIMENTO Nº 747, de 2016

11/10/16

Requeiro, nos termos do **Art. 40**, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja considerada “*desempenho de Missão Oficial no exterior*”, minha ausência do país no período compreendido entre os dias 14 e 16 de outubro do corrente ano, quando fui convocado a participar de Plenárias da Comissão Diretora do Parlamento Latino Americano e Caribenho - PARLATINO, que se realizará na Cidade do Panamá/Panamá conforme Convocação anexa.



Comunico ainda a Vossa Excelência, para fins do disposto no **art. 39** do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período entre os dias 14 e 16 de outubro, para atender ao compromisso acima citado.

Sala das sessões, em

Senador **HÉLIO JOSÉ**

Recebido em 11/10/16
Hora _____
Paulino
Paulino S. D. Koenigken - Mat. 240841
SGM - Senado Federal

Página: 1/1 11/10/2016 12:06:35

aed3ab97c1b7ee3d7012758b15021be9669c3a92



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Pinto Itamaraty** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Deca* (S)
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Pastor Valadares** (S)

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Deca.	PSDB / PB
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Aníbal.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Pinto Itamaraty.	PSDB / MA
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13

PT-10 / PDT-3

Angela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Pastor Valadares.	PDT / RO
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR

Bloco Moderador - 11

PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Pedro Chaves.	PSC / MS
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zeze Perrella.	PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	19
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	13
Bloco Moderador.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Alaysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Pinto Itamaraty** (Bloco-PSDB-MA)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Randolfê Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Deca* (Bloco-PSDB-PB)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Vanessa Graziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Pastor Valadares** (Bloco-PDT-RO)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes Lindbergh Farias (34,66,69,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,95) Gleisi Hoffmann (67,72,75,94) Regina Sousa (40)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 10 Humberto Costa (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,66,69,101) Gleisi Hoffmann (67,72,75,94)</p> <p>Líder do PDT - 3 Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,95)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 17</p> <p>Líder José Agripino - DEM (37,61)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (88,96) Davi Alcolumbre (89,98) Ataides Oliveira (85)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (22)</p> <p>Vice-Líder do PSDB José Aníbal (93)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (9)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 9</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (24,28,103)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,83) Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 Antonio Carlos Valadares (60,83)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,100) Roberto Rocha (43,63)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28,103)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (11,52)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (14,16,39,51,55)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11,52)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 11</p> <p>Líder Fernando Collor - PTC (5,6,77,82)</p> <p>Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,81) Elmano Férrer (78,80) Eduardo Amorim (79)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,80)</p> <p>Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (48,53,81)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54)</p> <p>Líder do PSC - 2 Eduardo Amorim (79)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,8,105)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,77,82)</p>	<p>PMDB - 19</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Waldemir Moka (87) Rose de Freitas (86)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,100) José Medeiros (10,18,27,99) Davi Alcolumbre (89,98) Hélio José (49,57,97) Ricardo Ferraço (88,96)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (34,66,69,101)</p>	



Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfê Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfê Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).



60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
66. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
79. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
80. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
81. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
82. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
83. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
87. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
89. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Anibal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
102. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
103. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
104. O senador Cássio Cunha Lima está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 08/09/2016 a 04/01/2017.
105. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 13/07/2016 a 31/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 01/11/2016 a 16/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 17/11/2016 a 23/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 24/11/2016 a 30/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** . Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------



**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTE(S)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁵⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

** Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

*** Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

**** Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

***** Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br



**8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



10) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	2. Senador José Pimentel (PT-CE)
Maioria (PMDB) ⁽³⁾	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1.
	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁴⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽⁵⁾	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)

Notas:

1. Em 05.10.2016, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Acir Gurgacz e José Pimentel, suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 93/2016-GLBPRD).
2. Em 05.10.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 66/2016-GLPSDB).
3. Em 05.10.2016, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo PMDB (Of. 159/2016-GLPMDB).
4. Em 05.10.2016, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 52/2016-BLOMOD).
5. Em 05.10.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador José Medeiros, suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 30/2016-BLDPRO).
6. Vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz, indicado pelo Of. 93/2016-GLBPRD, estar de licença, nos termos dos Requerimentos nºs 649 e 651/2016.



11) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------



12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

** O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

*** Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substituiu o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514



14) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.

Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽²⁾
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4. Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(4,8)
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁷⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁶⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(12,13)	3.
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽¹⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁰⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Wilder Morais (PP-GO)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Morais, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

** O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.

***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).

1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).

2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
8. Em 14.07.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 92/2016-GLBPRD).
9. Em 22.08.2016, o Senador Randolfê Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 52/2016-GLBSD).
10. Em 01.09.2016, os Senadores Ciro Nogueira, Gladson Cameli e Sérgio Petecão foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 31/2016-BLDPRO).
11. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 649 a 651/2016.
12. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
13. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 58/2016-BLOMOD).
14. Em 05.10.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Pedro Chaves (Of. 60/2016-BLOMOD).
15. Em 05.10.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 61/2016-BLOMOD).
16. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br



15) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE(S)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

** Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)

1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)

4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)

5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br



16) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE(S)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.

** Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPF).

1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).

2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD).

3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

4. Em 13.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 49/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



17) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

*** O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

**** O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

***** O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

***** O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁰⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO ⁽⁶⁾	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

** Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

*** Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

**** Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

***** Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)



2)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽²²⁾	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP) ^(1,15,19,21)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(4,23)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

*****. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
23. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(1,3)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(46,52,54)
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(24,62)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO ⁽⁵³⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. VAGO ⁽⁵⁸⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
VAGO ^(17,28,34,45,59)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(47,51,60,61)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).



- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
- *****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
 2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
 5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
 6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
 7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
 8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
 9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
 10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
 11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
 12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
 14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
 15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
 16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).
 17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
 18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
 19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
 20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
 21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
 23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
 24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Grugacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
 25. Em 01.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
 26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).
 27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).
 28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).
 29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).
 30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).
 32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
 36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)



37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM).
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/20156-GLDBAG).
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB).
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/20156-GLDBAG).
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD).
57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD).
58. Em 12.07.2016, o Senador José Maranhão declinou da sua indicação como suplente do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 137/2016-GLPMDB).
59. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
60. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
61. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
62. Em 04.10.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 102/2016-GLBPRD).
63. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ^(4,5)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
 5. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ^(7,19,34)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (11,21,37)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽³⁰⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,31)	
VAGO ^(14,15,23,27,35)	1. Senador Deca (PSDB-PB) ^(17,36)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(29,32,38,39)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

*** Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

**** Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

***** Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

***** Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).



4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB).
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
34. Em 22.08.2016, a vice presidência fica vaga em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
35. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
36. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 65/2016-GLPSDB).
37. Em 21.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 98/2016-GLBPRD).
38. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
39. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (9,28,57,58)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽⁵⁷⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (52,55)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (33)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. VAGO (26,27,39,45,56)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶¹⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (34,54)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (35)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (46,49,59,60)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
 37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
 38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
55. Em 12.07.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá, que deixa de compor a Comissão (Of. 132/2016-GLPMDB).
56. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
57. Em 13.09.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
58. Em 13.09.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
59. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
60. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
61. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO ⁽²¹⁾	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO ^(18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,29)	
VAGO ^(14,15,20,26,33)	1. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ^(13,35)
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁴⁾	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).
 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
 26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM)
 27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)
 28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
 29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
 30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 51/2016-GLDBAG)
 31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
 32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
 33. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
 34. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
 35. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 67/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,29)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO ⁽²⁰⁾	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ^(6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(24,26,27)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁰⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (16)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB).
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
30. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1,3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
 2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 3. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

- Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
- Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
- Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
- Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
- Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
- Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
- Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
- Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

- Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
 - Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 - Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
 - Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
 - Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).
 - Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
- *. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
- ** Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)
- ***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).
- ****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,28)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(3,33)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(23,32)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(19,26)	
VAGO ^(17,18,22,24,29)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(15,25,27,30,31)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfê Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

**** Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 16/2015).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of. 15/2015).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM)
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)
29. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 04.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente (Of. 103/2016-GLBPRD).
33. Em 04.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota, que passa a ocupar a vaga de titular (Of. 103/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

** . Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(23,25,27,28)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾	2. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
28. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,36)	
VAGO ⁽²²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽³⁹⁾	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(18,33,37,38)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) ⁽³⁸⁾	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(15,16,33)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁰⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

***** Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima (Of. 58/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 64/2016-GLPSDB).
39. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 97/2016-GLBPRD).
40. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ^(18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO ^(18,28)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO ⁽²⁴⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,31)
Senador Deca (PSDB-PB) ^(5,16,38)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(37,38)
VAGO ^(6,13,17,26,30,31,36)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

*** Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

***** Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

***** Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

***** Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB).
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
36. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 60/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 63/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,20)	
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽²³⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(24,25)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios n°s 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
21. Em 03.08.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Of. 49/2016-BLSDEM).
22. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de ocupar o cargo de Vice-Presidente da comissão por licenciar-se temporariamente do exercício do mandato (RQS 651/2016).
23. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 100/2016-GLBPRD).
24. Em 05.10.2016, o Bloco Social Democrata cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 61/2016-GLPSDB).
25. Em 06.10.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Memo. 33/2016-BLDPRO).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽²²⁾	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(15,29)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) ⁽²⁸⁾	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(27,28)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(9,32)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(21,24,30,31)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

***** Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfê Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD).
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 59/2016-GLPSDB).
28. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 62/2016-GLPSDB).
29. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 96/2016-GLBPRD).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
33. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 68/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Em 05.07.2016, é aprovada a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Memo. 102/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,24)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO ^(13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,23)	
VAGO ^(22,25)	1. VAGO ^(14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
25. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁴⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽¹³⁾

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

** Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

*** Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

**** Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

***** Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016

Notas:

1. Em 22.12.2014, o Senador Vital do Rêgo renuncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (Of. 23/2014DL-GSVREG).
2. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(1,20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(4,21)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁹⁾	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
VAGO ⁽²⁴⁾	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(10,11)	1. VAGO ^(5,6,18)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(6,25)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁶⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(7,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁹⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(12,13,15,22)	1.
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ^(14,16,17,23)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁽²⁴⁾	

Atualização: 08/09/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSR/SOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

3. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.
25. O Senador Cássio Cunha Lima licenciou-se por 119 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF e art. 56, inciso II, da Constituição Federal, a partir do dia 08 de setembro de 2016, conforme Requerimento nº 646, de 2016, deferido em 06.09.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾**Atualização:** 26/11/2015**Notas:**

* Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)**VICE-PRESIDENTE:** ⁽³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PTVAGO ⁽²⁾**PSDB**

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PRSenador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾**PSD**

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTBVAGO ^(4,6)**PPS**

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,8)**REDE**

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(2,4)

VICE-PRESIDENTE: ⁽²⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽³⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,5)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência, O Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
5. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br



8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ^(2,4)**PSOL**Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾**Atualização:** 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br



9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEMVAGO ⁽³⁾**PP**

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,4)**REDE**

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

* Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,3)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

3. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

